



VIAGEM PELA ECONOMIA

LUIZ ALBERTO MACHADO

VIAGEM PELA ECONOMIA



Autor: Luiz Alberto Machado

Revisão: Marcia Rodrigues Nunes

Projeto gráfico e capa: Marisa Villas Boas

Ilustração: Shutterstock

VIAGEM PELA ECONOMIA

LUIZ ALBERTO MACHADO

Viagem pela economia

1ª ed. - São Paulo: Scriptum Editorial, 2019.

ISBN: 978-85-65897-05-1



APRESENTAÇÃO

UMA VIAGEM PROFUNDA EM CONCEITOS E LEVE EM ESTILO

Em *Viagem pela Economia*, Luiz Alberto Machado nos conduz por um interessante passeio pela história do pensamento econômico, pelo desenvolvimento dos países e pelas ideias e políticas predominantes nas diferentes fases da evolução econômica, começando pela pouco conhecida Escola de Salamanca. Esta, embora preocupada com aspectos éticos e religiosos, propõe fundamentos extremamente avançados para a época - como juros, câmbio, moeda, preços, valor.

O autor mostra que a preocupação ética não deve ser dissociada da econômica, o que explica por que Adam Smith, em *A riqueza das nações*, defende a liberdade e o mercado.

Machado aborda um tema do qual é dos poucos conhecedores em profundidade: a economia criativa, definida como a essência da economia do conhecimento, na qual cultura, criatividade e conhecimento são fatores que não se esgotam e são estratégicos para a sustentabilidade do planeta.

Viagem pela Economia foi escrito com profundidade de conceitos e leveza de estilo. Leva-nos a crer que as atuais escolhas de política econômica variam entre *mais Estado e mais mercado*, sendo indiscutível que, em qualquer caso, o papel das instituições - isto é, as regras do jogo - é absolutamente relevante.

Infelizmente o Brasil optou historicamente por *mais Estado*, mas agora procura caminhar para *mais mercado*, o que nos anima a esperar um novo período de desenvolvimento econômico e social.

Guilherme Afif Domingos

PREFÁCIO

Caro leitor, fiquei muito honrado com o convite que me fez o prof. Machado para prefaciar este livro. Pensei, tudo bem, deve ser mais um livro que trata da evolução da história do pensamento econômico, colocando as ideias de cada autor em uma determinada perspectiva histórica e social. Ledo engano de minha parte!

Isto porque ao iniciar a leitura e logo na Introdução fui percebendo a grandiosidade desta obra. Percebe-se nitidamente que o Autor colocou a sua alma, além de toda a sua larga experiência como professor de inúmeras disciplinas dos cursos de Economia. O prof. Machado diz que quer encantar os leitores que venham a utilizar esta obra. E tenho plena certeza de que o conseguirá, pois a mim esta obra, *Viagem pela Economia*, já me encantou!

A obra, escrita em uma linguagem clara e direta, coloca a evolução da economia dentro de uma perspectiva muito interessante e, por isso, a meu ver, ela se diferencia das demais obras que tratam do mesmo tema. O Autor, prof. Machado, nos convida para participar de uma viagem, e o meio escolhido foi o trem, o qual sai de uma determinada estação e vai seguindo para as estações seguintes, nas quais, às vezes, se torna necessário realizar alguma baldeação para dar continuidade à *Viagem pela Economia*.

Este livro é composto de cinco capítulos. O primeiro constitui-se nas *Notas de Viagem*, nas quais o prof. Machado procura dar ao leitor um apanhado geral da evolução do pensamento econômico, tomando como base as respectivas escolas identificadas pelo Autor em quatro etapas: Pensamento econômico antigo (PEA); Etapa de transição; Pensamento econômico moderno (PEM); e, por último, Pensamento econômico contemporâneo (PEC).

Os capítulos seguintes do livro analisam cada uma dessas etapas, deixando de lado as escolas de pensamento econômico como referência, porém, focando os principais expoentes de cada uma dessas escolas.

Há de se destacar que o prof. Machado não encerra sua abordagem com John Maynard Keynes e seus contemporâneos. Vai além, por isso esta obra passa a

ser mais cativante. Foram incluídos tópicos de Economia Comportamental e de Economia Criativa. E, com outros excelentes colaboradores, abordou temas tratados pela Escola de Salamanca, por Max Weber e a Escola Institucionalista Alemã, por Lionel Robbins, por Joseph Stiglitz e a visão novo-keynesiana, por Georgescu-Roegen, além daqueles analisados na Teoria dos Jogos e na Economia Comportamental.

No capítulo primeiro destaca o Autor, em *Notas de Viagem*, que o leitor está convidado a empreender uma longa excursão, que se prolonga por vários séculos, e que fará paradas nas estações mais relevantes da história do pensamento econômico. Tenho plena certeza, caro leitor, de que você se deleitará com as informações contidas em cada uma dessas paradas, dada a maneira fluida e precisa como elas são transmitidas pelo prof. Machado.

Várias premissas são adotadas pelo Autor de *Viagem pela Economia*: “A economia ganhou importância na vida social e foi só a partir daí que passou a ser estudada de maneira sistemática; seguindo o prof. Galbraith: “Existe uma estreita conexão entre a teoria e a história”; “As estações onde o trem faz suas paradas são chamadas de Escolas do Pensamento Econômico (EPE), que consistem em generalizações sobre determinados tópicos examinados pela teoria econômica, tais como a noção de riqueza de cada escola, a determinação do valor e de preços, o papel do Estado na economia e a abrangência da abordagem, se mais macro ou microeconômica”. A postura de cada escola com relação aos tópicos é profundamente analisada pelo prof. Machado.

E, com essas premissas, o Autor, tal qual ocorre com nossas vidas, coloca o trem para realizar sua *Viagem pela Economia*. Na primeira parte da viagem, o Autor trata do pensamento econômico antigo, estando a Escola Mercantilista na estação de partida, e, na segunda e terceira paradas, detalha o pensamento das Escolas Fisiocrata e Clássica, chegando até o final do século XVIII. O trem, então faz uma conexão, que se estende por toda a primeira metade do século XIX, o qual, segundo o prof. Machado, corresponde à fase de transição entre o pensamento econômico antigo e o moderno.

Nas paradas seguintes, o livro analisa as Escolas Socialista Marxista, Marginalista ou Neoclássica e Keynesiana, chegando, em termos cronológicos, à metade do século XX.

O Autor pontua que, mesmo antes de se iniciar a viagem, deve ser introduzida a Escola de Salamanca por considerar que ela foi a primeira a tratar de temas como: justiça nas trocas, valor, preço e estima comum, moeda e inflação, usura, câmbio e juros. Com isso em mente, o livro inicia a sua primeira etapa da viagem, tendo como estação de partida a Escola Mercantilista, sua primeira parada é na Escola Fisiocrata e, na segunda, na Escola Clássica. Na segunda parada, o Autor pondera que, depois de ter percorrido a primeira etapa da viagem, é necessário realizar uma conexão que antecede a próxima etapa e que corresponde à fase de transição entre o pensamento econômico mais antigo, que dava mais ênfase aos aspectos ligados à produção de riqueza, e o pensamento econômico moderno, que passa a dar mais ênfase aos aspectos ligados à distribuição da riqueza.

Por sua vez, na segunda etapa da viagem, o prof. Machado alerta que ela terá um período mais curto do que o que foi percorrido na primeira etapa, pois se estende da metade do século XIX até a metade do século XX. Nesse trajeto, o trem parte da estação da Escola Socialista Marxista e, em movimento, chega à segunda parada, na estação da Escola Marginalista, enquanto na terceira parada analisa a Escola Keynesiana.

Na quinta e última etapa desta magnífica obra, o Autor leva o trem a fazer baldeações que nos conduzirão às mais recentes contribuições à teoria econômica. Serão destacadas as contribuições de Joseph Schumpeter, cuja produção intelectual situa-se principalmente no final da década de 1930 e nas décadas de 1940 e 1950. E que, pela originalidade de suas ideias, diz o prof. Machado, é difícil enquadrar o prof. Schumpeter em alguma das escolas do pensamento econômico.

O Autor, no capítulo segundo deste livro, analisa, inicialmente, o pensamento econômico antigo focando no geral nas ideias da Escola Fisiocrata e, em particu-

lar, no *Tableau économique*, do dr. Quesnay; a seguir coloca as ideias de Adam Smith exaradas no monumental livro *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*; a extraordinária contribuição de David Ricardo ao estudo da economia, contida no livro *Princípios de economia política e tributação*; em Malthus que, em *Ensaio sobre a população* (1798) e em *Princípios de economia política* (1820), faz um alerta sobre a capacidade de a economia produzir alimentos e o crescimento populacional; em Jean-Baptiste Say, que, com sua Lei dos Mercados, enfatizou que “a oferta cria sua própria procura”.

No capítulo terceiro, o prof. Machado, de forma muito elegante, analisa a transição entre o pensamento econômico antigo e o pensamento econômico moderno, com base nas ideias de Friedrich Engels e de Jean-Christian Petitfils, as deste último, constantes no livro *Os socialistas utópicos*, e dos primeiros utilitaristas, cujo nome mais conhecido é John Stuart Mill.

No capítulo quarto, o Autor analisa o pensamento econômico moderno, iniciando com as ideias de Karl Marx disseminadas em vários artigos e, principalmente, em sua principal obra *O capital*, na qual se assentam as ideias de Marx sobre a mais-valia, e no *Manifesto comunista*, a luta de classes. Enfatiza também o prof. Machado a influência posterior de Marx, tanto no plano teórico, em especial com Kalecki, quanto no aspecto político, na revolução russa (leninismo) e chinesa (maoísmo); enfatiza, a seguir, as contribuições da revolução marginalista, destacando as obras de Jevons, Menger e Walras; adentra na Escola Neoclássica, destacando os trabalhos de Marshall, em especial a incorporação da Matemática na Economia; destaca a importância de Max Weber na Escola Institucionalista Alemã e, principalmente, sua obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, que procurou explicar o nascimento da revolução industrial na Inglaterra.

Ainda no capítulo quatro, o autor desta magnífica obra *Viagem pela Economia*, prof. Machado, destaca o monumental legado de Keynes registrado no livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, com destaque para os gastos em investimentos e o papel do governo, além do destaque para o papel dos pós-keynesianos.

Por último, no capítulo quinto desta *Viagem pela Economia*, com extrema riqueza de detalhes, o prof. Machado coloca as ideias dos autores que compõem o pensamento econômico contemporâneo, iniciando com Schumpeter, que, em suas obras, enfatizou o empreendedorismo, de um lado, e a destruição criativa de outro; Hayek, considerado um dos grandes símbolos da Escola Austríaca de pensamento econômico, na qual defendeu o liberalismo clássico, à época de Keynes, e sistematizou o pensamento liberal clássico para o século XX; Lionel Robbins, com seu importante trabalho em prol da definição da ciência econômica. Para ele, a economia é a ciência que estuda o comportamento como um relacionamento entre fins dados e meios escassos, que tem usos alternativos, ou, mais resumidamente, o estudo do comportamento humano condicionado à escassez; Raúl Prebisch e a contribuição da Cepal, que se notabilizou pelas ideias de que o mundo está dividido entre centro e periferia, que há certa deterioração dos termos de intercâmbio e que a industrialização deve ser realizada pela via da substituição das importações.

Ainda no capítulo quinto, o prof. Machado, recorrendo a Luis Paulo Rosenberg, evidencia as ideias de Georgescu-Roegen, considerado um conservador conservacionista, que trouxe contribuições notáveis em várias áreas da economia neoclássica, da teoria do consumidor, da firma e do equilíbrio geral. Prossegue com Milton Friedman, considerado um autêntico liberal, e a escola de Chicago, berço dos monetaristas; com o prof. Galbraith, que enfatizou a importância da história para o entendimento da economia; com James Buchanan, por seus trabalhos sobre as escolhas públicas, aproximando o direito, a política e a economia; com Douglass North, que enfatizou que as instituições são formadas para reduzir incertezas por meio da estruturação das interações humanas, o que não significa implicitamente que os resultados serão eficientes no sentido dado a esse termo pelos economistas.

Segue, ainda neste capítulo, com as ideias de Gary Becker, considerado um economista fora dos padrões, pois seus estudos foram dirigidos para aplicar ao investimento em capital humano as mesmas regras de análise que são aplicadas ao investimento tradicional; de Robert Lucas e a teoria das expectativas racio-

nais, que revolucionaram a macroeconomia; de Joseph Stiglitz, com sua hipótese de que informações assimétricas nos mercados de capitais dificultam o financiamento dos investimentos; de John Nash, que desenvolveu na Teoria dos Jogos o denominado Equilíbrio de Nash, aplicado nos jogos não cooperativos, situação em que cada jogador escolhe suas melhores estratégias, levando em consideração as estratégias escolhidas pelos demais jogadores, todas consideradas as melhores opções.

Finaliza o capítulo com Amartya Sen, que apresenta uma nova concepção do desenvolvimento por meio da qual enfatiza a necessidade de a economia se aproximar da ética, dado o fato de que, segundo sua visão, a natureza da economia moderna foi fortemente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética. Enfatizou, também, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, a importância da liberdade como componente principal do desenvolvimento econômico; com Daniel Kahneman e a Economia Comportamental, a qual enfatiza a importância dos aspectos cognitivos que influenciam comportamentos econômicos; e com John Howkins, Richard Florida e a Economia Criativa, a qual tem sua origem na habilidade, criatividade e talentos individuais que, empregados de forma estratégica, tem potencial para a criação de renda e empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual.

Por último, no Apêndice, o prof. Machado listou os ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, desde 1969 até 2018, além das referências que utilizou para elaborar esta magnífica obra intitulada *Viagem pela Economia*.

Caro leitor, recomendo que você faça este aprazível passeio de trem lendo esta *Viagem pela Economia*! A mim ela me cativou!



Manuel Enriquez Garcia
Professor Sênior da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da USP
Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I - Breve viagem pela história do pensamento econômico	
1. Notas de viagem	19
2. Primeira etapa da viagem	33
3. Conexão	38
4. Segunda etapa da viagem	41
5. Possibilidades de baldeação	46
Capítulo II - Pensamento econômico antigo	
1. Quesnay e os fisiocratas	63
2. Adam Smith e a riqueza das nações	71
3. A extraordinária contribuição de David Ricardo	85
4. Malthus e o alerta demográfico	93
5. Jean-Baptiste Say e a Lei dos Mercados	101
Capítulo III - Transição entre o pensamento econômico antigo e o pensamento econômico moderno	
1. Considerações preliminares	111
2. Os socialistas utópicos (ou pré-marxistas)	113
3. Stuart Mill e o utilitarismo	122
Capítulo IV - Pensamento econômico moderno	
1. Karl Marx e a contestação do capitalismo	130
2. Jevons, Menger e Walras e a Revolução Marginalista	150
3. Alfred Marshall e a Escola Neoclássica	160
4. Max Weber e a Escola Institucionalista Alemã	170
5. Keynes e os keynesianos	178
Capítulo V - Pensamento econômico contemporâneo	
1. Schumpeter, o empreendedorismo e a destruição criativa	188
2. Hayek e a Escola Austríaca	199
3. Lionel Robbins e a metodologia da economia	207
4. Raúl Prebisch e a contribuição da Cepal	217
5. O questionamento de Georgescu-Roegen	228
6. Milton Friedman e a Escola de Chicago	239
7. A fina ironia de John Kenneth Galbraith	252
8. James Buchanan e as escolhas públicas	258
9. Douglass North e o neoinstitucionalismo	266
10. Gary Becker e as diferentes aplicações de métodos econômicos	276
11. Robert Lucas e as expectativas racionais	281
12. Joseph Stiglitz e a visão novo-keynesiana	292
13. John Nash e a Teoria dos Jogos	301
14. Amartya Sen e a nova concepção de desenvolvimento	313
15. Daniel Kahneman e a Economia Comportamental	322
16. Howkins, Florida e a Economia Criativa	331
Notas finais	348
Apêndice - Prêmio Nobel de Economia	350
Referências	354

INTRODUÇÃO

Passei boa parte de minha vida em salas de aula, procurando contribuir da melhor forma possível para a formação de milhares de jovens em diferentes instituições de ensino, com destaque para a Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), à qual estive vinculado por mais de 35 anos.

No exercício da atividade docente, que considero extremamente gratificante, ministrei aulas de diversas disciplinas nas áreas de economia, metodologia científica, ciência política, criatividade e economia criativa, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. A maior concentração dessas aulas foi das disciplinas do núcleo histórico do curso de Ciências Econômicas - História Econômica Geral (HEG), Formação Econômica do Brasil (FEB), História do Pensamento Econômico (HPE) e Economia Brasileira Contemporânea (EBC). Delas, foi à HPE que dediquei a maior parte do tempo.

Paralelamente à atividade acadêmica, tive oportunidade de desempenhar uma série de funções em *think tanks* e em entidades de classe, que me proporcionaram a chance de estar envolvido, mais ou menos diretamente, com a educação.

Se, por um lado, esse conjunto de atividades me exigiu enorme empenho, com horas incontáveis mergulhado em leituras, pesquisas, cursos, seminários, congressos e workshops, no Brasil e no exterior, com o objetivo de um constante aperfeiçoamento, por outro, deu-me gigantescas possibilidades de conhecer lugares, instituições e, sobretudo, seres humanos extraordinários, com os quais, seguramente, aprendi muito mais do que ensinei, fossem eles professores, executivos, colaboradores e, principalmente, alunos.

Interessado e estudioso da relação entre ensino e aprendizagem, procurei sempre aprimorar minha didática, não com a preocupação exclusiva de transmitir conteúdos, mas, acima de tudo, de contribuir para a formação de cidadãos preparados para exercerem diferentes papéis na sociedade, quer como profissionais, quer como chefes de família, responsáveis e dotados de consciência crítica.

Durante todo esse tempo, angustiava-me constatar que nem todos os professores comungavam da mesma preocupação, pois, muitas vezes, desempenhavam suas atividades de forma burocrática, como se estivessem apenas “cumprindo tabela”, para usar uma expressão muito utilizada no esporte, área em que militei por tempo considerável e que foi, seguramente, fonte de enorme aprendizado.

O que mais me deixava angustiado nessas ocasiões era constatar que, agindo dessa forma, não seria possível, evidentemente, encantar os alunos, objetivo fundamental de qualquer educador digno desse nome.

Já que falei em encantar, cabe aqui abrir um parêntese. No mundo altamente competitivo em que vivemos, no qual bens e serviços são classificados por padrões internacionais, a qualidade passou, num curto espaço de tempo, de diferencial competitivo a mero pré-requisito. É cada vez mais difícil conquistar e manter a fidelidade dos clientes, em qualquer segmento de atividade, apenas com qualidade. Afinal, o mínimo que se espera é que os bens ou serviços atendam aos padrões nacionais e internacionais de qualidade. Cada vez mais, porém, a fidelização depende da capacidade de encantar o cliente ou usuário, o que supõe oferecer a ele bens ou serviços que estejam além de suas expectativas, o que, convenhamos, não é nada fácil.

Ao longo de minha trajetória, fui me conscientizando de que, além de empenho e capacidade de ministrar boas aulas, lançando mão de recursos pedagógicos diversificados dentro e fora da sala de aula e estimulando o espírito investigativo dos estudantes, é essencial que o professor indique leituras atraentes, que não os levem a desistir logo nas primeiras páginas, não raras vezes verdadeiramente incompreensíveis.

Nesse particular, constatei a existência de enorme gama de preconceitos. Em nome de um suposto nível superior de exigência acadêmica, textos e autores eram discriminados, muitas vezes pelo “pecado” de serem acessíveis.

Quantas vezes não deixei de seguir a recomendação de só indicar a leitura de textos originais, “intraduzíveis no seu vigor”, nas palavras de Pêrsio Arida¹, num excepcional texto de metodologia aplicada à história do pensamento econômico? Ou de me basear em literatura secundária sobre determinados temas e autores, contrariando a orientação sempre segura de Eduardo Giannetti²?

Cometi esse sacrilégio diversas vezes. Evidentemente, além de exigir a pesquisa complementar nas fontes adequadas, tive sempre o cuidado de selecionar textos de qualidade, desde clássicos da literatura até manuais e até mesmo dicionários especializados, visando permanentemente estimular o interesse dos estudantes pela leitura e reflexão.

Esse é exatamente o objetivo desta *Viagem pela Economia*. Não há aqui qualquer pretensão de concorrer com os manuais e livros-textos de Economia ou de HPE. Nem de esgotar os temas e autores que serão focalizados. Tanto é verdade que procurei utilizar com enorme parcimônia recursos que, embora pudessem contribuir para uma abordagem mais sofisticada, como fórmulas, equações e gráficos, certamente tornariam a leitura mais complexa e, para muitos, desencorajadora.

Meu propósito é oferecer ao leitor, iniciado ou não nos mistérios da Ciência Econômica, a oportunidade de conhecer, ainda que superficialmente, a evolução do conhecimento desta que já foi chamada de “ciência lúgubre”. Para isso, não terei vergonha em desobedecer, uma vez mais, às recomendações de Pêrsio Arida e Eduardo Giannetti, lançando mão de textos que, a meu juízo, vão facilitar a compreensão do leitor.

Na busca desse propósito, o livro é composto de cinco capítulos. O primeiro, *Notas de viagem*, faz um apanhado geral da evolução do pensamento econômico, tendo como referencial básico as escolas de pensamento econômico. São

identificadas, então, quatro etapas: (i) Pensamento econômico antigo (PEA); (ii) Etapa de transição; (iii) Pensamento econômico moderno (PEM); (iv) Pensamento econômico contemporâneo (PEC).

Os capítulos seguintes do livro focalizam cada uma dessas etapas, não mais tendo as escolas de pensamento econômico como referenciais, mas sim os principais expoentes de cada escola ou corrente de pensamento.

Os que estão familiarizados com os manuais e livros-textos disponíveis no mercado sabem que a esmagadora maioria encerra sua abordagem na metade do século XX, com as contribuições de John Maynard Keynes e seus contemporâneos. Nesse aspecto, o livro contém uma pitada de ousadia, incorporando, no capítulo referente ao pensamento econômico contemporâneo, até mesmo linhas recentes de investigação como a Economia Comportamental e a Economia Criativa. E, quando oportuno, procurei relacionar o conteúdo de algumas escolas, correntes de pensamento ou autores focalizados com a realidade brasileira ou internacional, saindo do campo da teoria econômica (ou economia política) para incursionar no campo da economia aplicada (ou política econômica).

Além do prazer de transformar em texto muito do conhecimento acumulado e transmitido nas aulas de HEG e HPE, a elaboração deste livro me deu a especial satisfação de contar com a colaboração de grandes amigos, alguns dos quais ex-alunos que há muito superaram o antigo mestre. Meu mais profundo agradecimento a Renato Lembe, Eduardo José Monteiro da Costa, José Maria Rodriguez Ramos, Fernando de Aquino, Luis Paulo Rosenberg, Samy Dana, Carlos Mauro e João Matos, por compartilharem sua expertise respectivamente na Escola de Salamanca, Max Weber e a Escola Institucionalista Alemã, Lionel Robbins, Joseph Stiglitz e a visão novo-keynesiana, Georgescu-Roegen, Teoria dos Jogos e Economia Comportamental. Procurei respeitar os diferentes estilos e apenas adaptar as colaborações ao padrão do livro, sendo indubitavelmente de minha responsabilidade eventuais problemas daí decorrentes.

¹ ARIDA, Pêrsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. In: REGO, José Marcio (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 11-46.

² GIANNETTI, Eduardo. Dois milênios de história econômica. Resenha do livro de J. K. Galbraith, *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. Publicada originalmente no *Jornal da Tarde*, 1/6/91 e reproduzida em *As partes & o todo*, 1995, p. 119-123.

Meu agradecimento também a Manuel Enriquez Garcia, professor Manolo, pelo apoio institucional da Ordem dos Economistas do Brasil e pela gentileza e disposição de prefaciá-la esta *Viagem pela Economia*.

Não posso deixar de registrar meu agradecimento a Gilberto Kassab, Guilherme Afif Domingos e João Francisco Aprá, por compreenderem a importância do conhecimento da evolução do pensamento econômico para o bom exercício da atividade política. Estendo esse agradecimento aos colegas do Espaço Democrático, Roberto Macedo, Rubens Figueiredo, Rogerio Schmitt, Tulio Khan, Helio Michellini Pellaes Neto, Sergio Rondino, Eduardo Mattos e Marcos Garcia, com os quais tenho o privilégio de conviver e desfrutar da amizade e competência.

Também deixo registrada minha gratidão a professores que me serviram de referência. A paixão com que se dedicavam às suas atividades não apenas me serviu de alento e inspiração, mas fez com que eu herdasse pelo menos parte da paixão por esse tão gratificante mister. Com absoluta certeza de estar falhando por omissão, faço questão de mencionar os professores Luiz Fernando de Souza Aranha, Maria José Villaça, Pedro Gardesani, Renata Zoudine, Tereza Pujó e Victor Mirshawka.

Dois outros mestres tiveram papel fundamental por despertarem e ampliarem permanentemente meu interesse pela História: a Carlos Roberto Faccina e Eduardo Giannetti, minha eterna gratidão.

Por fim, meu profundo reconhecimento aos colegas professores, aos colaboradores, muitas vezes anônimos, aos anjos da guarda que me deram retaguarda mais diretamente ao longo dessa trajetória, Rosa, Dani e Selma, e finalmente, mas de enorme importância, aos milhares de alunos com os quais interagi por tantos anos, procurando transmitir alguma experiência e colhendo deles uma enormidade de aprendizado.

À Vera e ao Guga, meu reconhecimento pelo carinho e amor. Prometo parar, pelo menos por um tempo, de fazer das dependências da nossa casa uma confusa extensão do meu escritório, dedicando a vocês mais tempo e atenção.

CAPÍTULO I

Breve viagem pela história do pensamento econômico

1. Notas de viagem

Não se pode compreender a economia sem conhecer a sua história; isto é algo que todo o mundo acadêmico reconhece.

John K. Galbraith¹

A viagem para a qual convido o leitor a empreender é uma longa excursão que se prolonga por vários séculos e que fará paradas nas estações mais relevantes da história do pensamento econômico.

O universo temporal aqui definido deve-se ao fato de só ser possível considerar um conhecimento econômico sistemático a partir do momento em que os assuntos e objetivos econômicos deixaram de ocupar um papel secundário na vida das sociedades para desempenhar um papel prioritário. Em outras palavras, quando passaram de coadjuvantes a protagonistas.

Tal mudança começa com a desintegração do feudalismo, que os historiadores situam em meados do século XV, com a tomada de Constantinopla pelos turcos, no ano de 1453, pondo fim ao Império Romano no Oriente, e se estende até o início do século XVIII, às vésperas da Idade Moderna, cujo marco histórico costuma ser a Revolução Francesa, em 1789.

Esse período de mais de dois séculos foi uma espécie de transição, em que os projetos políticos, sociais, místicos e religiosos predominantes ao longo da Antiguidade e da Idade Média foram cedendo lugar a projetos predominantemente econômicos.

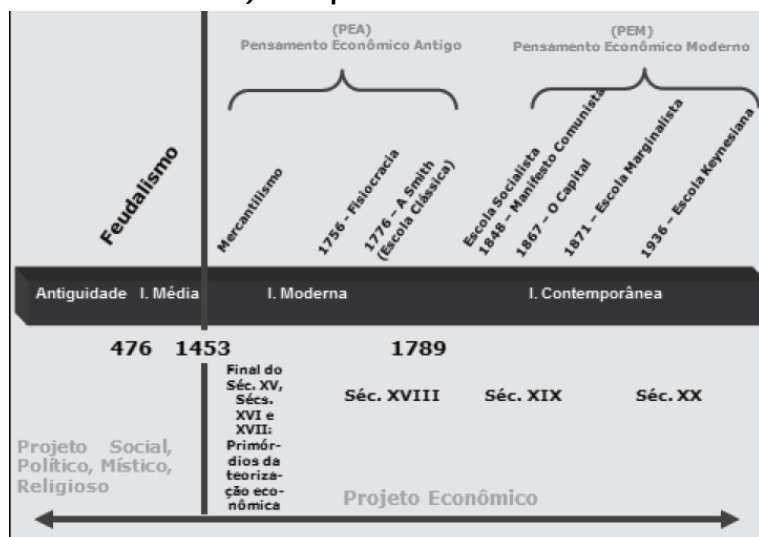
¹ GALBRAITH, John K. *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*, 1989, p. 1.

Isso não quer dizer que não tenham existido manifestações econômicas ou escritos sobre temas econômicos antes disso. Evidentemente que sim. Tanto manifestações econômicas como escritos sobre economia. Existem, inclusive, livros magníficos sobre esse período, como, por exemplo, o de Alejandro Chafuen². Nomes consagrados como os de Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga, Nicole Oresme, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, na Idade Média, registraram em suas obras uma série de ideias econômicas. Tais ideias, no entanto, estavam inseridas em meio a um contexto mais abrangente, no qual as preocupações maiores possuíam caráter filosófico ou religioso. Seus autores, da mesma forma, jamais foram identificados como economistas, e sim como sábios, filósofos ou teólogos. Talvez o mais destacado conjunto de ideias e obras desse período recebeu o nome de Escola de Salamanca, objeto de um subcapítulo nestas *Notas de viagem*.

Portanto, uma das premissas da viagem que iniciaremos a seguir é: primeiro a economia ganhou importância na vida social para, só então, passar a haver um estudo sistemático da mesma, como se vê na Figura 1.1.

Figura 1.1.

A evolução do pensamento econômico



Fonte: Elaboração do autor.

A segunda premissa de nossa viagem é a seguinte: existe uma estreita conexão entre a teoria e a história. Como observa o prof. Galbraith (1989, p. 1):

Na realidade, as ideias econômicas são sempre e intimamente um produto de sua época e lugar; não podem ser vistas desvinculadas do mundo que interpretam. Se este mundo se modifica - e ele está num processo constante de transformação - também as ideias econômicas devem mudar para permanecerem relevantes.

Outro trecho relevante a respeito, de autoria de W. Cunningham, da Escola Histórica Inglesa, é citado pelo prof. Wandyr Hagge, da PUC-RJ, numa coletânea organizada por Edward J. Amedeo (1989, p. 26). Diz o seguinte:

[As doutrinas econômicas] têm sido reformuladas de tempos em tempos, não porque os resultados das novas investigações devessem ser coordenados com as velhas verdades estabelecidas ainda inabaladas, mas porque toda a base dos estudos se deslocou, e a velha doutrina tornou-se irrelevante para as condições mutantes da vida social. O progresso não chegou pela via de melhores observações e melhor compreensão dos velhos fatos, mas através do aparecimento de novos fenômenos para os quais as velhas explicações eram obviamente irrelevantes. As velhas doutrinas foram refutadas pela lógica dos eventos. (...) Abandonamos as doutrinas econômicas de épocas passadas porque elas são insuficientes ou inadequadas em face das novas circunstâncias, não porque eram falsas ou enganosas na época em que foram concebidas. (...) [Essas doutrinas] são apenas afastadas e não desmentidas.

Em que pese a convicção tanto de Galbraith quanto de Cunningham, a estreita conexão entre a teoria e a história não é admitida de forma consensual entre os estudiosos da História do Pensamento Econômico (HPE), como observa Pérsio Arida, um dos mais brilhantes economistas brasileiros da atualidade, num texto inicialmente produzido para ser discutido com seus alunos de pós-graduação da PUC-RJ, e que acabou sendo posteriormente publicado numa coletânea da Editora 34, organizada pelo prof. José Marcio Rego (1996).

² CHAFUEN, Alejandro. *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics*, 2003.

No referido texto, Arida identifica dois modelos de estudar HPE, o *soft science* e o *hard science*. O modelo *soft science* (identificado como modelo europeu numa versão anterior) admite estreita relação entre teoria e história e nele o estudante deve dominar os clássicos do passado, mesmo que em prejuízo de sua familiaridade com os desdobramentos mais recentes da teoria. O modelo *hard science* (modelo americano na primeira versão do texto) é uma criação do século XX e nele o estudante ignora a história do pensamento, baseando-se na noção de fronteira do conhecimento, com listas de leitura não contendo textos escritos há mais do que cinco ou seis anos, com honrosas exceções.

Segundo Arida, na noção de fronteira do conhecimento, amplamente utilizada nas ciências exatas, o passado não desempenha nenhum papel para o desenvolvimento do conhecimento da disciplina: “A história passada da ciência que resultou no seu estado atual não precisa ser revisitada; suas contribuições positivas já estão incorporadas ao estado atual da ciência” (ARIDA, 1996, p. 14-15). Já o modelo *soft science*, que desconhece a noção de fronteira do conhecimento, “tem como fundamento os princípios de que as matrizes básicas da teoria econômica (keynesiana, marxista, walrasiana, ricardiana etc.) são, por um lado, de reconciliação problemática e, por outro, intraduzíveis em seu vigor original” (Ibid, 1996, p. 17). Embora Arida reconheça que o status da história do pensamento é maior no modelo *soft science* do que no modelo *hard science*, sua preferência, sobretudo em estudos mais avançados, é pelo modelo *hard science*, uma vez que “a fusão entre história e teoria é funesta para ambas” (Ibid, 1996, p. 27).

Outra premissa de nossa viagem é que as estações em que faremos nossas paradas são chamadas de Escolas de Pensamento Econômico (EPE), que consistem em generalizações nas quais são sintetizados os principais tópicos examinados pela teoria econômica, tais como a noção de riqueza nacional de cada EPE, a determinação de valor e de preços, o papel do Estado na condução da economia e o tipo de abrangência de abordagem da EPE, se mais macro ou microeconômica. Portanto, em cada estação veremos como cada EPE se posicionou em relação a esses tópicos.

Como em qualquer generalização, há um ganho, a concisão, e uma perda, representada pela falta de detalhamento. Tendo absoluta consciência disso, não me preocuparei com esse aspecto neste momento, uma vez que, nos capítulos posteriores, essa falha será sanada com o exame das contribuições pontuais dos integrantes mais relevante dessas Escolas.

Feitas essas considerações preliminares, vamos colocar em movimento o nosso trem da história, com a primeira parte da nossa viagem correspondendo ao Pensamento Econômico Antigo (PEA). Tendo na Escola Mercantilista a estação de partida, teremos ainda duas paradas, nas estações das Escolas Fisiocrata e Clássica, chegando até o final do século XVIII. A seguir, faremos uma conexão, que se estenderá por toda a primeira metade do século XIX, correspondendo à fase de transição entre o Pensamento Econômico Antigo (PEA) e o Pensamento Econômico Moderno (PEM). Na etapa seguinte de nossa viagem, teremos novamente três paradas, nas estações das Escolas Socialista Marxista, Marginalista ou Neoclássica e Keynesiana. Chegaremos, nessa etapa, até a metade do século XX, quando então teremos oportunidade de conhecer as possibilidades de baldeação, observando os direcionamentos do Pensamento Econômico Contemporâneo (PEC).

Espero que o leitor tire proveito dessa fascinante viagem, que será realizada com o objetivo de ser apreciada não apenas por economistas e historiadores, mas também por qualquer pessoa interessada em conhecer um pouco mais esse campo do conhecimento repleto de surpresas, armadilhas e mistérios: a Economia.

1.1. Escola de Salamanca³

*Pretia rerum non im ipsarum naturam
xstimanda sunt, sed quatenus in usu ve-
niunt humanos.*⁴

Domingo de Soto⁵

O pensamento econômico é um filho menor da filosofia, que alcançou a maioria apenas no século XVIII, com Adam Smith. Até então, a economia era um assunto secundário na hierarquia dos interesses intelectuais, abordado como um subtema de tratados éticos e políticos.

Essa limitação, associada à inexistência do objeto próprio do que veio a ser o pensamento econômico – a dizer, a economia moderna –, nos impede de iniciar nossa viagem pelos escritos gregos e medievais, em que pese imprescindíveis a qualquer estudo, inclusive o econômico. Assim como os tijolos da estação, os trilhos do trem e o vidro da bilheteria, é a filosofia clássica que possibilita a viagem, mas não é propriamente a viagem.

É certo, porém, que devemos introduzi-la ligeiramente antes do seu começo, e a Escola de Salamanca nos parece a melhor porta de entrada, pois foi a primeira a vislumbrar as qualidades e os desafios da economia tal qual a conhecemos.

1.1.1. Contexto histórico

A partir da Baixa Idade Média, alguns fatores concorreram para tornar a economia mais complexa, dinâmica e influente, ou seja, mais interessante. Um dos mais relevantes foi o fortalecimento da mentalidade mecanicista, notória pela redução das noções de tempo e espaço ao seu aspecto quantitativo, mensurável (SANTOS, 1962). Essa nova mentalidade se manifestou inicialmente na genera-

³ Este subcapítulo contou com a colaboração de Renato Lembe, economista pela FAAP, profissional do mercado financeiro e editor do Projeto Saquarema. Autor de monografia a respeito da convergência entre Escola de Salamanca e Escola Austríaca. Segundo colocado no concurso de resenhas do Conselho Federal de Economia (Cofecon) 2018, a respeito de David Ricardo.

⁴ “O preço das coisas não é determinado pela natureza delas, mas pela utilidade com que servem às necessidades humanas.” (Tradução de Renato Lembe)

⁵ SOTO, D. De Iustitia et Iure. In: GRICE-HUTCHINSON, M. *The School of Salamanca: Readings in Spanish Monetary Theory 1544-1605*, 1952, p. 83.

lização do uso do relógio para racionalizar o trabalho. A racionalização tornou o cotidiano econômico mais planejado e, portanto, mais complexo.

Outro fator importante foi a crescente expansão, até atingir escala mundial, das fronteiras de comércio, processo iniciado pelos cruzados e coroado pelas Grandes Navegações. Com a ampliação das possibilidades comerciais, as trocas monetárias voltaram a ser preponderantes, estimulando, dentre outros empreendimentos, as operações financeiras.

Suas atividades de câmbio e de crédito, todavia, ainda eram limitadas pelo poder eclesiástico vigente à época: a prática da usura era proibida, seguindo a cosmovisão católica de que se tratava de um pecado mortal com efeitos perversos sobre a sociedade. Os banqueiros somente se veriam plenamente livres das amarras ético-religiosas após dois acontecimentos – outros dois fatores que culminaram na economia moderna. Primeiro, o entendimento do Quinto Concílio de Latrão de que nem todo empréstimo a juros é imoral, legítimo quando voltado a empreendimentos produtivos nos quais o emprestador corre riscos (ALVES; MOREIRA, 2010). Segundo, a ascensão do rei como autoridade política suprema, por meio da qual se permitiu, à revelia da Igreja, qualquer tipo de empréstimo remunerado (SANTOS, 1962).

Por fim, mais um fator relevante foi a descoberta das jazidas sul-americanas, cuja exploração resultou num influxo de metais avassaladoramente inédito no continente europeu. As consequências da alta liquidez foram a acumulação real de riquezas do globo por parte dos europeus (POMERANZ, 2000), a expansão das operações de crédito com lastro e, eventualmente, a grande inflação dos séculos XVI e XVII (GRICE-HUTCHINSON, 1952). A economia europeia, em suma, estava se transformando rapidamente naquilo que, futuramente, seria conhecido como capitalismo.

Foi nesse contexto de complicação das relações de troca que um grupo de clérigos católicos compilou o conhecimento econômico acumulado desde os gregos e aprofundou-o a ponto de abarcar, pela primeira vez no Ocidente, questões macroeconômicas⁶, entre outras.

⁶ A rigor, a distinção entre macro e microeconomia só ocorreu bem mais tarde. Porém, foram os clérigos católicos os primeiros a fazer uma análise correspondente ao que mais tarde seria chamado de macroeconomia.

A chamada Escola de Salamanca foi um movimento teológico do século XVI voltado à renovação espiritual da escolástica numa Europa agitada e dividida (PLANS, 2000). De um lado, o surgimento do nominalismo, do humanismo e do protestantismo, este acompanhado das guerras religiosas; de outro, a descoberta da América e a rápida proliferação de novas práticas econômicas cuja moralidade não fora levada em conta pelos agentes inovadores (DURANT, 1957). Este último problema é nosso ponto de partida para o estudo da Escola nessas notas que precedem o início de nossa viagem pela economia. Em que pese o tratamento da economia como tema secundário e anexo ao estudo teológico e filosófico, os salmantinos foram os primeiros a estudar analiticamente o sistema capitalista, até então em fase inicial.

1.1.2. A justiça nas trocas

Ao testemunhar o boom econômico renascentista, acompanhado de novos tipos de contratos e intercâmbios, o frade dominicano Domingo de Soto resolveu publicar o livro *De Iustitia et Iure* (PLANS, 2000).

O objetivo de seu livro, cujo título se tornou oficial para os estudos posteriores de direito natural, era, sobretudo, salvar as almas. No caso, especificamente econômico, pretendia-se apartá-las dos erros e da tentação que acompanhavam as inovações mercantis da época. Havia, portanto, um interesse bastante prático e concreto nesse campo de estudo, cuja finalidade estava para além da mera especulação.

Para orientarem os fiéis, todavia, Domingo de Soto e seus pares sabiam que, antes de tudo, precisavam investigar a natureza - ou a essência - do comércio, da moeda e do câmbio, entre outros. Para eles, inspirados pela teologia tomista, a ação virtuosa e justa era aquela que estava em conformidade com a razão e com a natureza das coisas, conforme ordenadas por Deus. Conhecê-las, portanto, era imprescindível para agir com e perante elas de maneira justa (CHAFUEN, 2014).

Foi essa premissa ética, somada ao interesse concreto de salvar as almas, que levou a Escola de Salamanca a empreender um dos primeiros estudos profundos sobre o capitalismo nascente, antecipando diversos raciocínios que seriam utilizados nos debates modernos.

1.1.3. Valor, preço e estima comum

Seguindo a tradição de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, um objeto preeminente das meditações econômicas salmantinas era a do preço justo. O estudo partia da premissa consolidada na Grécia, segundo a qual uma troca é justa quando o bem ofertado tem o mesmo valor do bem recebido (GRICE-HUTCHINSON, 1952). Considerando, por exemplo, um simples escambo de trigo por madeira, a quantidade de cada produto deveria ser calibrada de modo a igualá-los em valor.

À medida que a causa do comércio é o desejo humano e que os seres ontologicamente inferiores ao homem foram criados para servi-lo, o valor econômico deles é determinado não por sua natureza intrínseca, mas pela sua capacidade de satisfazer, e com qual vigor, as necessidades humanas (SOTO, 1952). Em outras palavras, o valor dos bens transacionados equivale à importância que o homem concede a eles. Como ela pode variar de pessoa para pessoa a depender da função social desempenhada⁷, o valor segue a estima comum de todos os participantes do mercado. Logo, para que uma troca seja justa, o preço cobrado por determinado bem, seja em espécie, seja em dinheiro, deve refletir a estima com que ele é tido pela comunidade.

Mas como podemos apreender a estima comum? Não bastava pressupor que ela se manifestaria automática e necessariamente no preço livre do mercado, pois, do contrário, o preço justo seria conhecido e praticado imediatamente por todos os agentes, e, portanto, não haveria necessidade de um tratado de teologia moral (prático) a respeito. Segundo os salmantinos, na ausência de determinação legal⁸, o preço justo somente seria o preço de mercado quando não resultante de má-fé ou de poder de mercado (ALVES; MOREIRA, 2010). Como

⁷ Esta afirmativa está longe de insinuar apologia ou filiação ao subjetivismo moral. O que os clérigos de Salamanca ressaltavam era que um produto seria estimado em maior ou menor grau a depender do poder de compra do indivíduo em questão (uma fatia de pão, por exemplo, seria mais estimada por um pobre do que por um rico) ou da sua profissão (um vendedor, comparado a um comprador, tenderia a valorizar mais o seu produto, pois sentiria as dificuldades de seu trabalho e almejava o maior ganho possível, para tornar sua família próspera).

⁸ Para os salmantinos, o preço legal, instituído de boa-fé pelas autoridades políticas, era considerado justo e, em casos de monopólios e oligopólios, até necessários. Em situações de livre entrada de novos produtores e consumidores, entretanto, havia duas posições distintas: alguns clérigos, como Domingo de Soto, afirmavam que, idealmente (na prática, isso era impossível), a autoridade deveria controlar todos os preços, pois importantes ao bem comum por ela velado; outros, como Azpicuelta e Molina, rejeitavam o controle de preços, como inútil em casos de abundância e socialmente perverso em casos de escassez.

essas condições não são percebidas intuitivamente, os homens, se prudentes e guiados pela reta razão, deveriam considerar os seguintes indicadores para apreender a estima comum: (i) a abundância ou escassez, relativas aos hábitos de consumo da comunidade; (ii) o trabalho e o risco assumidos na produção e comercialização do bem; (iii) a balança de vantagens e desvantagens que cada parte auferiu na troca (SOTO, 1952).

A partir dessa instrução, dois problemas surgiram e foram prontamente abordados pela Escola. O primeiro foi ponderar a relevância moral de cada um dos indicadores. Para alguns, a utilidade subjetiva do bem e a sua escassez relativa à demanda eram os critérios exclusivos. Para defender essa posição, empregaram argumentos que futuramente seriam úteis aos marginalistas⁹. Para outros, não obstante, esses indicadores eram preponderantes, mas não exclusivos.

O segundo problema daquela instrução foi o processamento dos dados de mercado. Na medida em que estes são dispersos e voláteis, sujeitos bem-intencionados e, seguindo a reta razão, poderiam chegar a precificações distintas para o mesmo bem, pois submetidos a dados diferentes geográfica e temporalmente. De fato, como os salmantinos reiteraram, é impossível ao indivíduo conhecê-los todos (CHAFUEN, 2014). A esse problema, a Escola respondeu que o preço justo, quando não determinado legalmente¹⁰, se referia mais a um intervalo de números do que a um em específico. Na prática, restava à consciência de cada um perante Deus, instruída pelo ensinamento da Igreja, se esforçar para bem precificar os produtos, mesmo sabendo de antemão que um ponto exclusivo não poderia ser determinado.

1.1.4. Moeda e inflação

Após indicarem os passos para a justa precificação dos bens, os salmantinos se debruçaram sobre o valor do dinheiro - afinal, os bens já não eram mais trocados via escambo e as inovações econômicas abarcavam, sobretudo, inovações financeiras. Além disso, os espanhóis testemunhavam o primeiro ciclo in-

⁹ Ver capítulo IV, tópico 2: *Jevons, Menger e Walras e a Revolução Marginalista*.

¹⁰ Para os salmantinos, o preço legal seria definido e indivisível (não intervalar).

flacionário, tal como conhecemos (GRICE-HUTCHINSON, 1952). Nesse cenário, buscava-se estabelecer a justa relação entre o produto comprado e a quantidade de moedas dada em troca.

Pelo interesse concreto dos estudos, o objeto central não era o conceito de moeda (embora ele tenha contribuído para as conclusões da Escola), mas a moeda tal qual circulava na época, a moeda metálica, e sua utilização pelos homens.

Martin de Azpilcueta, contemporâneo a Domingo de Soto, foi quem se notabilizou pelos estudos monetários salmantinos. No seu *Comentario Resolutorio de Cambios*, argumentou que o valor do dinheiro, da mesma forma que o valor das outras mercadorias, deveria ser determinado pela estima comum, pois ele próprio era transacionável e constituído por um bem sujeito aos mesmos critérios.

A partir desse postulado, Azpilcueta (2007) concluiu que o valor da moeda também deveria variar conforme a lei da oferta e da demanda, e que a grande inflação que os espanhóis testemunhavam após a descoberta da América era decorrente do intenso influxo de metais. Nessa circunstância, segundo ele, não configurava avareza o comerciante aumentar seus preços, pois a moeda valia menos dada a desvalorização da matéria que a compunha. Foi assim que a teoria quantitativa da moeda surgiu¹¹.

Além do influxo de metais, existiria outra causa para justificar a moralidade do aumento dos preços: a senhoriagem, que reduzia a quantidade de metal contida nas moedas e, portanto, reduzia destas o valor. Ao localizarem como causa final para a senhoriagem o aumento das despesas públicas (MARIANA, 2007), os salmantinos foram também os primeiros a perceber a interdependência entre política fiscal e política monetária.

1.1.5. Usura, câmbio e juros

Ainda visando à salvação das almas, Soto e Azpilcueta provocaram uma questão, do ponto de vista moral, ainda mais complexa do que a precificação justa das mercadorias: a precificação justa do dinheiro. Essa questão era prioritária à

¹¹ A formalização da teoria quantitativa por Martin Azpilcueta antecedeu em 12 anos o trabalho de Jean Buridan, considerado erroneamente como fundante da teoria (GRICE-HUTCHINSON, 1952).

do preço justo, pois a prevenção a práticas usurárias era, sob a perspectiva da teologia cristã, mais importante - ainda mais num contexto de novos tipos de transações financeiras em escala mundial.

Fundamentada nas Sagradas Escrituras e racionalizada à luz de Aristóteles, a proibição medieval da troca indevidamente remunerada entre moedas, conhecida como usura, sempre foi um fator de animosidade entre clérigos, os quais publicamente condenavam a prática como mortalmente pecaminosa, e banqueiros, os quais formulavam contratos de modo a camuflá-las (SOTO, 2009).

No caso da troca entre moedas oriundas de lugares distintos, realizada no mercado cambial, a Igreja Católica, até a análise salmantina, permitia que moedas diferentes fossem trocadas a uma taxa de lucro que somente recompensasse o trabalho logístico e o risco do mercador. Caso essa taxa, porém, não refletisse esses fatores, o mercador era considerado usurário (GRICE-HUTCHINSON, 1952) - e, portanto, ladrão, um pecado mortal digno do inferno de Dante. Ao se depararem com os novos fatos econômicos, a Escola revisitou essa questão e indicou outras duas razões que comporiam a taxa justa de lucro, ambas amparadas na estima comum.

A primeira razão seria a diferença de oferta monetária (ou de metais) existente entre dois ou mais países. Se relativamente abundante, a moeda de um país deveria ser menos estimada do que a outra, de tal modo que a troca cambial justa permitiria uma taxa a ser auferida pelo mercador. Da mesma forma que o comerciante de trigo, ao comprar mais barato em um local para vender mais caro em outro, realiza um ganho, o cambista poderia aproveitar essa estima distinta para lucrar justamente (AZPILCUETA, 2007).

A segunda razão, associada à anterior, seria a disparidade do poder de compra nos diferentes países. Se determinada moeda, seja pela razão que fosse, pudesse adquirir uma quantidade superior de mercadorias em seu país quando comparada a outra, então a troca justa não equalizaria as quantidades de metal transacionadas, mas uma porção menor da primeira seria dada por uma maior da segunda. Uma vez que uma das finalidades do dinheiro é facilitar a aquisição de outros produtos, então as partes deveriam trocar quantidades distintas de moe-

da (cuja diferença comporia o lucro da operação), a fim de equalizar o valor real transacionado. Novamente, os salmantinos inovaram com esse raciocínio, pois formalizaram a teoria cambial do poder de compra (GRICE-HUTCHINSON, 1952).

No caso da troca entre uma mesma moeda no tempo, por outro lado, os salmantinos em grande medida apenas reiteraram a posição escolástica medieval. Para eles, a moeda, quando emprestada para fins improdutivo, não deveria render juros ao prestador, pois este, ao transferir sua propriedade, não correria riscos. O tempo decorrido entre o empréstimo e o recebimento, vale dizer, não configurava motivo justo para a cobrança do juro, pois o tempo não pertence ao prestador (ALVES; MOREIRA, 2010). De fato, a remuneração justa de um empréstimo era algo parecido com o que hoje chamamos de juros sobre capital próprio. Quando o prestador oferta seu recurso para fins produtivos, assumindo o risco do negócio, então é justo que ele receba alguma renda por isso, na forma de juros.

Outro fator, formalizado pelo Cardeal Caetano e difundido entre os membros da Escola, é a diferença em termos de valor entre a posse presente de um bem e o direito a ele numa data futura (CHAFUEN, 2014). De fato, um bem presente vale mais do que um bem ausente - o quão mais, todavia, não é possível determinar, de tal modo que os salmantinos não chegaram à unanimidade nesse quesito.

Com efeito, a inédita intensificação da volatilidade e do dinamismo econômicos no tempo dos salmantinos tornou a distinção entre empréstimo produtivo ou estéril extremamente complexa, à qual a Escola de Salamanca não foi capaz de apresentar uma solução unânime e verossímil ao laicado (ALVES; MOREIRA, 2010).

1.1.6. A importância hoje

Como reiteram os estudos de Chafuen (2014) e Grice-Hutchenson (1952), as lições econômicas da Escola de Salamanca, em que pese voltada à orientação espiritual e prática, foram absorvidas direta ou indiretamente pelos primeiros economistas, como Turgot e Adam Smith. Nesse sentido, devemos nos questionar acerca da relevância de se ler, ainda nos dias de hoje, as obras salmantinas.

Uma resposta plausível seria o reconhecimento da indissociabilidade entre ética e economia, entre vontade e ação. Todo e qualquer postulado causal em matéria econômica, por mais inexorável que pareça, nunca se refere a uma relação mecânica ou automática. As chamadas “leis” da economia dependem, em última análise, da vontade humana – sujeitas, portanto, ao livre-arbítrio e à insuficiência da racionalidade. Não se impõem implacavelmente, mas apenas com o consentimento da vontade de cada ser humano concreto, agindo e reagindo às ações alheias. Isso significa que nós todos temos responsabilidade pessoal, em que pese compartilhada e difusa, pela dinâmica econômica que nos circunda, de modo que não podemos fugir do dilema moral. Diante de um furacão nos Estados Unidos, um vendedor de água sempre pode se esconder atrás da “lei” da oferta e da demanda para legitimar preços maiores, mas a decisão final de intensificar ou apaziguar o sofrimento alheio é inteiramente de sua responsabilidade, seja por motivo justo ou não. Evidentemente, a vontade não é suma soberana, pois é limitada por leis – dessa vez, sem aspas – lógicas, gnosiológicas, biológicas, físicas, metafísicas etc. Entretanto, na singela liberdade que goza, pode provocar imprevisíveis hecatombes econômicas... para a infelicidade dos economistas.

Outra resposta verossímil seria o realismo com que a Escola aborda o ser humano e suas ações. Visto que a finalidade última do estudo econômico, para ela, era bastante prática (a salvação), não lhe interessava desenvolver raciocínios complexos com base em abstrações de homem, como o *homo economicus* marginalista ou o *homo faber* marxista. Embora elegantes, retóricas e até úteis para determinados estudos, essas abstrações restringem consideravelmente nossa capacidade de compreender e antecipar as ações econômicas dos homens, pois influenciáveis por fatores religiosos, afetivos, ideológicos e até temperamentais. Os comerciantes, os cambistas, os trabalhadores, enfim, os agentes sobre os quais a Escola formulava suas teorias eram pessoas concretas, dotadas de razão, de paixões e de fé. Não seria exagero dizer que a incapacidade dos economistas contemporâneos de terem previsto a crise de 2008 resulta em grande medida do foco demasiado em abstrações. Abstrações não ficam desempregadas, não se divorciam e não rezam por um futuro melhor.

2. Primeira etapa da viagem

O mercantilismo foi tudo menos um “sistema”, foi primordialmente um produto das mentes de estadistas, de altos funcionários públicos, e de líderes financeiros e comerciais da época.

Alexander Gray¹²

Esta primeira etapa de nossa viagem cobrirá um longo percurso de mais de dois séculos, correspondendo ao que chamaremos de Pensamento Econômico Antigo (PEA).

2.1. Estação de partida - Escola Mercantilista

Com o desaparecimento das condições geopolíticas, econômicas e sociais prevaletes ao longo da Idade Média e o surgimento, em seu lugar, de uma realidade muito mais dinâmica, surgiu a necessidade de uma doutrina compatível com essa nova situação.

Os fatores, segundo Henri Pirenne (1968), que contribuíram decisivamente para a desintegração do feudalismo foram a expansão do comércio, o ressurgimento das cidades e das atividades urbanas e a intensificação do uso da moeda.

Embora tenham se desenvolvido à revelia do modo de produção feudal, esses fatores foram se fortalecendo por meio de um processo de alimentação recíproca, dando origem a uma estrutura paralela – e muito mais dinâmica – do que a preexistente. Como costuma acontecer sempre que surgem situações similares, a estrutura dinâmica acabou por absorver a anterior.

Surge, então, um período que alguns historiadores chamam de mercantilista, enquanto outros preferem chamar de capitalismo mercantil, e outros ainda de etapa de acumulação primitiva de capital.

A Escola Mercantilista, como será aqui chamada, reúne as proposições mais relevantes desse período.

¹² GRAY, Alexander. *The development of economic doctrine*, 1948, p. 74.

Uma de suas noções básicas e de certa forma determinante da visão mercantilista como um todo é a de que a riqueza de uma nação é definida pelo volume de metais preciosos (em especial ouro e prata) que ela possui. Ora, como metais preciosos não são bens de reprodução livre, o estoque de riqueza disponível no mundo é fixo, de tal forma que, para um país enriquecer, outro tem de empobrecer.

Depreende-se, dessa ótica, que riqueza não se produz; riqueza se transfere ou se conquista. Em decorrência disso, as principais fontes geradoras de riqueza são o comércio internacional, a exploração colonial e, por fim, algumas práticas cuja importância foi se reduzindo à medida que as relações internacionais e o direito internacional foram se aperfeiçoando, tais como invasões, saques, contrabando e pirataria.

Tendo essa noção de riqueza nacional como pano de fundo, os diferentes países europeus que foram consolidando seus processos de unificação adotaram políticas econômicas que tinham como objetivo fundamental a obtenção de superávit nas relações comerciais e, para tanto, sua formulação continha como pilares o absolutismo político e o elevado intervencionismo econômico.

Outros elementos que compunham essas políticas econômicas eram: estímulo às exportações e restrições às importações; exacerbado protecionismo, levado a cabo por diversas práticas; fortalecimento do nacionalismo, da urbanização e das atividades mercantis; exploração colonial, aproveitando as oportunidades abertas pela expansão dos horizontes comerciais em consequência das grandes navegações.

Essa visão econômica, típica da Escola Mercantilista, que acredita que o enriquecimento de um país passa necessariamente pelo empobrecimento de outro(s) é conhecida como “jogo de soma zero”¹³.

2.2. Primeira parada - Escola Fisiocrata

Numa reação à excessiva intervenção governamental decorrente da prolongada influência das ideias mercantilistas, surgiu na Europa, na primeira metade do século XVIII, um movimento filosófico e cultural, que teve enorme influência

não apenas no plano das ideias, mas também nos acontecimentos ocorridos a partir da segunda metade do século. Chamado de Iluminismo, tinha como principais proposições a defesa da liberdade, dos valores individuais e da supremacia da razão.

O Iluminismo reuniu os maiores intelectuais da Europa da época, e seu maior legado escrito foi a *Grand Encyclopédie*, para a qual Quesnay contribuiu com dois verbetes: *fermiers* (fazendeiros), em 1756, e *grains* (cereais), em 1757.

Embora tenha tido influência em toda a Europa, o impacto do Iluminismo foi mais marcante na França e na Escócia, não por coincidência, os países que se tornaram berço das duas escolas de pensamento econômico que, na segunda metade do século, representaram o triunfo do liberalismo: a Escola Fisiocrata e a Escola Clássica. Assim sendo, pode-se dizer que a Escola Fisiocrata (ou Fisiocrática) constitui-se no braço econômico francês do Iluminismo.

Em que pese o caráter pontual e passageiro, já que teve uma influência localizada, não extrapolando os limites da França, e efêmera, não se estendendo por mais de duas décadas, a Escola Fisiocrata é apontada por um número razoavelmente expressivo de historiadores como a primeira Escola de Pensamento Econômico (EPE) digna desse nome.

A palavra fisiocracia, decomposta, significa governo da natureza, podendo-se depreender daí suas principais proposições: a ideia de ordem natural; o princípio do *laissez-faire*, *laissez-passer*, expressão que significa “deixe fazer, deixe passar” e que expressa a reação à excessiva intervenção governamental na economia; a agricultura (e a mineração em menor escala) era considerada a única atividade produtiva, por produzir um excedente, um produto líquido acima dos custos de produção; a proposta de um sistema tributário simplificado, no qual só os proprietários de terras pagariam impostos, preferivelmente diretos.

Com base nesses postulados, François Quesnay, o maior expoente da Escola Fisiocrata, que era médico, elaborou, em 1758, partindo dos conhecimentos que tinha do funcionamento do organismo humano, um modelo econômico que representava o funcionamento da economia francesa. Com o nome de *Tableau économique*, é considerada a obra magna dos fisiocratas. Apontado por John

¹³ Este e outros tipos de jogos serão objeto de análise no capítulo V, tópico 13: John Nash e a Teoria dos Jogos.

Kenneth Galbraith como um modelo econométrico pioneiro¹⁴, o modelo de Quesnay divide a sociedade francesa em três classes - produtiva, proprietária e estéril - e procura demonstrar o fluxo circular de produção, circulação e distribuição da riqueza numa economia livremente competitiva.

2.3. Segunda parada - Escola Clássica

Se a Escola Fisiocrata não conseguiu promover a disseminação das ideias liberais para além das fronteiras da França, a Escola Clássica o fez de forma consistente e por um período prolongado.

Também subproduto do Iluminismo, a Escola Clássica alinha entre seus precursores, Richard Cantillon e David Hume, mas seus nomes mais destacados são Adam Smith, David Ricardo, Thomas R. Malthus e Jean Baptiste Say.

Por ter sido uma EPE cuja influência se estendeu por muito tempo, a Escola Clássica reuniu pensadores que não eram exatamente contemporâneos. Adam Smith, por exemplo, viveu algumas décadas antes dos outros três nomes mais destacados da escola. Sendo assim, enquanto Smith testemunhou os primórdios da revolução industrial, razão pela qual deu grande ênfase à divisão do trabalho, os outros economistas da Escola Clássica viveram em estágios mais maduros do processo de industrialização, quando as condições prevaletentes já não eram exatamente as mesmas. Com isso, há, evidentemente, pontos de divergência, com algumas ideias que não são aceitas por todos. No entanto, as ideias que se seguem refletem a visão geral da Escola Clássica, sendo endossadas por seus principais expoentes:

- Para os clássicos, a riqueza de uma nação é representada pelo volume de bens e serviços colocados à disposição da coletividade (quanto maior esse volume, maior a riqueza). Consideravam todas as atividades econômicas produtivas e importantes para a promoção da riqueza nacional.
- Herdando dos fisiocratas a ideia do *laissez-faire*, *laissez-passer*, os clássicos acreditavam na eficiência do mercado regido pelo sistema de preços.

Consideravam a economia auto ajustável, tendendo para o equilíbrio sem necessidade de intervenção governamental.

- Smith acreditava que o Estado só tinha três funções: proteger a sociedade de ataques externos, administrar a justiça interna, e construir e manter obras e instituições públicas que os empresários privados não pudessem empreender lucrativamente. Embora Ricardo e Malthus fossem mais flexíveis e admitissem que o Estado deveria intervir também em outras situações, concordavam com a ideia da superioridade de uma sociedade baseada na propriedade privada e na livre iniciativa.
- Com exceção de Ricardo, os clássicos acreditavam na harmonia de interesses, segundo a qual cada indivíduo, na busca de seus próprios interesses, acaba contribuindo para o bem-estar geral da sociedade.

A prolongada influência das ideias da Escola Clássica explica, de certa forma, o amplo predomínio das economias caracterizadas pela reduzida intervenção do Estado, pela propriedade privada dos meios de produção, pela livre iniciativa empresarial, pela busca sistemática do lucro, e pelo mercado e sistema de preços como orientadores do processo econômico, ou seja, responsáveis pela indicação do que, como e para quem produzir. São as características daquilo que se convencionou chamar de sistema capitalista, cujo predomínio se fará sentir por um bom tempo nessa nossa viagem pela economia.

¹⁴ Em *A era da incerteza* (1984, p. 10), ao se referir à matriz insumo-produto, com a qual Wassily Leontief foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1973, Galbraith afirma: "Trata-se de uma ideia que descende diretamente, embora de forma distante, do Dr. Quesnay".

3. Conexão

O ritmo vagaroso do desenvolvimento do período da manufatura converteu-se num verdadeiro período de luta e embate da produção. Com uma velocidade cada vez mais acelerada, ia-se dando a divisão da sociedade em grandes capitalistas e proletários que nada possuem e, entre eles, em lugar da antiga classe média tranquila e estável, uma massa instável de artesãos e pequenos comerciantes, a parte mais flutuante da população, levava uma existência sem nenhuma segurança.

Friedrich Engels¹⁵

3.1. Notas introdutórias

Depois do longo trecho percorrido na primeira etapa de nossa viagem, que se estendeu por mais de 300 anos, parando nas estações das Escolas Mercantilista, Fisiocrata e Clássica, é chegada a hora de fazermos uma conexão.

Essa conexão, que antecede a próxima etapa da nossa viagem, corresponde à fase de transição entre o Pensamento Econômico Antigo (PEA), que dava mais ênfase aos aspectos ligados à produção da riqueza – qualquer que fosse a noção predominante de riqueza –, e o Pensamento Econômico Moderno (PEM), que passa a dar mais destaque aos aspectos sociais, ligados à distribuição da riqueza.

Tendo lugar na primeira metade do século XIX, essa conexão é caracterizada pela influência simultânea de três correntes de pensamento econômico: (i) a da Escola Clássica, que é a mais forte; (ii) a dos socialistas pré-marxistas, também conhecidos como socialistas utópicos; (iii) a de alguns dissidentes da Escola Clássica, que incorporaram à teoria econômica as primeiras noções de utilitarismo.

¹⁵ ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, 1984, p. 39.

3.2. A evolução do pensamento econômico na primeira metade do século XIX

O século XIX iniciou-se sob a influência crescente das ideias do liberalismo clássico e dos efeitos da revolução industrial. Graças a essas influências, os principais países europeus foram consolidando a organização de suas economias e pondo em prática os princípios consagrados por aquela corrente de pensamento: propriedade privada dos meios de produção, livre iniciativa empresarial, busca incessante do lucro, mercado e sistema de preços como principais orientadores das decisões dos agentes econômicos (o que, quanto, como e para quem produzir), tudo isso sob um cenário em que o Estado reduzia cada vez mais sua presença na economia, em contraste com o elevado grau de intervenção que havia prevalecido nos séculos anteriores, em razão do predomínio da visão mercantilista, que pode ser sintetizada no binômio “absolutismo político + intervencionismo econômico”.

Foi nesse cenário que os países pioneiros no processo de industrialização expandiram sistematicamente o volume de produção, aumentando consideravelmente a oferta de bens e serviços colocados à disposição das respectivas populações. Além disso, ampliavam mais e mais a diferença que os separava dos países que não conseguiam dar início a seus processos de industrialização, tanto na Europa como, principalmente, fora dela, nas longínquas terras da Ásia, da Oceania, da África e da América do Sul. A única exceção fica por conta dos Estados Unidos da América, cuja população, constituída em boa parte de imigrantes europeus e seus descendentes, já demonstrava um espírito empreendedor, o que permitiu que, em algumas regiões do norte e do leste, a industrialização começasse precocemente, poucas décadas depois de haver sido iniciada nos países pioneiros da Europa.

Porém, ao contrário do que imaginara Adam Smith, a revolução industrial não conduziu ao paraíso. Decorrido mais de meio século do início da revolução industrial, observava-se que a segurança da antiga economia agrícola – quase artesanal – dos vilarejos fora destruída. Com a urbanização desordenada¹⁶ que ocorreu em torno dos centros industriais emergentes, o novo

¹⁶ A respeito desses centros urbanos que cresceram de forma pioneira e sem qualquer planejamento por ocasião da revolução industrial (ou primeira revolução tecnológica), vale a pena conhecer o livro *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, de Maria Stella M. Bresciani (São Paulo: Brasiliense, 1985).

industrialismo trouxe fábricas cada vez maiores, e os trabalhadores passaram a viver apinhados em sua vizinhança, em favelas ou cortiços, onde o vício, o crime, as doenças, a fome, a miséria, a prostituição e a promiscuidade constituíam o cenário mais comum. Os acidentes industriais ocorriam com frequência, quer em função das longas jornadas de trabalho, quer em virtude do despreparo dos trabalhadores para interagirem com máquinas que iam sendo incorporadas ao processo produtivo, sem que houvesse qualquer treinamento para os que teriam que manejá-las. Tais acidentes traziam miséria, não havendo qualquer compensação para as famílias dos aleijados ou mortos. Não existiam direitos políticos para os assalariados e os sindicatos eram proibidos.

Nessas condições, a pobreza das massas parecia cada vez mais opressiva (uma vez que agora ficava mais aparente, já que concentrada nos centros industriais emergentes) e contrastante (à medida que as grandes fortunas se multiplicavam).

A constatação de que o simples aumento do volume e da diversidade dos bens e serviços produzidos não significava o fim da pobreza, uma vez que a concentração excessiva da renda e da riqueza dava a muitos a impressão de que a desigualdade estava até se expandindo, provocou, nas décadas iniciais do século XIX, o surgimento de duas correntes na história do pensamento econômico, que vieram se opor às ideias então dominantes do liberalismo clássico: a primeira, de diversos reformadores sociais, entre os quais Saint-Simon, Fourier e Robert Owen, que se tornaram conhecidos como socialistas utópicos, e que acreditavam numa mudança para uma sociedade mais justa por meio de reformas pacíficas e até apoiadas pelos grandes detentores de terra e de capital; a segunda, que tem em Stuart Mill seu exemplo mais ilustrativo, e onde podem ser enquadrados também Jeremy Bentham e Nassau William Senior, é de uma espécie de dissidência clássica, ou seja, pensadores que tiveram formação econômica por meio das ideias clássicas de Smith e de Ricardo, mas que foram pouco a pouco se afastando delas e incorporando em suas proposições doses crescentes de preocupação social, juntamente com as primeiras ideias utilitaristas.

Esse período, que corresponde à primeira metade do século XIX, e que teve a coexistência dessas três correntes do pensamento econômico disputando a capacidade de exercer influência sobre a sociedade, ficará registrado, portanto,

como uma etapa de conexão na nossa viagem pela economia. Se antes dela a principal preocupação residia na produção da riqueza, depois dela passou a estar relacionada à distribuição da riqueza, significando que preocupações de caráter social foram se tornando cada vez mais fortes na mente dos formuladores das teorias, doutrinas e mesmo das políticas econômicas. É o que veremos na próxima etapa da nossa viagem, com paradas nas estações das Escolas Socialista Marxista, Marginalista (ou Neoclássica) e Keynesiana.

4. Segunda etapa da viagem

Economia Política ou Economia é um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar.

Alfred Marshall¹⁷

A segunda etapa da nossa viagem pela história do pensamento econômico cobrirá um percurso bem mais curto do que o que foi percorrido na primeira etapa, pois se estenderá da metade do século XIX até a metade do século XX. Nesse trajeto de um século, faremos três paradas: a primeira, na estação da Escola Socialista Marxista; a segunda, na estação da Escola Marginalista (que, para alguns analistas, se confunde com a Escola Neoclássica); a terceira parada, por fim, na estação da Escola Keynesiana.

A característica mais importante desta etapa da nossa viagem reside no fato de que a ênfase da análise teórica recaiu nas questões sociais relacionadas à distribuição da riqueza. Chamarei esta fase de Pensamento Econômico Moderno (PEM). Das três escolas que dela fazem parte, a forte preocupação social é evidente em pelo menos duas delas, na Socialista e na Keynesiana. Já a Escola Marginalista (e/ou Neoclássica), que não apresenta uma preocupação social tão

¹⁷ MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*, v. I, 1982, p. 23.

clara, também pode ser enquadrada no Pensamento Econômico Moderno por tomar a demanda como ponto de partida de sua análise, contrapondo-se às escolas do Pensamento Econômico Antigo (PEA), muito mais preocupadas com a produção da riqueza e, portanto, com o lado da oferta da economia.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, iniciemos esta etapa da nossa viagem.

4.1. Estação de partida - Escola Socialista Marxista

As primeiras ideias socialistas dos tempos modernos surgiram na primeira metade do século XIX, com as propostas de Saint Simon, Robert Owen e Charles Fourier, conhecidos como socialistas utópicos. O fracasso dos socialistas utópicos em persuadir os capitalistas a aderirem a seus projetos humanitaristas fortaleceu ainda mais as ideias de Marx que defendia, entre outras, a tese de que a transição para uma sociedade mais justa só poderia ser feita por meio de um processo revolucionário - luta de classes - dado o caráter exploratório das relações assalariadas de produção, principal elemento definidor do modo de produção capitalista. Em sua pregação, Marx propunha a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, que passariam a ser coletivos e administrados por meio de órgãos centrais de planificação, aos quais incumbiria responder às questões fundamentais da economia: o que, quanto, como e para quem produzir.

Definido por Galbraith como “O Homem Universal”¹⁸, Marx fez uma análise extremamente abrangente e multidisciplinar, sendo quase impossível dissociar sua visão econômica de suas visões filosófica, política e sociológica.

Autor de vasta obra, duas merecem destaque especial numa viagem como esta: *O Manifesto Comunista*, com a coautoria de Friedrich Engels, publicada em 1848, e, principalmente, sua obra magna, *O Capital*, publicada em 1867.

Num esforço de síntese, pode-se dizer que as ideias de Marx apresentam-se constituídas de duas partes fundamentais, que, de acordo com os especialistas em pensamento marxista, não devem ser dissociadas, dado o seu alto grau de complementaridade: uma, envolvendo os aspectos filosófico e sociológico, tem

base nas formulações do filósofo alemão Hegel; outra, que engloba os aspectos político e econômico, revela as influências de Engels e do clássico David Ricardo, respectivamente.

A parte que compreende os aspectos filosófico e sociológico inclui a concepção materialista da história e o método dialético, enquanto que a parte que abarca os aspectos político e econômico inclui as teorias da exploração (mais-valia) e da evolução.

4.2. Primeira parada - Escola Marginalista (e/ou Neoclássica)

A rápida penetração das ideias socialistas, em especial entre os intelectuais e nos meios acadêmicos, estimulou o aparecimento quase simultâneo de trabalhos que apresentavam considerável grau de convergência, levados a cabo por pessoas diferentes, em lugares diferentes, e que trabalhavam independentemente umas das outras. Entre elas destacam-se William Stanley Jevons, na Inglaterra, Carl Menger, na Áustria, e Léon Walras, na Suíça. Nascia, nas pessoas desses três grandes nomes, o que se tornou conhecido como revolução marginalista, com três ramificações: Escola de Cambridge, Escola Austríaca e Escola de Lausanne, respectivamente. Embora reconhecendo a existência de problemas sociais não resolvidos em mais de um século de domínio das ideias clássicas na organização econômica dos principais países da Europa, os marginalistas discordavam dos socialistas em geral - e dos marxistas em particular - sobre a melhor forma de solucionar esses problemas. Tinham, no entanto, uma certeza: não deveria ser pela modificação da estrutura de produção capitalista, que consagrava os princípios liberais clássicos da propriedade privada, da livre iniciativa e da busca incessante do lucro. Afinal, o próprio Marx reconhecera a eficiência disso ao afirmar que “a burguesia, durante o seu domínio de quase cem anos, criou forças produtivas mais maciças e colossais do que todas as gerações precedentes juntas”¹⁹.

Vindo, portanto, em defesa dos princípios clássicos na época tão combatidos pelos socialistas, os marginalistas dessa primeira geração fizeram a apologia do *laissez-faire* e foram responsáveis por algumas contribuições notáveis para a

¹⁸ GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*, 1984, p. 71.

¹⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*, 2017, p. 17.

evolução da teoria econômica, entre as quais merecem destaque, segundo Oser e Blanchfield (1983): a atenção sobre a margem, estendendo a toda a teoria econômica o princípio marginal que Ricardo desenvolveu em sua teoria da renda; a abordagem predominantemente microeconômica; a análise baseada num sistema econômico com concorrência perfeita, que tende ao equilíbrio, cujos modelos de análise eram construídos como uma abstração da realidade, tendo por cenário dominante um grande número de empresários pequenos e médios, que agiam independentemente, existindo muitos compradores, muitos vendedores, produtos homogêneos, preços uniformes e sem influência da propaganda; a demanda, que depende da utilidade marginal, como força primária para a determinação de preços; a abordagem hedonista, supondo que as decisões racionais dos agentes econômicos ocorrem sempre no sentido de maximizar o prazer e/ou minimizar o desprazer.

Embora Jevons, Menger e Walras sejam lembrados como os pioneiros da revolução marginalista, coube ao inglês Alfred Marshall o lugar mais destacado dessa corrente na história do pensamento econômico, ainda que muitos façam questão de distingui-lo de seus antecessores, qualificando-o como neoclássico²⁰.

4.3. Segunda parada - Escola Keynesiana

John Maynard Keynes, considerado por muitos analistas o maior economista do século XX, é descendente de uma família de classe média alta. Não teve dificuldade para galgar posições no serviço público da Inglaterra, integrando, na condição de representante do Tesouro, a delegação inglesa na Conferência de Paz de Versalhes, realizada ao final da Primeira Guerra Mundial. Discordando, porém, dos rumos que as discussões estavam tomando, abandonou a delegação e voltou à Inglaterra antes do encerramento da Conferência. Escreveu, então, *As consequências econômicas da paz*, alertando para os problemas que adviriam se as retaliações que estavam sendo cogitadas na Conferência de Paz fossem realmente impostas aos países derrotados. A confirmação das terríveis previsões

²⁰ Essa distinção, como ficará mais claro no capítulo dedicado a Alfred Marshall, decorre basicamente da determinação do valor, que, para os marginalistas depende exclusivamente da utilidade marginal, ao passo que, para Marshall, depende, também, de fatores ligados ao custo de produção, o que significa dizer que ele leva em conta também o valor do trabalho, anteriormente considerado, entre outros, por David Ricardo e Karl Marx.

de Keynes, com as hiperinflações da Alemanha, da Hungria, da Áustria e da Polônia, na primeira parte da década de 1920, serviu não apenas para demonstrar como sua análise estava correta, mas também para recuperar sua imagem pública, abalada com a decisão de abandonar a delegação diplomática de seu país.

Sua maior contribuição para a teoria econômica foi a publicação, em 1936, de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Embora possua sólida formação matemática, Keynes escreveu um livro extremamente acessível, sem fazer uso de seu farto conhecimento sobre os métodos quantitativos. Com isso, *A teoria geral* (nome com o qual o livro normalmente é mencionado) tornou-se um livro de leitura razoavelmente acessível, que acabou se transformando em referência obrigatória dos cursos de economia em todo o mundo.

Impossível, nesta etapa de nossa viagem pela economia, tratar de toda a contribuição de Keynes para a teoria econômica. Entre as mais relevantes, porém, estão: (i) a crítica à teoria do *laissez-faire, laissez-passer*, até então amplamente dominante, segundo a qual a economia tende naturalmente ao equilíbrio, sem necessidade de intervenção governamental; (ii) a defesa de um papel mais significativo para os instrumentos de política fiscal na definição e execução das políticas econômicas, até então fortemente dominadas pelos instrumentos de política monetária e cambial; (iii) a intransigente busca do pleno emprego como objetivo fundamental da política econômica; (iv) a valorização da contabilidade nacional, que passa a ser vista como elemento essencial para a análise e formulação de políticas econômicas; (v) a teoria do multiplicador.

A influência de suas ideias - consideradas por muita gente como a base da recuperação da economia capitalista, vigorosamente abalada pela Grande Depressão - foi tão ampla que se tornou comum o emprego da expressão "consenso keynesiano", em razão da proliferação de políticas econômicas inspiradas em suas ideias nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. Os pilares básicos desse consenso, segundo Eduardo Giannetti²¹, são a defesa da economia mista, a montagem e manutenção do Estado do Bem-Estar (*Welfare State*) e a obtenção do pleno emprego no curto prazo, ainda que ao custo de alguma inflação.

²¹ GIANNETTI, Eduardo. *Desenvolvimento e transição econômica: a experiência brasileira*. Paper mimeografado de 1991, elaborado para um workshop universitário.

Com a consagração de suas ideias, o keynesianismo se transformou no terceiro grande paradigma do pensamento econômico, que dominou os debates sobre teoria e política econômica ao longo do século XX. Nesse debate, o pensamento neoclássico representa a visão liberal, favorável à propriedade privada dos meios de produção e à reduzida intervenção governamental; o pensamento marxista representa a visão oposta, favorável à coletivização dos meios de produção e à acentuada intervenção governamental; o pensamento keynesiano representa a visão intermediária, defendendo a preservação da propriedade privada dos meios de produção, mas admitindo a intervenção governamental por meio da manipulação da demanda agregada, a fim de promover o pleno emprego no curto prazo.

Como na economia nada dura para sempre, as décadas finais do século XX testemunharam o fim da euforia e o início de uma época de duras críticas às políticas econômicas de inspiração keynesiana, aspecto que será retomado na próxima etapa desta viagem pela história do pensamento econômico, em que procurarei fazer um mapeamento das principais vertentes do Pensamento Econômico Contemporâneo (PEC).

5. Possibilidades de baldeação

Recentemente, o uso da matemática difundiu-se grandemente na ciência econômica, e os caminhos através dos quais se efetuou essa difusão são de natureza variada.

Cláudio Napoleoni²²

Nesta quinta e última etapa de nossa viagem pela história do pensamento econômico, o foco recairá sobre as possibilidades de baldeação, representadas pelas mais recentes contribuições à teoria econômica.

Considerando que a segunda etapa de nossa viagem se estendeu até a Escola Keynesiana, esta última etapa abrangerá, inicialmente, a contribuição

²² NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*, s/d, p. 111.

de um economista, Joseph A. Schumpeter, cuja produção intelectual se situa principalmente no final da década de 1930 e nas décadas de 1940 e 1950 e que, pela originalidade de suas ideias, é de difícil enquadramento em alguma escola de pensamento econômico.

Concluída essa breve visão da contribuição desse importante economista, farei um breve esclarecimento a respeito de questões semânticas envolvendo o risco do uso dos prefixos “neo” e “pós” antes das expressões que caracterizam as três grandes correntes de pensamento econômico. Em seguida, apontarei, de forma bem sucinta, as características essenciais do contexto histórico e social que vão se constituir no pano de fundo para a produção das teorias - e políticas - econômicas na segunda metade do século XX.

Na sequência, as contribuições mais recentes da teoria econômica com base em três paradigmas²³ considerados de maior relevância na História do Pensamento Econômico (HPE): o liberal, que defende a reduzida intervenção governamental; o socialista, que prega a ampla intervenção governamental; e o keynesiano, que se coloca numa posição intermediária, propondo uma intervenção parcial do Estado na economia.

Nas considerações finais, serão citadas algumas novíssimas e até certo ponto independentes contribuições, assim como algumas tendências da história do pensamento econômico.

5.1. O não enquadrável Schumpeter

O austríaco naturalizado norte-americano Joseph Alois Schumpeter desenvolveu ideias próprias que, de tão originais, tornam impossível seu enquadramento em qualquer das grandes escolas de pensamento econômico.

A exemplo do que ocorre com Stuart Mill, também não é fácil enquadrar Joseph A. Schumpeter numa determinada escola de pensamento econômico, tanto assim que diversos manuais de HPE fazem menção a uma Escola Schumpeteriana,

²³ A expressão paradigma é aqui empregada na acepção a ela conferida por Thomas Khun no consagrado livro *A estrutura das revoluções científicas*. De acordo com essa concepção, “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (1982, p. 13).

colocando-o, portanto, no exclusivo patamar dos criadores de uma corrente ou doutrina de pensamento econômico. De suas diversas contribuições, uma das que merecem destaque para todos aqueles que se propõem a examinar a evolução das ideias econômicas diz respeito ao fato dele ter sido um dos precursores da teoria do desenvolvimento capitalista, oferecendo importante contribuição à economia contemporânea, particularmente no estudo dos ciclos econômicos.

Outras duas importantes contribuições de Schumpeter não podem faltar a essa nossa viagem pela economia: a primeira delas é a ênfase por ele atribuída ao empreendedor e, em especial, às inovações tecnológicas; a segunda diz respeito à noção de destruição criativa, que é, de certa forma, um complemento da ênfase atribuída por Schumpeter ao empreendedor.

No tópico 1 do capítulo V, destinado ao Pensamento Econômico Contemporâneo, as contribuições de Schumpeter serão examinadas com um grau bem mais elevado de detalhamento.

5.2. Problemas semânticos: o risco do uso dos prefixos “neo” e “pós”

Perdi a conta do número de vezes que deixei meus interlocutores em palpos de aranha ao perguntar-lhes a diferença entre liberalismo e neoliberalismo, ou entre modelo liberal e modelo neoliberal. Na maioria das vezes não obtive resposta. E, nas poucas vezes em que a obtive, era sempre uma das duas: 1. o modelo liberal é aquele baseado nas ideias iluministas surgidas no século XVIII, que teve como expoentes máximos Voltaire e John Locke, no plano político-filosófico, e Adam Smith, no plano econômico; já o modelo neoliberal é produto das Escolas Marginalista e Neoclássica, cujas ideias foram se estendendo no tempo graças às contribuições de sucessivas gerações de economistas, entre os quais Alfred Marshall, Cecil Pigou, Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e uma série de outros; 2. a mesma caracterização quanto ao modelo liberal; já o modelo neoliberal é constituído por uma série de propostas que fazem parte do Consenso de Washington²⁴, surgidas num grupo de economistas liderados por John Williamson.

²⁴ SILVA, Samuel. Repensar o desenvolvimento. *Ideias Liberais*, 1997, ano IV, n. 69, p. 5-6.

A título de ilustração dos esforços feitos por diversos autores para estabelecer essa diferença, reproduzo, a seguir, um texto da professora Andréa Cury Waslander (1996, p. 3):

O pensamento econômico liberal pode ser dividido em três grandes blocos: o *liberalismo iluminista* do século XVIII, o *liberalismo utilitarista* do século XIX e o neoliberalismo do século XX.

Precedendo as Revoluções Francesa e Industrial, o *liberalismo iluminista* do final do século XVIII veio se contrapor ao mercantilismo e a toda espécie de regras governamentais derivadas desta tentativa de dirigismo estatal. Deste movimento fizeram parte além de Adam Smith, autores como David Hume e François Quesnay.

Surgido no século XIX na Inglaterra, o *liberalismo utilitarista* precisava de respostas a problemas urgentes. A pobreza em massa causada pela Revolução Industrial, a pressão do pensamento socialista e a instabilidade causada pelas Revoluções Francesa e Industrial pediam soluções imediatas. Por isso, autores como Jeremy Bentham, John Stuart Mill, Thomas Malthus e Alfred Marshall tentaram apresentar propostas concretas de mudanças e reformas sociais.

No pós Segunda Guerra Mundial, surgiu o *neoliberalismo*, em contraposição ao keynesianismo e ao Estado do Bem-Estar. Deste grupo fazem parte a Escola Austríaca de Friedrich Hayek e Karl Popper, a Escola Monetária de Chicago de Milton Friedman e George Stigler e a Escola da Escolha Pública de James Buchanan.²⁵

Apesar da justificativa da autora, esse tipo de distinção não me parece adequada. A meu juízo, a essência das ideias é o que conta. E, nesse sentido, liberalismo, como descreve Jacy Mendonça (1996, p. 2): “é a posição do pensamento humano que busca defender a liberdade do homem face a todos os riscos a que está sujeita, principalmente em suas relações com o Estado”. Nesse sentido, uma

²⁵ Em Quem tem medo do liberalismo? (*Ideias Liberais*, 1994, ano III, n. 13, p. 3), o prof. Eduardo Giannetti afirma que “o próprio neoliberalismo compreende uma enorme variedade de correntes e posições. Sua ascensão mundial, a partir dos anos [19]80, está associada a um movimento intelectual para o qual convergiram pelo menos três escolas de pensamento: 1) A austríaca ou subjetivista (Popper, Hayek e Kirzner); 2) A monetarista de Chicago (Friedman, Stigler e Becker); 3) A escolha pública de Virginia (Downs, Buchanan e Tullock)”.

sociedade liberal é aquela que se pauta em diversos conteúdos lógicos e pressupostos jurídicos que podem ser assim sintetizados:

- a liberdade jurídica do homem, traduzida na proteção à vida, à propriedade, aos contratos, à expressão do pensamento; à liberdade de associação e de emprego e à liberdade de ir e vir, sem o que não há possibilidade de realização do ser humano;
- a liberdade política, fundada no regime democrático e no Estado de Direito, pois qualquer forma de constituição do poder político que não seja gerada pela livre escolha e qualquer imposição do que fazer ou deixar de fazer que não decorra estritamente dos termos da lei, agridem injustificadamente a liberdade do cidadão;
- a liberdade econômica, traduzida na livre iniciativa, no livre mercado, na livre concorrência e no combate a tudo o que comprometa o exercício dessas liberdades, como monopólios, reservas e subsídios, pois a todos os cidadãos deve ser assegurado o direito de participar igualmente do processo econômico e as restrições a esta possibilidade devem decorrer exclusivamente do encontro ou desencontro natural das liberdades individuais;
- a responsabilidade social²⁶, ou seja, a supremacia do homem sócio face à organização política da sociedade, com reconhecimento de que não é função do Estado aquilo que a sociedade mesma pode assumir, não é atribuição da União aquilo de que os estados membros podem cuidar, não é finalidade dos estados membros aquilo que pode ser assumido pelos municípios e não deve ser feito nem mesmo pelos municípios aquilo que os cidadãos diretamente podem fazer (MENDONÇA, 1996, p. 2-3).

Respeitadas essas ideias-chave, é natural que podem ser observadas pequenas variações quanto à sua aplicação sob a forma de políticas econômicas, uma vez que a sociedade está em contínuo processo de evolução e, sendo assim, as ideias precisam se adequar aos diferentes contextos. O importante, porém, é que a essência não seja alterada e que as ideias básicas antes citadas permaneçam as mesmas.

²⁶ O que Jacy Mendonça descreve como responsabilidade social é apresentado por muitos autores como “princípio da subsidiariedade”.

Vale ressaltar que a mesma observação se aplica às expressões neomarxista ou neokeynesiano. Também, nesses casos, o que importa é a essência das ideias e não eventuais variações conjunturais, necessárias, acima de tudo, à adequação dessas ideias a contextos históricos específicos.

5.3. Contexto histórico-social na transição para a segunda metade do século XX

Para que se compreenda o porquê do vigoroso ressurgimento das políticas econômicas de inspiração liberal na década de 1980 (no plano acadêmico, esse ressurgimento ocorreu com uma ou duas décadas de antecedência), é necessário considerar as condições prevalentes durante as décadas de 1950 e, principalmente, 1960 e 1970.

Gostaria de mencionar, ainda que de forma sumária, três fatores que, a meu juízo, precisam ser levados em conta quando se analisa o contexto histórico desse período. Esses três fatores tiveram um significado muito expressivo, visto que contribuíram para que muitas ideias, teorias e políticas econômicas até então consideradas de fronteira entrassem em rápida obsolescência.

O primeiro deles diz respeito ao excepcional desenvolvimento dos meios de comunicação e da informática, que, em conjunto, tornaram as informações de uma forma geral - e as econômicas em particular - muito mais acessíveis ao público. Em decorrência dessa popularização da informação muito mais pessoas passaram a entender melhor os acontecimentos e reagir com muito mais rapidez às variações dos indicadores econômicos. Além disso, os computadores tornaram possível a elaboração de modelos de análise mais e mais complexos, o que explica, em parte, a proliferação dos modelos econômicos fundamentados em métodos cada vez mais sofisticados de análise quantitativa.

O segundo fator importante refere-se à crescente interferência governamental nas decisões econômicas, fazendo do Estado, muitas vezes, um dos mais destacados agentes econômicos, mesmo nas economias não socialistas. Tal fenômeno deriva da aplicação generalizada de políticas econômicas inspiradas nas ideias de Keynes. O uso dessas políticas foi tão amplo no Ocidente desenvolvido que se tornou comum o uso da expressão “consenso keynesiano”, cujos pilares básicos, segundo Giannetti, são: a economia mista, o Estado do Bem-Estar e a

busca do pleno emprego no curto prazo por meio de orçamentos deficitários.

O terceiro e último fator apresenta caráter ideológico. O mundo vivia sob o clima de permanente tensão provocado pela guerra fria, decorrente da acirrada disputa pela hegemonia por parte dos dois grandes blocos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, liderado pela União Soviética. Esse clima fazia com que a ideologia se constituísse, frequentemente, num fator de influência muito forte a atuar tanto sobre os teóricos da Economia, como sobre os responsáveis pela formulação das políticas econômicas.

A década de 1970, marcada pela política de reaproximação (*détente*) entre as duas então grandes superpotências Estados Unidos e União Soviética e também a China, testemunhou o esfriamento do clima de alta tensão e, ato contínuo, viu nascer uma série de iniciativas diplomáticas, políticas, econômicas, estratégicas e militares que indicavam que o mundo caminhava para uma nova era, na qual o fator ideológico não mais teria o mesmo peso observado até então. A derrocada dos países socialistas no final da década de 1980 apenas consolidou essa tendência.

A década de 1970 testemunhou também o esgotamento das políticas econômicas que dependiam acentuadamente dos investimentos governamentais, como as de inspiração keynesiana. Pouco a pouco, os países que adotaram esse tipo de política econômica viram-se em dificuldade para manter o Estado do Bem-Estar e, em consequência disso, passaram a conviver com problemas orçamentários cada vez mais graves, muitas vezes associados à existência simultânea de inflação e desemprego (Tabela 1.1.). O alto custo de manutenção do Estado do Bem-Estar havia feito com que o nível dos impostos atingisse em alguns países patamares estratosféricos, o que, como não poderia deixar de ser, causava enorme insatisfação dos contribuintes. Essa existência simultânea de inflação e desemprego, resultando no que os economistas chamam de estagflação, punha em xeque um dos corolários da teoria keynesiana, consubstanciado na famosa Curva de Philips, qual seja: há uma relação inversa entre inflação e desemprego (ou hiato do PIB). Dito, em outras palavras, inflação e desemprego seriam fenômenos excludentes entre si, de tal forma que políticas inflacionárias deveriam ser usadas para combater o desemprego, enquanto políticas recessivas e, portanto, geradoras de desemprego, deveriam ser utilizadas para reduzir a

inflação. O que se viu, porém, na realidade, é que, em países de diferentes partes do mundo, inflação e desemprego coexistiram por períodos consideráveis de tempo a partir do final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980.

Tabela 1.1.
Inflação elevada, hiperinflação e estabilização, 1970-1989
(Índices mensais e número de meses e anos)

País (ano do Programa de Estabilização)	Índice mensal médio ^a			Índice máximo verificado (Data)	Meses com índices > 50% (> 25%)	Anos com inflação anual com índice > 100%	
	1970-79	1980-85	1986-90			1970-79	1980-89
Chile (1975)	7,6	1,7	1,4	88 (10/73)	1 (1)	4	0
Bolívia (1985)	1,4	18,5	2,1	182 (2/85)	9 (16)	0	5
Argentina (1985)	6,8	11,9	19,0	197 (7/89)	3 (16)	5	10
Brasil (1986)	2,4	7,9	19,7	73 (1/90)	3 (16)	0	8
Israel (1985)	2,6	9,1	1,4	28 (7/85)	0 (1)	0	6
México (1988)	1,2	3,9	4,8 ^b	15 (1/88)	0 (0)	0	3
Turquia (1980)	1,9	3,3	3,8	21 (2/80)	0 (0)	0	1
Iugoslávia (1990)	1,4	3,4	14,5	60 (12/89)	3 (7)	0	3
Polônia ^c	0,3	9,6	8,6	77 (1/90)	2 (5)	0	2

Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics.

^a Índices médios mensais referem-se aos períodos de janeiro do primeiro ano até dezembro do último ano, exceto para 1990, no qual muitos dos dados se referem apenas aos meses de janeiro e fevereiro.

^b De abril/1988 a abril/1990, o índice médio mensal foi de 1,7%.

^c Com base em dados anuais até 1987 e em dados mensais de 1988 até 1990.

O mesmo ocorreu nos países da América Latina, com o esgotamento do chamado modelo de substituição de importações, que dera bons resultados na promoção do crescimento econômico acelerado via elevado investimento público. Após mais de duas décadas de relativo êxito, a década de 1980 ficou conhecida na América Latina como “a década perdida”, com o crescimento do PIB por habitante nesse período registrando variação negativa de 8,3%, segundo índice geral elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), incluindo todos os países latino-americanos com exceção de Cuba, cujo conceito de produto social é diferente do obtido pelos demais países (Tabela 1.2.)²⁷.

Tabela 1.2.
Crescimento do PIB por habitante
1981-1989

América Latina	- 8,3	Chile	9,6
Bolívia	- 26,6	Haiti	- 18,6
Equador	- 1,1	Honduras	- 12,0
México	- 9,2	Nicarágua	- 33,1
Peru	- 24,7	Panamá	- 17,2
Venezuela	- 24,9	Paraguai	0,0
Argentina	- 23,5	República Dominicana	2,0
Brasil	- 0,4	Uruguai	- 7,2
Colômbia	13,9	Guatemala	- 18,2
Costa Rica	- 6,1	El Salvador	- 17,4

Fonte: Cepal

²⁷ Weffort, Francisco. *Qual Democracia?*, p. 67.

5.4. Ramificações do pensamento econômico liberal contemporâneo

Os comentários e reflexões que se seguem serão feitos com base na tentativa de agrupamento das diversas correntes do pensamento econômico liberal contemporâneo (ver Quadro 1.1.).

1º) O expressivo número de economistas liberais laureados com o Prêmio Nobel em anos recentes (indicados no quadro com o ano em que foram premiados) revela, no mínimo, certo reconhecimento da comunidade científica aos trabalhos e às pesquisas por eles desenvolvidos.

2º) O agrupamento das escolas ou vertentes do pensamento econômico contemporâneo em determinadas correntes constitui-se numa tentativa de reuni-las com base em um núcleo de ideias mais ou menos comuns. Trata-se, evidentemente, de uma opção pessoal e arbitrária. Por esse motivo, qualquer equívoco que possa ser observado nessa pretensão é de minha total e exclusiva responsabilidade.

Quadro 1.1.

LIBERALISMO ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO		
Quadro geral		
CONTRATUALISMO	→ Teoria da Escolha Pública	<i>J. Buchanan (1986)</i> <i>G. Tullock</i>
	→ Escola do direito de propriedade	<i>R. Coase (1991)</i> <i>G. Becker (1992)</i>
	→ Neoinstitucionalismo	<i>D. North (1993)</i> <i>O. Williamson</i>
EVOLUCIONISMO	→ Escola Austríaca	<i>F. Hayek (1974)</i> <i>L. von Mises</i> <i>I. Kirzner</i>
	→ Escola Libertária (EUA)	<i>M. Rothbard</i> <i>D. Friedman</i>
MONETARISMO	→ Escola de Chicago	<i>M. Friedman (1976)</i> <i>G. Stigler (1982)</i>
NOVA ECONOMIA CLÁSSICA	→ Teoria das Expectativas Racionais	<i>R. Lucas (1995)</i> <i>T. Sargent</i>
	→ Economia da Oferta	<i>A. Lafer</i>

Fonte: MACHADO, 2004, p. 103.

3º) Como afirma o prof. Eduardo Giannetti (1994, p. 3), acerca das posições comuns e das divergências encontradas entre essas diversas vertentes:

Todas elas se ergueram contra o alargamento das fronteiras econômicas do Estado, o paternalismo e o cerceamento da liberdade individual. Todas defenderam o mercado regido pelo sistema de preços contra o planejamento central, a economia mista e o ativismo macroeconômico. Daí seu prolongado ostracismo na maré alta da “nova esquerda” e do “grande consenso keynesiano”, até meados dos anos 1970, e daí sua inclusão no campo neoliberal.

Embora concordem no que se refere aos aspectos supramencionados, essas diversas correntes ou escolas de pensamento apresentam, de acordo com Giannetti (1994, p. 4), uma série de divergências acerca de determinados assuntos pontuais:

O que é certo, contudo, é que nenhum dos expoentes contemporâneos do neoliberalismo defende aquele “laissez-faire” tão puro quanto ingênuo - coisas do tipo “Estado-vigia” ou “anarquia mais o delegado” - que seus críticos teimam em lhes imputar, ainda que ao abrigo confortável de vaguíssimas generalizações.

4º) Vale destacar o caráter altamente simplista e genérico das acusações dirigidas ao liberalismo e, principalmente, ao neoliberalismo. Na quase totalidade das vezes, aparecem sem quaisquer referências específicas a pensadores liberais. Novamente cito o prof. Eduardo Giannetti (1994, p. 2), que a esse respeito assim se expressou:

O neoliberalismo é bombardeado de acusações genéricas, mas ninguém se arrisca a citar um nome sequer de autor que tenha defendido tais ideias. A razão é simples - alvos tão vagos e mal definidos são fáceis de “acertar”. Dar nome aos bois revelaria o despropósito da acusação e deixaria o acusador nu.

5º) O enquadramento da Teoria da Escolha Pública, da Escola do Direito de Propriedade e do Neoinstitucionalismo numa corrente denominada Contratualista reflete uma forte aproximação da Economia com o Direito e a Política, aspecto muito bem explicado num livro publicado pelo Instituto Liberal intitulado

A Economia do Direito e da Lei (1994). Vale ressaltar que, nessa aproximação, se percebe a interdependência cada vez maior entre essas três esferas do conhecimento. Em outras palavras, o economista precisa conhecer cada vez mais aspectos do Direito e da Ciência Política, porque a influência desses fatores na Economia é cada vez mais nítida. O mesmo vale para juristas e cientistas políticos.

6º) Das diversas correntes citadas no Quadro 1.1., a única que, a bem da verdade, pode ser acusada de radical, em sua posição quase anárquica, é a Escola Libertária, de expressão e influência relativamente limitadas aos Estados Unidos e que tem entre seus adeptos mais conhecidos o filho rebelde de Milton Friedman, David. De acordo com o prof. Giannetti (1994, p. 4), seus adeptos, “na tradição de Marx e Herbert Spencer, sonham com o dia em que homens livres irão se desvencilhar do Estado enquanto poder coercitivo e o exercício odioso da autoridade política dará lugar à simples ‘administração das coisas’”.

7º) A Economia da Oferta aparece isolada e desvinculada de qualquer corrente do pensamento econômico liberal, uma vez que não vislumbrei nenhum ponto comum que justificasse seu enquadramento em qualquer das outras correntes citadas.

8º) Os nomes indicados nas diferentes escolas de pensamento incluídas no Quadro 1.1. têm o objetivo de servir de referência. Não há, no entanto, consenso nem quanto aos nomes das correntes por mim escolhidos, nem quanto à associação desses autores a determinada escola. Apenas a título de ilustração, o nome de Gary Becker, por ser professor na Universidade de Chicago, aparece muitas vezes como sendo representante da Escola de Chicago, portanto da corrente monetarista.

5.5. A evolução recente do pensamento econômico socialista

A influência das ideias de Marx foi extraordinária, uma vez que propiciou o aparecimento de um expressivo número de ramificações do pensamento socialista desde a segunda metade do século XIX.

Ainda que problemático, ousar fazer, a exemplo do que fiz no pensamento liberal contemporâneo, um enquadramento dessas ramificações.

Quadro 1.2.
Ramificações do socialismo no século XIX

Ramificação	Expoentes
Anarquismo	Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876) Piotr Alekseievitch Kropotkin (1842-1921)
Revisionismo	Eduard Bernstein (1850-1932) na Alemanha Os socialistas fabianos na Inglaterra, liderados por Sidney Webb (1859-1947) e Beatrice Webb (1858-1942)
Socialismo de Estado	Louis Blanc (1811-1882) Ferdinand Lassalle (1825-1864)
Socialismo cristão	Charles Kingsley (1819-1875)
Sindicalismo	Georges Sorel (1847-1922)

Fonte: Elaboração do autor.

Essa influência cresceu consideravelmente, tanto no plano das ideias como no plano real, em decorrência da vitória dos bolcheviques na revolução russa de outubro de 1917.

No plano real, essa influência atingiu tal magnitude que, por volta da década de 1980, cerca de dois terços (ou três quintos) da população mundial viviam em países socialistas ou em países governados por partidos socialistas ou comunistas. Havia ainda minorias socialistas em conjunturas não socialistas.

Essa poderosa influência fez com que, também no plano das ideias, surgissem diversos pensadores que seguiam, mais ou menos diretamente, as ideias marxistas.

Sem contar Friedrich Engels (1820-1895), coautor de *O Manifesto Comunista* (1848), podemos começar por Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin (1870-1924). No plano real, sua importância é evidente, como principal mentor da revolução russa. No plano teórico, Lênin foi autor de livros que tiveram boa repercussão, como *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899), *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916) e *O Estado e a revolução* (1917).

Na mesma época e na mesma linha, abordando a questão do imperialismo capitalista, podemos citar: John A. Hobson (1858-1940), autor de *A evolução do capitalismo moderno, um estudo da produção mecanizada* (1894) e de *Imperialismo, um estudo sobre o discurso político-econômico* (1902); e Rosa Luxemburg (1871-1919), cuja principal obra foi *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo* (1913).

Mais tarde, destacaram-se Michal Kalecki (1899-1970), autor de importantes estudos a respeito dos ciclos econômicos e de obras relevantes, entre as quais *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo na economia capitalista* (1954), Maurice Dobb (1900-1976), autor de *A evolução do capitalismo* (1945), Paul M. Sweezy (1910-2004), autor de *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista* (1942), Paul Baran (1910-1964), autor de *A economia política do desenvolvimento* (1956), e Ernest Mandel (1923-1995), autor de *Formação do pensamento econômico de Karl Marx* (1967), e *O capitalismo tardio* (1972).

Vale mencionar também Oskar Lange (1904-1965), que travou interessante debate com seus contemporâneos da Escola Austríaca, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Suas obras mais conhecidas são *Introdução à economia política* (1959), *Ensaio sobre planificação econômica* (1960) e *Problemas da economia socialista e da planificação* (1964).

Outro grande divulgador do pensamento marxista foi o húngaro István Mészáros (1930-2017), autor, entre outros livros, de *A teoria da alienação em Marx* (1970), *Produção destrutiva e Estado capitalista* (1989) e *A crise estrutural do capital* (2009).

Entre os historiadores, pelo menos dois merecem destaque, a meu juízo, por sua enorme influência. O primeiro é Leo Huberman (1903-1968), autor de *A história da riqueza do homem* (1936), livro amplamente utilizado em escolas de ensino médio no Brasil. O outro é Eric Hobsbawm (1917-2012), responsável por extensa obra que inclui, entre outros, os livros *A era das revoluções: Europa 1789-1848* (1962), *Da revolução industrial ao imperialismo* (1968), *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991* (1994), a autobiografia *Tempos interessantes: uma vida no século XX* (2002), e *Globalização, democracia e terrorismo* (2007).

Entre os brasileiros, destaque para Jacob Gorender (1923-2013), Paul Singer (1932-2018) e Lenina Pomeranz, professora da FEA-USP, que publicou em 2018 *Do socialismo soviético ao capitalismo russo*.

Com a queda do muro de Berlim e o esfacelamento do império soviético, verificados a partir de 1989, a influência das ideias marxistas no mundo reduziu-se acentuadamente. Porém, suas principais experiências - a versão russa, leninismo, e a versão chinesa, maoísmo - constituem riquíssimo registro histórico e merecem exame apurado, o que será feito nos tópicos 1.4.1. e 1.4.2. do capítulo IV.

5.6. Fragmentos do pensamento contemporâneo sob a ótica keynesiana

Gilberto Tadeu Lima, João Sicsú e Luiz Fernando de Paula coordenaram a produção do livro *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea* (1999), que examina com precisão e rigor a evolução das ideias keynesianas e propõe a classificação dos seguidores do economista inglês em determinados grupos.

De acordo com Lima, Sicsú e de Paula (1999, p. 18):

... uma das mais influentes interpretações da teoria de Keynes deveu-se a James Tobin, Paul Samuelson, Franco Modigliani e Robert Solow, todos laureados com o Prêmio Nobel de Economia. Conhecidos atualmente como velhos keynesianos, influenciaram gerações de economistas, particularmente durante as décadas de 1950 e 1960, tendo sido responsáveis pela versão então oficial da economia keynesiana nos Estados Unidos e, por decorrência, no restante do mundo.

Keynes e os velhos keynesianos, cuja influência se estendeu do plano teórico ao plano da política econômica, estiveram no centro do debate que se travou com pensadores liberais, num primeiro momento representados pela Escola Austríaca de von Mises e Hayek, e mais tarde com a corrente monetarista liderada por Milton Friedman e George Stigler.

Representantes de diferentes gerações da visão keynesiana e da visão liberal travaram interessante debate que, de certa forma, estende-se até os dias de hoje. Nas décadas de 1960 e 1970, quando Milton Friedman e George Stigler, da Escola de Chicago, criticaram veementemente a política econômica excessivamen-

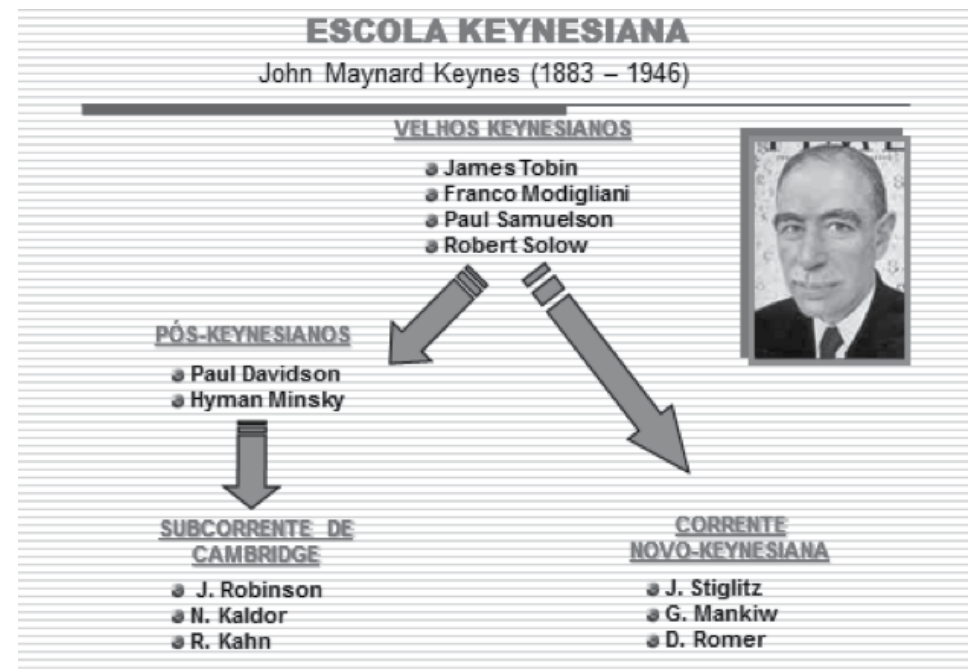
te fiscalista dos keynesianos sugerindo políticas econômicas predominantemente monetaristas, os pós-keynesianos, representados por Davidson e Minsky reagiram.

Mais tarde, quando Robert Lucas promoveu uma verdadeira revolução na macroeconomia com a Teoria das Expectativas Racionais, dando origem à visão novo-clássica, a reação veio por conta dos economistas da visão novo-keynesiana, de Stiglitz, Mankiw e Romer.

A visão keynesiana será vista com maior profundidade e detalhamento no capítulo IV, que focaliza o Pensamento Econômico Moderno (PEM). Já as visões novo-clássica e novo-keynesiana serão vistas no capítulo V desta viagem pela economia, que aborda o Pensamento Econômico Contemporâneo (PEC).

A Figura 1.2. apresenta, de forma bastante simplificada, a evolução do pensamento keynesiano.

Figura 1.2.
Evolução do pensamento keynesiano



Fonte: Elaboração do autor, com base no livro *Macroeconomia moderna* (1999).

5.7. Considerações finais

A viagem pelo pensamento econômico compreende ainda novas linhas de pesquisa, cuja importância crescente deriva da contemporaneidade com as mudanças aceleradas que caracterizam o início do século XXI e do uso do ferramental matemático e estatístico que se tornou mais acessível em razão do desenvolvimento da tecnologia da informação (TI) e da inteligência artificial (IA). Enquadram-se aí a Teoria dos Jogos, a Economia Comportamental e a Economia Criativa, que também serão objeto de análise mais detalhada no capítulo V.

CAPÍTULO II

Pensamento econômico antigo

1. Quesnay e os fisiocratas

Tentei construir um quadro fundamental da ordem econômica, para nele representar as despesas e o produto numa forma fácil de aprender e para formar uma clara opinião sobre os arranjos e desarranjos que o Governo pode ocasionar.

**François Quesnay
(em carta ao Marquês de Mirabeau)¹**

François Quesnay nasceu em Méré, próximo a Paris, no dia 4 de junho de 1694. Descendente de proprietários de terras, Quesnay foi educado para ser médico e fez fortuna por meio de sua habilidade em medicina e cirurgia. Foi elevado ao posto de médico da corte de Luís XV e Madame de Pompadour. Faleceu em 16 de dezembro de 1774.

Na primeira metade do século XVIII, a Europa foi fortemente influenciada pelas ideias de um movimento filosófico e cultural, que revolucionou a maneira de pensar predominante até então. Esse movimento foi o Iluminismo e suas principais proposições foram:

- Defesa da liberdade em todas as suas dimensões - liberalismo;
- Afirmação dos valores individuais - individualismo;
- Crença na supremacia da razão - racionalismo.

¹ Reproduzido da Apresentação de Roberto Campos ao *Quadro econômico dos fisiocratas*, coleção *Os Economistas*, 1983, p. 249.

O Iluminismo reuniu os maiores intelectuais da Europa da época, entre os quais Voltaire, Diderot, Montesquieu, Rousseau, Condorcet, John Locke e David Hume. O maior legado escrito deixado pelo Iluminismo foi a *Grand Encyclopédie*, para a qual Quesnay contribuiu com dois verbetes: *fermiers* (fazendeiros), em 1756, e *grains* (cereais), em 1757.

Embora tenha tido influência em toda a Europa, o impacto do Iluminismo foi mais marcante na França e na Escócia, não por coincidência, os países que se tornaram o berço das duas escolas de pensamento econômico que, na segunda metade do século, viriam a ser os baluartes do liberalismo: Escola Fisiocrata e Escola Clássica.

Por esse motivo, é possível dizer que a Escola Fisiocrata (ou Fisiocrática) constituiu-se no braço econômico francês do Iluminismo.

A Escola, a rigor, teve importância localizada (já que não extrapolou os limites da França) e efêmera, pois sua influência, iniciada com a publicação do verbete de Quesnay, em 1756, estende-se até 1776, quando seu membro com maior prestígio político, Jacques Turgot, perdeu seu cargo de controlador geral das Finanças (equivalente a ministro das Finanças). Esse caráter efêmero da influência da Escola Fisiocrata fica nítido na citação que se segue, de Joseph A. Schumpeter (1984, p. 217):

La fisiocracia no existía en 1750. Entre 1760 y 1770 *tout Paris* y, más aún, Versalles hablaba de ella. En 1780 casi todo el mundo (excepto los economistas profesionales) la había olvidado.²

Em que pese esse caráter pontual e passageiro, a Escola Fisiocrata é apontada, por um número razoavelmente expressivo de historiadores, como a primeira escola de pensamento econômico propriamente dita, embora esse crédito seja dado pela maior parte dos estudiosos à Escola Clássica, certamente porque sua influência foi muito maior e mais duradoura do que a da escola francesa.

²“A fisiocracia não existia em 1750. Entre 1760 e 1770, Paris inteira, além de Versalhes, falava dela. Em 1780, quase todo mundo (exceto os economistas profissionais), já havia se esquecido dela.” (Tradução do autor)

Entre os que apontam a Escola Fisiocrata como pioneira, está Paul Hugon (1984, p. 89):

É a primeira escola econômica. Seus representantes são franceses que, juntos, trabalharam na elaboração de uma explicação geral da vida econômica. Suas obras se situam entre 1756 e 1778. Reúnem-se em volta de um chefe, Doutor Quesnay. Médico da Corte e do Rei, é Quesnay um sábio que, por volta de 1756 – conta então 62 anos –, orienta suas pesquisas para os problemas econômicos. Mirabeau, o pai do tribuno da Revolução, Mercier de la Rivière, conselheiro do Parlamento, o abade Baudeau, le Tronse, representante do Parlamento de Orléans, Dupont de Nemours, secretário da Escola, e Turgot, o futuro ministro de Luís XVI, são seus discípulos principais. Reúnem-se em Versalhes e trabalham com paixão, sinceridade e aquela fé na força da razão, peculiar à filosofia da época.

Controvérsia à parte, o fato é que Adam Smith, numa etapa de sua vida em que trabalhou como tutor do jovem duque de Buccleugh, viajou com seu pupilo para a França, onde entrou em contato direto com as ideias dos fisiocratas, em especial com as de Quesnay e as de Turgot, que, na condição de ministro das Finanças de Luís XVI, pôde colocar em prática algumas das ideias defendidas pelos fisiocratas.

François Quesnay foi, sem sombra de dúvida, o maior expoente dos fisiocratas, cujas ideias podem ser entendidas pela decomposição da própria palavra que dá nome à escola:

fisio = natureza e cracia = governo

Portanto, Fisiocracia significa governo da natureza e daí podem ser depreendidos os quatro principais postulados defendidos pelos seus adeptos:

- **Ordem natural** – os fisiocratas introduziram a ideia de ordem natural ao pensamento econômico. Achavam que o funcionamento da economia correspondia a uma ordem natural. De acordo com essa ideia, as leis da natureza governam as sociedades humanas da mesma maneira que as descobertas de Newton governam o mundo físico. Todas as atividades humanas, portanto, deveriam ser mantidas em harmonia com essas leis naturais. O objeto de todo estudo científico era descobrir as leis às quais todos os fenômenos do universo estavam sujeitos. Na esfera econômica, as leis da natureza con-

feriam aos indivíduos o direito natural de usufruir os frutos de seu próprio trabalho, desde que isso fosse consistente com os direitos dos outros.

- **Laissez-faire, laissez-passer** - essa expressão, creditada a Vincent de Gournay, e que na tradução literal quer dizer “deixe fazer, deixe passar”, significa na verdade “deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem a interferência do governo”. Ela expressa a reação à excessiva intervenção governamental na economia, uma prática que estava fortemente enraizada nos países europeus após mais de dois séculos de predomínio das ideias mercantilistas. Para os fisiocratas, portanto, os governos nunca deveriam estender sua interferência nos assuntos econômicos, além do mínimo absolutamente essencial para proteger a vida e a propriedade e para manter a liberdade de adquirir. Assim, os fisiocratas se opunham a quase todas as restrições feudais, mercantilistas e governamentais, favorecendo a liberdade de comércio interno, bem como o livre-comércio exterior. Paradoxalmente, Gournay era um dos beneficiários do sistema mercantilista, exercendo a função de inspetor de qualidade dos produtos de acordo com as marcas registradas (ou seja, uma espécie de fiscal). Espantado com o exagerado grau de detalhamento das leis que regulavam a produção e o comércio, acabou por cunhar a expressão que até hoje é utilizada como símbolo do liberalismo: *Laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui même*³.

- **Ênfase na agricultura** - os fisiocratas acreditavam que a indústria, o comércio e as profissões eram úteis, mas estéreis, simplesmente reproduzindo o valor consumido na forma de matérias-primas e subsistência para os trabalhadores. Para eles, a indústria apenas alterava a essência, e o comércio apenas transferia de lugar uma riqueza que havia sido produzida genuinamente pela agricultura, ou, em maior extensão, pela natureza. Sendo assim, somente a agricultura (e, possivelmente, a mineração e a pesca) era produtiva, pois produzia um excedente, um produto líquido acima do valor dos recursos utilizados na produção. Para sintetizar, usando uma expressão que está na moda, os fisiocratas pensavam que apenas a agricultura era capaz de agregar valor ao produto.

³ “Deixai fazer, deixai passar, que o mundo caminha por si mesmo” (Tradução do autor)

- **Reforma tributária** - os fisiocratas estavam interessados em reformar a França, que estava passando por desordens econômicas e sociais, causadas principalmente pela perversa combinação de muitas das piores características do feudalismo e do mercantilismo. A tributação estava desordenada e era ineficiente, opressiva e injusta, constituída de uma multiplicidade de tarifas, impostos, subsídios, restrições e regulamentações que prejudicavam a produção e o comércio. A recomendação dos fisiocratas era de que toda a renda do governo deveria ser obtida por meio de um único imposto, para todo o país, sobre as atividades agrícolas (a serem pagos, portanto, pelos proprietários de terras). Tal posição fica clara na passagem que se segue, do *Tableau économique*, de François Quesnay (1983, p. 259-260).

Os proprietários, o soberano e toda a nação têm o maior interesse em que o imposto seja inteiramente baseado na renda das terras, de modo imediato; qualquer outra forma de taxaço seria contra a ordem natural, porque seria prejudicial à reprodução e ao imposto; o imposto recairia sobre si próprio. Tudo na terra está sujeito às leis da Natureza e os homens são dotados da inteligência necessária para as conhecer e observar; mas a multiplicidade dos objetos exige grandes combinações que tornam muito ampla a base de uma ciência evidente, cujo estudo é indispensável para que os equívocos sejam evitados na prática.

Com base nesses postulados, François Quesnay elaborou em 1758, a pedido de rei da França, um modelo econômico que representava o funcionamento da economia francesa e que se constituiu na obra magna dos fisiocratas: o *Tableau économique*. Dividindo a sociedade em três classes - produtiva, proprietária e estéril - Quesnay procurou demonstrar o fluxo circular de produção, circulação e distribuição da riqueza numa economia ideal e livremente competitiva, como se vê no Quadro 2.1., que supõe uma nação:

cujo território, com a mais desenvolvida agricultura, proporcionasse todos os anos uma reprodução no valor de 5 bilhões e onde a situação permanente desse valor fosse estabelecida a preços constantes que têm curso entre as nações mercantis, no caso em que haja constantemente uma livre

concorrência comercial e total segurança da propriedade das riquezas de exploração da agricultura (op. cit., p. 258).

Quadro 2.1.

As classes e suas riquezas no *Tableau économique* dos Fisiocratas

Classe produtiva	Classe dos proprietários	Classe estéril
Adiantamentos	Renda	Adiantamentos
<i>anuais desta classe no montante de 2 bilhões que produziram 5 bilhões, dos quais 2 bilhões em produto líquido ou renda.</i>	<i>de 2 bilhões para esta classe; destes, 1 bilhão é despendido em compras à classe produtiva e o outro bilhão em compras à classe estéril.</i>	<i>desta classe na soma de 1 bilhão, despendida pela classe estéril em compras de matérias-primas à classe produtiva.</i>

Fonte: Reproduzida de QUESNAY, *Quadro Econômico dos Fisiocratas*, 1983, p. 258.

Para elaborar esse modelo, Quesnay partiu dos conhecimentos que tinha do funcionamento do organismo humano, como observa Stanley Brue (2005, p. 38).

Para Quesnay, a sociedade era semelhante ao organismo físico. A circulação de riqueza e bens na economia era como a circulação do sangue no corpo. Ambos estavam de acordo com a ordem natural e ambos poderiam ser compreendidos por meio de análise cuidadosa.

Embora seja visto hoje por muitos como mera curiosidade literária, o *Tableau* constituiu-se na mais profunda e ousada obra do pensamento econômico até então aparecida. Mirabeau chegou a classificá-la “como a invenção da escrita e do dinheiro, uma das mais importantes descobertas do cérebro humano” (Apud ROLL, 1962, p. 119).

Em *História das doutrinas econômicas*, Eric Roll (1962, p. 121) endossa esse ponto de vista:

A Analyse du Tableau Économique do próprio Quesnay é uma explicação muito simplificada do processo de circulação e da reprodução; mas, dentro de seus limites, podemos considerá-la consistente e brilhante. Nunca se distancia do postulado fundamental, que só a agricultura pode produzir excedente, e examina como este é distribuído.

John Kenneth Galbraith, no livro (e no vídeo) *A era da incerteza*, também dá grande destaque à extraordinária inovação representada pelo *Tableau économique* de Quesnay:

A economia rural francesa foi exaltada com incrível imaginação por Quesnay em seu famoso *Tableau économique*, uma tentativa de mostrar, em termos quantitativos, o relacionamento das principais peças do sistema econômico nacional - mostrar quanto os fazendeiros e lavradores, os latifundiários e donos de terras, os comerciantes recebiam uns dos outros em mercadoria e qual a renda que davam, uns aos outros, por essas transações (GALBRAITH, 1984, p. 10).

Adam Smith foi um dos muitos que não se impressionaram com o *Tableau économique*. Para ele, continua Galbraith (1984, p. 10), “os conhecimentos de economia só eram bons quando tinham indiscutível utilidade [...] e para os cálculos de Quesnay ele não via qualquer utilidade prática”.

Na conclusão de seu comentário, Galbraith (1984, p. 10) afirma que a concessão do Prêmio Nobel de Economia em 1973 a Wassily Leontief por sua análise interindustrial, mais conhecida como análise de insumo-produto, significou uma verdadeira redenção para François Quesnay, uma vez que a matriz insumo-produto é uma ideia que descende diretamente, embora de forma distante, do *Tableau économique*, uma extraordinária antecipação dos modelos econométricos tão badalados nos dias de hoje.

Na apresentação de François Quesnay, na coleção *Os Economistas*, Roberto Campos (1983, p. 251) recomenda um pouco de cautela.

O *Quadro econômico* é um distante e rudimentar precursor da análise de equilíbrio geral - que constitui, aliás, uma tradição latina, desenvolvida depois por Walras e Pareto, de vez que a tradição britânica, quase até o nascimento da macroeconomia keynesiana, versou muito mais sobre a distribuição e o equilíbrio parcial. Já se tornou costumeiro, também, atribuir ao *Quadro econômico*, de Quesnay, uma embrionária inspiração da moderna análise de relações interindustriais de Wassily Leontief. Há mesmo quem, com excesso de boa vontade, atribua a uma das formulações do *Quadro econômico* o chamado formato em ziguezague - uma antevisão

do multiplicador keynesiano. Entretanto o formato em ziguezague, que se limita à circulação do produto líquido, seria um precursor do multiplicador keynesiano, enquanto que o *Quadro Geral*, que abrange a circulação da reprodução total, estaria na raiz das matrizes intersetoriais desenvolvidas modernamente por Leontief.

Na sequência, assevera Roberto Campos (1983, p. 251):

Trata-se, entretanto, como fez notar Michel Lutfalla, de uma precária assimilação. Pois Guillebert, antes de Quesnay, teria sido antevisor real do multiplicador keynesiano pela sua ênfase sobre o consumo (Quesnay privilegiava os investimentos, assim considerados os salários da classe produtiva) e sobre o “encadeamento das despesas”, conceito assimilável à propensão marginal a consumir do moderno keynesianismo.

Polêmica à parte, parece-me justo reconhecer que Quesnay e a Escola Fisiocrata tiveram um papel fundamental para a evolução do pensamento econômico, uma vez que foram os responsáveis pela fundamentação filosófica do liberalismo, conquanto a sua consagração só tenha se consumado com Adam Smith e a Escola Clássica.

Por fim, gostaria de registrar que a Escola Fisiocrata é muito mais lembrada pelos seus erros do que por sua efetiva contribuição. Entre os erros cometidos por seus adeptos, o mais enfatizado diz respeito à esterilidade da indústria e do comércio. Trata-se, no caso, de um erro de consistência, e ele foi constatado, já na época, por Adam Smith. Mas os fisiocratas são acusados também por equívocos que só vieram a ser constatados com o passar do tempo. Como eles enfatizaram a agricultura na mesma época em que a Inglaterra iniciava a sua revolução industrial, há quem - e não é pouca gente - atribua a eles a responsabilidade pelo fato de que a Inglaterra, e não a França, viesse a se tornar a nação mais poderosa do mundo no século XIX. Trata-se, no caso, do que pode ser chamado de “críticos de obra feita”, ou seja, de pessoas que se aproveitam do conhecimento da situação posterior para criticar as tomadas de decisão de épocas anteriores. Algo muito mais comum do que se pensa...

2. Adam Smith e a riqueza das nações

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.

Adam Smith⁴

Adam Smith nasceu em 1723 em Kirkcaldy, uma pequena cidade portuária da Escócia. Seu pai, também chamado Adam, era advogado de formação, e chegou a ocupar postos de certa importância na administração escocesa, e sua mãe, Margareth Douglas Smith, descendia de proprietários de terras do condado de Fife. Iniciou seus estudos em Kirkcaldy, lá ficando até 1737, quando ingressou na Universidade de Glasgow, onde permaneceu pelos três anos seguintes. Em seguida, obteve um prêmio concedido somente aos melhores estudantes de sua universidade: uma bolsa para estudar em Oxford, no Balliol College. Desencantado com o ensino em Oxford, Smith retornou à Escócia e a partir de 1749 ministrou uma série de conferências em Edimburgo. Em 1751, Smith ingressou na Universidade de Glasgow, onde lecionou Filosofia Moral por 13 anos, que descreveu como “de longe, o período mais útil e, portanto, mais feliz e honrado de minha vida”⁵. Nessa época, aprofunda-se a amizade com David Hume, na casa de quem Smith se hospedava sempre que visitava Edimburgo

⁴ SMITH, Adam. *A riqueza das nações*, 1983, p. 50.

⁵ BUCHAN, James. *O autêntico Adam Smith*, 2008, p. 47.

e que perdurou até a morte de Hume em 1776. Em fins de 1763, ao receber a oferta de uma pensão vitalícia de 300 libras anuais, Smith renuncia a seu posto na Universidade de Glasgow e torna-se tutor do Duque de Buccleugh, com quem parte, no início do ano seguinte, para uma viagem de dois anos e meio à França. Depois de um curto período em Londres, Smith retorna a Kirckaldy e é lá que, nos seis anos seguintes, dedicou-se à redação de sua obra magna. *A riqueza das nações* foi publicada em 1776, mas sua consagração ocorreu apenas anos depois. Em 1777, Smith foi nomeado para um alto cargo na administração aduaneira escocesa, mudando-se então com sua mãe para Edimburgo. Em 1787, foi nomeado reitor da Universidade de Glasgow, ocupando o cargo por dois anos. Por fim, retorna definitivamente a Edimburgo, onde adoeceu e veio a falecer em 17 de julho de 1790, aos 66 anos.

2.1. Primeiras considerações

Em 1996, a professora Andréa Cury Waslander redigiu, para a série *Ideias Liberais*, publicada pelo Instituto Liberal de São Paulo, um texto com o título “*A Riqueza das Nações*” 220 anos depois. De acordo com esse texto, foi precisamente no dia 9 de março de 1776 que veio a público a primeira edição do livro *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, obra magna de Adam Smith.

Ainda de acordo com o texto:

Segundo dos dois livros publicados pelo autor, *A riqueza das nações*, como ficou conhecido, não perdeu sua atualidade. Na edição do último dia 25 de maio [1996], a revista *The Economist*, em um excelente artigo sobre o crescimento econômico, foi buscar em Adam Smith as bases para a discussão deste tão importante assunto. Não foi sem razão que Schumpeter, no final dos anos 1940, diria que *A riqueza das nações* foi “o mais bem sucedido dos livros não apenas de economia, mas com a possível exceção do *Origin of Species*, de Darwin, de todos os livros científicos aparecidos até hoje” (WASLANDER, 1996, p. 1).

Na introdução do primeiro volume de *A riqueza das nações* publicado em 1983 na coleção *Os Economistas*, o economista brasileiro Winston Fritsch (1983, p. IX), então professor e pesquisador da PUC-RJ e da UFRJ, relata:

O primeiro grande momento da carreira literária de Adam Smith viria em 1759, com a publicação da *Teoria dos sentimentos morais*, parte inicial de um ambicioso projeto literário que pretendia cobrir todas as áreas tratadas em seu curso de Filosofia Moral e que incluiria ainda um tratado sobre princípios de economia e economia política – o que viria a ser *A riqueza das nações* – e um tomo final sobre legislação e jurisprudência, que, entretanto, nunca seria publicado.

2.2. Adam Smith e o contexto histórico da época

Depois de mais de dois séculos sob forte influência das ideias e práticas mercantilistas, que podem ser genericamente sintetizadas pelo binômio “absolutismo político + intervencionismo econômico”, a Europa viu nascer no início do século XVIII um movimento filosófico e cultural que exerceu enorme influência em todo o continente – o Iluminismo –, que tinha por principais proposições a defesa da liberdade em todas as suas dimensões (liberalismo), o reconhecimento dos valores e dos direitos individuais (individualismo) e a crença na supremacia da razão (racionalismo). Embora as ideias iluministas tenham exercido influência em toda a Europa, ela foi mais marcante na França e na Escócia, que, por coincidência ou não, se tornaram os berços das duas escolas de pensamento econômico surgidas na segunda metade do século, a Escola Fisiocrata e a Escola Clássica, respectivamente.

Nascido em 1723, Adam Smith pode ser considerado um produto desse contexto histórico, vindo a se tornar um dos maiores expoentes do Iluminismo escocês e do pensamento econômico liberal.

Porém, reduzir apenas a isso a descrição do contexto histórico da época seria uma grosseira simplificação. Isso porque a descrição desse contexto, por mais sumária que seja, não pode omitir o fato de que a Inglaterra (e a Escócia, por extensão) vivia naquela época os primeiros estágios da revolução industrial, e

Smith soube como ninguém interpretar os movimentos em curso e perceber o alcance e a direção das principais mudanças.

John Kenneth Galbraith, ao defender a tese de que cada economista deve ser analisado e criticado com base no contexto histórico em que está inserido, afirma (1989, p. 2):

Pretendo ver a economia como um reflexo do mundo no qual ideias econômicas específicas se desenvolveram – as ideias de Adam Smith no contexto do trauma inicial da Revolução Industrial, as de David Ricardo em seus estágios posteriores mais maduros, as de Karl Marx na era do poderio capitalista desenfreado e as de John Maynard Keynes como uma reação ao implacável cataclismo da Grande Depressão.

Smith, após concluir os estudos secundários em Kirkcaldy, ingressou na Universidade de Glasgow, onde recebeu grande influência intelectual de Francis Hutcheson, então professor de Filosofia Moral. Antes de concluir os cinco anos necessários para sua graduação, Smith aceitou uma bolsa para prosseguir seus estudos no Balliol College, em Oxford, de onde retornou à Escócia em 1746, decepcionado com a educação recebida em Oxford e com o reduzido empenho dos professores locais, provavelmente acomodados, segundo Galbraith (1984, p. 4), pelo fato de terem salários fixos, em vez de receberem de acordo com o número de alunos interessados em assistir a suas aulas.

Depois de alguns anos sem emprego fixo, Smith inicia sua carreira de professor ministrando diversas conferências avulsas em Edimburgo até ser eleito, em 1751, para a cadeira de Lógica em Glasgow. Porém, com o súbito afastamento do professor da cadeira de Filosofia Moral e a possibilidade de optar entre as duas, foi a última que ele acabou assumindo, permanecendo no cargo ininterruptamente até 1763. Foi nesse período que Smith redigiu e publicou sua primeira obra de relevo, *A teoria dos sentimentos morais*, consolidando seu prestígio acadêmico e durante o qual teve a chance de conviver com os maiores nomes da intelectualidade da Escócia, com destaque para o grande David Hume.

Em 1763, atraído por uma pensão vitalícia de 300 libras anuais (o dobro do salário recebido na Universidade), Smith renuncia a seu posto na Universidade e aceita a oferta de Townshend, um dos mais eminentes economistas práticos

da Escócia, para assumir a tutoria de seu enteado, o jovem Duque de Buccleugh. É nessa condição que, no início do ano seguinte, Smith segue viagem para a França, onde terá contato com os dois mais importantes representantes da Escola Fisiocrata, François Quesnay e Jacques Turgot. Foi também nessa viagem que, por ocasião de um *tour* pelo sul da França, Smith permaneceu por dois meses em Genebra, Suíça, quando conheceu um dos maiores intelectuais da época, François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire, de quem se tornou grande admirador. Ao retornar à Escócia em outubro de 1766, em razão do assassinato do irmão mais novo do Duque de Buccleugh, Smith já havia sido contaminado pelo clima cultural da ordem natural e tinha em mente todos os elementos para a redação de seu grande livro.

2.3. Teoria dos sentimentos morais

A leitura do primeiro e menos conhecido livro de Adam Smith oferece ao leitor uma boa noção da sua visão filosófica (ou visão de mundo), que é, muitas vezes, o primeiro passo importante para se compreender bem a visão econômica de qualquer especialista.

E. G. West (1976, p. 87), autor de *Adam Smith: el hombre y sus obras*, faz a seguinte consideração a respeito da *Teoria dos sentimentos morais*: “Original, erudito, elocuente y escrito en lenguaje que, según Edmund Burke, ‘más parece pintura que prosa’, fue el libro que reveló al mundo la gran categoría del genio de Adam Smith”⁶.

Hélio Schwartzman, numa resenha na revista *Exame*, afirma que o livro “é uma descrição dos supostos princípios universais da natureza humana sobre os quais se assentam as instituições sociais. Pode-se dizer que é a base psicológica sobre a qual se fundará *A riqueza das nações*, a obra capital de Adam Smith, editada 17 anos mais tarde”.

Nessa resenha, Schwartzman destaca a figura do espectador interno imparcial, que julga as nossas ações e as dos outros, e que surge do conflito entre o

⁶ “Original, erudito, eloquente e escrito em linguagem que, segundo Edmund Burke, ‘mais parece pintura que prosa’, foi o livro que revelou ao mundo a grande categoria do gênio de Adam Smith.” (Tradução do autor)

interesse próprio do indivíduo e a capacidade de formar juízos morais, incluindo juízos sobre seu próprio comportamento.

Para ilustrar esse aspecto, Schwartsman reproduz o seguinte trecho da *Teoria dos sentimentos morais*:

Como costumavam dizer os Estoicos, todo homem é primeiro e principalmente recomendado a seu próprio cuidado: e todo homem é certamente, em todos os aspetos, mais adequado e capaz de cuidar de si mesmo do que qualquer outra pessoa (SMITH, 1999, p. 274).

O que garante essa afirmação de Smith é justamente o espectador imparcial: Ele [o espectador imparcial] faz com que os homens, mesmo visando a seu próprio interesse, ajam de acordo com sua consciência (os juízos desse espectador). Com isso, os indivíduos acabam “se acertando” na vida em sociedade. A ação do espectador imparcial é análoga à da “mão invisível” na economia política: sem intencionalidade, mas provendo sempre o melhor com base no exercício espontâneo do egoísmo. É o testemunho da providência divina. A ideia do espectador imparcial parecerá menos ingênua ao leitor moderno se se evocar o papel desempenhado pelo superego psicanalítico na socialização (SCHWARTSMAN, 2000).

Eduardo Giannetti, num artigo em que comenta a publicação da obra em português, chama a atenção para a sua permanência e atualidade:

Publicada originalmente em 1759 e amplamente revisada pelo autor no ano de sua morte, em 1790, a *Teoria dos sentimentos morais*, que agora chega ao público brasileiro, é uma obra cuja perspicácia, clareza e elegância a passagem do tempo só faz revelar. Ao contrário dos clássicos da ciência que o tempo devora e sepulta - e apesar de datada em aspectos secundários -, ela não perdeu a capacidade de nos falar diretamente do essencial (GIANNETTI, 2000, p. 191).

Sem pretender me estender muito comentando a *Teoria dos sentimentos morais*, faço questão de reproduzir um trecho que, a meu ver, tem o maior significado para a compreensão da posição de Smith a respeito da intervenção do Estado na economia. Vale lembrar que àquela época predominava o sistema mercantilista,

no qual “as tentativas de impor ordem ao sistema econômico por meio do processo político acabavam gerando”, como bem observa Eduardo Giannetti (1993, p. 108), “não tanto a ordem sonhada, mas discórdia, ineficiência e confusão”.

Tal descrença na eficiência de uma ordem econômica imposta de cima fica evidente no trecho que se segue:

O homem de sistema [o planejador estatal], ao contrário, é capaz de ser muito sábio em seu próprio conceito, e frequentemente está tão enamorado da suposta beleza de seu plano ideal de governo, que não pode tolerar o menor desvio de qualquer de suas partes. Perseverará em estabelecê-lo completamente, em todas as suas partes, sem levar em conta nem os grandes interesses, nem os fortes preconceitos que possam se opor a isso; parece imaginar que pode dispor os diferentes membros de uma grande sociedade com a mesma facilidade com que dispõe as diferentes peças sobre um tabuleiro de xadrez; não considera que as peças sobre o tabuleiro não têm outro princípio de movimento senão o que a mão lhes imprime, mas que, no grande tabuleiro de xadrez da sociedade humana, cada peça isolada tem um princípio de movimento próprio, inteiramente diferente do que a legislatura pode escolher imprimir-lhe. Se esses dois princípios coincidirem e agirem na mesma direção, o jogo da sociedade humana prosseguirá fácil e harmonicamente, e é muito provável que seja feliz e bem-sucedido. Se forem opostos ou diferentes, o jogo prosseguirá de maneira miserável, e a sociedade estará a todo momento no maior grau de desordem (SMITH, 1999, p. 292-293).

A visão crítica da intervenção estatal refletida nesse trecho não significa, como muitos imaginam, que Smith, por acreditar na eficiência do mercado, era favorável a uma sociedade anárquica, sem a presença do Estado. Esse aspecto será analisado a seguir, na exposição das principais ideias contidas em *A riqueza das nações*.

2.4. A riqueza das nações

Andréa Cury Waslander fez questão de chamar a atenção para o fato de que “o grande livro de Smith, como a maior parte dos clássicos, é mais citado do que lido”

(1996, p. 4). Por isso, muito do que se fala ou se escreve a respeito de Smith e de outros grandes pensadores não é exatamente o que eles pensaram ou escreveram, mas sim a interpretação, nem sempre precisa, de uma terceira pessoa. Daí a recomendação, contida também na introdução já mencionada de Winston Fritsch, de que “no estudo da história do pensamento econômico, nada substitui o original” (1983, p. XXII).

O número de ideias extraordinárias contidas em *A riqueza das nações* é enorme. Dividido em cinco partes (ou livros), a obra começa pelo entendimento do funcionamento da economia (livros 1 a 3), para depois apresentar reflexões sobre a economia (livros 4 e 5), incluindo no livro 5 uma discussão acerca do papel do Estado na economia. Neste capítulo, no entanto, pretendo me ater apenas a três das que considero mais relevantes.

1ª. A crença na eficiência do mercado regido pelo sistema de preços - Eduardo Giannetti (1993, p. 109) assinala que:

as tentativas do governo de interferir na economia, manipular e dirigir as atividades de empresas e indivíduos, a fim de obter resultados específicos, implicam algum grau de coerção e acabam, na maioria dos casos, gerando ineficiência, redução do bem-estar e efeitos inesperados que, por sua vez, muitas vezes terminam pegando de surpresa a própria autoridade estatal.

Não raras vezes, prossegue Giannetti (1993, p. 109):

isso leva o governo a voltar a intervir para tentar corrigir as falhas da intervenção anterior e eliminar os efeitos negativos - ainda que não intencionais - por ela gerados, deflagrando-se uma espiral de intervenções que se autoalimenta. É a escalada intervencionista.

Diante das constantes evidências de prejuízos provocados pela intervenção governamental, Smith chamou a atenção para os efeitos positivos da ação do mercado, o outro tipo básico de resposta ao problema da coordenação das ações dos agentes econômicos numa dada sociedade.

Recorro, uma vez mais, ao prof. Eduardo Giannetti (1993, p. 109), em razão da clareza, do alcance e da profundidade de sua análise.

Do outro lado [da questão da coordenação] estava o livre mercado, ou seja, um sistema no qual os indivíduos são livres para tentar satisfazer seus objetivos à luz dos seus próprios recursos e conhecimentos, sem

uma disciplina ou plano imposto de fora pela autoridade estatal. À primeira vista, este seria o caminho mais curto e óbvio para a desordem - para a mais completa confusão, desperdício e anarquia. Não obstante, e ao contrário do que se poderia imaginar a princípio, esse sistema possuía uma lógica interna de funcionamento e seu resultado estava longe de ser caótico. Enquanto a ordem imposta de fora pelo Estado conduz à desordem, a desordem aparente do mercado conduz a seu oposto. Ela geraria não mais desordem, mas uma ordem espontânea e constituída de dentro pelo próprio entrechoque anárquico das partes.

Giannetti (1993, p. 109) prossegue alertando que, nesse sistema, como observou Adam Smith, “cada homem, desde que ele não viole as leis da justiça, fica perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse a sua maneira, e colocar sua diligência e seu capital em competição com os de qualquer outro homem”.

Para desespero dos adeptos do intervencionismo governamental, nem sempre com intenções confessáveis, o que se observa é que essa lógica vem provando ao longo dos tempos que, mesmo não sendo perfeita, costuma gerar muito menos problemas do que a lógica do Estado. Os lamentáveis acontecimentos de corrupção e malversação dolosa de recursos públicos que assistimos no Brasil nos últimos anos, envolvendo membros do primeiro escalão dos governos dos presidentes Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer, são evidências claras da extraordinária capacidade de antevisão de Adam Smith.

Para o prof. Eduardo Giannetti (1993, p. 110):

A principal contribuição de Adam Smith à ciência econômica foi precisamente mostrar em detalhe, no Livro 1 de *A riqueza das nações*, como a interação das atividades de um grande número de indivíduos e empresas, cada qual buscando apenas defender o que acredita ser o seu próprio interesse, conduz à formação de uma ordem espontânea, dotada de uma lógica interna consistente e capaz de garantir uma alocação eficiente dos recursos produtivos (terra, capital e trabalho) da comunidade.

A exemplo de dois tenistas se enfrentando numa partida, prossegue Giannetti (1993, p. 110): “os agentes econômicos, transacionando livremente no mercado, cooperam competindo entre si e a tarefa de coordenação é realizada de modo

espontâneo pelo sistema de preços". O Estado fica, desse modo, desobrigado do dever de supervisionar a economia, pois, como observou Adam Smith, este é um dever que, quando ele tenta cumprir, o expõe a inumeráveis enganos, e para cujo desempenho adequado nenhum conhecimento ou sabedoria humanos jamais poderiam ser suficientes; o dever de superintender a atividade das pessoas privadas, e dirigi-las aos empregos mais propícios ao interesse da sociedade (Apud GIANNETTI, 1993, p. 110).

Concluo este item citando, novamente, o prof. Giannetti (1993, p. 111):

Reconstruir passo a passo a análise smithiana do funcionamento e das propriedades do mercado regido pelo sistema de preços é algo que extrapolaria os limites deste trabalho [e, evidentemente, deste capítulo]. O que importa frisar é que dentro da lógica do mercado, embora o indivíduo seja livre para escolher seus próprios meios para realizar seus próprios fins, isso não significa que exista uma total ausência de restrições externas a seu comportamento. É a natureza da disciplina - e não sua inexistência - que diferencia o mercado do Estado enquanto resposta ao problema da coordenação.

2ª. O papel do Estado - Como já mencionei anteriormente, e ao contrário do que se poderia supor - e, de fato, muitos, erroneamente, supõem - Adam Smith está longe de se alinhar aos pensadores mais radicais que defendiam o desaparecimento do Estado. Em seu texto comemorativo aos 220 anos de *A riqueza das nações*, ao abordar esse aspecto, Andréa Cury Waslander também recorreu ao prof. Eduardo Giannetti (1993, p. 124):

É preciso lembrar que Adam Smith, ao contrário do que fariam filósofos como Marx e Herbert Spencer no século XIX, jamais flertou com a ideia de um possível (ou desejável) desaparecimento do Estado. No livro 5 da *Riqueza das nações*, ele discutiu as três funções básicas, nas quais o exercício da autoridade política é imprescindível - segurança externa, administração da justiça e provisão de bens públicos - e defendeu, ainda, uma maior participação do setor público na educação popular, com o intuito de compensar, ao menos parcialmente, o empobrecimento existencial, ético e intelectual ("alienação") provocado pela crescente especialização das funções fabris mediante a divisão interna do trabalho.

Examinando um pouco mais detalhadamente a visão smithiana sobre o papel do Estado, é interessante observar que, há mais de duzentos anos, Adam Smith já propunha soluções semelhantes àquilo que os manuais modernos de administração chamam de parceria. No livro *Adam Smith: el hombre y sus obras*, E. G. West afirma que tanto nas conferências de Glasgow como em *A riqueza das nações* Smith:

no examina el sistema de mercado libre en abstracto, sino en el contexto de un adecuado marco legal en el cual el gobierno tiene funciones bien definidas. [...] Smith busca pragmáticamente aquellas instituciones que son adecuadas en determinadas circunstancias. Las fuerzas del mercado sólo son beneficiosas bajo algunas de estas circunstancias, sin que sea posible trazar una línea divisoria. Smith observa, por ejemplo, que puede darse un sistema de precios sin un mercado libre al estilo del *laissez-faire*. De hecho, examina detenidamente las circunstancias en que un sistema es mejor que el otro, o cuándo es mejor tener una mezcla de ambos. Así, argumenta que en el caso de la educación pública, el gobierno debe subsidiar los edificios escolares, pero que una buena parte del salario del maestro debe provenir de honorarios privados. Las carreteras, puentes, canales y puertos deben financiarse parcialmente con cargo a los usuarios y parcialmente con ingresos procedentes del Tesoro público (WEST, 1976, pp. 194-195)⁷.

3ª. A divisão do trabalho e a propensão do homem à troca - Escrito numa época em que a divisão do trabalho era ainda incipiente e provocava sérias dúvidas em pessoas ou famílias que tinham o costume de se envolver, direta ou indiretamente, na produção de quase todos os bens e serviços de que necessitavam, Adam Smith utilizou os primeiros capítulos de seu grande livro para convencer a

⁷ "não examina o sistema de mercado livre abstratamente, mas no contexto de um adequado marco legal, no qual o governo tem funções bem definidas. [...] Smith busca pragmáticamente aquelas instituições que são adequadas em determinadas circunstâncias. As forças do mercado só são benéficas sob algumas destas circunstâncias, sem que seja possível traçar uma linha divisória. Smith observa, por exemplo, que pode ocorrer um sistema de preços sem um mercado livre ao estilo do *laissez-faire*. De fato, examina detidamente as circunstâncias em que um sistema é melhor que o outro, ou quando é melhor ter uma mescla de ambos. Assim, argumenta que, no caso da educação pública, o governo deve subsidiar os edifícios escolares, porém uma boa parte dos salários do professor deve ser proveniente de honorários privados. As estradas, pontes, canais e portos devem financiar-se parcialmente com cobrança aos usuários e parcialmente com ingressos procedentes do Tesouro público." (Tradução do autor)

todos das vantagens da divisão do trabalho. Foi com esse objetivo que fez uso do famoso exemplo da fábrica de alfinetes:

Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas. Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis e, portanto, não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, 1 libra contém mais do que 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada

um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e talvez nem mesmo 1, ou seja: com certeza não conseguiria produzir a 240ª parte, e talvez nem mesmo a 4.800ª parte daquilo que hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações (SMITH, 1983, p. 41-42).

A explicação de Smith para o extraordinário aumento da produtividade propiciado pela divisão do trabalho é também genial e merece ser reproduzida:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas (SMITH, 1983, p. 43).

Em outro trecho, ainda a respeito da importância da divisão do trabalho, acrescenta Smith (1983, p. 45):

é a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios - multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho - que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo.

Além da divisão do trabalho, outro conceito básico para a explicação de Adam Smith para o enriquecimento das nações é a propensão do homem à troca.

Assim como é por negociação, por escambo ou por troca que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma propensão ou tendência a permutar, que originalmente gera a divisão do trabalho (SMITH, 1983, p. 50).

Portanto, como assinala Andréa Cury Waslander, é "a divisão social do trabalho, originada a partir da propensão do homem à troca, e não da decisão humana, que gera a riqueza das nações. Mas, qual a razão que leva os homens à realização de trocas?" (1996, p. 5).

Segundo o próprio Adam Smith, as diferentes necessidades humanas é que fazem com que as trocas sejam necessárias:

Sem a ajuda e cooperação de muitos milhares não seria possível prover às necessidades, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado, por mais que imaginemos - erroneamente - ser muito pouco e muito simples aquilo de que tais pessoas necessitam (SMITH, 1983, p. 46-47).

Se a divisão social do trabalho é resultado da propensão do homem à troca, ela é limitada pela extensão dos mercados. Nas palavras de Adam Smith (1983, p. 53): Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.

2.5. Considerações finais

Por mais que me esforçasse, não consegui ser mais sucinto na apresentação deste que é considerado, por muitos, o “pai da economia”. E, a rigor, muita coisa está ainda faltando para que se tenha uma noção, mesmo pávida, de sua enorme contribuição, não só para a ciência econômica, como também para o conhecimento geral da humanidade.

Obviamente, Adam Smith - como qualquer ser humano - também cometeu imprecisões ou erros, muitos dos quais apontados por aqueles que o sucederam. Algumas de suas outras extraordinárias contribuições, notadamente no que se refere à sua teoria do crescimento econômico, bem como algumas de suas imprecisões, como, por exemplo, na teoria do valor, serão focalizadas nos capítulos que se seguem.

3. A extraordinária contribuição de David Ricardo

O trabalho, como todas as outras coisas que são compradas e vendidas e cuja quantidade pode ser aumentada ou diminuída, tem seu preço natural e seu preço de mercado. O preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição.

David Ricardo⁸

David Ricardo nasceu em Londres, em 18 de abril de 1772. Foi o terceiro de 17 filhos de uma família holandesa de classe média. Ricardo era “sefaradita”, ou seja, descendente de judeus portugueses expulsos da península ibérica no fim do século XV, que puderam se fixar na Holanda, de onde o seu pai migrou para a Inglaterra. Seguindo os passos do pai, tornou-se operador da Bolsa de Valores de Londres, onde acumulou fortuna. Rompeu com a família (e com a religião judaica) aos 21 anos e se casou com uma jovem “quaker”. Apesar de ser um praticante da economia e não um acadêmico como a maior parte dos grandes autores que desenvolveram a economia política, Ricardo primava pela capacidade analítica e pela consistência lógica. Morreu, prematuramente, em 11 de setembro de 1823, aos 51 anos.

Abro este capítulo com a plena convicção de que é muito difícil condensar a extraordinária contribuição de David Ricardo para a teoria econômica (ou economia política, como certamente preferem alguns), num espaço tão reduzido.

⁸ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, 1982, p. 81.

Um contra-argumento a essa afirmação seria de que o mesmo pode ser dito a respeito de qualquer outro grande economista. De certa forma, isso é verdade. Porém, com Ricardo, a dificuldade assume um nível mais elevado graças à abrangência de sua análise. Como bem observou o prof. Paul Singer, na apresentação dos *Princípios de economia política e tributação* para a coleção *Os Economistas*, publicada pela Editora Abril (1982, p. VII):

Quase não há problema teórico atualmente debatido pelos economistas, como o da teoria do valor, da repartição da renda, do comércio internacional, do sistema monetário, que não tenha como ponto de partida as formulações expostas, no começo do século XIX, por David Ricardo.

Apontado como o mais legítimo sucessor de Adam Smith, Ricardo não foi um acadêmico como a maior parte dos outros grandes economistas. Para John Kenneth Galbraith (1984, p. 23):

Ricardo, na verdade, é o único rival sério de Smith quanto ao título de fundador da teoria econômica; com ele começaram a surgir os grandes rivais étnicos do escocês. Ricardo era judeu. Era um corretor da bolsa de valores, membro do Parlamento, dono de soberba inteligência e de péssima oratória.

Ao contrário de Adam Smith e de seu grande intérprete francês Jean-Baptiste Say, que tinham uma visão geralmente otimista quanto às perspectivas da humanidade, Ricardo e Malthus jamais foram considerados otimistas. “Foi graças a [Thomas Robert] Malthus e Ricardo que a economia se transformou numa ciência sombria”, sentencia Galbraith em sua célebre *A era da incerteza* (1984, p. 24).

Diante da completa impossibilidade de cobrir pelo menos parte da extensa contribuição de Ricardo, abordo, a seguir, alguns dos aspectos que considero mais relevantes, relacionados às teorias do valor, da renda e do comércio internacional, para, no final, me estender um pouco mais detalhadamente em sua obra magna, tecendo uma série de considerações com base num texto, até onde eu saiba inédito, do prof. Élsior Moreira Alves.

3.1. Teoria da renda

É na elaboração da teoria da renda que se nota a forte influência de Malthus sobre o pensamento ricardiano, uma vez que suas conclusões refletem claramente a preocupação de Malthus decorrente da desproporção entre o crescimento da população e o da produção de alimentos. Paulo Sandroni, no *Dicionário de economia do século XXI*, descreve assim a abordagem de Ricardo:

Em sua análise dos problemas econômicos, ele construiu um modelo teórico fundamentado numa economia predominantemente agrícola, procurando determinar as leis que regulam a distribuição do produto entre as diferentes classes da sociedade e localizando no trabalho o valor de troca das mercadorias. Apesar disso, acreditava que os custos do capital podem influenciar os preços e que o aumento dos salários sobre os preços relativos depende da proporção desses dois fatores de produção. Para Ricardo, a renda relaciona-se com o aumento da população. Acreditava que a maior demanda acarretada por esse aumento da população exige o cultivo de terras menos férteis, nas quais o custo de produção é mais elevado do que em terras mais férteis. Mas custos e lucros deveriam ser mantidos no mesmo nível dos dois casos, pois, de outro modo, as terras de pior qualidade deixariam de ser cultivadas. Mesmo com essas medidas, no entanto, os arrendatários das melhores terras acabariam tendo uma maior receita, independente do trabalho e do capital aplicados na produção. Essa diferença em seu favor (ou o excedente sobre o custo da produção) constituiria a renda da terra apropriada pelo proprietário. Assim, a renda de determinada terra seria a diferença entre o valor da colheita dessa área fértil e da colheita de outras menos férteis. Com o inevitável crescimento da renda diferencial da terra, os proprietários rurais iriam se apossando de maior percentual do excedente econômico, em detrimento dos capitalistas (SANDRONI, 1985, p. 736).

3.2. O estado estacionário

Dando continuidade à sua análise, observa o prof. Paulo Sandroni, enfatizando o caráter liberal do pensamento ricardiano:

Ricardo previa a ocorrência de um “estado estacionário”, resultante do crescimento populacional e responsável pelo cultivo de terras cada vez menos férteis. Ao chegar a determinado limite, o lucro seria tão baixo que a acumulação de capital simplesmente cessaria, prejudicando o desenvolvimento econômico. Para adiar esse “estado estacionário”, seria necessária a aplicação de um programa econômico liberal (SANDRONI, 1985, p. 736).

3.3. A lei de ferro dos salários

O mesmo pessimismo subjacente à concepção do “estado estacionário” pode ser observado na forma como Ricardo – novamente influenciado por Malthus – enxerga a tendência permanente de queda nos salários. Reproduzindo Galbraith (1984, p. 24):

Da mesma forma que seu amigo [Malthus], David Ricardo previa um contínuo aumento da população, e a população de Malthus tornou-se o operariado de Ricardo. Entre os operários haveria tamanha concorrência na procura de emprego ou trabalho, de um lado, e de comida, de outro lado, que tudo ficaria reduzido a um simples processo de subsistência. Era o destino da humanidade.

Numa “sociedade em evolução”, tal fato poderia ser adiado e, como um momento de reflexão sugerirá, na Inglaterra do século XIX, essa era uma restrição importante. Mas as restrições de Ricardo nunca alcançaram as suas generalizações majestosas. No mundo ricardiano, os trabalhadores receberiam o mínimo necessário à subsistência, nada mais do que isso. Era a chamada lei de ferro e fogo dos salários.

Essa tendência, de acordo com Marx, será mantida e até agravada em razão do contínuo progresso tecnológico e do contingente de trabalhadores desempregados por ele gerado. Denominado *exército industrial de reserva*, constitui-se num fenômeno inerente e absolutamente necessário à própria produção capitalista.

3.4. Teoria do valor

Mesmo os mais ferrenhos defensores das ideias de Adam Smith admitem que, na análise do valor, o grande economista escocês apresentou uma teoria caracterizada por ambiguidades. A teoria do valor-trabalho, resgatada mais tarde por Marx, quando se torna o ponto de partida da teoria da exploração (mais-valia), supõe que, em toda e qualquer troca de mercadorias, tende a haver uma troca de quantidades iguais de trabalho, utilizadas na sua produção.

As deficiências de Smith na solução do paradoxo do valor foram enfatizadas por diversos economistas e analistas, do passado e do presente. Ricardo Feijó, por exemplo, assim se refere a isso (2001, p. 254):

Smith recebe e passa a seus leitores a distinção entre valor de uso e valor de troca sem muita crítica dos conceitos. A passagem em que descreve o paradoxo do valor entre água e diamante revela sua ambiguidade ao lidar com conceitos. Não tem sentido algum afirmar, como o faz Smith, que, para um mesmo bem, o valor de troca possa exceder ou estar abaixo do valor de uso. Smith não possui os conceitos de utilidade marginal do bem e da renda que lhe possibilitariam comparar quantidades heterogêneas, Smith aponta que a razão dos valores de duas mercadorias não coincide com a razão entre suas utilidades totais, o que é correto, mas a base de seu raciocínio peca por considerar implicitamente unidades heterogêneas de água e diamante e por não introduzir a noção de utilidade marginal. Ele parece estar fazendo uma condenação moral ao fato de o valor de uso poder estar abaixo do valor de troca.

Foi a teoria do valor baseada na quantidade de trabalho incorporado na produção (e não a ambígua teoria de Adam Smith) que se consagrou como a teoria *clássica* do valor, cuja influência na teoria econômica foi absoluta até a segunda metade do século XIX, quando ocorre a chamada revolução marginalista defendendo a tese de que o valor de uma mercadoria não depende das horas de trabalho necessárias à sua produção – uma medida objetiva –, mas sim do grau de satisfação que essa mercadoria é capaz de proporcionar para o consumidor –

uma medida subjetiva. A partir de então, essas duas concepções teóricas têm ocupado espaço destacado na arena do debate teórico da economia.

3.5. A teoria das vantagens comparativas

Adam Smith havia desenvolvido a teoria das vantagens absolutas para explicar o funcionamento do comércio internacional. Em contraposição, Ricardo formulou a teoria das vantagens comparativas (ou dos custos comparativos), segundo a qual cada país tende a se especializar nos ramos em que tem maiores vantagens, isto é, em que seus custos de produção são menores do que os de seus concorrentes. Com isso, procurou demonstrar, como bem observa Paulo Sandroni, (2005, p. 736) “a vantagem de um país importar determinados produtos, mesmo que pudesse produzi-los por preço inferior, desde que sua vantagem, em comparação com outros produtos, fosse ainda maior”.

Encerro essa breve análise da teoria das vantagens comparativas transcrevendo um interessante comentário de Todd Buchholz, em *Novas ideias de economistas mortos* (2000, p. 108-109):

Embora as teorias de Ricardo sejam ensinadas pelo mundo todo, são as nações europeias da década de 1990 que melhor testarão o legado de Ricardo. Se elas cumprirem o seu compromisso de 1992 de derrubar todas as barreiras comerciais remanescentes entre elas, Ricardo conseguirá uma vitória parcial. Para uma vitória completa, os países do Mercado Comum devem também manter o seu segundo compromisso - não erguer fortalezas no seu litoral que impediriam países tais como os Estados Unidos e o Japão [e os países da América Latina] de participar do seu dinâmico programa de prosperidade. Até aqui os resultados estão misturados. Durante a última metade da década de 1980, enquanto o comércio dentro do Mercado Comum deu um salto de 15%, o comércio com os países não membros caiu em cerca de 10%. Ricardo ficaria desapontado, mas esperançoso.

3.6. Princípios de economia política e tributação

Escrevendo seu livro mais importante já no primeiro quartel do século XIX, Ricardo não vive mais o clima cultural da ordem natural, pregado pelos fisiocratas e por Smith.

Não é fácil entender o pensamento econômico de Ricardo. Seu livro, *Princípios de economia política e tributação*, de 1817, apresenta uma série de dificuldades: 1º) Por se tratar de um livro cujo conteúdo faz uma crítica à *Riqueza das nações*, de Smith; 2º) Porque diversos capítulos aparecem sem conexão uns com os outros, o que faz pressupor tratar-se de um livro feito “à prestação”, ou seja, à medida que Ricardo sente necessidade de aprofundar determinados assuntos, acrescenta capítulos novos. Em função dessas dificuldades, a leitura de seu livro conduz muitas vezes os leitores a duas conclusões de prismas diferentes. Uns pensam que a linha básica da obra consiste em mostrar que a teoria do valor-trabalho explica todos os fatos econômicos, já que esse fator de produção é o mais elementar, do qual os outros parecem derivar e, assim, o sistema de Ricardo seria a explicação de como o fator trabalho subentende todos os outros fatores como seu princípio organizador. Para outros, a linha básica da obra consiste em identificar as leis que determinam a distribuição da renda entre as classes sociais e sua relação com as circunstâncias gerais da sociedade. As duas problemáticas aqui citadas estão presentes, a bem da verdade, do princípio ao fim do pensamento ricardiano. Ocorre, porém, que, para percebê-lo, parece necessário que se confronte sua obra com *A riqueza das nações*, de Adam Smith. Isso porque, contendo seu livro uma série de críticas à *Riqueza*, é preciso ter em mente a estrutura do livro criticado para perceber o alcance do pensamento de Ricardo. Por esse ponto de vista - ainda que isso não esteja especificado em seu livro - o seu pensamento deve obedecer ao seguinte plano: (i) enfoque sobre o capital em vez do trabalho como causa principal da riqueza das nações; (ii) obstáculos ao crescimento das nações: a renda diferenciada e o trabalho; (iii) medidas para superar os obstáculos; (iv) o papel do Estado no direcionamento do capital e desobstrução dos obstáculos.

Nessa sequência, fica mais fácil entender como Ricardo, por meio de sua teoria econômica, põe à prova a harmonia do racionalismo.

De fato, ao se aceitar a teoria da renda de Ricardo, tornam-se discutíveis tanto a ordem natural dos fisiocratas, como a harmonia entre os interesses privados e o geral. Assim, não haveria harmonia, mas conflito. Aliás, na época em que seu grande livro foi publicado, o problema preponderante era o conflito entre os interesses da indústria e da agricultura, razão pela qual, em sua obra, Ricardo ia em auxílio da tese industrialista, em prejuízo daquela defendida pelos proprietários rurais.

Com base nisso, pode-se afirmar que Ricardo concordava com Smith quanto ao conceito de riqueza nacional: *“o montante de bens e serviços à disposição dos consumidores”* (quanto maior esse montante, maior a riqueza).

Ricardo, no entanto, não vê o crescimento dessa riqueza como algo retilíneo e sem conflitos como imaginava Smith. Para ele, trata-se de um processo não retilíneo e sim passível de obstrução. Ricardo procura mostrar que a causa principal do crescimento da riqueza das nações é a acumulação de capital. Essa acumulação, por sua vez, vai depender da taxa de juros, pois, segundo Ricardo, tanto os agricultores como os industriais são, antes de tudo, investidores, e, como tal, não podem viver sem lucro, da mesma forma que os trabalhadores não vivem sem salário. O motivo que os leva a acumular diminui com a redução do lucro e cessará por completo quando o lucro for tão pequeno a ponto de não lhes garantir uma compensação adequada pelo esforço e risco que devem necessariamente correr pelo emprego do seu capital numa atividade produtiva. O empresário estará, por conseguinte, desviando-se constantemente de uma para outra atividade, procurando sempre melhor rentabilidade pelo emprego do capital.

4. Malthus e o alerta demográfico

O grau de prosperidade do povo não pode senão diminuir, quando um dos mais fortes obstáculos ao ócio e ao desperdício é então removido e quando os homens são levados a casar com pouca ou nenhuma perspectiva de poder sustentar uma família com independência.

Thomas R. Malthus⁹

Thomas Robert Malthus nasceu em 14 de fevereiro de 1766, em Guildford, no condado de Surrey, Inglaterra, no seio de uma próspera família. Era o penúltimo dos sete filhos de Daniel e Henrietta Malthus. Seu pai, Daniel, era adepto dos ideais de Jean-Jacques Rousseau e amigo pessoal dos pensadores David Hume e William Godwin. Faleceu em Bath, em 23 de dezembro de 1834.

4.1. Aspectos da vida

Tendo nascido em plena fase da industrialização da Inglaterra, Thomas Malthus recebeu em casa uma educação francamente liberal, até ingressar no Colégio de Jesus, da Universidade de Cambridge, em 1784, aos 18 anos. De acordo com Ernane Galvêas, que escreveu a apresentação de Malthus na coleção *Os Economistas*, Malthus estudou Matemática, Latim e Grego, ao mesmo tempo que recebia formação sacerdotal. Após graduar-se em 1788, obteve o grau de Mestre em 1791. Dois anos depois, em 1793, foi admitido como pesquisador da instituição e, em 1797, recebeu as ordens eclesiásticas, tornando-se Ministro da Igreja Anglicana.

⁹ MALTHUS, Thomas Robert. *Ensaio sobre a população*, 1983, p. 301.

Malthus casou-se em 1804 e, no ano seguinte, tornou-se professor de História Moderna e Economia Política, em Haileybury, que era, segundo Galbraith (1984, p. 23):

a escola de quadros, como diríamos agora, onde os funcionários da Companhia das Índias Orientais eram treinados. No século XIX, a Companhia das Índias Orientais foi a fonte de renda dos maiores economistas ingleses - além de Malthus, James Mill e seu prodigioso e brilhante filho, John Stuart Mill.

Foi, provavelmente, o primeiro professor de Economia Política, pois, segundo Galvêas, “pelo menos parece ter sido essa a primeira vez em que uma disciplina acadêmica recebeu tal denominação” (MALTHUS, 1983, p. IX).

Stanley Brue destaca duas grandes controvérsias na Inglaterra que atraíram a atenção de Malthus no período em que ele desenvolveu suas ideias e escreveu seus livros:

A primeira foi um aumento na pobreza e a controvérsia sobre o que fazer com isso. Em 1798, alguns dos efeitos negativos da Revolução Industrial, bem como a urbanização crescente, estavam começando a aparecer. O desemprego e a pobreza já eram problemas, criando necessidades de tratamento reparador (BRUE, 2005, p. 87).

Vale lembrar, neste momento, que a Revolução Industrial inglesa foi pioneira e ocorreu espontaneamente, sem que houvesse, evidentemente, qualquer planejamento prévio. Sendo assim, as primeiras cidades europeias a despontar como centros industriais importantes não estavam preparadas para receber um considerável contingente de pessoas que deixaram os campos e para lá se deslocaram em busca de melhores condições de vida. Por essa razão, essas cidades foram palco de condições de vida bastante adversas, nas quais os trabalhadores viviam aglomerados em cortiços e favelas, onde a prostituição, o crime, a promiscuidade e a miséria constituíam um cenário muito comum. As jornadas de trabalho eram muito longas, os salários baixíssimos e os trabalhadores eram ainda bastante desorganizados, já que havia forte repressão a qualquer tentativa de formação de sindicatos. Faça questão de mencionar dois livros que ilustram bem essa fase: o clássico *Germinal*, de Émile Zola, e outro, muito menos conhecido, mas também excelente, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, de Maria Stella Bresciani.

A segunda controvérsia digna de nota era sobre as leis dos cereais. Essas leis impunham tarifas aos grãos importados e estabeleciam, efetivamente, um preço mínimo aos grãos importados do exterior para a Inglaterra. Os donos de terras eram a favor dessas tarifas, mas eram atacados por pessoas que, como Smith adorava parafrasear, amavam colher onde não haviam plantado. Seu poder político estava sendo desafiado pelas classes que estavam surgindo, como os mercadores, os capitalistas industriais e os seguidores de cada grupo. A população em crescimento, de acordo com o censo de 1801, estava exercendo pressão sobre a oferta de alimentos da Inglaterra. Já em 1790, a Inglaterra tinha percebido a necessidade de importar alimentos, mas as guerras napoleônicas haviam mantido essas importações relativamente baixas, e os resultados eram preços internos dos grãos e da renda da terra extremamente altos. Quando Napoleão foi capturado, em 1813, os donos de terras ingleses, que dominavam o Parlamento, ficaram extremamente preocupados, imaginando que um novo surto de grãos importados desvalorizaria o preço dos bens agrícolas e reduziria enormemente a renda com aluguéis da terra. Assim, eles determinaram que os preços mínimos vigentes de grãos importados fossem aumentados. Os interesses comerciais, no entanto, falavam contra tarifas mais altas sobre os grãos e eram a favor da anulação total das leis dos cereais (BRUE, 2005, p. 87).

Além dessas duas controvérsias, há, ainda segundo Stanley Brue, outro aspecto que teve influência sobre o pensamento de Malthus:

Seu pai apoiava a crença otimista da suscetibilidade de aperfeiçoamento das pessoas na sociedade. Essa fé no progresso era baseada, em parte, nos trabalhos de Godwin [um sacerdote, romancista e filósofo político que se tornou anarquista e ateu e cujas doutrinas se assemelhavam às dos revolucionários franceses] e Condorcet [um eminente matemático francês, democrata na política, fisiocrata na economia e pacifista]. Em certo sentido, esses pensadores eram influências importantes ao jovem Malthus, uma vez que ele propositadamente começou a desafiar suas teorias (BRUE, 2005, p. 87).

Ao longo de sua vida, Malthus pertenceu a diversas sociedades culturais, entre as quais Royal Society, Political Economy Club (que tinha como membros Ricardo e James Mill) e Statistical Society of London.

4.2. Principais ideias e obras

Embora tenha escrito algumas outras obras, entre as quais *Observations on the effects of the Corn Laws* (1814), *An inquiry into the nature and progress of rent* (1815), *The measure of value stated and illustrated* (1823) e *Definitions in political economy* (1827), as duas mais importantes obras de Malthus foram *Ensaio sobre a população* (1798) e *Princípios de economia política* (1820).

Nesta última, cujo título original é *Principles of political economy considered with a view to their practical application*, Malthus desenvolveu ideias extraordinariamente avançadas. Segundo Galvêas:

Malthus antecipou em mais de cento e dez anos, algumas das ideias básicas publicadas por Keynes em sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936. Propunha Malthus a realização de obras públicas, entre outras medidas de política econômica, para aumentar a “demanda efetiva” - expressão que cunhou e que mais tarde se constituiu em peça importante da argumentação keynesiana. Como Keynes, Malthus preocupou-se com o excedente da oferta sobre a demanda agregada, o que levaria ao declínio das atividades econômicas (MALTHUS, 1983, p. X).

A fama de Malthus, no entanto, deve-se indubitavelmente ao *Ensaio sobre a população*, cujo quilométrico título original é *An essay on the principle of population as it affects the future improvement of society, with remarks on the speculation of Mr. Godwin, Mr. Condorcet, and other writers*.

Nessa obra (que teve uma segunda edição, ampliada, em 1803), Malthus (1983, p. 281) parte de duas premissas básicas, relacionadas ao comportamento humano:

Penso que posso elaborar adequadamente dois postulados.

Primeiro: Que o alimento é necessário para a existência do homem.

Segundo: Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio.

Essas duas leis, desde que nós tivemos qualquer conhecimento da humanidade, evidenciam ter sido leis fixas de nossa natureza e, como nós não vimos até aqui nenhuma alteração nela, não temos o direito de concluir que elas nunca deixarão de existir como existem agora, sem um pronto ato de poder daquele Ser que primeiro ordenou o sistema do universo e que para proveito de suas criaturas ainda faz, de acordo com leis fixas, todas estas variadas operações.

A partir desses postulados e considerando que “nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência têm sido muito maiores, os costumes do povo mais puros e conseqüentemente os obstáculos aos casamentos precoces têm sido menores do que em qualquer um dos modernos países da Europa, a população se viu duplicada em 25 anos” (Ibid, 1983, p. 283), Malthus chegou à conclusão que se tornou mundialmente conhecida:

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. Um pequeno conhecimento de números demonstrará a enormidade do primeiro poder em comparação com o segundo (Ibid, 1983, p. 282).

Estendendo essa constatação para um universo mais amplo, Malthus alertou para a real possibilidade de uma fome generalizada, em especial se considerarmos que o esgotamento das terras mais férteis exigirá a utilização de novas unidades de terra, nos quais a produtividade é mais baixa e, conseqüentemente, a capacidade de produzir alimentos tenderá a ser cada vez menor proporcionalmente ao crescimento demográfico.

Para explicar como a fome generalizada ainda não havia ocorrido diante de tamanha desigualdade entre crescimento da população e da produção de alimentos, Malthus apontou os chamados freios positivos ou naturais, cuja característica básica é de promoverem o aumento da taxa de mortalidade. Tais freios são fenômenos climáticos, como secas, pragas, enchentes, terremotos, pestes, epidemias etc., independentes da vontade do homem, que, de tempos em tem-

pos, dizimavam parcelas da população, produzindo o equilíbrio demográfico. Além desses fenômenos da natureza, as guerras podem ser agregadas a esse tipo de freio, o único que tem a participação ativa do homem.

Acertadamente, porém, Malthus observou que a humanidade não deveria permanecer indefinidamente dependente apenas da providência divina. Por esse motivo, ele propôs os freios preventivos, cuja característica era promover a redução da taxa de natalidade. Para tanto, sugeriu um amplo processo de conscientização, para o qual contribuiriam todas as instituições que - direta ou indiretamente - participavam da formação educacional das crianças. O objetivo principal desse processo de conscientização seria convencer as pessoas de que elas só deveriam se unir em casamento após adquirirem condições econômicas satisfatórias para constituir e criar condignamente uma família. Deveriam, portanto, retardar o casamento até atingirem essa condição econômica favorável, permanecendo celibatárias (solteiras) se não atingissem essa condição. A ideia por trás dessa proposta era que, com essa medida, haveria redução da faixa média de fertilidade das mulheres que, dessa forma, teriam um número menor de filhos.

Outro aspecto merecedor de realce diz respeito à polêmica envolvendo a Lei dos Pobres, cuja aprovação tramitava no Parlamento, segundo a qual caberia ao Estado garantir a criação e a educação das crianças pobres e abandonadas. Malthus opôs-se vigorosamente à aprovação dessa Lei, pois afirmava que sua aprovação era um prêmio à irresponsabilidade de pais que põem filhos no mundo sem condições de criá-los adequadamente. Além disso, tal ação era uma interferência indevida na vontade divina, uma vez que a morte dessas crianças seria justamente um castigo de Deus à irresponsabilidade de seus pais. A esses argumentos de caráter teológico, Malthus acrescentou outros de fundo econômico, ligados à provável expansão do desemprego, com todas as consequências ruins que isso acarreta.

O prof. Paulo Sandroni, no *Dicionário de economia do século XXI* (2005, p. 508), observa que “nos escritos subsequentes, as concepções do *Ensaio sobre o princípio da população* foram o ponto de partida para análises mais abrangentes de questões econômicas e sociais, tratadas em livros, panfletos e artigos”.

Também outros autores incorporaram conceitos ligados ao uso de terras menos produtivas em suas ideias e obras, em especial David Ricardo, em sua teoria da renda (da terra), e na lei dos rendimentos decrescentes. Com base nisso, Galbraith afirma que se Adam Smith e Jean-Baptiste Say representam a visão otimista da Escola Clássica, já a visão de Malthus e Ricardo não tem nada de otimista. “Foi graças a Malthus e Ricardo que a economia se transformou numa ciência sombria” (GALBRAITH, 1984, p. 24).

4.3. Repercussão e atualidade das ideias de Malthus

Embora tenha debruçado sobre muitos outros temas, o que tornou o nome de Malthus célebre em todo o mundo foi, sem dúvida, sua análise relacionando a economia (capacidade de produzir alimentos) à demografia (crescimento populacional).

A relevância dessa relação foi reconhecida por muita gente. Em diferentes momentos, Stuart Mill enaltece a importância de Malthus. Num deles, considera:

O aumento da mão de obra é o aumento da espécie humana, da população. Quanto a esse assunto, as discussões suscitadas pelo *Essay* do Sr. Malthus fizeram com que a verdade fosse, se não ainda, de forma alguma, universalmente admitida, pelo menos conhecida tão amplamente que é provável, baste agora, examinar a questão de modo mais breve do que de outra forma teria sido necessário (Mill, 1983, p. 146).

Noutro momento, assinalado por Giannetti, examinando o desafio da pobreza em massa, Stuart Mill adverte para a necessidade de satisfazer duas condições básicas: “sem elas nenhum [sistema econômico] ou conjunto de leis e instituições conseguirá emancipar a massa da humanidade da sua condição atual de miséria e degradação. Uma dessas condições é a educação universal e a outra, uma limitação adequada do número de habitantes da comunidade” (GIANNETTI, 1989, p. 37).

A economista inglesa Joan Robinson (1979, p. 94) foi ainda mais específica ao afirmar que:

de todas as doutrinas econômicas, a de maior importância para os países subdesenvolvidos é aquela associada a Malthus. Não que a teoria

da população de Malthus possa ser aplicada de uma forma clara a seus problemas, mas porque seu próprio nome chama a atenção para o simples e doloroso fato de que quanto mais rápido é o crescimento demográfico mais lento é o crescimento da renda per capita.

Tamás Szmrecsányi, numa biografia de Malthus, menciona uma citação de Mark Blaug que é muito ilustrativa do forte apelo dos pressupostos e postulados básicos da teoria malthusiana da população, cuja força reside no fato de tratar-se de ideias muito simples, facilmente assimiláveis por qualquer um:

O famoso contraste que Malthus estabeleceu entre as duas espécies de progressões - o aumento geométrico da população e o crescimento aritmético da produção de alimentos - tinha o poder hipnótico e persuasivo de um slogan de publicidade. (BLAUG, 1968, p. 70).

Em que pese esse poder hipnótico, com o passar do tempo, Malthus passou a ser muito criticado por não ter considerado, pelo lado da oferta, a incrível expansão da produtividade agrícola em decorrência dos avanços da tecnologia e, pelo lado da demanda, o êxito dos programas de planejamento familiar, que levaria a uma redução das taxas de crescimento demográfico.

Tais observações, a bem da verdade, podem ser consideradas válidas se tomarmos como base os países desenvolvidos. Nesses, ocorreu um extraordinário aumento da produtividade, não apenas agrícola, mas de todos os segmentos da economia, gerando uma oferta abundante de bens e serviços de toda ordem, o que garante um padrão de vida bastante confortável.

É necessário lembrar, entretanto, que a esmagadora maioria da população mundial não vive em países desenvolvidos, mas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, em muitos dos quais - sobretudo na América Latina, em parte da Ásia e na África Subsaariana - ainda prevalece um binômio perverso: baixíssima produtividade e elevado crescimento demográfico. Nesses - repito: onde vive a maior parte da população do mundo - o alerta malthusiano permanece mais atual do que nunca!

Há outro aspecto atualíssimo, não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo, que torna a relação entre economia e demografia, crucial na análise malthusiana, muito oportuna. Trata-se da questão da previdência social, fator gerador de graves desequilíbrios fiscais, que tem provocado dores de cabeça

em gestores dos diferentes níveis da administração pública: federal, estaduais e municipais.

Os sistemas de previdência baseados no regime de repartição (ou distribuição), que foram instituídos há muitas décadas, quando a expectativa de vida era menor e o número de trabalhadores ativos era muito superior ao de inativos, passam hoje por sérias dificuldades, resultantes de uma combinação de fatores: de um lado, a redução das taxas de natalidade, que provoca um ingresso menor de pessoas na força de trabalho; de outro, uma expectativa de vida maior, que leva as pessoas a viver um número maior de anos depois da aposentadoria (que, em muitos lugares, ocorre quando as pessoas ainda estão em condições de continuar produzindo com elevado grau de produtividade), sem contar uma série de privilégios ou situações especiais que geram um ônus cada vez mais difícil de ser suportado pelos orçamentos governamentais.

5. Jean-Baptiste Say e a Lei dos Mercados

A produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade. A produção não se mede, de maneira alguma, pelo comprimento, volume ou peso do produto, mas pela utilidade que lhe foi dada.

Jean-Baptiste Say¹⁰

Jean-Baptiste Say nasceu em Lyon, em 1767. Foi o primogênito dos quatro filhos de uma família protestante e é considerado um dos principais expoentes da Escola Clássica, juntamente com Adam Smith, David Ricardo e Thomas R. Malthus. Faleceu em Paris, em 1832.

¹⁰ SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*, 1983, p. 68.

5.1. Alguns flashes biográficos e bibliográficos

Nascendo em 1767, Jean-Baptiste Say cresceu num ambiente fortemente influenciado pelas ideias iluministas, cujos princípios fundamentais eram o liberalismo, o individualismo e o racionalismo. Sendo assim, acompanhou, na sua juventude, o fervilhante ambiente político que redundou na Revolução de 1789. Ao mesmo tempo, testemunhou os primórdios da industrialização da França, um dos países que mais cedo seguiram o caminho aberto pioneiramente pela Inglaterra.

Como afirma Georges Tapinos, no prefácio da coleção *Os Economistas* (1983, p. 6), “os reveses do destino de que seu pai foi vítima levam-no a arranjar o seu primeiro emprego, num banco parisiense”. Pouco tempo depois, foi para a Inglaterra, onde observou o funcionamento de uma economia que iniciara seu processo de industrialização algumas décadas antes e, além disso, pôde “descobrir Adam Smith, de quem fez uma leitura atenta ao regressar a Paris, graças às horas de folga que lhe proporciona o seu novo emprego, numa companhia de seguros” (1983, p. 6).

Após a Revolução Francesa, teve lugar a fase de jornalista liberal de Say, a qual se iniciou com sua colaboração para o *Courier de Provence*, jornal que era dirigido por Mirabeau. Em seguida, trabalhou no jornal *La Décade Philosophique, Littéraire et Politique, pour une Société des Republicains*, onde chegou a diretor e começou a divulgar as ideias econômicas de Adam Smith. De acordo com Porto Carreiro (1975, p. 324): “de 1799 a 1814, foi membro do Tribunação, tendo sido demitido por ordem de Napoleão, por se haver recusado a introduzir, na segunda edição de sua obra principal, algumas ideias do imperador”.

Say deixa então o jornalismo e a vida pública. Como diz Tapinos (1983, p. 6):

Troca as artes pela indústria, Paris por Auchy. Monta uma empresa têxtil que dizem ter sido muito próspera (chegou a empregar 400 trabalhadores). Foi uma experiência industrial sem dúvida exemplar, mas que serviu apenas para ilustrar um pensamento definido.

Com o fim do império, Say se dedicou com grande afinco à atividade intelectual, escrevendo suas obras mais importantes e dedicando-se à introdução e

difusão do ensino da economia na França, primeiro no Athénée (1815-1816), em seguida no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (1820) e, por fim, no Collège de France (1831).

Da bibliografia deixada por Say, as principais obras foram *Traité d'Économie Politique* (2 volumes - 1803); *Cathécisme d'Économie Politique* (1817); *Lettres à Malthus* (1820); e *Cours Complet d'Économie Politique* (6 volumes - 1828-1829).

5.2. Principais contribuições à teoria econômica

Embora a contribuição de Jean-Baptiste Say seja muito mais ampla, limitar-me-ei aqui a apenas três aspectos, por se constituírem, em minha opinião, nos mais relevantes para a evolução da teoria econômica.

1º. Valor utilidade - Não há dúvida de que Jean-Baptiste Say tem seu nome consagrado na história do pensamento econômico graças à Lei dos Mercados (ou Lei de Say). No entanto, para uma compreensão mais precisa de seu pensamento - e da lógica inerente à própria Lei dos Mercados - é fundamental que se conheça sua visão do processo de produção e da determinação do valor.

Como bem observa Tapinos (1983, p. 10):

A análise do processo produtivo constitui o ponto de partida - e a parte mais elaborada - do *Tratado de economia política*. Ultrapassando, simultaneamente, as confusões metafísicas dos fisiocratas e a abordagem materialista de Adam Smith, Say propõe uma definição nova, e particularmente fecunda, do conceito de produção: “A produção”, escreve, “não é uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade”.

Percebe-se, portanto, que Say antecede a John Stuart Mill na defesa da tese de que é a utilidade, e não o trabalho, o principal fator determinante do valor de uma mercadoria. Rompe, dessa forma, com a indefinição de Smith (que não se posiciona claramente entre os valores de uso e de troca) e, principalmente, com a posição de Ricardo, decididamente a favor da teoria do valor-trabalho, no que foi acompanhado por Marx e seus seguidores.

Ainda segundo Tapinos (1983, p. 10):

A utilidade é o fundamento do valor. O preço é a medida da utilidade. Quando não existem obstáculos à livre concorrência, nem intervenções estatais, os preços do mercado refletem adequadamente os valores reais, ou seja, a utilidade dos diversos produtos. O custo da produção não é mais do que uma *limitação imposta* ao produtor, um limiar *aquém* do qual ele se absterá de produzir, mas que não determina, de modo algum, o valor dos produtos. "Pouco importam as enormes dificuldades que tenhamos que vencer para produzir um objeto inútil: ninguém vai querer pagá-lo". Trata-se, aqui, de uma total rejeição da teoria do valor-trabalho, assim como, também, de toda a distinção entre o valor de uso e o valor de troca. O valor de Say é um valor mercante que só se define pela troca.

Feitas essas considerações preliminares sobre o pioneirismo de Jean-Baptiste Say neste aspecto essencial da teoria econômica, encerro este item com considerações do primeiro capítulo do *Tratado de economia política*, selecionadas pelo historiador E. K. Hunt (2005, p. 128):

O valor que a humanidade atribui aos objetos se origina do uso que deles se possa fazer... Tomarei a liberdade de associar o termo *utilidade* à capacidade de certas coisas satisfazerem os vários desejos da humanidade... A utilidade das coisas é a base do seu valor e seu valor constitui riqueza... Embora o preço seja a medida do valor das coisas e o valor delas seja a medida de sua utilidade, seria um absurdo inferir que, aumentando-se à força seu preço, sua utilidade possa ser aumentada. O valor de troca, ou preço, é um índice da utilidade reconhecida de certa mercadoria.

2º. A Lei dos Mercados (ou Lei de Say) - A Lei dos Mercados, também conhecida como Lei de Say, costuma ser apresentada com o seguinte enunciado: "A oferta cria sua própria procura".

Trata-se de um enunciado simples e fácil de ser gravado, o que explica em grande parte sua razoável popularidade. A meu juízo, no entanto, é muito mais do que isso. Say conseguiu, por meio desse enunciado aparentemente simples, tornar muito mais acessível a compreensão da tendência ao autoequilíbrio do

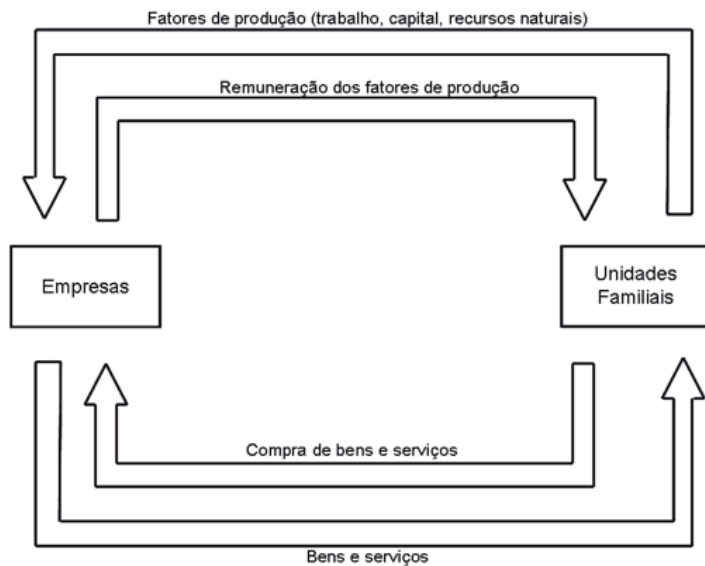
sistema econômico, que permanecia obscura na complexa teoria da mão invisível de Adam Smith.

A professora Nancy Gorgulho Braga foi muito feliz, em artigo elaborado para o jornal *O Economista*, ao se utilizar da Lei dos Mercados como uma das bases de reflexão sobre o capitalismo de nossos dias e o desafio que se apresenta ao economista contemporâneo. Nesse artigo, ela reproduziu um trecho relativo a mercados da segunda edição do *Tratado de economia política* (1814):

Vale a pena notar que um produto, tão logo seja criado, nesse mesmo instante gera um mercado para outros produtos em toda a grandeza de seu próprio valor. Quando o produtor dá o toque final a seu produto, ele está ansioso para vendê-lo imediatamente, para que o valor do produto não pereça em suas mãos. Nem está ele menos ansioso para se utilizar do dinheiro que pode obter, porque o valor do dinheiro também é perecível. Mas o único modo de se desfazer do dinheiro é pela compra de um produto ou outro. Assim, a mera circunstância da criação de um produto imediatamente abre um mercado para outros produtos.

A Figura 2.1., encontrada em diversos manuais de *Introdução à Economia*, entre os quais Rossetti (2000) e Mankiw (2013), permite visualizar - e assim compreender melhor - o significado da Lei dos Mercados, que é, em última instância, a explicação do funcionamento de um sistema econômico simples, em que a sociedade é dividida entre famílias e empresas. Na referida Figura, observa-se que a economia funciona como uma interação entre dois fluxos: o real, representado pelo fluxo externo; e o monetário, simbolizado pelo fluxo interno.

Figura 2.1.
Interação dos fluxos real e monetário



No fluxo real, as famílias fornecem às empresas os fatores de produção que serão empregados na produção de bens e serviços a serem oferecidos para a satisfação das necessidades da população: a terra (recursos naturais), a mão de obra (trabalho) e o capital, que pode ser financeiro (dinheiro) ou empresarial (máquinas e instalações).

No fluxo monetário, as empresas remuneram os fatores de produção por meio de aluguéis para os donos de terras, salários para os trabalhadores, e juros e dividendos para os capitalistas, gerando, assim, a renda necessária para a aquisição dos bens e serviços oferecidos às famílias.

Nessa interação dos dois fluxos, a oferta, que corresponde à análise da produção, tem papel determinante. Se houver um aumento da produção de bens e serviços e, por conseguinte, um aumento da quantidade de fatores envolvidos na produção, mais gente estará empregada e, dessa forma, ao ser remunerada por sua participação no processo, estará auferindo renda com a qual poderá comprar uma quantidade maior de bens e serviços que estará sendo disponibilizada.

Por outro lado, se houver uma redução do volume de produção, as empresas poderão ser obrigadas a desempregar fatores de produção, ocasionando a redução do volume de remuneração das famílias e, por extensão, menos renda para a aquisição de uma quantidade menor de bens e serviços oferecida no mercado. A oferta, portanto, funciona como uma espécie de termômetro do funcionamento da economia. Quando se expande, permite uma expansão correspondente da demanda; quando se contrai, ocasiona uma contração correspondente da demanda. Dessa forma, a economia tende naturalmente à situação de equilíbrio.

Vale ressaltar dois aspectos: o primeiro é que esse modelo representa o funcionamento de um sistema econômico simplificado (que, em macroeconomia, é tratado como sistema de dois setores), que não considera nem o setor governo nem o setor externo (exportações e importações); o segundo é que o modelo supõe que toda a renda recebida pelas famílias será imediatamente utilizada na aquisição dos bens e serviços produzidos pelas empresas, de tal forma que o que se constitui em renda para as famílias corresponde à despesa (custos de produção) das empresas. Logo, o dinheiro vai das empresas para as famílias sob diferentes formas de remuneração dos fatores de produção, e retorna das famílias para as empresas quando cada membro dessas famílias, exercendo papéis alternativos no teatro da economia, atua como consumidor ou investidor, adquirindo os produtos oferecidos pelas empresas.

Esses dois aspectos conduzem a dois corolários que foram depois fonte de contundentes críticas à Lei dos Mercados. O primeiro aspecto supõe que o mercado é capaz de evitar uma crise geral da economia, já que o sistema econômico seria dotado da capacidade de se equilibrar automaticamente. A Grande Depressão da década de 1930 foi uma dura demonstração da possibilidade do contrário. O segundo aspecto supõe que o dinheiro (ou moeda) é simplesmente um meio de troca, não tendo influência direta no processo de produção e circulação. O grande economista inglês John Maynard Keynes foi um dos que melhor demonstrou as limitações da Lei dos Mercados, chamando a atenção para três vazamentos que impedem, na vida real, que a economia funcione em equilíbrio automático, como supunha Say: a poupança, os impostos, e o excesso de gastos com importações relativamente às receitas com exportações. Com base nesses vazamentos, pro-

pôs a mão visível do Estado para desempenhar o papel que a mão invisível do mercado não foi capaz de desempenhar satisfatoriamente.

3º. Ênfase no papel do empreendedor – Outra enorme contribuição de Jean-Baptiste Say ao desenvolvimento da teoria econômica, pela qual ele também não costuma ser referenciado, diz respeito à ênfase que ele deu ao empreendedor para o bom funcionamento do sistema econômico.

Também nesse aspecto particular, Say se antecipou àquele que é reconhecido e reverenciado como o grande teórico da economia, Joseph Schumpeter, o austríaco que acabou se notabilizando como professor da Universidade de Harvard e que será objeto de exame no capítulo V deste livro.

Em sua edição de 15 de fevereiro de 2007, a revista francesa *Challenges* dedica sua principal reportagem ao estudo da viabilidade das contribuições dos “pais da economia” para as condições prevalecentes na França, nos dias de hoje. Um dos autores incluídos nessa excelente matéria é justamente Jean-Baptiste Say. Ivan Best, responsável pela parte que se refere a Say, destaca exatamente esse aspecto, dando a seu artigo o título *Jean-Baptiste Say: L’entrepreneur au centre*. No referido artigo, diz Best (2007, p. 49):

Si Jean-Baptiste Say s’inscrit dans le lignée de son illustre prédécesseur Adam Smith, il va plus loin. “C’est le premier économiste de l’offre”, affirme Jean-Perrier Potier, qui a dirigé l’ouvrage universitaire *Jean-Baptiste Say, nouveaux regards sur son oeuvre* (éditions Economica). Il insiste sur les conditions de la production, met en valeur le rôle de l’entrepreneur. Pour les classiques du XVIII siècle, la société se découpait en travailleurs, rentiers et capitalistes. Jean-Baptiste Say récuse cette vision. A ses yeux, chacun peut remplir l’une de ces fonctions à un moment ou un autre. Cette approche sera retenue par l’ensemble de l’école néoclassique.¹¹

¹¹ “Jean-Baptiste Say costuma ser descrito como um seguidor das ideias de Adam Smith, mas, na verdade, ele vai muito além. “É o primeiro economista da oferta”, afirma Jean-Pierre Potier, que dirigiu a coletânea universitária *Jean-Baptiste Say, nouveaux regards sur son oeuvre* (Éditions Economica). Ele insiste nas condições da produção, valorizando o papel do empreendedor. Para os clássicos do século XVIII, a sociedade se dividia em trabalhadores, rentistas e capitalistas. Jean-Baptiste Say recusou essa visão. A seus olhos, cada um pode desempenhar uma dessas funções num momento ou outro. Esse enfoque será retomado posteriormente pela Escola Neoclássica.” (Tradução do autor)

Stanley Brue, em seu manual de *História do pensamento econômico*, também realçou essa preocupação permanente de Say com a eficiência e o empreendedorismo, afirmando:

Say contribuiu para a teoria moderna dos custos do monopólio ao apontar que os monopolistas não apenas criaram o que atualmente chamamos de perdas de eficiência (ou perdas de peso morto), mas também usaram os recursos escassos na sua concorrência para obter e proteger suas posições de monopólio.

Finalmente, Say contribuiu para o pensamento econômico ao enfatizar o empreendedorismo como o quarto fator de produção, junto com os fatores mais tradicionais: terra, trabalho e capital (BRUE, 2005, p. 130).

5.3. Considerações finais sobre a importância e a influência de Jean-Baptiste Say

Muitos historiadores colocam em dúvida a real importância de Jean-Baptiste Say para a evolução da teoria econômica. Alegam, para justificar sua posição, que o economista francês não passou de um divulgador das ideias de Adam Smith, não possuindo, por conseguinte, nenhuma contribuição original para ser mencionado ao lado dos maiores nomes da ciência econômica.

Particularmente, oponho-me a essa posição. E não apenas por considerá-la injusta, uma vez que, como espero ter mostrado neste capítulo, Say foi sim original em destacar aspectos da teoria econômica cuja relevância acabou sendo reconhecida por economistas que o sucederam, como é o caso de John Stuart Mill, no que se refere à introdução do utilitarismo na teoria econômica, de Joseph Schumpeter quanto ao papel do empreendedor, e até mesmo de James Buchanan, em relação ao conceito de *rent seeking* (busca de rendimento).

Minha objeção a aceitar a ideia de que Jean-Baptiste Say não deva ser lembrado e reverenciado como um dos grandes economistas deve-se também ao fato de que ele tornou mais fácil para a maioria das pessoas a compreensão do funcionamento do sistema capitalista, corolário da visão liberal da economia. Se poucos tinham capacidade de absorver conceitos e princípios complexos

como *laissez-faire* ou mão invisível, isso se modificou acentuadamente a partir da disseminação das obras de Jean-Baptiste Say e, particularmente, da repercussão da Lei dos Mercados. E, convenhamos, tornar acessíveis para muitos ideias antes consideradas obscuras e mal compreendidas é, por si só, algo mais do que meritório em qualquer campo do conhecimento.

E isso é reconhecido até por economistas com pontos de vista bastante antagônicos a Jean-Baptiste Say, tais como Marx, Keynes e Kalecki. A quem tiver interesse de ler mais a esse respeito, sugiro a leitura dos capítulos iniciais do livro *Acumulação de capital e demanda efetiva*, de autoria do prof. Jorge Miglioli, ou a apresentação do mesmo professor à *Teoria da dinâmica econômica*, de Michael Kalecki, na coleção *Os Economistas*.

CAPÍTULO III

Transição entre o pensamento econômico antigo e o pensamento econômico moderno

1. Considerações preliminares

O processo de industrialização da Inglaterra - normalmente chamado de Revolução Industrial -, que teve início na segunda metade do século XVII, ocorreu de forma espontânea, não sendo planejado como outros processos semelhantes ocorridos mais tarde em diversos países. Além disso, por ter sido pioneiro, não havia qualquer experiência anterior que pudesse servir de modelo.

Considerando esses dois fatores - pioneirismo e caráter espontâneo -, os centros urbanos, que cresceram à medida que novas indústrias surgiam, atraindo fluxos consideráveis de pessoas que para lá se transferiam em busca de melhores condições de vida, não estavam preparados para recebê-los.

Friedrich Engels analisa essa transição de forma muito interessante, abordando as mudanças ocorridas no processo produtivo e os impactos dessas mudanças na vida da sociedade.

Desenvolvia-se na Inglaterra um processo revolucionário. O vapor e as máquinas-ferramentas converteram a manufatura na grande indústria moderna, revolucionando com isso todos os fundamentos da sociedade burguesa. O ritmo vagaroso do desenvolvimento do período da manufatura converteu-se num verdadeiro período de luta e embate da produção. Com uma velocidade cada vez mais acelerada, ia-se dando a divisão da sociedade em grandes capitalistas e proletários que nada possuem e, entre eles, em lugar da antiga classe média tranquila e estável, uma massa instável de artesãos e pequenos comerciantes, a parte mais flutuante da população, levava uma existência sem nenhuma segurança. O novo modo de produção apenas começava a galgar a vertente ascensional; era ainda o modo de produção normal, regular, o único possível naquelas circuns-

tâncias. E no entanto deu origem a toda uma série de graves calamidades sociais: amontoamento, nos bairros mais sórdidos das grandes cidades, de uma população arrancada do seu solo; dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes, da submissão patriarcal e da família; prolongação abusiva do trabalho, que sobretudo entre as mulheres e as crianças assumia proporções aterradoras; desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada de súbito para condições de vida totalmente novas - do campo para a cidade, da agricultura para a indústria. De uma situação estável para outra constantemente variável e insegura (ENGELS, 1984, p. 39-40).

Jean-Christian Petitfils também oferece uma boa descrição desse período no livro *Os socialismos utópicos* (s/d, p. 51).

A Inglaterra, em fins do século XVIII, a França e o continente europeu na primeira metade do século seguinte enfrentaram perturbações econômicas e sociais de excepcional importância. A grande revolução tecnológica que se realiza na época tem o efeito de provocar o brusco desaparecimento dos antigos modos de vida, a migração maciça dos habitantes do campo para os centros industriais e urbanos. A burguesia se instala no poder, enquanto que, pouco a pouco, constitui-se o exército do proletariado industrial. Sob o choque brutal dos acontecimentos, ante o sombrio dos novos horizontes, desaparece a era das pastorais, dos devaneios bucólicos, dos apriscos modelos e outras manifestações semelhantes.

Nesse cenário, o que se observa, na primeira metade do século XIX, é a coexistência de três correntes de pensamento econômico: a primeira e mais forte é representada pela Escola Clássica, com as contribuições de Ricardo, Malthus e Say (já que as de Smith datam da segunda metade do século anterior); a segunda é representada por uma série de ideias e propostas de planos gerais de uma sociedade perfeita por parte de autores que se tornaram conhecidos como socialistas utópicos (ou pré-marxistas); a terceira é representada por uma espécie de dissidência clássica, ou seja, autores que tiveram formação com base nas ideias clássicas, mas que foram gradativamente delas se afastando, para incorporar maiores preocupações sociais e as primeiras ideias utilitaristas, destacando-se Jeremy Bentham, Nassau William Senior e o mais importante deles, John Stuart Mill.

Os autores da primeira foram examinados no capítulo II.

Neste capítulo da viagem pela economia, serão examinadas as duas outras correntes. Na corrente dos socialistas utópicos, o foco se concentrará apenas em Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, embora na literatura a respeito do tema outros nomes sejam citados, tais como Simonde de Sismondi e Louis Blanc, que é considerado, por alguns autores, representante do Socialismo de Estado, juntamente com Ferdinand Lassalle.

2. Os socialistas utópicos (ou pré-marxistas)

Qualquer caráter comum, do melhor ao pior, do mais ignorante ao mais esclarecido, deve ser passado a qualquer comunidade, até mesmo para o mundo de forma geral, pela aplicação dos próprios meios; que os meios estejam para uma grande extensão no comando e sob o controle daqueles que têm influência nos assuntos dos homens.

Robert Owen¹

As ideias e propostas dos socialistas utópicos surgiram a partir de 1800, numa época em que os trabalhadores industriais ainda eram fracos e desorganizados, desmoralizados pelas rápidas mudanças decorrentes da Revolução Industrial, privados do direito de voto e ainda inconscientes de sua força latente.

Os socialistas utópicos consideravam injusta e irracional a economia de mercado capitalista competitiva e elaboraram conceitos e arranjos sociais perfeitos e, então, fizeram apelos para que o mundo todo os adotasse.

A expressão socialismo utópico merece algumas reflexões. O que devemos entender por socialismo utópico?

¹ OWEN, Robert. *A new view of society and other writings*. London: Dent, 1927. Apud BRUE, Stanley. *História do pensamento econômico*, p. 164.

Para Petitfils (s/d, p. 10):

Não é difícil reconhecer que se trata de uma expressão cujo valor semântico corre, por vezes, o risco de prestar-se a certas confusões. Por parecer impregnado de subjetivismo, o campo da utopia permanece bastante vago. Não evidencia cada teórico a tendência a qualificar seu próprio sistema de “científico”, e a atribuir aos outros a classificação pouco lisonjeira e um tanto depreciativa de “utópico”?

Entre as tentativas de definir o socialismo utópico, está a de que, ao contrário do socialismo marxista (também chamado de científico), que prega a revolução para implantar um novo modo de produção, os socialistas utópicos pregaram a paz universal em vez da luta de classes e dirigiram-se aos capitalistas para que cooperassem e até mesmo financiassem seus esquemas.

Outra tentativa de definição, que a mim parece mais adequada, é a de Alfred Sauvy, segundo a qual “o caráter comum de todos os utopistas, declarados ou não, é que veem uma sociedade melhor administrada que a atual, sem se preocuparem com o caminho que nos levará a ela e, em particular, os primeiros metros” (Apud PETITFILS, s/d, p. 11).

Vale a pena reproduzir os comentários de Petitfils a essa visão de Sauvy.

Com os olhos fixos no seu modelo maravilhoso e fascinante, o utopista evita indicar os caminhos que possam levar a ele. Do alto de sua torre de marfim, adota uma atitude de supremo desdém pelo recurso político das concessões, adotado pelos reformistas, que querem construir o socialismo a curto prazo. Condenam, com um vigor não menor, os partidários da violência revolucionária que, rejeitando o advento da cidade socialista para um futuro distante, acabam por fazer da revolução um valor em si. Mas como os utopistas podem esperar transformar a sociedade, se recusam ao mesmo tempo a evolução e a revolução? Escolhendo precisamente o terceiro caminho: a inversão do mundo pela utopia. Convencidos de serem os donos da verdade, acreditam que podem modificar a vida apenas pela força persuasiva de suas ideias, ante as quais o universo inteiro, pasmo e reconhecido, é convidado a inclinar-se. Pode-se dizer que nisso reside o essencial da atitude utopista. Não há, na realidade, necessidade de ter

sido um “fabricante de ilhas felizes”, segundo a expressão de Georges Duveau, nem de se ter dissertado sobre os costumes singulares de alguns bons selvagens. Basta acreditar que seu modelo social se imporá por si mesmo, simplesmente porque a verdade sempre acaba por triunfar (PETITFILS, s/d, p. 11-12).

Sua conclusão, coerente com essa crença, é a seguinte:

Os utopistas convenceram-se a tal ponto dessa ideia, que, no curso da história, nunca deixaram de tentar colocar em prática o mais depressa possível seu socialismo, por meio de pequenas comunidades. Essas numerosas experiências tiveram, todas, o objetivo de construir um enclave isolado, à margem do tempo e dos conflitos sociais. Verdadeiras sociedades socialistas em miniatura e dentro de redomas, elas visavam, pelo contágio do exemplo, propagar-se e dominar, pouco a pouco, a totalidade do corpo social (op. cit., p. 12).

Independentemente da definição preferida, só não se aceita uma definição, bastante disseminada até, de que o socialismo utópico é constituído de arranjos sociais perfeitos que jamais saíram do papel. Afinal, modelos imaginários de comunidades cooperativas foram elaborados e chegaram a ser experimentados, ainda que geralmente de curta duração e sem sucesso.

Dos diversos socialistas utópicos, os mais destacados foram Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier.

2.1. Saint-Simon

Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon, nasceu em 1760, filho de uma família de alta linhagem que havia perdido a maior parte de sua fortuna. Recebeu a educação típica de um jovem nobre e, aos 19 anos, partiu para a América com o posto de capitão no exército do General La Fayette. O tipo de economia e de sociedade que encontrou no Novo Mundo, caracterizado pela simplicidade e pelo espírito empreendedor dos comerciantes americanos, deixaram-no muito bem impressionado e ele imediatamente passou a imaginar algo parecido para substituir o sistema feudal e teológico ainda predominante no Velho Mundo.

Saint-Simon desenvolveu suas ideias antes que o movimento político da classe trabalhadora na França conseguisse se consolidar. Ao contrário de outros socialistas, não fez nenhum apelo aos trabalhadores para que lutassem contra seus empregadores. “Considerando a ociosidade como desgraça, fez do trabalho e da indústria uma religião, contrastando de maneira interessante com as próprias teorias de que é natural desejar evitar o trabalho por ser cansativo e doloroso” (OSER; BLACHFIELD, 1983, p. 148).

Suas ideias tomaram a produção e não a propriedade como base para sua nova sociedade, em que separava os produtores dos não produtores. Para ele, o progresso das ciências e das técnicas prepara o advento de um novo tipo de sociedade, a sociedade industrial, cujos mecanismos já podem ser conhecidos graças à “ciência das sociedades”. Não é aos sábios ou aos artistas que Saint-Simon pretende entregar o poder, mas aos “industriais”, como se vê neste trecho de *Selected writings*:

O único objetivo de nossos pensamentos e esforços deve ser o tipo de organização mais favorável à indústria - entendida em seu sentido mais amplo, incluindo todo o tipo de atividade útil, teórica ou prática, intelectual ou manual. [...] Nosso desejo é de que os homens, daqui por diante, ajam conscientemente e com esforços mais úteis e mais bem dirigidos, façam o que até agora vêm fazendo inconscientemente, lentamente, indecisamente e sem eficácia. [...] Agora, em minha opinião, chegou a hora em que ocorrerá a revolução geral, comum a todos os povos civilizados em todos os lugares. Os governos não mais darão ordens aos homens; suas funções limitar-se-ão a garantir que trabalho útil não seja desperdiçado. Não terão mais que uma pequena quantidade de poder ou de dinheiro, pois essas funções não exigirão muito. O dinheiro necessário para empreendimentos úteis em pequena ou larga escala será fornecido por subscrição voluntária, e os próprios supervisores supervisionarão a despesa e a administração de seu próprio dinheiro (Apud OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 149).

A ideia mais importante do modelo social imaginado por ele consistia num parlamento industrial, constituído de três câmaras: invenção, revisão e execução.

A câmara de invenção, formada por engenheiros, artistas e escritores, seria encarregada da redação dos projetos industriais. Estes seriam em seguida examinados por uma segunda câmara, a câmara de exame ou revisão, composta de matemáticos, fisiólogos e físicos. Finalmente, a câmara de execução, compreendendo os chefes de empresa, terá a missão de supervisionar a aplicação dos planos e programas votados pelos dois órgãos precedentes (PETITFILS, s/d, p. 60).

Interessante observar que o sistema industrial da utopia saint-simonista supe a tomada pacífica de poder pela classe dos industriais em consequência da tomada de consciência, por parte deles, de seu papel e de sua missão. O advento da sociedade industrial marcará o fim das lutas de classes e o início de uma era de concórdia universal, sem antagonismos e conflitos, visão típica do otimismo racionalista dos grandes pensadores utopistas.

2.2. Owen

Robert Owen, filho de um fabricante de selas e ferragens, nascido em 1771, foi, provavelmente, o mais famoso dos socialistas utópicos. Estudou apenas poucos anos e começou a trabalhar numa loja como balconista. Posteriormente, empregou-se em armazéns de secos e molhados em Londres. Aos 18 anos, contraiu um empréstimo de £ 100 para abrir uma sociedade com um mecânico especializado nas novas máquinas têxteis recém-inventadas. Ao ser deixado pelo sócio, deu continuidade ao negócio utilizando as máquinas disponíveis. Embora tenha tido sucesso, surgiu uma oportunidade melhor e Owen, aos 20 anos, assumiu a gerência de uma das mais importantes e equipadas fiações em Lancashire, com quinhentos trabalhadores sob suas ordens. Algum tempo depois, recusou a oferta de sociedade de seu empregador e, aos 28 anos, comprou a Fiação de New Lanark, na Escócia, que pertencia a David Dale. Foi aí que adotou práticas que tiveram grande sucesso no curto prazo, atraindo a atenção de empreendedores e estudiosos de várias partes da Europa.

Owen transformou a Fiação de New Lanark em uma comunidade-modelo, alterando significativamente a realidade até então prevalecente.

Quando iniciou seu trabalho, encontrou quinhentas crianças pobres de sete a nove anos que viviam na pensão da fábrica, servindo como aprendizes. Começavam a trabalhar aos seis anos e sua jornada de trabalho, tanto no verão como no inverno, era de doze horas, durante seis dias por semana. Havia uma vila da fábrica para abrigar as famílias dos trabalhadores que viviam em um ambiente de pobreza, crime, doenças e miséria, mesmo considerando que David Dale, o antigo proprietário, era muito mais humanitário que a maioria dos empregados (OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 157).

Para mudar essa realidade, Owen introduziu reformas na Fiação de New Lanark, algumas das quais só passaram a ser vistas em outras partes do mundo muitos anos mais tarde. Entre essas reformas, merecem ser mencionadas:

Interrompeu o uso de crianças pobres. Os jovens não eram admitidos na fábrica até os dez anos, e fornecia-lhes instrução gratuita dos cinco aos dez anos. Para crianças em idade pré-escolar, fundou um jardim de infância, ou berçário, o primeiro na Grã-Bretanha. Queria que as crianças crescessem felizes em uma conjuntura saudável. Casas confortáveis foram construídas para as famílias que trabalhavam em New Lanark. Alimentação, combustível e vestuários eram vendidos aos trabalhadores pelo preço de custo. A jornada de trabalho foi reduzida para dez horas e meia, e os salários foram elevados. Pagava a seus empregados os feriados e as faltas por doença, dava-lhes seguro para velhice e fornecia serviços educacionais e recreativos aos adultos. As multas e punições, tão características na época, foram abolidas (op. cit., p. 157).

Embora a Fiação obtivesse lucros expressivos e gozasse de respeito e admiração de seus empregados, seus sócios se opuseram a tais práticas. Com isso, por duas vezes teve de mudar a sociedade. A terceira e última sociedade, formada em 2014, incluía Jeremy Bentham, cuja relação com Stuart Mill será objeto de análise no próximo capítulo. Owen desligou-se do negócio em 1829, em razão de divergências com os outros sócios.

Anos depois, em 1825, Owen tentou reproduzir a experiência de New Lanark nos Estados Unidos, onde estabeleceu a colônia de New Harmony numa extensa

propriedade adquirida em Indiana, porém não conseguiu repetir o êxito da experiência escocesa.

Como observou Jean-Christian Petitfils (s/d, p. 72):

A vida de Owen é inseparável de suas ideias. Várias etapas marcam seu itinerário. O primeiro período foi aquele em que se tornou um grande filantropo, dirigindo a empresa piloto de New Lanark. O segundo, que se estende de 1817 a 1829, caracteriza-se por sua progressiva conversão ao socialismo associacionista e cooperativo, causa em prol da qual desenvolveu uma energia decidida, e que acabou consumindo toda a sua fortuna. Durante o terceiro período, de 1830 a 1834, ocorre o importante encontro do owenismo com o movimento operário. Finalmente, após seu fracasso na aproximação das classes populares, Owen continuará realizando sua obra até a morte, insistindo cada vez mais no aspecto messiânico e religioso de sua utopia.

Owen morreu em novembro de 1859, convencido de ter desempenhado um papel importante para melhorar o mundo. As declarações dadas no final de sua vida não deixam qualquer dúvida sobre isso: “Minha vida não foi inútil, eu trouxe ao mundo verdades importantes. Se não lhes deram ouvidos, foi por falta de compreensão. Eu estava à frente da minha época” (PETITFILS, s/d, p. 86).

Provavelmente, estava mesmo!

2.3. Fourier

Charles Fourier nasceu na cidade de Besançon, em 7 de abril de 1772. Filho de uma família típica de classe média, composta de mercadores de tecidos e gêneros, que perdeu quase todas as suas posses durante a Revolução Francesa, ele foi orientado pelo pai a seguir uma carreira comercial, embora tal opção não lhe agradasse. Mesmo a contragosto, acabou, por boa parte de sua vida, dedicando-se à atividade comercial, resignando-se ao exercício da profissão de caixeiro viajante até fixar-se em Lyon, onde, graças à herança paterna, especulou com gêneros exóticos, arroz, algodão e açúcar.

Em 1793, foi preso, encarcerado e, em seguida, recrutado para o corpo da

infantaria, episódio marcante em sua vida, uma vez que a brutalidade do acontecimento fez nascer em Fourier um ódio profundo contra a Revolução Francesa e a violência de forma geral.

Tendo começado a trabalhar muito cedo, instruiu-se durante as horas vagas nas salas de leitura das bibliotecas. Dotado de memória prodigiosa e muita imaginação, esse homem, que pouco leu, acabou sendo autor de uma obra relativamente extensa, apesar do “estilo confuso, retórica maçante e uma avalanche de neologismos que utiliza deliberadamente, em classificações de maníaco; com exceção de umas poucas páginas vivas e agradáveis, suas obras são lidas com dificuldade” (PETITFILS, s/d, p. 92).

Sua obra inclui: *Théorie des quatre mouvements et des destinées générales* (1808), *Traité de l'association domestique agricole* (1822); *Le nouveau monde industriel et sociétaire* (1829) ; e, de 1835 a 1836, *La fausse industrie, morcelée, mersongère et l'antidote, l'industrie naturelle, combinée, attrayante, véridique, donnant quadruple production*.

Fourier foi um dos primeiros socialistas a criticar a concorrência capitalista e perceber que ela levaria, inevitavelmente, ao monopólio:

Dentre as influências que tendem a restringir os direitos industriais do homem, mencionarei a formação de empresas privilegiadas que, monopolizando determinado ramo de indústria, fecham, arbitrariamente, as portas do trabalho para quem quiser... Os extremos se tocam e, quanto maior o grau de concorrência anárquica, mais se chega perto do *monopólio universal*, que é o extremo oposto... Os monopólios, operando em conjunto com os grandes interesses da terra diminuirão a classe média e a classe operária, reduzindo-as a um estado de vassalagem comercial... Os pequenos comerciantes serão reduzidos à posição de meros agentes, trabalhando para sua coalizão mercantil. Veremos, então, o reaparecimento do feudalismo invertido, baseado em ligas mercantis e correspondendo às *Ligas dos Barões*, da Idade Média (Apud HUNT, E. K., 2005, p. 168).

A essa obra teórica acrescentam-se numerosos artigos publicados em *Le Phalanstère* e *La Phalange*, e o livro *Nouveau monde amoureux*, que só foi conhe-

cido em 1967, pois seus discípulos o mantiveram guardado por um longo tempo, temerosos com a respeitabilidade de Fourier.

O grande projeto desse crítico do capitalismo, que se opunha à produção em larga escala, à mecanização, à centralização e à concorrência multiplicadora de desperdícios, foi o falanstério, cuja célula elementar será organizada em forma de comunidades cooperativas denominadas falanges, planejadas minuciosamente pelo excêntrico e detalhista Fourier.

Cada associação combinaria trezentas famílias - 1.800 pessoas - em nove milhas quadradas de terra. Todos viveriam em uma habitação tipo palácio com três andares. A produção agrícola e artesanal predominaria, e a produção de riqueza aumentaria dez vezes mais que a caótica indústria privada. Seria mais econômico construir e mais fácil de proteger contra o fogo um grande celeiro do que trezentos celeiros pequenos. Se as pessoas vivessem juntas com honra e conforto, seriam eliminados os roubos e as despesas para proteção contra os mesmos. O trabalho coletivo [realizado com absoluta igualdade por homens e mulheres] melhoraria as condições climáticas, e menor quantidade de roupas seria necessária. As economias de uma cozinha comum e de apartamentos em vez de moradias separadas foram cuidadosamente calculadas. *A falange* resolveria o principal problema, que não era de desigualdade de riquezas, mas de insuficiência. [...] O “trabalho sujo” seria feito pelas crianças. As crianças adoram a sujeira e adoram organizar-se em grupos. Em vez de reprimir essas tendências naturais, seriam orientadas para funções sociais úteis, como efetuar os trabalhos mais desagradáveis. Assim, as crianças aprenderiam diversas tarefas, de forma que, como os adultos, não fossem superespecializadas e limitadas a uma única tarefa (OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 152).

O produto obtido pelas falanges, como não poderia deixar de ser, foi também detalhadamente pensado por Fourier.

Depois que o mínimo de subsistência fosse garantido a cada membro de uma *falange*, independentemente de sua contribuição à empresa, o excedente seria dividido em 5/12 para o trabalho, 4/12 para o capital e 2/12 para o talento e a aptidão. Portanto, seria feito um apelo aos capitalistas

para que financiassem tal projeto com base no rendimento de um retorno satisfatório para seu investimento (op. cit., p. 152)

Efetivamente, Fourier chegou a anunciar ao mundo que estava em casa diariamente ao meio-dia para esperar pelos capitalistas que viriam se associar ao seu empreendimento.

Pelo resto de sua vida, esperou em vão, embora muitas falanges tenham sido iniciadas em todo o mundo por seus seguidores. De acordo com Oser e Blanchfield (1983, p. 153), “as *falanges* fourieristas, embora fracassadas, influíram no movimento trabalhista da época e inspiraram grande parte do pensamento sobre a forma de eliminar os desperdícios nas empresas privadas”. Para diversos autores, o movimento cooperativista é também, de certa forma, um tributo vivo a Charles Fourier.

3. Stuart Mill e o utilitarismo

As ações são corretas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a promover o reverso da felicidade.

John Stuart Mill²

John Stuart Mill nasceu em Londres, no dia 20 de maio de 1806 (portanto em plena fase de industrialização da Inglaterra). Filho de James Mill e Harriet Burrow, teve uma educação rigorosa sob a responsabilidade do pai, tornando-se uma espécie de menino prodígio. Trabalhou na Companhia das Índias Orientais até seu o fechamento em 1848, por ordem da rainha Vitória. Ocupou uma cadeira no Parlamento inglês de 1865 a 1868, retirando-se depois da vida pública. Faleceu em Londres em 8 de maio de 1873.

² MILL, John Stuart. *Utilitarismo*, 2007, p. 22.

3.1. A vida

Provavelmente, mais do que no caso de qualquer outra pessoa, para compreender bem as ideias e contribuições de Stuart Mill, é fundamental que se conheça um pouco de sua vida e que se leve em conta sua educação, o período em que viveu, suas amizades, as influências que recebeu e suas atividades.

Stuart Mill era filho do filósofo e historiador James Mill, que assumiu a responsabilidade por sua educação. Segundo Todd Buchholz (2000, p. 112): “John Stuart tinha ainda o gosto pelo leite materno quando a sua rigorosa educação começou”. Aos 3 anos, iniciou seus estudos de grego, seguindo-se depois latim, matemática e filosofia. Aos 11 anos, auxiliou o pai na revisão de sua obra mais importante sobre a história da Índia e, aos 13, por recomendação do pai, deu início a seus estudos de economia, com a leitura das obras de Smith e Ricardo. Passou seu décimo quarto ano de vida na França, onde se hospedou na casa de Samuel Bentham (irmão de Jeremy Bentham, que terá posteriormente profunda influência sobre o pensamento de Mill). Na França, prosseguiu seus estudos, incluindo química, biologia, cálculos diferenciais e botânica. Ao voltar à Inglaterra, em 1821, começou a estudar direito, quando entrou em contato mais estreito com as ideias de Jeremy Bentham.

Em 1822 foi convidado a trabalhar na Companhia das Índias Orientais, onde entrou como auxiliar do responsável pela correspondência. Passou a assistente de diretoria em 1828 e chegou ao posto mais alto da Companhia, diretor presidente, em 1856, posto que ocupou por dois anos, até que a empresa foi fechada por ordem da Rainha Vitória.

Em 1830, conheceu Harriet Hardy Taylor, ativa defensora dos direitos da mulher, por quem se apaixonou quase imediatamente. Como ela era casada, só veio a se tornar esposa de Stuart Mill 21 anos depois, quando ficou viúva. A influência de Harriet Hardy Taylor sobre as ideias e obras de Mill foi bastante acentuada, só não sendo ainda maior pelo fato de o casamento ter durado apenas sete anos, em razão do falecimento da esposa.

Foi amigo pessoal de Ricardo, Bentham, Carlyle, Coleridge e Augusto Comte, tendo tido ainda - na sua estada na França - contato com Jean-Baptiste

Say. Todos eles acabaram por influenciar de alguma forma o pensamento de Stuart Mill.

Em 1860, desgostoso com o falecimento da esposa e o fechamento da Companhia das Índias Orientais, foi novamente para a França, de onde voltou algum tempo depois disposto a concorrer a uma cadeira no Parlamento. Eleito, ocupou uma cadeira no Parlamento inglês de 1865 a 1868, quando se retirou da vida pública.

Faleceu em 1873, ocasião em que o processo de industrialização inglês (bem como o de diversas outras nações europeias) estava consolidado. Nessa época, o princípio da harmonia de interesses, um dos pilares do pensamento de Adam Smith, podia ser amplamente questionado, uma vez que a notória concentração de renda existente na Inglaterra demonstrava que a satisfação dos interesses individuais não correspondia necessariamente à satisfação dos interesses gerais. Em razão disso, em termos de pensamento econômico, a preocupação que se concentrava quase que exclusivamente na análise dos aspectos ligados à produção desloca-se pouco a pouco para dar prioridade aos aspectos relacionados à distribuição da riqueza. Essa é a característica apresentada inicialmente por Jeremy Bentham, William Nassau Senior e John Stuart Mill e que será a marca do pensamento econômico que se desenvolverá a partir da segunda metade do século XIX.

3.2. A obra

A vasta obra de Stuart Mill, boa parte da qual já está traduzida, inclui uma série de livros e artigos. Seguem-se alguns dos mais destacados:

Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela (ensaio escrito em 1831/1833, mas publicado em 1836); *Sistema de lógica* (1843); *Ensaio sobre algumas questões não resolvidas de economia política* (1844); *Princípios de economia política* (1848); *Sobre a liberdade* (1859); *Considerações sobre o governo representativo* (1861); *Utilitarismo* (1861); *Augusto Comte e o Positivismo* (1865); *A sujeição das mulheres* (1869); *Autobiografia* (1873, publicado postumamente em 1924).

3.3. Principais ideias e contribuições

As contribuições de Stuart Mill distribuem-se pelos campos da lógica, da psicologia, do direito, da economia e da política. Neste capítulo, no entanto, vou me limitar apenas a alguns aspectos de suas contribuições sobre política e economia. Tamanha diversidade explica em boa parte a descontinuidade que caracteriza a sua obra e a controvérsia que existe em torno de sua figura: é considerado um dos principais expoentes da Economia por alguns autores e historiadores em razão de sua criatividade e de suas contribuições inovadoras e, ao mesmo tempo, é ignorado por outros, por não ter conseguido “amarrar” bem suas ideias, que tiveram que ser aperfeiçoadas por diversos economistas e pensadores de gerações posteriores.

Stuart Mill procurou combinar o utilitarismo (que absorveu de Jeremy Bentham) com o socialismo, em que ressaltou o valor do altruísmo (tão a gosto de Saint-Simon e Comte), como forma de superação do egoísmo.

Como foi dito na epígrafe deste capítulo, extraída de seu livro *Utilitarismo*, Stuart Mill (2007, p. 22) enfatizava, no princípio da utilidade, a busca da felicidade, como se vê na seguinte passagem:

Através da felicidade pretende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, dor e privação do prazer. Para dar uma clara visão do padrão de moral estabelecido pela teoria, é necessário que se diga muito mais; em particular o que está incluído nas concepções de dor e prazer; e até que ponto esta é uma questão aberta. Mas estas explicações suplementares não afetam a teoria da vida na qual esta teoria da moralidade está fundamentada - a saber, que o prazer e imunidade à dor são as únicas coisas desejáveis como fins, ou para o prazer inerente a elas mesmas, ou como meios para promoção do prazer e a prevenção da dor.

No campo da Economia (o de sua maior contribuição), suas ideias refletem diversas influências de outros pensadores contemporâneos, apresentando em sua evolução uma série de contradições, a ponto de ser considerado um integrante do liberalismo clássico por alguns autores e um pré-socialista por outros. Ele próprio, em sua *Autobiografia* chegou a se autodefinir um socialista, como pode ser visto na citação a seguir:

Mas o nosso ideal de aperfeiçoamento definitivo ia muito além da democracia e nos classificava decididamente sob a denominação geral de socialistas. Embora repudiássemos com vigor a tirania da sociedade sobre os indivíduos que a maior parte dos sistemas socialistas supostamente encerra, esperávamos que chegaria um tempo em que a sociedade não estaria mais dividida entre os ociosos e os industriais; em que a regra segundo a qual aqueles que não trabalham não poderão se alimentar aplicar-se-ia a todos de maneira imparcial e não apenas aos pobres; em que a repartição do produto do trabalho, em vez de depender, como agora depende em grande medida, dos acidentes do nascimento, estaria baseada, por comum acordo, em um princípio reconhecido de justiça, e em que não fosse de fato impossível - nem se julgasse como tal - que os seres humanos se empenhassem em obter benefícios que não fossem exclusivamente seus, mas que fossem compartilhados com a sociedade a que pertencem (MILL, 2006, p. 194-195).

Na sequência, Stuart Mill (p. 195) assevera:

Considerávamos que o problema social do futuro seria o de unir a maior liberdade individual de ação com a propriedade comum de todas as matérias-primas do globo e com uma igual participação de todos nos benefícios do trabalho comum.

Na tentativa de conciliação de ideias socialistas com seus fundamentos utilitaristas, ele fez uso de uma relação entre a religião e a moral, na qual admitiu que o aperfeiçoamento intelectual do homem serve de base ao desenvolvimento social. Daí a principal crítica de Marx a esse tipo de ecletismo do qual Mill é o melhor intérprete. Para Marx, isto é prova incontestada de ingenuidade ou uma tentativa de “conciliação dos inconciliáveis”.

Sua posição é fundamentada nas circunstâncias históricas da Europa e suas ideias econômicas refletem isso, podendo ser identificados três períodos distintos:

1º. Por volta de 1844, quando publicou *Ensaio sobre algumas questões não resolvidas de economia política*, em que se percebe uma nítida influência de Ricardo.

2º. Exposta em sua principal obra *Princípios de economia política* (1848), em que começou a fazer a defesa da criação de propriedades para os campo-

neses, uma vez que estava preocupado com os problemas que envolviam os agricultores irlandeses.

3º. Inicia-se por volta de 1850 e se torna mais estreito à medida que amplia seu contato com as ideias socialistas, quando se convence da fundamental importância dos problemas sociais. Nessa época sente-se forte influência de Saint-Simon. Fica claro que ele não endossa o princípio do *laissez-faire*, já que ele aponta a existência de diversas exceções representadas por itens de grande utilidade social, mas de pouco interesse para o capital privado, tais como a educação, o auxílio aos pobres, a colonização e outros itens de interesse da coletividade.

O trecho que se segue, extraído dos *Princípios de economia política* mostra bem como Stuart Mill sentia o momento, quase um século após o início da Revolução Industrial:

... até agora se questiona se todas as invenções mecânicas já feitas aliviaram a luta do ser humano. Elas permitiram que maior população vivesse a mesma vida de fadiga e aprisionamento e que maior número de fabricantes e outros fizessem fortuna (Apud BRUE, 2005, p. 151).

A diferença de seu pensamento a partir da publicação dos *Princípios* em relação ao seu pensamento original pode ser vista claramente no seguinte trecho:

Se, portanto, se devesse escolher entre o comunismo, com todas as suas chances, e o atual estado da sociedade, com todos os seus sofrimentos e injustiças; se a instituição da propriedade privada necessariamente tivesse como consequência que a produção do trabalho tem que ser distribuída segundo o esquema atual, quase em proporção inversa ao trabalho - cabendo as porções maiores dela àqueles que nunca sequer trabalharam, vindo logo depois aqueles cujo trabalho é quase apenas nominal, e assim por diante, em uma escala descendente, diminuindo a remuneração cada vez mais, à medida que o trabalho se torna mais duro e mais desagradável, até chegarmos ao trabalho corporal mais fatigante e mais esgotante, que não pode sequer contar com a certeza de ganhar o necessário para a subsistência; se a alternativa fosse entre essa situação e o comunismo, todas as dificuldades inerentes ao comunismo, grandes ou pequenas, não passariam de pó na balança (MILL, 1983, p. 187).

No âmbito da Política, o caminho seguido por Mill foi o de um liberalismo extremado, muito próximo do anarquismo. Sua preocupação com a influência deletéria do Estado fica clara no trecho que se segue, sobre Educação (1991, p. 149):

Uma educação geral pelo Estado é puro plano para moldar as pessoas de forma exatamente semelhante. E, como o molde em que são plasmadas é o que agrada a força dominante no governo, quer seja esta um monarca, um clero, uma aristocracia, quer a maioria da geração existente, a educação pelo Estado, na medida em que é eficaz e bem sucedida, estabelece um despotismo sobre o espírito, que, por uma tendência natural, conduz a um despotismo sobre o corpo.

Prosseguindo em sua argumentação, Mill (1991, p. 149) enfatiza que só em último caso seria aceitável a intervenção do Estado na educação:

Uma educação estabelecida e controlada pelo Estado só deveria existir, se devesse, como um dentre muitos experimentos em competição, executado com o fim de exemplo e estímulo, para manter os outros em harmonia com um certo padrão de excelência. Realmente, apenas quando a sociedade se encontra, em geral, numa situação de tal atraso, que não poderia providenciar ou não providenciaria, por si mesma, quaisquer instituições convenientes de educação salvo empreendendo o governo a tarefa, só então, na verdade, pode o governo, como o menor de dois grandes males, tomar sobre si o cuidado das escolas e das universidades, como pode assumir o das sociedades anônimas quando o empreendimento privado, numa forma adequada à realização das grandes obras da indústria, não existe no país.

3.4. Considerações finais

Stuart Mill não deixa, em nenhum instante, de revelar profunda influência da rigorosa educação que lhe foi imposta pelo pai, a ponto de afirmar na sua *Autobiografia*:

Um homem que em tudo o que fazia se atinha tão severamente ao princípio de não desperdiçar o tempo, havia de seguir a mesma regra na edu-

cação de seu pupilo. [...] Mas meu pai, em todos os seus ensinamentos, exigia de mim não só o máximo que eu podia fazer como muitas outras coisas que estavam fora do meu alcance (MILL, 2006, p. 29).

A forte influência do pai é uma das razões pelas quais a obra de Stuart Mill representa enorme contribuição à aplicação de métodos à análise econômica. Também, nesse particular, observam-se sensíveis modificações em seu pensamento, como pode ser visto através da comparação de suas primeiras e de suas últimas obras.

Sua ideia de utilitarismo, mais ampla que a de Bentham, serviu de base e foi aperfeiçoada pelos primeiros economistas utilitaristas como William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras e, principalmente, por Alfred Marshall, grande expoente da Escola Neoclássica.

Por todas essas razões, Stuart Mill pode ser considerado um autor de transição entre o Pensamento Econômico Antigo (que dá maior ênfase aos aspectos ligados à produção da riqueza) e o Pensamento Econômico Moderno (que enfatiza os aspectos ligados à distribuição da riqueza).

CAPÍTULO IV

Pensamento econômico moderno

1. Karl Marx e a contestação do capitalismo

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta - uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa.

Karl Marx e Friedrich Engels¹

Karl Heinrich Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Trier (ou Tréves, segundo os franceses), na região da Renânia, então província da Prússia. A família Marx pertencia à classe média de origem judaica. Seu pai, Hirschel, era advogado e conselheiro de justiça. Sua mãe, Enriqueta Pressburg, apesar de descendente de rabinos, não exerceu sobre o filho a forte doutrinação, habitual nas famílias israelitas, e não teve nenhuma influência intelectual sobre sua formação. Marx casou-se com Jenny von Westphalen, sua amiga de infância, com quem teve seis filhos, dos quais apenas três atingiram a vida adulta. Morreu em Londres, em 14 de março de 1883, antes da publicação dos dois últimos volumes de sua grande obra, *O capital*, que só foram publicados em 1885 (o segundo) e 1894 (o terceiro), ambos elaborados por Engels, com base nos manuscritos deixados por Marx.

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*, 2017, p. 9-10.

1.1. Uma vida atribulada e marcada por sucessivas dificuldades

Depois de concluir o curso secundário em sua cidade natal, Marx matriculou-se na Universidade de Bonn, com o objetivo de estudar jurisprudência. Sobre essa fase, assim se pronuncia o prof. José Arthur Giannotti na apresentação de *Manuscritos econômico-filosóficos* para a coleção *Os Pensadores* (1987, p. VIII):

Não foram, porém, tempos de muito estudo e trabalho. O jovem Marx descobriu a vida boêmia do estudante romântico, esbanjou dinheiro (ao menos no entender de seu pai) e escreveu versos apaixonados à sua amiga de infância, Jenny von Westphalen. No verão de 1836, voltando de Bonn, ficou noivo dessa jovem de rara beleza e alta posição social. Esse casamento desigual, segundo o comentário de todos, encontrou a mais obstinada oposição de ambas as famílias, e só pôde realizar-se oito anos mais tarde.

Cito essa passagem do prof. Giannotti, pois acredito que ela reflete uma face importante da personalidade de Marx, revelada ao longo de toda a sua vida: a entrega plena e o envolvimento total com aquilo que acredita. Assim foi na vida pessoal, sendo extremamente amoroso com a mulher e os filhos (ainda que ausente a maior parte do tempo), no exercício da profissão de jornalista, no seu trabalho como escritor e, como não poderia deixar de ser, na defesa das ideias em que acreditava.

Para ilustrar o carinho por sua mulher, reproduzo outro trecho da apresentação do prof. Giannotti (1987, p. VIII), com a reprodução de uma carta que ele escreveu a Jenny, em 1865, de Trier, onde se encontrava por causa da morte de sua mãe:

Todos os dias fui em peregrinação à velha casa dos Westphalen, na rua dos Romanos, que me interessou mais do que todas as antiguidades romanas, porque me lembrou os tempos felizes de minha juventude, quando ela encerrava meu tesouro mais caro. Além disso, todo o dia e por quase toda parte, me pedem notícias daquela que era então a mais bela jovem de Trier e a rainha dos bailes. É diabolicamente agradável para um homem ver que sua mulher continua a viver assim como uma princesa encantada no espírito de toda uma cidade.

Marx não concluiu seu curso em Bonn, mas, para cumprir o desejo de seu pai, que exigia que ele terminasse seus estudos antes do casamento, matriculou-se, em julho de 1836, na Universidade de Berlim. Lá, afastou-se cada vez mais do Direito, interessando-se enormemente por História e por Filosofia, área em que a influência intelectual de Hegel era extremamente forte. Hegel havia morrido pouco antes, mas seu pensamento era dominante na Berlim da época e sua filosofia se convertera numa espécie de ideologia oficial. Marx se viu fortemente atraído por esse clima intelectual, embora discordasse frontalmente do idealismo de Hegel, razão pela qual, ao incorporar a dialética hegeliana ao modelo teórico que viria a construir mais tarde, adaptou-a ao materialismo histórico. Por esse motivo, na visão da dialética de Hegel, as mudanças ocorrem primeiro no plano das ideias (ou espiritual), estendendo-se depois para o plano material. Na visão de Marx, ao contrário, as transformações se dão primeiro no plano material (ou econômico), estendendo-se depois ao plano ideológico.

Marx permaneceu em Berlim até 1841, participando ativamente das discussões e dos trabalhos dos intelectuais que foram rotulados por alguns historiadores como grupo de Berlim. De volta a Trier, Marx passa por uma fase de indefinição, durante a qual chega a sonhar com uma carreira universitária, doutorando-se pela Universidade de Iena. Logo, porém, abandona a ideia e resolve se dedicar ao jornalismo, já então tendo se mudado para Colônia, que assim como Trier, também fica na Renânia. Iniciava-se assim uma vasta sucessão de viagens e mudanças, nem todas por vontade própria, que seria uma outra característica marcante da vida de Marx. Na condição de jornalista, contribui com algumas publicações (jornais e revistas), quase todas consideradas radicais. No jornal *Rheinische Zeitung*, onde trabalhou por mais tempo, logo se tornou um sucesso, o que, segundo Galbraith (1984, p. 79), não é motivo de surpresa, uma vez que “ele era inteligente, talentoso e extremamente dedicado e, de certa forma, representava uma voz de moderação”.

“Sob a direção de Marx”, ainda segundo Galbraith (1984, p. 79) “o *Rheinische Zeitung* aumentou a circulação e a sua influência se estendeu a outros Estados germânicos. Da mesma forma, tornou-se cada vez mais do interesse dos censores, que todas as noites reviam as provas antes de irem para impressão”. Sendo

assim, não causa surpresa o fato de o jornal ter sido fechado pelo governo em março de 1843.

Marx, então, vencendo a oposição dos pais, casou-se e partiu para a França, onde foi um dos diretores (os outros foram Ruge e Heine) dos *Anais-Franco-Alemães*. Estes, porém, não foram além do primeiro número, publicado em fevereiro de 1844. Nesse único número dos *Anais Franco-Alemães*, entretanto, foi publicado um artigo de Friedrich Engels, *Esboço de uma crítica da economia política*, o que acabaria sendo decisivo para o futuro da vida de Marx.

Marx estava, a essa altura, ainda mais desiludido com as ideias hegelianas, de tal forma que a aproximação com Engels foi mais do que natural. Nas palavras do prof. Giannotti (1984, p. XIII):

A coincidência de perspectivas e de resultados conduziu Marx e Engels a um trabalho comum. O primeiro desses trabalhos, *A Sagrada Família*, cujo subtítulo é *Crítica de uma Crítica Crítica*, analisa as consequências políticas do neo-hegelianismo. É uma polêmica feroz contra Bruno Bauer e seus irmãos Edgard e Egbert, os quais, como editores da *Gazeta Geral Literária*, publicada em Charlottenburg preconizavam uma política liberal “elitista”, como se diria atualmente. Em lugar do isolamento do Espírito diante das massas, Marx e Engels preconizavam um amplo entrosamento da teoria com os proletários, pois, diziam, nada é mais ridículo do que uma ideia isolada de interesses concretos.

Antes mesmo da publicação do livro, Marx foi expulso da França, em fevereiro de 1845, tendo que se refugiar em Bruxelas, onde redigiu, junto com Engels, a *Ideologia Alemã*, um balanço de suas próprias consciências filosóficas, no qual levantou uma série de questões com relação ao pensamento de Feuerbach:

Tomar a essência genérica do homem como ponto de partida da história não é aceitar uma concepção muito particular do homem isolado, tal como o vê o pensamento burguês? Essa essência genérica não se resolve no conjunto das relações sociais em que cada pessoa se insere? Se, além do mais, essas relações são mediadas pelas relações que o homem mantém com a natureza, posta assim basicamente como o lugar da prática humana,

que sentido pode ter uma essência genérica do homem que não esteja vinculada ao produto do seu próprio trabalho? (GIANNOTTI, 1984, p. XIII).

A despeito de seu interesse, a *Ideologia Alemã* não encontrou editor e ficou abandonada. Mas, segundo o prof. Giannotti (1984, p. XIV), “o principal objetivo, uma visão mais clara dos problemas levantados, tinha sido alcançado”.

Em Bruxelas, Marx escreveu *A Miséria da Filosofia*, em 1846/47, um contraponto à *Filosofia da Miséria*, de Proudhon, publicado pouco antes. Continuou, também, a se dedicar à política, num ambiente, diga-se de passagem, bastante propício, uma vez que diversas convulsões sociais estavam ocorrendo na Europa, a ponto de Galbraith (1984, p. 88) afirmar que 1848 pode ser chamado de “o ano das revoluções”.

Marx havia começado a participar da recém-fundada Liga dos Comunistas, que, para ele, significava a primeira tentativa de superar a contradição entre uma organização internacional e os agrupamentos nacionais em que se aglutinavam os operários. E foi para o segundo congresso da Liga, realizado neste conturbado ano de 1848, que, novamente junto com Engels, Marx escreve o célebre *Manifesto Comunista*, talvez o mais bem-sucedido panfleto político de toda a história. Como bem observa o prof. Giannotti (1984, p. XIV):

O *Manifesto Comunista* insiste na necessidade de substituir o programa contra a propriedade privada em geral pelo projeto da apropriação coletiva dos meios de produção, atingindo, pois, pela raiz, tanto o funcionamento do modo de produção capitalista, quanto a fonte da alienação do homem que vive numa sociedade desse tipo.

É do *Manifesto Comunista* uma das citações mais reproduzidas de todos os tempos:

Os comunistas desdenham ocultar suas opiniões e metas. Abertamente, declaram que seus fins só podem ser atingidos pela derrubada violenta de todas as condições sociais existentes. Que a classe governante trema diante da revolução comunista. Os proletários nada têm a perder fora suas correntes; têm o mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos! (MARX; ENGELS, 2017, p. 65).

Tamanha atividade, porém, não passou despercebida pelas autoridades. O rei Leopoldo da Bélgica, diante de tal agitação, houve por bem dissolver todo tipo

de associação operária e perseguir os exilados que haviam fixado residência no país. Marx e sua mulher, depois de serem duramente tratados, acabaram sendo expulsos. Como isso já era esperado, Marx havia combinado com os emigrados alemães que deveria retornar a Paris para dar continuidade aos planos traçados. A Liga, porém, não resistiu ao próprio crescimento da onda revolucionária e acabou se dissolvendo. Diante disso, Marx foi novamente para Colônia, onde ressuscitou o *Rheinische Zeitung*, que agora passava a se chamar *Neue Rheinische Zeitung*. Por meio dele, defendia a aliança do proletariado e dos camponeses com a burguesia, numa soma de esforços visando à liquidação dos restos do Antigo Regime, ainda vigentes na Alemanha. Não foi, no entanto, o que aconteceu. A vitória de seus adversários obrigou Marx a, uma vez mais, buscar o exílio. A essa altura, porém, as condições financeiras da família estavam debilitadíssimas, uma vez que até a herança que ele acabara de receber havia sido gasta na abertura do jornal. Pobre como nunca, depois de uma rápida passagem por Paris, cruzou o Canal da Mancha, em 24 de agosto de 1849, e fixou-se definitivamente em Londres. Seria a sua última mudança; ficou na capital inglesa o resto de sua vida.

Com a ajuda financeira de Engels e um rendimento proveniente do *New York Tribune*, Marx procurou recomeçar a vida e retomar seus planos em Londres. Os primeiros anos, entretanto, foram muito difíceis, durante os quais a família de Marx teve que mudar de endereço várias vezes, o que sua esposa Jenny, pelo que se sabe, aceitou com infinita resignação.

Em Londres, aproveitando o recesso político que se seguiu à extrema agitação do final da década de 1840, Marx escreveu, em 1852, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, no qual analisa o golpe de Estado de Napoleão III. Era também uma forma de tentar ganhar algum dinheiro, diante das privações que sua família estava enfrentando. O prof. Giannotti (1984, p. XV) assinala que não foi fácil editar *O 18 Brumário*, “que somente veio a lume em Nova York, quando um emigrado alemão ofereceu suas economias, uns 40 dólares, a um amigo e colaborador de Marx, Weydemeyer, que no Novo Mundo continuava sua propaganda política”.

Depois disso, Marx resolveu retomar os trabalhos de Economia e se impôs uma disciplina rígida, chegando todos os dias ao Museu Britânico às 9 horas, para só de lá sair por volta das 19 horas, continuando, não raras vezes, o traba-

lho madrugada adentro. Depois de anos de muito esforço, concluiu, em 1859, a redação do texto de *Para a crítica da economia política*. Por conta, porém, de sua difícil situação econômica, o manuscrito teve que esperar alguns dias para ser enviado ao editor, na Alemanha, porque faltava dinheiro para os selos. A respeito dessa situação, numa carta a Engels, Marx fez um interessante comentário: “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanta falta dele. A maioria dos autores que escreveram sobre esse tema estava numa magnífica harmonia com o objeto de suas investigações” (GIANNOTTI, 1984, p. XVI).

O livro, porém, não teve quase nenhuma repercussão. Apesar disso, Marx continuou trabalhando com afinco, naquela que foi provavelmente sua fase mais produtiva e que resultou na publicação do primeiro volume de sua obra magna, *O capital*, em 1867 (os outros dois só foram publicados após a sua morte).

Afora seu trabalho como escritor, vale destacar ainda as atividades políticas desenvolvidas por Marx durante sua permanência em Londres. Talvez a mais importante delas tenha sido o tempo precioso empregado por ele nos trabalhos de organização de um projeto no qual ele depositava grande confiança, e que continham as fundações da revolução que ele esperava e que, segundo Galbraith (1984, p. 98), vez por outra acreditava estar iminente:

O instrumento da revolução seria uma organização que uniria, num propósito comum, a ação dos trabalhadores de todos os países industrializados - os proletários que, como Marx ardentemente afiançava, não tinham pátria. Conhecida hoje como Primeira Internacional, essa organização nasceu em Londres, numa grande assembleia de trabalhadores realizada no Saint Martin's Hall, no dia 28 de setembro de 1864. Foi eleito um conselho diretivo, do qual Marx era o secretário geral.

Apesar das nobres intenções, a história revelou que o futuro da Internacional foi muito diferente do que pretendiam seus criadores, o que foi reconhecido pouco tempo depois pelo próprio Marx, numa carta a Bolts em novembro de 1871 mencionada pelo prof. Giannotti, quando essa associação já entrava em decadência:

A Internacional foi fundada para substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas por uma organização efetiva da classe operária que a levasse à luta. Os estatutos primitivos, assim como a alocução inaugural,

mostram-no desde o primeiro instante. Além disso, a Internacional não poderia afirmar-se se a marcha da História já não tivesse despedaçado o regime de seitas. O desenvolvimento das seitas socialistas e o movimento operário real mantêm uma relação inversa constante. Enquanto tais seitas se justificam, a classe operária não está madura para um movimento autônomo. Tão logo atinja essa maturidade, todas as seitas se tornam reacionárias por essência. No entanto, na história da Internacional, repete-se o que a história mostra em toda parte: o que envelheceu procura reconstruir-se e manter-se no próprio interior da forma recém-adquirida. E a história da Internacional foi uma luta contínua do Conselho Geral contra essas seitas e tentativas amadorísticas que, no quadro da Internacional, procuravam se afirmar contra o movimento real da classe operária (MARX, 1987, p. XVI).

Entre essas “seitas reacionárias”, Marx cita os proudhonianos franceses, os lassallianos alemães e a Aliança Democrática Socialista, de Bakunin (1814-1876), de tendência anarquista. A Primeira Internacional, já profundamente enfraquecida pelas disputas intestinas, foi declarada fora da lei por Bismarck e, logo a seguir, pela Terceira República. Sua sede transferiu-se para a Filadélfia, segundo Galbraith (1984, p. 100): “um lugar pouco adequado à conscientização da agitação de classes e aí, alguns anos mais tarde, expirou. Em 1889, como união dos partidos trabalhistas e sindicatos de classe, ela ressurgiu - a Segunda Internacional. Marx não viveu para ver isso acontecer”.

Viveu, porém, para testemunhar ainda alguns momentos importantes da luta revolucionária à qual dedicou praticamente toda a sua vida, o mais significativo dos quais ficou conhecido como “A Comuna de Paris”, que teve lugar em 1871. Foi, segundo Galbraith (1984, p. 102), “a primeira revolução que usaria, com seriedade, embora de maneira inexata, a palavra raiz de ‘comunismo’. E seria a única que Marx presenciaria”.

Marx viveu mais 12 anos após a revolta de Paris, ao longo dos quais deu continuidade à sua obra, procurando ser, segundo Galbraith (1984, p. 102), “o juiz supremo, embora não incontestado, do que era considerado certo e errado no pensamento socialista”. Foi em consequência de um desses seus julgamentos

que surgiu uma de suas mais eloquentes frases. Vale a pena reproduzir mais um trecho de Galbraith a esse respeito:

Nos anos que se seguiram à Guerra Franco-Prussiana, a classe trabalhista na Alemanha viu sua força política aumentar rapidamente. Uma vez mais, em consequência de uma guerra. Não apenas um, mas dois partidos trabalhistas surgiram, e, em 1875, eles se reuniram em Gotha, na Alemanha central, para fundir-se e concordar num programa comum. O resultado foi extremamente desagradável para Marx: o programa colidia profundamente com os princípios marxistas, e mais uma vez a reforma substituía a revolução. A sua *Crítica do Programa de Gotha* afirmava, entre outras coisas, que depois de os trabalhadores terem assumido o poder, a cicatriz dos hábitos e do pensamento capitalistas teria que desaparecer primeiro. Só então viria o grande dia em que a sociedade “inscreveria em suas bandeiras: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades!”. É possível que estas últimas quatorze palavras tenham arrebatado para as fileiras marxistas mais seguidores do que as centenas de milhares que Marx escreveu em seus três volumes de *O Capital* (op. cit., p. 102).

Seus últimos anos foram bastante desfavoráveis. Além da saúde abalada, em grande parte graças à vida atribulada, às noites mal dormidas, ao fumo e à bebida, Marx viu sua esposa, Jenny, contrair câncer em 1881, vindo a falecer em dezembro daquele ano. Alguns meses mais tarde, ela foi seguida pela filha mais velha e mais querida de Marx. “Profundamente abalado e solitário”, assinala Galbraith (1984, p. 102), “Marx também parou suas atividades em todo o sentido. A 13 de março de 1883, com Engels, o sempre fiel Engels, à cabeceira de seu leito de morte, ele expirava. Nunca, desde o Profeta, a influência de um homem foi tão pouco diminuída devido à sua morte”.

1.2. Quadro geral das ideias de Marx

Como já mencionado no capítulo I, as ideias de Marx apresentam-se constituídas de duas partes fundamentais: uma, envolvendo aspectos filosófico e sociológico, tem base nas formulações do filósofo alemão Hegel; outra, que engloba os

aspectos político e econômico, revela as influências de Engels e do clássico David Ricardo, respectivamente.

Os especialistas em marxismo sugerem que as duas partes não devem ser dissociadas, dado o seu alto grau de complementaridade.

Antes de qualquer coisa, porém, é essencial afirmar que a análise econômica de Marx é uma análise eminentemente histórica. Não uma história qualquer. Mas a história de como os homens se organizaram em sociedade, ao longo dos tempos, para produzir os bens materiais indispensáveis à sua sobrevivência e à própria reprodução da espécie. É a esse tipo de visão que se dá o nome de concepção materialista da história, ou, de forma simplificada, materialismo histórico. De acordo com a concepção materialista da história, as transformações de ordem material determinam todas as transformações de ordem ideológica. Ou seja, as forças produtivas e a maneira de se relacionar capital e trabalho - relações de produção (o que Marx chamou de infraestrutura) -, é que vão determinar a forma de governo, o regime político, as ciências, as artes, a religião, a ideologia etc. (o que Marx chamou de superestrutura). Vale a pena, nesse sentido, resgatar uma passagem do prefácio de *Para a crítica da economia política* (MARX, 1982, p. 25).

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual.

Como, portanto, na concepção materialista da história, os fatores econômicos da vida social (infraestrutura) determinam os aspectos não econômicos da vida em sociedade (superestrutura), ela acaba sendo conhecida também pelo nome de determinismo econômico.

A dialética (que Marx adotou, inspirado em Hegel, adaptando-a ao materialismo histórico) pressupõe que todo fenômeno social leva dentro de si o germe da própria destruição, o que é evidenciado pela tríade: tese/antítese/síntese. Assim sendo, e tomando como referência a sociedade medieval, podemos dizer que o modo de produção que lhe é característico - o feudalismo - é a tese; a burguesia, surgida como consequência desse período da história, corresponde à antítese; e o novo modo de produção que apareceu em decorrência - o capitalismo - representa a síntese.

Pode-se afirmar, sob uma ótica simplista, que a dialética é, ao mesmo tempo, uma situação fatalista e otimista. Fatalista, pelo fato de que qualquer sociedade (tese) irá fatalmente se transformar, dentro de uma evolução preestabelecida e graças ao surgimento de um germe (antítese), num novo tipo de sociedade (síntese), o qual, por sua vez, será a tese de um novo estágio superior. Otimista, pelo fato de que, estando em constante evolução, os estágios superiores ou sucessivos não representarão jamais um retrocesso.

Já o pilar político-econômico do marxismo divide-se em duas partes: exploração e evolução.

A exploração pode ser sintetizada na teoria da mais-valia, definida da seguinte forma no *Dicionário de economia do século XXI*, do prof. Paulo Sandroni (2005, p. 507):

Conceito fundamental da economia política marxista, que consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, uma exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados. Marx, assim como Adam Smith e David Ricardo, considerava que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Sendo a força de trabalho uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador (alimentos, roupas, moradia, transporte etc.), se este trabalhar além de um determinado número de horas, estará produzindo não apenas o valor correspondente ao de sua força de trabalho (que lhe é pago pelo capitalista na forma de salário), mas também um valor a mais, um valor excedente sem contrapartida, denominado por Marx de mais-valia. É desta fonte (o trabalho

não pago) que são tirados os possíveis lucros dos capitalistas (industriais, comerciantes, agricultores, banqueiros etc.), além da renda da terra, dos juros etc. Enquanto a taxa de lucro - a relação entre a mais-valia e o capital total (constante + variável) necessário para produzi-la - define a rentabilidade do capital, a taxa de mais-valia - a relação entre a mais-valia e o capital variável (salários) - define o grau de exploração sobre o trabalhador. Mantendo-se inalterados os salários (reais), a taxa de mais-valia tende a elevar-se quando a jornada e/ou a intensidade do trabalho aumenta (aumentando a mais-valia absoluta) ou com o aumento da produtividade nos setores que produzem os artigos de consumo habitual dos trabalhadores (aumentando a mais-valia relativa).

A mais-valia pode ser representada pela fórmula

$$M = C + V + m$$

onde:

M = valor total da mercadoria

C = capital constante (valor da maquinaria, matéria-prima etc.)

V = capital variável (valor da força de trabalho)

m = mais-valia

Das duas componentes que formam o valor total da mercadoria, capital constante e capital variável, somente o capital variável produz a mais-valia, que é, genericamente falando, o valor da parcela de trabalho de que o capitalista se apropria.

Em *Salário, preço e lucro*², Marx (1982, p. 164) faz as seguintes considerações:

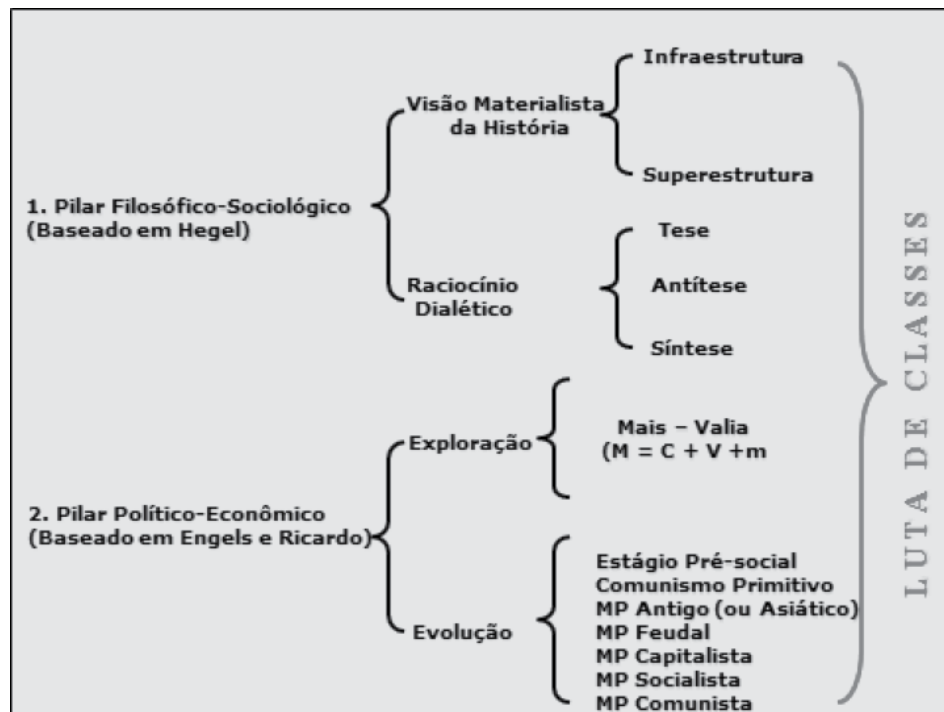
A taxa de mais-valia dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho

² De acordo com Leandro Konder, que fez a tradução para a coleção *Os Economistas*, tratou-se de um informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte, em Londres, em 1898, com o título *Value, Price and Profit*.

e o sobretempo ou sobretrabalho realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da proporção em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho ou a repor o seu salário.

Marx e Engels acreditavam ter descoberto as leis da história que explicam e determinam o comportamento das sociedades. Logo, estariam fazendo pela história o mesmo que a teoria da evolução de Charles Darwin fez pela biologia. Essas leis seriam inexoráveis, devendo fatalmente se cumprir graças à existência de um determinismo entre as forças produtivas, as relações de produção, o materialismo histórico e a dialética. A força motora que modificou a sociedade ao longo da história foi e será a luta de classes (ver Figura 4.1.).

Figura 4.1.
O quadro geral da visão marxista



Fonte: Elaboração do autor.

Portanto, de acordo com Marx, a história é uma sucessão de estágios (modos de produção) por que passam as sociedades, sendo esses estágios determinados pelas relações de produção predominantes e pelo estágio de desenvolvimento correspondente das forças produtivas. A luta de classes representa o fator dinâmico dessa evolução, cujos estágios são:

- Estágio pré-social
- Comunismo primitivo
- Escravidão formal
- Feudalismo
- Capitalismo
- Socialismo
- Comunismo

1.3. Uma extraordinária influência posterior

A enorme influência posterior das ideias de Marx pôde ser constatada tanto no plano teórico, com importantes economistas espalhados em praticamente todas as regiões do mundo, como no plano real, ou seja, na formulação da política econômica de diversos países.

No plano teórico, ainda que no tópico 5.5 do capítulo I tenha sido apresentado um apanhado geral dos principais seguidores de Marx no século XX, cabe um destaque especial para o polonês Michal Kalecki. Nascido em Lodz, estudou na Escola Politécnica de Varsóvia e, depois, na de Gdansk, sem, contudo, ter se graduado. Só obteve seu primeiro título acadêmico aos 57 anos, quando, já reconhecido internacionalmente, o governo polonês o nomeou professor universitário. Posteriormente, em 1964, a Universidade de Varsóvia conferiu-lhe o título de doutor *honoris causa*.

Verdadeiro autodidata, Kalecki foi contemporâneo de Keynes, porém não teve o mesmo destaque, e suas ideias não tiveram a mesma repercussão do que as do economista inglês. Ainda assim, para muitos, ele foi o primeiro economista a desenvolver a teoria da demanda efetiva. Tendo recebido forte influência das ideias de Marx, Kalecki formulou uma teoria extremamente inovadora, dividindo

a economia em departamentos (em contraposição às classes sociais da análise marxista) e examinando as relações que se estabeleciam entre eles. Apesar de não utilizar a análise com base em relações de classes como os marxistas, ele jamais deixou de considerar esse aspecto em suas análises, o que se torna evidente no aforisma com o qual sintetiza a questão da determinação de lucros, salários e renda nacional nas economias capitalistas: “os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam”. Outra importante contribuição de Kalecki refere-se ao caráter cíclico que caracteriza o crescimento econômico no sistema capitalista.

Jorge Miglioli, que escreveu a Apresentação de *Teoria da dinâmica econômica* na coleção *Os Economistas*, destaca:

Os trabalhos de Kalecki podem ser separados em três grupos: sobre as economias capitalistas desenvolvidas, sobre as economias subdesenvolvidas e sobre as economias socialistas. Ele escreveu também acerca de outros temas (por exemplo: questões de política, estatística, matemática teórica, metodologia econômica etc.), mas suas principais contribuições intelectuais estão contidas nos trabalhos anteriormente referidos (KALECKI, 1983, p. XI).

Embora tardio, o reconhecimento da contribuição de Kalecki acabou acontecendo, uma vez que há, atualmente, diversos eventos e publicações em várias partes do mundo reverenciando sua memória. Além de ele ser um importante teórico da economia, teve um papel importante na chamada economia real, quer como assessor do governo de seu país, quer posteriormente, trabalhando na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Já no que se refere ao plano real, para que se tenha uma primeira ideia da extraordinária influência alcançada pelas ideias de Marx, basta constatar que, por volta de meados da década de 1980 (cerca de 70 anos, portanto, após o início da primeira experiência socialista concreta, com a vitória dos bolcheviques na revolução russa de 1917), aproximadamente três quintos da população mundial viviam, direta ou indiretamente, sob a influência dessas ideias: em países socialistas ou em países não socialistas governados por partidos socialistas ou

comunistas. Sem contar as minorias socialistas ou comunistas vivendo em países capitalistas, mais ou menos desenvolvidos. Como bem observa Galbraith, em *A era da incerteza* (1984, p. 71):

Se concordarmos que a Bíblia é uma obra coletiva, apenas Maomé rivaliza com Marx no número de professos e devotados seguidores recrutados por um único autor. E a competição não é realmente muito acirrada. Os seguidores de Marx agora superam em muito os filhos do Profeta.

Essa influência, que se iniciou no plano teórico em meados do século XIX, ganhou impulso com a vitória dos bolcheviques em 1917, e, posteriormente, com a vitória do comunismo na China, sob a liderança de Mao Tse-Tung, logo depois da Segunda Guerra Mundial.

É bem verdade que, de 1989/1990 para cá, muita coisa mudou, principalmente após a queda do Muro de Berlim, marco de um momento histórico relevante, quando, em diversos países, foi possível verificar a tendência de mudança: no plano político, em direção à democracia; no econômico, em direção à economia de mercado.

A derrocada do socialismo, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, não deve ser utilizada para subestimar a extraordinária influência das ideias de Marx, que, a exemplo de outros grandes pensadores, costuma ser julgado e acusado por muitas pessoas que sequer leram suas obras ou conheceram mais a fundo suas ideias. No caso específico de Marx então, com uma agravante: ele é acusado de muitas coisas que jamais propôs e que, talvez, o deixariam profundamente revoltado se fosse obrigado a presenciar, como demonstram duas obras de leitura bastante agradável: *Se Marx voltasse*, de Adolf Berle, e *A última tentação de Marx*, de Armando Avena.

1.4. As principais experiências socialistas

Mesmo reconhecendo a expressiva redução da influência do socialismo marxista de 1989/1990 para cá, vale a pena dar uma rápida passada nas duas experiências concretas de organização social com base em suas ideias: a versão russa e a versão chinesa.

1.4.1. A versão russa: leninismo

Coube a Lênin (Vladimir Ilitch Ulianov) viabilizar o marxismo na Rússia.

Partindo de uma economia predominantemente agrária, o país já havia atingido aquele estágio último do desenvolvimento capitalista, que, segundo Marx, constitui a pré-condição de uma revolução econômica bem-sucedida.

Entre 1917 e 1921, ou seja, durante o período chamado de *Comunismo de Guerra*, era impossível pensar numa economia planificada do lado industrial, assim como enquadrar os camponeses em um sistema de produção coletivizada. Sendo assim, esse foi um período de consolidação da revolução, ao longo do qual os bolcheviques procuraram esmagar os focos de resistência ainda existentes.

O período seguinte, caracterizado pela *Nova Política Econômica* (NEP), foi aquele em que se conseguiu colocar ordem no caos predominante, a fim de se atingir um estágio posterior em que fosse possível elaborar um planejamento centralizado da atividade econômica. De fato, só em 1928, é adotado *I Plano Quinquenal*.

Se Lênin foi o responsável pela estruturação do Capitalismo de Estado, foi nos anos seguintes, com Stalin (que venceu a disputa sucessória com Trotsky), que o marxismo-leninismo efetivamente se consolidou. Nas quase três décadas em que permaneceu no poder, Stalin fez uso de fortíssima repressão, com a eliminação de todos aqueles sobre os quais pairasse alguma dúvida a respeito de sua fidelidade ao regime. Após a Segunda Guerra Mundial, teve início o esforço de ampliação da influência socialista, por meio da anexação das repúblicas que deram origem à União Soviética e do apoio à conversão de diversos países da Europa Central e do Leste ao regime socialista.

Com a morte de Stalin, em 1953, Krushev assumiu o poder e, com ele, ocorreu um período de tentativa de suavização. Em meio a essa tentativa, porém, teve lugar a "crise dos mísseis" (1962), que levou à tensão máxima entre as superpotências. Em 1964, Krushev foi afastado do cargo de Primeiro Ministro por rivais na liderança do partido. Ascendeu ao poder Leonid Brezhnev e, com ele, a volta da linha dura. Nos anos 1970, ocorreu um esforço generalizado das lideranças das grandes potências em direção a um melhor entendimento, e Brezhnev foi quem conduziu as negociações pela União Soviética. Sua morte deu lugar à fase

em que o poder foi ocupado rapidamente, primeiro por Yuri Andropov, depois por Konstantin Chernenko. Até que, em 1985, surgiu Mikhail Gorbachev, que, com suas políticas de abertura (*glasnost*) e reestruturação (*perestroika*), deu início a uma das mais espetaculares reviravoltas do cenário político contemporâneo.

Boris Yeltsin, seu sucessor, tentou, em meio a enormes dificuldades, manter a situação sob controle, nessa longa fase de transição rumo à democracia no plano político e à economia de mercado. No último dia de 1999, diante dos constantes problemas de saúde e de diversas denúncias de corrupção envolvendo membros de seu governo, acabou renunciando, sendo sucedido por Vladimir Putin, a princípio, interinamente.

O domínio efetivo de Putin, portanto, se estende já por quase duas décadas e, nesse longo período, merece destaque o agravamento do clima de tensão - interno e externo - decorrente dos problemas envolvendo a relação entre Rússia e Ucrânia e, especificamente, a anexação da Crimeia pela Rússia.

1.4.2. A versão chinesa: maoísmo

Mao Tse-Tung revisou, aperfeiçoou e até mesmo abandonou por completo vários aspectos da doutrina e da prática adotadas na Rússia. Em 1921, Mao tornou-se marxista, rejeitando as ideias neoconfucianas adquiridas nos tempos de estudante e aderindo à doutrina da luta de classes. Tornou-se depois leninista, quando então acatou a tese de que deveria haver um partido elitista materializando a vontade das massas - o único instrumento capaz de destruir a velha ordem.

Enquanto Lênin se baseou no proletariado industrial urbano para realizar a revolução russa, Mao conduziu a revolução na China por meio da mobilização dos camponeses, o que, em última instância, não modifica o princípio básico de que, mesmo uma revolução camponesa, deve ser liderada pelo proletariado, vale dizer, pelo Partido Comunista. Em 1º de outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular da China, depois da vitória de suas forças revolucionárias na guerra civil que perdurou de 1946 a 1949.

Ao contrário do que ocorrera na Rússia, Mao deu início, imediatamente após a revolução, a profundas reformas na sociedade chinesa, das quais merecem destaque: a reforma agrária, a mobilização do partido comunista chinês e das mas-

sas para a luta de classes, e a do próprio partido contra seus membros corruptos. Além disso, diferentemente da União Soviética, a China isolou-se do resto do mundo, tendo experimentado um modelo de desenvolvimento autossustentado (*self reliance*).

Dois momentos devem ser citados com relevo: o *Grande Salto para a Frente* (1958-60) e a *Grande Revolução Cultural do Proletariado* (1966).

Se um dia a China de Mao foi colocada como paradigma da revolução marxista, há algum tempo seus seguidores romperam com o isolamento em que vivia o país, dando início a uma incrível mudança no cenário.

Depois do retrocesso provocado pelo radicalismo da *Revolução Cultural*, que se estendeu de 1966 a 1976, seria impossível, até para o maior especialista, imaginar o que aconteceria no país nos anos seguintes e, mais especificamente, a partir das reformas lideradas por Deng Xiaoping.

A grandiosidade das avenidas, pontes e edifícios impressiona a qualquer um, ainda mais se se considerar que quase tudo foi construído em pouco mais de 20 anos, uma vez que muitas dessas áreas, que hoje causam admiração a quem tem a oportunidade de conhecê-las, não passavam de campos e várzeas até a penúltima década do século passado.

A descrição da jornalista Cláudia Trevisan, que escreveu o livro *China: o renascimento do império*, depois de passar um ano no país como correspondente da *Folha de S.Paulo*, é muito precisa:

Na China, tudo tem a medida de seu 1,3 bilhão de habitantes, a maior população do mundo, equivalente a um quinto das pessoas que cobrem o planeta. Quando essa massa humana se move, os tremores que provoca se propagam a milhares de quilômetros de distância. E ela nunca se movimentou tanto quanto nos últimos 27 anos, período no qual liderou o *ranking* do crescimento global, multiplicou por quatro o tamanho da sua economia, tirou milhões de pessoas da pobreza e promoveu o mais intenso processo de urbanização já visto na História.

Mudanças que países desenvolvidos demoraram cem anos [ou mais] para experimentar, a China viveu em um quarto de século. A mesma geração

que demonizou o Ocidente, a burguesia e o capitalismo durante a Revolução Cultural (1966-1976) abraçou com fervor a economia de mercado e o consumo, depois que o Partido Comunista decidiu iniciar reformas e se abrir ao exterior, em dezembro de 1978 (TREVISAN, 2006, p. 23-24).

O ritmo frenético das transformações ocorridas a partir de então não tem precedentes e, em consequência disso, provocou e continua provocando uma radical mudança de mentalidade de chineses de diferentes gerações. Se os mais velhos têm dificuldade para justificar a defesa de muitas coisas que criticaram por longo tempo, os que estão na faixa dos 30 a 40 anos correm para se adaptar à nova realidade e aproveitar as oportunidades que hoje se apresentam. Relata Trevisan (2006, p. 24):

Chineses que hoje têm quarenta anos passaram a infância em um país onde o coletivismo imperava, o uniforme azul de Mao Tse-Tung dominava o guarda-roupa, a comida era racionada e as bicicletas [que ainda existem em grande quantidade] ocupavam as ruas. Chegaram à vida adulta em uma China que venera grifes ocidentais, reconhece a propriedade privada [com restrições], considera o enriquecimento “glorioso” e é um dos principais destinos de investimentos de multinacionais dos países ricos.

Evidentemente, nem tudo é uma maravilha. Mais da metade da população chinesa permanece nos campos, totalmente à margem das conquistas dos que pegaram o bonde do crescimento acelerado. A desigualdade entre ricos e pobres não para de crescer e o contraste da abertura econômica, sem nenhum sinal de abertura política, continua sendo um ponto intrigante para qualquer analista.

A robustez do crescimento econômico chinês das últimas três décadas apresentou certa desaceleração nos últimos anos. Com isso a taxa de crescimento do PIB ficou na casa dos 6,5% ou 7,0%, o que deu origem à expressão Novo Normal, criada pela McKinsey. No plano político, porém, o país permanece sob um regime fortemente autoritário, estando ainda vivas na memória das pessoas as imagens da repressão policial aos que reivindicavam mudanças em 1989, na Praça da Paz Celestial.

2. Jevons, Menger e Walras e a Revolução Marginalista

Os marginalistas procuraram explorar uma notória deficiência teórica dos clássicos, qual seja, a assimetria da teoria do valor trabalho que não tratava com a devida ênfase o lado da demanda. No processo de estudo do fenômeno da demanda, os marginalistas concluíram que a sua análise deveria remeter e penetrar na noção de utilidade. Uniram o “cálculo na margem” com a antiga ideia de utilidade para chegarem ao conceito de utilidade marginal, o ápice no desenvolvimento da nova visão.

Ricardo Feijó³

A rápida penetração das ideias socialistas, em especial entre os intelectuais e nos meios acadêmicos, estimulou uma reação imediata, com o aparecimento quase simultâneo de trabalhos que apresentavam considerável grau de convergência, levados a cabo por pessoas diferentes, em lugares diferentes, e que trabalhavam independentemente umas das outras. Entre elas, destacam-se William Stanley Jevons, na Inglaterra, Carl Menger, na Áustria, e Léon Walras, na Suíça. Surgiu, com eles, o que se tornou conhecido como Revolução (ou Escola) Marginalista, com três ramificações: Escola de Cambridge, Escola Austríaca e Escola de Lausanne, respectivamente. Embora reconhecendo a existência de problemas sociais não resolvidos em mais de um século de predomínio das ideias clássicas na organização econômica dos principais países da Europa, os marginalistas discordavam dos socialistas em geral - e dos marxistas em particular - sobre a melhor forma de solucionar esses problemas. Tinham, no entanto, uma certeza: não deveria ser por meio da modificação da estrutura de produção capitalista, que consagrava os princípios liberais clássicos da propriedade privada, da livre

iniciativa e da busca incessante do lucro. Afinal, como já mencionado, o próprio Marx reconhecera a eficiência disso ao afirmar que “a burguesia, durante o seu domínio de quase cem anos, criou forças produtivas mais maciças e colossais do que todas as gerações precedentes juntas” (MARX; ENGELS, 2017, p. 17).

Vindo, portanto, em defesa dos princípios clássicos na época tão combatidos pelos socialistas, os marginalistas dessa primeira geração fizeram a apologia do *laissez-faire* e foram responsáveis por algumas contribuições notáveis para a evolução da teoria econômica, entre as quais merecem destaque, segundo Oser e Blanchfield (1983, p. 207-208):

- Os marginalistas concentravam sua atenção sobre a *margem* - o ponto de mudança em que se baseiam as decisões - para explicar os fenômenos econômicos. Estenderam a toda a teoria econômica o princípio marginal que Ricardo desenvolveu em sua teoria da renda.
- A abordagem marginalista era microeconômica em vez de macroeconômica, na qual a tomada de decisão do agente econômico individual - seja uma pessoa física ou uma empresa - assumia importância central. [Isso significa a retomada da tradição liberal da análise econômica, e se contrapõe frontalmente à análise marxista que tem por foco central as relações de classes].
- Os marginalistas tomavam por base um sistema econômico baseado na concorrência perfeita (considerando, ocasionalmente, o monopólio absoluto como extremo oposto). Foram, com exceção da corrente austríaca, responsáveis pela forte expansão do uso de métodos quantitativos na construção de seus modelos de análise, que pretendiam ser uma abstração da realidade. Nesses modelos, o cenário dominante era constituído de um grande número de empresários pequenos e médios, que agiam independentemente, existindo muitos compradores, muitos vendedores, produtos homogêneos, preços uniformes, e sem influência da propaganda.
- O método adotado pelos marginalistas era abstrato e dedutivo.
- A demanda torna-se a força primária para a determinação de preços. Ela, por sua vez, depende da utilidade marginal, que é um fenômeno psíquico. Portanto, a economia tornou-se subjetiva e psicológica.

³ FEIJÓ, Ricardo. *Economia e filosofia na Escola Austríaca*, 2000, p. 40.

- Os marginalistas acreditavam que as forças econômicas geralmente tendem para o equilíbrio, para a compensação de forças opostas. Sempre que distúrbios provocam deslocamentos, ocorrem novos movimentos na direção do equilíbrio.
- Supunham que as pessoas seriam racionais quanto ao equilíbrio de prazeres e desprazeres, ao medirem as utilidades marginais de bens diferentes e equilibrarem necessidades presentes e futuras. Sua abordagem era hedonista, supondo que os estímulos dominantes na tomada de decisão de qualquer agente econômico ocorrem no sentido de maximizar o prazer e/ou minimizar o desprazer.

A essas contribuições indicadas por Oser e Blanchfield, cabe acrescentar mais uma: a incorporação, em termos definitivos, do fator tempo à análise econômica.

Uma consideração adicional se faz necessária nos campos da filosofia da ciência e da metodologia científica: diz respeito à expansão do uso de métodos quantitativos na construção de modelos de análise.

Havia, nessa época - segunda metade do século XIX - fortes restrições à aceitação da Economia como ciência. Afinal, o critério predominante para a validação das hipóteses era o da verificabilidade. Por esse critério, qualquer hipótese ou proposição, para ser considerada cientificamente válida, precisava ser passível de verificação ou comprovação.

As três formas básicas de comprovação ou verificação eram: (i) experiência laboratorial; (ii) demonstração matemática; (iii) medição.

Ora, ainda que alguns aspectos da Economia fossem passíveis de comprovação por alguma(s) dessa(s) forma(s), essa possibilidade, evidentemente, não se aplicava a todos os fenômenos econômicos, fazendo com que a Economia não fosse considerada como um campo do conhecimento científico - ou, no máximo, fosse considerada como um campo menor ou de segunda categoria.

A aplicação dos métodos quantitativos - equações, cálculos, gráficos e estatísticas - seria essencial, portanto, para superar tais restrições, daí a preocupação, principalmente de Jevons e Walras, de utilizarem amplamente a linguagem matemática em seus trabalhos.

Tal restrição nos campos da filosofia da ciência e da metodologia científica foi superada no início do século XX graças às contribuições de Albert Einstein, com a teoria da relatividade, e de nomes como Karl Popper e Ralf Dahrendorf. Com base nessas contribuições, a verificabilidade deixou de ser o critério exclusivo de validação das hipóteses e proposições. A ciência passou a admitir também o critério da falseabilidade, o que aumentou consideravelmente a possibilidade de enquadramento científico das áreas de humanas e sociais.

Com essas considerações gerais sobre a Revolução (ou Escola) Marginalista, segue-se uma brevíssima síntese das contribuições mais relevantes de seus três expoentes.

2.1. Jevons

William Stanley Jevons nasceu em Liverpool, na Inglaterra, em 1835. Meteorologista de formação, com grande habilidade para lidar com dados e estatísticas, morou dos 19 aos 24 anos em Sidney, na Austrália, movido pela necessidade financeira. Lá, trabalhou como avaliador de metais na Casa da Moeda, vindo a se interessar pela Economia Política. Combinando esse interesse com sua formação e seus conhecimentos de estatística, dedicou-se ao estudo da relação entre oferta de ouro e moeda e escreveu um ensaio intitulado *Investigações em moeda e finanças*. Após a leitura do livro *Economia da estrada de ferro*, de Dionysius Lardner, em 1857, Jevons "inclina-se definitivamente para questões econômicas e começa a destacar-se como economista, escrevendo seus primeiros artigos nessa matéria nos jornais de Sidney" (FEIJÓ, 2001, p. 293).

Tendo acumulado dinheiro suficiente, Jevons retornou à Inglaterra, onde prosseguiu seus estudos e pesquisas, transformando-se, em pouco tempo, num dos maiores expoentes da revolução marginalista, em especial na investigação do método lógico e do caráter subjetivo das decisões econômicas fundamentadas na quantificação do prazer e do sofrimento, bases da teoria da utilidade. Portanto, em razão de sua formação, Jevons explorou sempre a relação entre economia e matemática.

A esse respeito, observou em sua obra mais importante, *A teoria da economia política*, publicada originalmente em 1871:

Não hesito em dizer que a Economia pode ser gradualmente elevada à condição de ciência exata, desde que as estatísticas comerciais sejam bem mais completas e exatas do que são no presente, de sorte que a doutrina possa ser dotada com um sentido preciso por meio do auxílio dos dados numéricos (JEVONS, 1983, p. 37).

2.2. Menger

Carl Menger nasceu em 28 de fevereiro de 1840, na Galícia, região situada a oeste da atual Ucrânia e ao sul da Polônia, cujo nome deriva da cidade ucraniana de Halych, que hoje faz parte da Polônia. Era descendente de uma antiga família austríaca, que incluía artesãos músicos, funcionários públicos e oficiais do exército que haviam emigrado da Boêmia, uma geração antes de seu nascimento.

Menger estudou Economia nas universidades de Praga e Viena entre 1859 e 1863. Trabalhou em seguida como jornalista, logo se destacando na profissão e chegando a analista de mercado do *Wiener Zeitung*, um jornal oficial que deixou em 1866, a fim de se preparar para os exames de um doutorado em Direito. Aprovado, passou a trabalhar como advogado aprendiz e recebeu o diploma de Direito na Universidade de Cracóvia, em 1867. Porém jamais se afastou de suas atividades como escritor e voltou a trabalhar como jornalista econômico, ajudando inclusive a fundar um jornal diário. Por fim, como ele mesmo declarou, “atirou-se na Economia Política, trabalhando meticulosamente nos quatro anos seguintes no sistema de pensamento que tão profundamente iria reformular a teoria econômica. A economia mengeriana tornou-se realidade em 1871 com a publicação dos *Princípios de economia política*” (IORIO, 2017, p. 513).

Menger era avesso ao tratamento matemático dos problemas econômicos, não por desconhecimento, uma vez que tinha bagagem matemática tão boa quanto a de Walras. Essa característica vai se estender à maior parte dos futuros economistas da Escola Austríaca, com exceção de von Wieser, da segunda geração, que fará intenso uso da matemática em sua obra.

A Economia deveria investigar a essência de conceitos econômicos e isso não poderia ser estabelecido por equações e gráficos, pois, na sua opinião, elas só dão conta de sentenças arbitrárias sobre relações entre grandezas

que se estabelecem na condição de equilíbrio. Só o método genético-causal e não os modelos matemáticos focalizam a essência da vida econômica (FEIJÓ, 2000, p. 74).

No Prólogo de *Princípios da economia política*, há algumas afirmações de Menger que evidenciam sua visão. Numa delas, Menger (1983, p. 239) afirma que “pesquisar os fundamentos da Economia Política significa dedicar as forças ao cumprimento de uma tarefa intimamente ligada ao bem-estar humano, servir a um interesse público de altíssima importância e empreender uma caminhada na qual até mesmo o erro pode ter seu mérito”.

Mais adiante, numa interessante analogia, ele (1983, p. 241) assevera:

A Economia Política como ciência teórica está para o agir concreto das pessoas engajadas nas atividades econômicas assim como a Química está para a atividade do químico prático; o argumento da liberdade humana pode ser uma objeção contra a plena regularidade das atividades econômicas, nunca porém contra a regularidade de fenômenos totalmente independentes da vontade humana que constituem a condição para o êxito da atividade econômica humana. Ora, é precisamente este o objeto da Economia Política.

2.3. Walras

Marie-Esprit Léon Walras nasceu em Évreux, na Normandia, em 16 de dezembro de 1834. De acordo com Dionísio Dias Carneiro, responsável pela Apresentação do *Compêndio dos elementos de economia política pura* para a coleção *Os Economistas*, “a exemplo de outros eminentes economistas, como John Stuart Mill e John Maynard Keynes, [Walras] era filho de um economista de certa importância, que se destacou por procurar no conceito de escassez a noção de valor econômico” (WALRAS, 1983, p. VIII).

A trajetória acadêmica de Walras começa no College de Caen, em 1844, tendo-se bacharelado em artes e em ciências no Lycée de Douai, em 1851 e 1853, respectivamente. Em 1854, depois de fracassar na tentativa de ingressar na École Polytechnique, optou pela École des Mines, iniciando seus estudos para se tornar um engenheiro de minas. Walras, porém, não chegou a se formar. Aban-

donou o curso de engenharia e dedicou-se à atividade de colaborador autônomo de vários periódicos da época, entre os quais o *Journal des Économistes e La Presse*, logo se destacando como lutador pelas causas da reforma social. Foi no desempenho dessas atividades, que consumiram grande parte do que seria hoje considerado o período normal de sua formação acadêmica, que se revelou um seguidor das ideias do pai, com quem se comprometeu, em 1958, a dedicar sua vida ao estudo sistemático de Economia.

Ainda de acordo com Dias Carneiro, “a busca de bases científicas para os argumentos de política econômica resume sua agenda básica de pesquisa teórica e constitui um importante legado para as gerações de economistas que o sucederam” (WALRAS, 1983, p. X).

A entrada formal de Walras na vida acadêmica deveu-se à apresentação de um trabalho num congresso internacional de tributação ocorrido em Lausanne em 1860. Impressionado com o trabalho, Louis Rochonnet, que viria a ser o chefe do departamento de Educação do cantão de Vaud, criou uma cadeira de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Lausanne, oferecendo-a a Walras, em 1870. Depois de ocupar a cátedra por 22 anos, período mais produtivo de sua vida, Walras aposentou-se em 1892, sendo substituído por Vilfredo Pareto, considerado seu sucessor na Escola de Lausanne.

A obra que consagrou Walras foi *Elementos de economia política pura*, publicada originalmente em 1874, três anos depois, portanto, da publicação das obras de Jevons e Menger.

Walras publicou posteriormente um livro que não teve maior projeção, intitulado *Teoria matemática da riqueza social* (1883), e uma edição condensada dos *Elementos*, que foi chamada de *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Preparada pelo próprio Walras, foi concebida com o objetivo de oferecer uma exposição dos aspectos que reputava mais importantes de sua teoria num estilo mais leve do ponto de vista formal, e com finalidade eminentemente didática.

Apesar da substituição de alguns argumentos analíticos dos *Elementos* por ilustrações geométricas e argumentos heurísticos, que tornaram o texto mais facilmente compreensível por um público não especialista, Walras (1983, p. 3)

não abre mão da abordagem matemática, como deixa claro no Prefácio da obra:

O presente *Compêndio* foi obtido simplesmente com alguns cortes no corpo dos *Elementos de economia política pura* e com a substituição das demonstrações analíticas pelas demonstrações exclusivamente geométricas do Apêndice I desta obra.

Composto dessa forma, o *Compêndio* constitui um curso elementar de Economia Pura Racional, exigindo, apenas, como conhecimentos matemáticos, a Geometria, a Álgebra e as primeiras noções de Geometria Analítica a duas dimensões - matérias suscetíveis de serem ministradas não apenas nas universidades, mas em todos os estabelecimentos de instrução secundária: colégios e escolas profissionais da indústria e do comércio.

O emprego do método exclusivamente geométrico forçou-me necessariamente a fazer abstração de algumas complicações a mais do que as que já havia negligenciado nos *Elementos*; mas nem por isso deixou de permitir-me, creio, uma exposição do sistema dos fenômenos econômicos sob o regime da livre concorrência bem mais exata e mais completa que as exposições correntes.

2.4. Considerações finais

Passados todos esses anos, muitos historiadores das ideias questionam se as contribuições de Jevons, Menger e Walras constituem-se efetivamente numa revolução, quer porque suas ideias básicas já vinham se desenvolvendo gradualmente ao longo do século XIX, quer porque o impacto delas na comunidade acadêmica não foi imediato, exigindo mais de uma década para que fossem acolhidas por parte de importantes economistas. Além disso, para Feijó (2001, p. 266-267):

O termo *revolução* é inapropriado também porque alguns aspectos da antiga ortodoxia sobreviveram ao ataque revolucionário. Outros aspectos nunca foram atacados. Houve ainda uma restauração contrarrevolucionária da ortodoxia com a retenção de conceitos e terminologia clássicos na obra de Marshall. Outro aspecto a considerar é que as ideias desses

economistas não foram desenvolvidas por eles na mesma época. O que houve, de fato, foi uma coincidência na proximidade das datas da publicação de seus trabalhos, o que ampliou o impacto do evento numa visão retrospectiva.

Um dos mais respeitados estudiosos da Revolução Marginalista em geral, e da Escola Austríaca em particular, Ricardo Feijó, chama a atenção para outros três aspectos relevantes.

1º. Quanto à questão metodológica

Os três expoentes da Revolução Marginalista comungam posições metodológicas semelhantes sobre o papel da teoria pura e sua relação com conclusões políticas. Todos atacam a Escola Histórica. Entretanto, não se pode concluir que esses autores compartilhem o mesmo paradigma metodológico e epistemológico, pelo contrário, suas posições nesses aspectos são bem diferentes. Todos enfatizam o problema da escassez e buscam refinamento da lógica econômica, fornecendo um tipo de lógica da escolha econômica racional, mas subsistem entre eles diferenças importantes, por exemplo, na aplicação da análise matemática à teoria econômica apenas por parte de Jevons e Walras (FEIJÓ, 2000, p. 43).

2º. Quanto à perspectiva histórica e às preferências ideológicas

A geração dos revolucionários Jevons, Menger e Walras de forma nenhuma pode ser vista como uma que deve contribuições à teoria econômica advinda de uma resposta aos socialistas e a Marx em particular. Jevons preocupava-se com questões eminentemente técnicas, diz que sua teoria “deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual”. Menger absteve-se no início de sua carreira de preocupações políticas e Walras era até tido como socialista (FEIJÓ, 2000, p. 46).

3º. Quanto ao uso dos métodos quantitativos na análise econômica

A respeito disso, duas observações. A primeira é:

Se há um impulso no uso da matemática na Economia com a Revolução Marginalista, tal uso não se constituía em completa novidade entre os economistas. Já em 1814, Malthus tinha sugerido o uso potencial do cálculo matemático para a Economia e ciências correlatas. No ano seguinte, Georg von Buquoy aconselha os fazendeiros a maximizarem sua renda no ponto de máximo, dado pelas condições de derivada primeira igual a zero e derivada segunda negativa do cálculo diferencial. [...] Muitos outros autores, que não eram economistas e desconheciam os textos clássicos dessa disciplina, desenvolveram o método matemático ao longo do século XIX. Tal método foi aplicado inicialmente na solução de problemas práticos relativos a cobranças de pedágios, preços de monopólio, preços de serviço de transporte ferroviário, pagamento de salários etc. Entre esses autores destacamos Cournot, Dupuit e von Thünen. Problemas específicos ainda não tratados pela economia Clássica facilitaram a incorporação da matemática. Coube à Revolução Marginalista o papel de difundir uma tendência latente ao uso da matemática já presente na comunidade de economistas (FEIJÓ, 2000, p. 49).

A segunda diz respeito à opção de Menger por não usar a matemática numa época em que, por diversas razões, sua utilização parecia a mais indicada:

A rejeição ao tratamento matemático de questões econômicas na obra de Menger tem sua justificativa no legado aristotélico. No entanto, a ausência de uma análise matemática em Menger deixou-o na contramão da tendência principal que se verifica entre os economistas do fim do século XIX, que se encantaram com as novas possibilidades abertas pelo uso desse instrumental. De fato, à medida que os problemas econômicos fundamentais foram pensados como problemas de maximização de lucro ou de utilidade, a aplicação do cálculo nesse domínio pareceu natural, ainda mais porque o exemplo do paradigma da Física reforçava a crença de que todo conhecimento científico assentava-se no uso da matemática (FEIJÓ, 2000, p. 74).

3. Alfred Marshall e a Escola Neoclássica

O economista deve ser ávido de fatos; mas os fatos, por si mesmos, nada ensinam. A História nos dá a conhecer sequências e coincidências; somente a razão, porém, as pode interpretar e delas retirar lições. O trabalho a fazer é tão variado que muito dele deve ser deixado ao simples senso comum instruído pela experiência que é, em última instância, o árbitro de todo o problema prático.

Alfred Marshall⁴

Alfred Marshall nasceu em Bermondsey, um subúrbio de Londres, em 26 de julho de 1842. Filho de William Marshall e Rebeca Oliver, de classe média. Seu pai, de caráter resoluto e dominador, mas não cruel, era um evangelista e antifeminista militante, que ocupou uma posição de certo relevo de caixa do Banco da Inglaterra, que lhe permitiu proporcionar ao filho uma infância de relativo conforto. Cresceu em Clapham, então um aprazível bairro londrino. Embora tenha sido desencorajado pelo pai a se dedicar à matemática, por ser irrelevante para o clero, que o pai escolhera para carreira do filho, Marshall estudou em Cambridge, onde se dedicou à matemática, à física e, posteriormente, à economia. Casou-se em 1877 com uma antiga aluna, Mary Paley, que se tornou professora de economia e sua ativa colaboradora intelectual. Morreu em Cambridge, aos 81 anos em 13 de julho de 1924.

⁴ MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia* (volume 1), 1982, p. 51.

3.1. Considerações preliminares

O final do século XIX testemunhava um debate entre as ideias socialistas e as ideias marginalistas, em especial no que se refere à determinação de valor e preço, assim como à necessidade de maior ou menor grau de intervenção governamental na economia.

No que se refere à primeira questão, via-se, do lado socialista, a defesa do valor-trabalho, enquanto, do lado marginalista, prevalecia a defesa do valor-utilidade.

Quanto à segunda questão, os marginalistas vieram em defesa dos princípios do liberalismo clássico que vinham sendo fortemente criticados pelos socialistas que defendiam a elevada intervenção governamental.

Foi em meio a esse debate que Alfred Marshall surgiu com importantes e inovadoras contribuições para a teoria econômica.

3.2. Principais contribuições de Marshall

É muito difícil reduzir a extraordinária contribuição de Marshall num único capítulo. Por esse motivo, farei a seguir uma síntese das que considero suas mais relevantes contribuições para a evolução da teoria econômica e da história do pensamento econômico.

3.2.1. *Economics versus Political economy*

Todos os textos de Economia anteriores a Marshall referem-se à matéria tratando-a de “economia política” (*political economy*). Marshall, embora se opusesse ao conceito de *homo economicus*, por considerá-lo excessivamente simplificador e procure considerar o indivíduo enquanto agente econômico sempre inserido num determinado contexto sociocultural, abandonou essa denominação e passou a se utilizar da expressão “economia” (*economics*). A esse respeito, assinala Ricardo Feijó (2001, p. 291):

Marshall representou um marco institucional na história da moderna Economia. Introduziu o nome Economics em substituição ao anterior Political eco-

nomy, para designar o novo estilo de se fazer ciência econômica; fundou o primeiro curso especializado de Economia e seu livro de 1890, *Princípios de economia*, foi o principal manual dessa disciplina por mais de 30 anos.

De fato, ainda segundo Ricardo Feijó (2001, p. 315):

Antes de Marshall, em Cambridge, a Economia era ensinada apenas como parte das ciências históricas e morais, e não era objeto de trabalhos mais avançados. Marshall fez da Economia uma profissão. Durante muitos anos, ele lutou, nem sempre com sucesso, para ampliar o âmbito da Economia, e só em 1903 inaugurou-se um novo curso especializado em Economia, o primeiro curso exclusivamente dedicado à formação do profissional nesse campo de que se tem notícia (Na verdade, a nova escola de Economia de Cambridge intitula-se “Economia e Política”, conservando esse nome até hoje. Como indica o nome da escola, trata-se de especialização também em Ciências Políticas). Com ele, tal ciência [a Economia] adquire o *status* de saber autônomo cientificamente qualificado, uma área técnica repleta de conceitos não acessíveis ao não iniciado.

3.2.2. Uma visão dotada de enorme preocupação social

Embora os marginalistas e os neoclássicos, por se contraporem às reformas propostas pelos socialistas, tenham ficado com a imagem de reacionários ou conservadores, fica difícil admitir tal imagem como válida quando se conhece não só como Marshall concebia a Economia, mas também como deveria ser, na sua opinião, a principal preocupação do estudo da Economia. Sua definição de Economia mostra o caráter pragmático de como ele a entendia:

Economia Política ou Economia é um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar (MARSHALL, 1982, v. I, p. 23).

Sua preocupação com as questões sociais de forma geral - e com a pobreza em particular - é constante, como se observa na Introdução de sua obra magna, *Princípios de economia*, na coleção *Os Economistas*, escrita por Ottolmy Strauch:

Marshall passou então a preocupar-se com a questão social sendo levado à “percepção de que a pobreza estava na raiz de muitos males sociais”, o que acabou conduzindo-o ao estudo da Economia. Matéria para a qual, como muitos dos grandes economistas contemporâneos, nunca fez curso universitário regular e especializado, já que na época a matéria não existia senão como apêndice ou complemento de outros cursos, tal qual como no Brasil de algumas décadas atrás. Segundo a sua convicção, que manteve inalterada pela vida inteira, o problema da pobreza era não somente fundamental para a Economia, como a sua própria razão de ser. Como ele próprio viria mais tarde a dizer nos *Princípios*: “o estudo das causas da pobreza é o estudo das causas da degradação de uma grande parte da humanidade” (MARSHALL, 1982, v. I, p. XII-XIII).

3.2.3. Ênfase na educação

Outro aspecto que vem reforçar o elevado grau de preocupação social de Marshall é a maneira enfática como ele se referiu à importância da educação para a redução das desigualdades sociais e, por extensão, para o crescimento econômico de qualquer país, como fica claro na epígrafe de um dos livros menos conhecidos do prof. Eduardo Giannetti, *Liberalismo X Pobreza*: “O mais valioso de todos os capitais é o que se investe em seres humanos” (MARSHALL, 1982, v. II, p. 190). Nesse livro, Giannetti chama a atenção para um aspecto normalmente ignorado por todos os que se opõem à visão econômica liberal, qual seja, sua elevada preocupação com a educação.

A bandeira da educação compulsória e universal, financiada in toto e pelo menos parcialmente provida pelo Estado, é uma tônica constante da economia clássica desde Adam Smith. Malthus, para citar apenas um exemplo, sugeria que o investimento público maciço em educação popular seria uma resposta muito mais eficaz do que a “Poor Law” no combate ao pauperismo (GIANNETTI, 1989, p. 39-40).

Porém, entre todos os autores da tradição liberal iniciada com os clássicos e continuada pelos marginalistas e neoclássicos, que mostraram preocupação com a educação, foi Marshall, segundo Giannetti (1989, p. 39), quem mais se destacou nesse aspecto:

Entre os economistas ingleses na tradição liberal-utilitária, foi, sem dúvida, Alfred Marshall aquele que melhor compreendeu a importância da formação de capital humano - do investimento na qualidade da força de trabalho - para um programa de reforma social eficaz, voltado para a emancipação da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico.

Os dois trechos citados a seguir ilustram com impressionante clareza essa enorme preocupação com que Marshall analisava a importância do investimento em educação para o desenvolvimento de uma nação. O primeiro retrata o enorme desperdício humano e econômico da sociedade inglesa do começo do século XX, o qual, como bem observa Giannetti, não difere muito da situação latino-americana e brasileira da atualidade:

Nas camadas inferiores da sociedade o mal é grande. Porque os poucos recursos e a educação dos pais, bem como a sua incapacidade de avaliar o futuro, os impedem de investir capital na educação e treinamento dos filhos com a mesma iniciativa livre e ousada com que o capital é aplicado para melhorar o maquinário de qualquer fábrica bem administrada. Muitos dos filhos de classes trabalhadoras são imperfeitamente alimentados e vestidos, alojados de um modo que não estimula nem a saúde nem a moral, recebem educação escolar que, embora na moderna Inglaterra não seja das piores, está longe de ser das melhores; têm poucas oportunidades de obter uma perspectiva mais ampla da vida ou da natureza das atividades superiores da indústria, da ciência ou da arte; defrontam-se com rudes provações no início e por todo o resto da vida. Levam, por fim, habilitações e faculdades não desenvolvidas, que, se houvessem frutificado inteiramente, teriam acrescido a riqueza material do país - para nada dizer quanto a considerações mais elevadas - muitas vezes mais do que o suficiente para cobrir as despesas de fornecer-lhes oportunidades para desenvolvimento.

Mas o ponto sobre o qual temos agora que insistir, especialmente, é o de que esse mal é cumulativo. Quanto mais mal alimentadas são as crianças de uma geração, menos hão de aprender quando crescerem, e menor será a sua capacidade de prover adequadamente às necessidades materiais de seus filhos, o mesmo se repetindo em relação às gerações seguintes. E ainda, quanto menos plenamente se desenvolverem suas faculdades, menos conceberão a importância de desenvolver as melhores faculdades de seus filhos e menos serão capazes de fazê-lo (MARSHALL, 1982, v. II, p. 189).

O segundo reforça o caráter cumulativo do desperdício mencionado no trecho anterior e dá ênfase à importância da concentração da maior parte do investimento em capital humano na educação básica da massa da população:

Não existe extravagância mais prejudicial ao crescimento da riqueza nacional do que aquela negligência esbanjadora que permite que uma criança bem-dotada, que nasça de pais destituídos, consuma sua vida em trabalhos manuais de baixo nível. Nenhuma mudança favorecerá tanto a um crescimento mais rápido da riqueza material quanto uma melhoria das nossas escolas, especialmente aquelas de grau médio, desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo, permitindo, assim, ao filho inteligente de um trabalhador simples que ele suba gradualmente, de escola em escola, até conseguir obter a melhor educação teórica e prática que nossa época pode oferecer (Apud GIANNETTI, 1989, p. 43-44).

3.2.4. Incorporação da matemática na Economia

Com sua sólida formação em matemática, Marshall deu enorme contribuição para a incorporação de métodos quantitativos à análise econômica, vale dizer, a utilização sistemática de equações algébricas, gráficos e diagramas numéricos. Com isso, prestou relevante serviço para dar mais credibilidade à Economia perante a comunidade científica. Na época - final do século XIX -, o critério da verificabilidade era predominante para que uma dada teoria fosse reconhecida como científica, isto é, só eram aceitas como científicas as proposições ou hipóteses

que pudessem ser verificadas (comprovadas) por meio de medição, demonstração matemática ou experiência laboratorial. Nesse sentido, ao “traduzir” a teoria econômica para a linguagem matemática, a contribuição de Marshall para que a Economia fosse aceita como ciência foi fundamental.

Na verdade, essa incorporação da matemática à teoria econômica foi consequência natural do amplo conhecimento que Marshall possuía do assunto, como bem descreve Ottolmy Strauch:

Tal como seu contemporâneo Karl Marx, Marshall passou da Filosofia para a Economia, só que, no seu caso, foi pela via matemática. Descrevendo sua passagem para a Economia, recordava ele já no final da vida: “Da Metafísica fui para a Ética, e achei que a justificativa das condições existentes da sociedade não era fácil”. Um amigo, com quem discutia questões sociais, retrucou-lhe um dia: “Você não diria isso se soubesse Economia”. Sua iniciação no campo econômico processou-se, segundo ele próprio, da seguinte forma: “Minha familiarização com a Economia começou com a leitura de Mill, enquanto ainda estava ganhando minha vida ensinando Matemática em Cambridge, e traduzindo suas concepções em equações diferenciais até onde pudesse ir; e, em regra, rejeitando aquelas que a isso não se prestassem... Isso foi, principalmente, em 1867/68”. “Enquanto estava dando aulas particulares de Matemática, traduzi o quanto possível os raciocínios de Ricardo para a Matemática e empenhei-me em torná-los mais gerais” (MARSHALL, 1982, v. I, p. XIII).

Muitos historiadores do pensamento econômico, entre os quais Brue e Feijó, fazem questão de ressaltar que, apesar de seu extraordinário domínio da matemática e da incorporação da mesma à teoria econômica – para desespero de muitos estudantes –, Marshall jamais deixou que a matemática se sobrepusesse à preocupação social básica da Economia. Ao contrário, utilizou-a como importante instrumento analítico e metodológico, mas se opôs a seu uso abusivo na Economia, tanto é verdade que colocou quase todos os gráficos e diagramas nos rodapés e nos apêndices de suas obras. Essa consciência sobre o papel assessorio da matemática fica clara numa carta a A. L. Bowley, em que relata sua experiência pessoal com ela, onde escreve:

Um bom teorema matemático relativo a hipóteses econômicas era altamente improvável de ser boa Economia; e eu prossegui, cada vez mais, seguindo as regras: 1) Use Matemática como uma linguagem estenográfica, antes do que como um instrumento de investigação; 2) empregue-a até que se obtenham resultados; 3) traduza para o inglês; 4) então ilustre com exemplos que tenham importância na vida real; 5) queime a Matemática; 6) se não teve êxito em 4, então queime 3. Isso tenho feito com frequência (Apud MARSHALL, 1982, v. I, p. XXIV).

3.2.5. Valor

Durante muito tempo a determinação do valor de um bem ou serviço enfatizou o lado da oferta – o custo de produção – como único determinante do valor. Essa ideia se consolidou com David Ricardo, na Escola Clássica, tornando-se conhecida como a teoria do valor-trabalho, segundo a qual o valor de um bem decorre da quantidade de trabalho necessário à sua produção. Essa ideia foi posteriormente aproveitada por Marx, que dela partiu para desenvolver a sua teoria da exploração (mais-valia).

Os primeiros marginalistas, observam Oser e Blanchfield, voltaram-se para o extremo oposto e enfatizaram a procura, excluindo completamente a oferta. Para eles, o valor de um bem era determinado pela utilidade que ele proporcionava a uma pessoa, ideia que se tornou conhecida como teoria do valor-utilidade. Ao contrário do que ocorria com a teoria do valor-trabalho, para a qual o valor era algo objetivo, medido pelo número de horas incorridas na produção de determinado bem ou serviço, o valor para os marginalistas tornou-se subjetivo, uma vez que a utilidade proporcionada por certo bem ou serviço variava de pessoa para pessoa.

Marshall sintetizou as duas visões sobre a determinação do valor de um bem ou serviço, a baseada na oferta e a baseada na procura, naquilo que pode ser chamado de economia neoclássica. Assim, segundo Oser e Blanchfield (1983, p. 208), “a economia neoclássica é basicamente o marginalismo com um reconhecimento sensato da contribuição remanescente da Escola Clássica”.

Ottolmy Strauch também destacou esse aspecto na Introdução dos *Princípios de economia*, da coleção *Os Economistas*:

Justamente numa época em que a controvertida *teoria do valor* dividia os economistas em posições irreconciliáveis, Marshall conseguiu, graças principalmente à introdução do elemento *tempo* como fator na análise, reconciliar o princípio clássico do custo de produção com o princípio da utilidade marginal, atribuído à escola austríaca (Menger) Walras e Jevons mas que, diz Marshall, lhe foi inspirado por Von Thünen. “Ao introduzir o fator tempo na análise econômica pela distinção entre curtos e longos períodos, ele procurou, com efeito, determinar o papel do custo objetivo de produção (longos períodos) e o da utilidade marginal (períodos curtos) na determinação do valor dos bens e serviços” (MARSHALL, 1982, v. I, p. XXX-XXXI).

3.2.6. Equilíbrio parcial

Outra grande contribuição de Marshall refere-se à noção de equilíbrio parcial. Até então, as análises desenvolvidas a esse respeito consideravam a ideia de equilíbrio geral, sendo Walras reconhecido como um dos maiores – senão o maior – especialistas no assunto.

De acordo com Ottolmy Strauch:

O método de “análise parcial” ou “análise de equilíbrio parcial”, também chamada de abordagem de *Ceteris paribus* (iguais às demais coisas, isto é, sem que haja modificação de outras características ou circunstâncias) é das mais famosas e, hélas, controvertidas contribuições de Marshall. Consiste, essencialmente, em compartimentar a economia de modo que os principais efeitos de uma mudança de parâmetro num determinado minimercado possam ser ressaltados sem considerar os efeitos colaterais em outros mercados, inclusive as reações, ou *feedback* destes (op. cit., p. XXXI).

Oser e Blanchfield (1983, p. 209) também se referem a essa contribuição considerando que ela auxilia a tornar a análise econômica mais útil e seus resultados mais realistas:

O método de análise parcial pode ser justificado com base no fato de que nos permite investigar os diversos estágios de fenômenos complexos. Consideramos a mudança de uma variável de cada vez, supondo que o restante permaneça constante. Os problemas de nossa sociedade terrivelmente complicada com suas inúmeras variáveis podem, com isso, ser simplificados e pesquisados de maneira ordenada e sistemática. À medida que introduzimos variáveis sucessivas, aproximamo-nos de situações mais realistas. Supor que o restante permanece constante, exceto o fator que permitimos variar, é uma técnica empregada durante todo o tempo. Se afirmarmos “vou ao cinema esta noite”, estamos implicitamente fazendo centenas de suposições sobre outras circunstâncias que não deverão mudar inesperadamente. Por exemplo, estamos supondo que não quebraremos uma perna ou morreremos do coração durante o dia; que o cinema não pegará fogo; que uma enchente ou um terremoto não bloqueará a entrada para a cidade; que não surgirá nada mais interessante para fazer à noite.

3.3. Legado de Marshall e da Escola Neoclássica

Considerando que a Escola Neoclássica foi uma extensão da Escola Marginalista, pode-se afirmar que sua influência permanece acentuada na Economia até os dias de hoje, uma vez que gerações sucessivas têm contribuído para o aperfeiçoamento e a atualização de suas diversas ramificações.

A Escola de Cambridge, que teve início com Jevons e continuidade com Marshall, seguiu depois com importantes economistas, destacando-se entre eles A. C. Pigou. A Escola Austríaca, iniciada com Menger, teve em seguida von Wieser, Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek (ganhador do Prêmio Nobel em 1974). Já a Escola de Lausanne, iniciada com Walras, teve em Vilfredo Pareto seu principal seguidor.

Entre as ramificações posteriores, pode-se assinalar também a vertente que se tornou conhecida como Economia Monetária (ou Monetarista), aí se destacando John Gustav Knut Wicksell, Irving Fisher, Ralph George Hawtrey e Milton Fridman (ganhador do Prêmio Nobel em 1976).

Pode-se identificar ainda o vasto desenvolvimento da economia matemática (econometria) como consequência da influência da Escola Neoclássica, assim como os progressos mais recentes no campo da Teoria dos Jogos.

Mas duas das maiores preocupações de Alfred Marshall continuam sendo não apenas atuais, mas seguem ainda dando muita dor de cabeça aos economistas contemporâneos. Uma delas, o combate à pobreza, continua gerando muitas discordâncias e, em muitas partes do mundo, as políticas econômicas levadas a cabo com esse objetivo apresentaram resultados pífios.

A outra, sobre a importância econômica da educação, segue inspirando renomados economistas contemporâneos, entre os quais os laureados com o Nobel de Economia, Theodore W. Schultz (1979), Gary Becker (1992) e James Heckman (2000).

A divisão entre *Political Economy* e *Economics* permanece também dando margem a acalorados debates e muitas trocas de farpas. Nas reuniões anuais da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), é comum haver sessões separadas da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da Sociedade Brasileira de Econometria (SBE). Os adeptos de cada uma dessas associações costumam dizer que o que se faz na outra não é, propriamente, Economia!

4. Max Weber e a Escola Institucionalista Alemã⁵

A 'cosmovisão' nunca pode ser o produto do conhecimento experimental avançado, e, portanto, os mais altos ideais, que nos movem mais fortemente, são para sempre formados no embate com outros ideais, ideais que são tão caros a outros como os nossos são para nós.

Max Weber⁶

⁵ Este capítulo contou com a colaboração de Eduardo José Monteiro da Costa, bacharel em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre e doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (PPGGP/NAEA), ambos da UFPA.

⁶ WEBER, Max apud WHIIMSTER, Sam, 2009, p. 147.

Maximilian Karl Emil Weber foi um intelectual, jurista e economista alemão, considerado um dos fundadores do moderno estudo da sociologia. Nasceu em Erfurt, no então Reino da Prússia, em 21 de abril de 1864. Teve considerável influência na política alemã da época, tendo participado como consultor dos negociadores alemães no Tratado de Versalhes (1919) e da comissão encarregada de redigir a Constituição de Weimar. Como pensador e estudioso, dedicou grande parte do seu trabalho ao estudo do capitalismo, em especial de sua relação com a religião. Contraiu gripe espanhola e morreu em Munique no dia 14 de junho de 1920.

Max Weber é reconhecidamente um dos grandes pensadores da humanidade, tendo exercido poderosa influência em vários campos do conhecimento: história, filosofia, direito, administração, sociologia, ciência política e economia. Para se ter uma ideia da dimensão desse autor e de sua influência no Brasil, em 1999 o jornal *A Folha de S.Paulo* realizou uma pesquisa entre uma dezena de importantes intelectuais brasileiros sobre os livros de não ficção mais importantes do século XX⁷. Nesse levantamento, Weber logrou com duas publicações o primeiro e o terceiro lugar entre os 100 livros ou ensaios mais importantes do século XX. A sua obra *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* foi eleita o livro mais importante do século XX e o livro *Economia e sociedade* ficou em terceiro lugar.

Weber teve ampla produção acadêmica, exercendo em todas as suas obras a multidisciplinaridade. Apesar disso, gostava de ser reconhecido como economista, tendo deixado para a área contribuições teóricas seminais e uma metodologia singular. Indiscutivelmente, o resgate do seu pensamento é mais do que necessário, principalmente numa era na qual os economistas redescobriram a importância da cultura e das instituições para a análise dos fenômenos econômicos.

⁷ O júri foi composto pela seguinte banca: o crítico literário e escritor Modesto Carone, o antropólogo Roberto DaMatta, o físico Rogério César de Cerqueira Leite, o economista Eduardo Giannetti, os historiadores Evaldo Cabral de Mello e Nicolau Sevcenko e os professores de filosofia Maria Sylvania Carvalho Franco, Olgária Matos, Bento Prado Jr. e Renato Janine Ribeiro.

Como todo pensador, Weber é fruto de seu contexto histórico. Ele observou atentamente as transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais a Alemanha passou no final do século XIX e início do século XX, em especial os conflitos entre a esfera econômica e política na era de Bismarck, que foi marcada pelo processo de unificação da Alemanha⁸. Mas não só isso. Como um viajante regular, observou as mudanças que também estavam ocorrendo na Europa (Inglaterra, Escócia, Bélgica e Itália) e Estados Unidos, experiências estas que foram fundamentais para consolidar as hipóteses que já estava delineando sobre a relação entre os aspectos culturais e a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo.

No campo teórico, Weber é considerado como pertencente à última geração da Escola Institucionalista Alemã (EIA)⁹, uma escola de pensamento que logrou, apesar de sua descontinuidade – sobretudo em decorrência de acontecimentos políticos pelos quais a Alemanha viria a passar na primeira metade do século XX –, decisiva influência no pensamento ocidental.

4.1. A Escola Institucionalista Alemã

Friedrich List, em 1841, ao publicar a obra *O sistema nacional de economia política*, estabeleceu um importante contraponto entre a visão liberal inglesa da economia e a teoria ricardiana das vantagens comparativas, destacando a importância das instituições sociais e das condições objetivas dadas por instituições livres para o desenvolvimento da economia nos territórios germânicos, ao lado do claro papel institucional do Estado na defesa da indústria

⁸ Na conferência *O Estado Nacional e a Política Econômica*, proferida em Freiburg, em 1895, Weber expôs os principais entraves que se apresentavam para a consolidação da Alemanha como nação unificada e desenvolvida. Em sua perspectiva, a Alemanha vivenciava uma dinâmica econômica que não possuía um caráter empresarial típico de uma “revolução burguesa”, mas era dominado por um grupo de industriais que eram apoiados pelo Estado.

⁹ Alguns pesquisadores nomeiam essa corrente de pensamento de Escola Histórica Alemã. Preferimos utilizar neste capítulo a nomenclatura de Escola Institucionalista Alemã, terminologia também utilizada por vários intérpretes, para enfatizar a contribuição seminal deste corpo no estudo das instituições, bem como a sua relação com a dinâmica capitalista.

nascente¹⁰. A importância desse estudo está justamente no fato, apesar de suas deficiências teórico-metodológicas, de ter inaugurado uma agenda de pesquisa que seria enfrentada pela EIA¹¹.

As análises desenvolvidas por essa escola partiam do pressuposto de que as categorias econômicas são detentoras de caráter histórico, sendo inadequada a transposição de metodologias utilizadas nas ciências naturais para as ciências sociais. Haveria, assim, a necessidade de elaboração de uma metodologia específica, capaz de dar sustentabilidade analítica à análise histórica e identificar as tendências do comportamento humano oriundas de atitudes psicológicas, compreendendo que ele está imerso em um complexo social.

Em contraposição ao individualismo metodológico assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do *homo economicus*, haveria um *volksgeist* (espírito do povo) que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades, cabendo à ciência econômica encontrar, por meio da análise histórica, as regularidades e as instituições que explicassem o desenvolvimento do capitalismo e das nações.

Partindo da premissa da complexidade do comportamento humano, a análise econômica jamais poderia prescindir dos elementos subjetivos, o que compelia o desafio de elaborar uma história não universalista, capaz de compreender as singularidades de cada complexo social. Nesse desiderato, a cultura de um povo, os aspectos éticos e morais, os valores religiosos e as crenças exerceriam decisiva influência na trajetória de uma sociedade.

¹⁰ Ha-Joon Chang, professor e pesquisador da Universidade de Cambridge, quando da publicação do livro *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (Unesp, 2002), resgata as ideias originais de List e afirma (Chang, 2004, p. 15): “Ela também é interessante pelo grau assombroso de sofisticação na compreensão do papel da política e das instituições públicas no desenvolvimento econômico”. Chang prossegue citando o próprio List (1885 apud Chang 2004, p. 15): “Por industriais, parcimoniosos, inventivos e inteligentes que sejam, os cidadãos individuais não podem compensar a falta de instituições livres. A história também ensina que os indivíduos derivam grande parte de sua energia produtiva das instituições sociais e das condições que lhes são dadas”.

¹¹ Usualmente a EIA é dividida em três vertentes: a velha escola (Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand), a nova escola (Gustav von Schmoller, Etienne Laspeyres, Karl Bücher e Lujo Brentano) e a novíssima escola (Arthur Spiethoff, Werner Sombart e Max Weber), existindo diferenças metodológicas entre elas e, inclusive, um debate sobre a possibilidade ou não desse corpo analítico ser considerado uma escola de pensamento. Contudo, como não é o objetivo deste capítulo entrar em pormenores, recomendamos os seguintes trabalhos para quem quiser se aprofundar no assunto: Rhaia (1985), Schumpeter (1987), Betz (1988), Streissler e Milford (1993), Peukert (2001), Hodgson (2001), Shionoya (2005), Tribe (2007), Máximo (2010) e Dias (2015).

Essa visão está claramente manifesta nas obras *O capitalismo moderno*, de Werner Sombart, e *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, de Max Weber, que se lançam no desafio de compreender o *geist* (espírito) como representação das motivações dos agentes que, nas suas perspectivas, deveriam ser compreendidos como imersos em determinados sistemas socioculturais. Assim, enquanto Sombart procurou identificar as origens do capitalismo moderno tentando compreender o espírito de competição e acumulação, aliado à racionalidade econômica, Weber buscou na Reforma Protestante a conformação de um padrão de comportamento mais adequado à lógica do capitalismo, que, em sua análise, também se manifesta pela lógica de racionalização em última instância.

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da EIA acabou exercendo influência na formação de novas escolas de pensamento, como a Escola Institucionalista Americana, no século XX, trazendo efetivamente as instituições para dentro de uma agenda sistemática de pesquisa¹².

4.2. Breve biografia de Max Weber

Weber destacou-se como um dos últimos pensadores da EIA e indiscutivelmente o mais conhecido e influente de todos. Nasceu em 21 de abril de 1864, em Erfurt, uma cidade próxima a Weimar, na região alemã da Turingia. Seu pai era um industrial do ramo têxtil, que exerceu a magistratura e também participou ativamente da política como membro do Partido Liberal-Conservador. Sua mãe, considerada uma mulher de elevada cultura, era uma huguenote (calvinista) praticante, que descendia de uma família de professores liberais e humanistas.

Weber recebeu a sua formação secundária em Berlim. Depois ingressou no estudo do Direito nas universidades de Heidelberg, Göttingen e Berlim, tendo transitado pela história, economia política, filosofia e teologia. Frequentou ativamente o Congresso Social Protestante (Evangelisch-soziale Kongress), uma associação fundada em 1890 por teólogos, sociólogos e economistas, que es-

tavam preocupados com a questão social, e que se tornou um importante fórum de discussão da socialdemocracia. Colaborou com a revista protestante liberal *O Mundo Cristão* (*Die Christliche Welt*) e manteve um relacionamento muito próximo com Friedrich Naumann (1860-1919), que, além de pastor e teólogo, foi o primeiro presidente do Partido Democrata Alemão e um dos fundadores da República de Weimar. Também manteve, ao longo de sua vida, uma interlocução com Georg Simmel, Werner Sombart, Karl Jasper, Georg Lukács, Ernst Troeltsch, Friedrich Gundolf, Ferdinand Tönnies e Robert Michels.

Em 1889, Weber concluiu o doutorado com um estudo sobre a história das sociedades comerciais na Idade Média. Em 1892, foi habilitado para a Universidade de Berlim apresentando o trabalho *A história agrária romana em sua significação para o Direito Público e o Direito Privado*. Em 1894, assumiu a cátedra de economia política e de ciência financeira na Universidade de Friburgo em Brisgóvia, indo posteriormente para Heidelberg.

Em 1903, ao lado de Edgar Jaffé e Werner Sombart, assumiu a coordenação da revista *Arquivo de Sociologia e de Política Social* (*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*), na qual publicou alguns de seus mais importantes artigos, que iriam posteriormente compor algumas de suas mais importantes obras, com destaque para: *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, *Economia e sociedade*, *História econômica geral*, *Ensaio de sociologia*, *Metodologia das ciências sociais*, *A política como vocação* e *Ciência como vocação*.

Weber faleceu em Munique, em 14 de junho de 1920, deixando como legado uma obra que se destacou por suas contribuições no campo da epistemologia, metodologia, teoria da ação, compreensão da importância dos aspectos culturais e entendimento do capitalismo como expressão de um movimento de desencantamento, racionalização e burocratização do mundo.

4.3. Principais contribuições de Max Weber

Em termos epistemológicos, Weber notabilizou-se por sua análise compreensiva da sociedade expressa no pressuposto de que a ação social é fundada no ato intencional do indivíduo, num motivo, numa racionalidade. Ou seja, os indiví-

¹² A influência da EIA na Escola Institucionalista Americana é assinalada por Schumpeter (1987), Hodgson (2001) e Máximo (2010).

duos realizam ações que dão sentido ao movimento mais amplo da sociedade e à sua própria existência social. Contudo, ao analisar a casualidade dos fenômenos sociais, entende que a realidade concreta das relações sociais implica infinitas possibilidades, algo, portanto, impossível de ser perscrutado pelo olhar analítico individual, cabendo ao intérprete a eleição de determinada fração da realidade para ser estudada compreensivamente. Logo, de um lado, a sociedade é um sistema aberto, e de outro, todo fato social é um feixe inesgotável de possibilidades.

Essa leitura fenomenológica da sociedade teve importante rebatimento no legado metodológico weberiano, baseado na busca pelo individualismo metodológico e pela neutralidade analítica, ao lado da construção do tipo ideal como recurso de análise. Como já mencionado, uma vez que a ordem social é resultante de múltiplas conexões de sentido, que são estabelecidas pelos indivíduos, cabe ao analista eleger a fração da sociedade que irá estudar compreensivamente, devendo, num amplo esforço de alcançar a neutralidade axiológica, evitar ao máximo a contaminação do processo por suas paixões e seus valores.

Como recurso analítico para a compreensão dos fenômenos sociais e econômicos, Weber desenvolve o tipo ideal, um recurso de abstração que estabelece uma espécie de “caricatura” do objeto alvo de análise, exagerando em suas principais características distintivas, mas entendendo que ele é uma mera abstração analítica que não dá conta da totalidade dos fatos sociais. Dessa forma, o tipo ideal é construído com base na imputação causal e na significação cultural assentada em valores sociais estabelecidos, valendo-se de manifestações coletivas de uma sociedade na qual o indivíduo está imerso.

Dessa compreensão deriva a teoria weberiana da ação que procura estabelecer conexões de sentidos que dão forma a uma dinâmica mais ampla da sociedade. O ponto de partida é a compreensão de que toda a ação individual é motivada quer pela racionalidade, com objetivos extrínsecos e valores intrínsecos, quer por impulsos momentâneos de consciência do ator social, quer por tradições ligadas a hábitos, costumes e crenças. Assim, as atitudes médias dos indivíduos são, ao fim e ao cabo, uma expressão de suas múltiplas conexões de sentido, não havendo uma ordem social imanente ou uma linearidade histórica determinada. Toda ordem social é resultado de relações sociais que envolvem elementos de legitimidade e dominação.

Para Weber, a economia é um fator condicionante muito forte, mas existem fatores não econômicos – não economicamente condicionados, porém economicamente relevantes. Consciente disso, Weber estabelece um contraponto à tese do marxismo vulgar de que há nos fenômenos sociais uma determinação econômica em última instância, sendo a ordem econômica também influenciada pela cultura, política e religião.

Adicionalmente, Weber estabeleceu outro importante contraponto às ideias de Marx. Enquanto na análise marxista há uma linearidade histórica progressista e inexorável, engendrada por meio do materialismo histórico-dialético, que afirma que o capitalismo no final da história será suplantado pelo comunismo e que, com isso, os antagonismos sociais irão acabar, Weber explicita a hipótese de que o antagonismo de grupos sociais é uma problemática inerente à sociedade humana, e a simples transferência da propriedade dos meios de produção de mãos privadas para mãos públicas ou coletivas não irá resolver o problema do antagonismo das classes sociais, pelo contrário, perpetuará o problema sob a égide da burocracia estatal que irá, como nova classe dominante, passar a explorar e subjugar os não burocratas.

Weber, ao pesquisar a origem do capitalismo, desvela a importância dos aspectos culturais, apesar de, e é importante destacar isso, não usar diretamente o termo cultura. No livro *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, o autor submerge nessa questão e tenta compreender as mudanças culturais que produziram uma metanoia na mentalidade anticapitalista medieval e moldaram uma nova mentalidade, adequada para o pleno desenvolvimento dos valores e das virtudes capitalistas. Weber encontra essa resposta na Reforma Protestante, em especial na linhagem do protestantismo calvinista ascético, que, com a sua doutrina da predestinação e seu conceito de vocação, ajudaram a moldar por meio de seu ethos profissional o “espírito” do capitalismo manifestado na ascese intramundana.

Em síntese, ao mesmo tempo em que compreende a história como sistema aberto e, portanto, não linear, Weber percebe que o capitalismo traz em si uma lógica de significação cultural por meio do desencantamento do mundo, um processo racionalizante e burocratizante que invade todos os campos da sociedade. Ou seja, a burocracia acaba sendo a expressão de uma sociedade racional de cálculo capitalista; e, à medida que nada mais escapa às ações na busca da plenitude racionalizante, acaba, ao fim e ao cabo, submetendo o indivíduo a uma “gaiola de ferro”.

5. Keynes e os keynesianos

... as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, têm mais importância do que geralmente se percebe. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto.

John Maynard Keynes¹³

John Maynard Keynes nasceu em 5 de junho de 1883, em Cambridge, Inglaterra. Filho dos intelectuais britânicos John Neville Keynes, economista e administrador da Universidade de Cambridge, e Florence Ada Brown, prefeita de Cambridge até 1932, estudou em Eaton, tradicional instituição frequentada pelos aristocratas, destacando-se, desde cedo, pelos elevados conhecimentos em matemática. Aos 19 anos, passou a estudar no Kings College, Universidade de Cambridge, onde foi aluno de Alfred Marshall. Iniciou na carreira pública em 1906, no Ministério dos Negócios das Índias, permanecendo por dois anos na Ásia. Ao longo de sua vida, foi professor da Universidade de Cambridge, de 1908 a 1915. A partir de 1916, época da Primeira Grande Guerra, exerceu diversos cargos no Tesouro Britânico, participando como representante do Tesouro da delegação britânica na Conferência de Versalhes. Sua obra mais destacada, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, foi publicada em 1936. Em 1937, Keynes sofreu um enfarte. Mesmo sem se restabelecer por completo, retornou ao trabalho no Tesouro Britânico, sendo que, em 1944, já reconhecido como um dos mais importantes economistas da época, representou a Inglaterra na Conferência de Bretton Woods. Vítima de novo ataque cardíaco, faleceu em Sussex, Inglaterra, no dia 21 de abril de 1946.

¹³ KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1983, p. 259.

5.1. Pinceladas biográficas

John Maynard Keynes é considerado por muitos analistas o maior economista do século XX. Descendente de uma família de classe média alta, teve educação apurada, graduando-se em Economia no Kings College, na tradicional Universidade de Cambridge. Conviveu com pessoas de destaque no cenário cultural da Inglaterra e pertenceu ao conhecido grupo de Bloomsbury, do qual fizeram parte, entre outros, o filósofo G. E. Moore, o crítico e biógrafo Lytton Strachey, o romancista Morgan Forster, além dos casais Clive e Vanessa Bell, e Leonard e Virginia Woolf.

Como representante do Tesouro, integrou a delegação inglesa na Conferência de Paz de Versalhes, realizada ao final da Primeira Grande Guerra. Discordando, porém, dos rumos que as discussões estavam tomando, abandonou a delegação e voltou à Inglaterra antes do encerramento da Conferência. Escreveu, então, *As consequências econômicas da paz*, alertando para os problemas que adviriam se as retaliações que estavam sendo cogitadas na Conferência de Paz fossem realmente impostas aos países derrotados. A confirmação das terríveis previsões de Keynes com as hiperinflações na Alemanha, na Hungria, na Áustria e na Polônia, na primeira parte da década de 1920 (ver Quadro 4.1.) serviu não apenas para demonstrar a correção de sua análise, mas também para recuperar sua imagem pública, abalada com a decisão de abandonar a delegação diplomática de seu país.

Quadro 4.1.

Hiperinflações europeias 1920-1924

(Índices mensais e número de meses e anos)

País	Taxa média mensal	Índice máximo verificado (data)	Número de meses com inflação > 50% (> 25%)	Número de anos com inflação > 100%
Áustria	17	129 (8/22)	4 (10)	3
Alemanha	949	29.525 (1/23)	11 (20)	4
Hungria	17	98 (7/23)	5 (9)	3
Polônia	33	275 (10/23)	9 (16)	3

Fonte: Cagan, 1956; Sargent, 1982.

O que tornou o cenário ainda mais complicado, além das dificuldades enfrentadas pela Europa, foi a grave crise que se abateu sobre a economia norte-americana em decorrência do crack da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, dando início ao período da Grande Depressão.

O sistema econômico capitalista aparentava encaminhar-se para um colapso total. De acordo com Hunt e Sherman (1982, p. 166): “Urgia tomar medidas drásticas que revertessem o processo de crise. Antes, porém, era necessário conhecer melhor a natureza do mal que colocava em risco a existência do sistema”. Isso foi possível com a publicação, em 1936, de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Nessa obra, Keynes analisou o que estava acontecendo com o capitalismo e apontou soluções para salvá-lo.

A seguir, de 5.2 a 5.5, reproduzirei, com o acréscimo de algumas considerações pessoais, a abordagem de Hunt e Sherman (1982, p. 166-171), por considerá-la clara e objetiva.

5.2. O processo de produção e o fluxo circular

Keynes iniciou a sua obra analisando o processo de produção, no qual, num determinado período, uma empresa produz certo volume de dólares sob a forma de bens. Com o que apura na venda desses bens, a empresa paga os custos de produção, que incluem salários, remunerações, alugueis, suprimentos e matérias-primas, bem como os juros dos empréstimos contraídos. A quantia restante converte-se em lucro.

Vale destacar o seguinte: o que para a empresa é custo de produção representa renda para um indivíduo ou para outra empresa. O lucro também é renda - a renda que se destina aos proprietários da empresa. Ora, se o valor da produção se esgota nos custos de produção e nos lucros, e se esses itens constituem renda, conclui-se que o valor do que foi produzido deve, necessariamente, ser igual às rendas geradas no decorrer da produção.

O mesmo quadro utilizado para uma empresa isolada aplica-se à economia em seu conjunto. O valor de tudo aquilo que é produzido durante determinado período equivale ao total de rendas recebidas nesse mesmo período.

Consequentemente, para que as empresas vendam tudo o que produziram, é necessário que a população gaste, coletivamente, todas as suas rendas. Nesse caso, os lucros permanecem elevados e os empresários vão produzir a mesma quantidade, ou uma quantidade maior de bens, no período subsequente.

Keynes denominou esse processo [que corresponde de certa forma ao exposto pela Lei de Say] de fluxo circular: o dinheiro flui das empresas para o público sob a forma de salários, remunerações, alugueis, juros e lucros; em seguida, esse dinheiro retorna para as empresas quando o público adquire os bens e serviços oferecidos por elas. O processo perdura, enquanto as empresas venderem tudo o que produzirem, obtendo lucros satisfatórios.

5.3. Problema: os vazamentos

O processo, porém, não é automático. Quando o dinheiro flui das empresas para o público, parte dele não retorna direta e imediatamente para as empresas. O fluxo circular apresenta vazamentos. Para começar, nem todos despendem toda a sua renda. Uma percentagem dela é poupada, geralmente em bancos, deixando, portanto, de participar do fluxo de despesas. Esse vazio pode ser preenchido por outras pessoas que contraem empréstimos nos bancos e despendem quantias superiores à sua renda. Keynes constatou, no entanto, que, no auge da prosperidade, a poupança geralmente supera os empréstimos aos consumidores. Forma-se, portanto, uma poupança líquida ou um vazamento real no fluxo circular renda-despesa.

O dinheiro poupado pelos agentes econômicos que atuam na economia exercendo diferentes papéis, em especial os proprietários de terras e os empresários, uma vez que dificilmente os trabalhadores reúnem condições de poupar parte de seu salário, destinado integralmente - ou quase - a despesas de consumo, não é a única forma de vazamento do fluxo circular.

Keynes identificou outras duas fontes de vazamentos: (i) as pessoas adquirem bens e serviços de empresas estrangeiras, e, assim, o dinheiro gasto com essas importações deixa de ser gasto com os bens produzidos

no interior do país; *(ii)* as somas que a população destina ao pagamento de imposto são também retiradas do fluxo renda-despesa.

Segundo Keynes, os três vazamentos (poupanças, importações e impostos) poderiam ser compensados de três formas: *(i)* as importações poderiam ser contrabalançadas pelas exportações. Para que uma neutralize a outra, seria necessário que os estrangeiros adquirissem uma quantidade de bens produzidos no país equivalente à quantidade de bens importados pelo país; *(ii)* o governo poderia utilizar os impostos para financiar a aquisição de bens e serviços. Se todos os impostos fossem utilizados com essa finalidade, mantendo-se o orçamento equilibrado, as despesas governamentais compensariam o recolhimento fiscal no fluxo de despesas; *(iii)* sempre que os empresários desejassem ampliar seu capital, poderiam financiar os investimentos em bens de capital contraindo empréstimos nos bancos onde estivessem depositadas as poupanças. Dessa forma, os investimentos contrabalançariam o vazamento representado pelas poupanças. Se essas três injeções acrescentarem ao fluxo renda-despesa o mesmo volume de recursos que escoou pelos três vazamentos mencionados, os gastos corresponderão ao valor da produção. Tudo o que for produzido poderá ser vendido.

No entanto, Keynes considerava improvável que o processo funcionasse, ininterruptamente, por muito tempo. Os investimentos, necessários para absorver as poupanças, ampliam o estoque de capital e, conseqüentemente, elevam a produtividade da economia. Para que essa capacidade produtiva incrementada seja plenamente utilizada, é indispensável que a produção e a renda cresçam no período seguinte. Contudo, elevando-se a renda, haverá mais poupança e a absorção dessa nova poupança irá requerer novos investimentos, os quais não acontecem de forma automática. Keynes percebeu que os indivíduos de renda elevada tinham o hábito de poupar uma percentagem maior de suas rendas que os indivíduos de renda baixa. Concluiu que esse padrão de comportamento era extensivo a toda a sociedade. Isso significa que o crescimento da poupança total é mais que proporcional à elevação da renda agregada da sociedade. Em

outras palavras, à medida que se eleva o nível de rendas, uma percentagem maior dessas rendas é transformada em poupança.

Conseqüentemente, os investimentos teriam que crescer em ritmo mais acelerado que as rendas, a fim de poderem absorver continuamente a poupança. Somente assim, as empresas conseguiriam vender tudo o que produzissem. Porém, quanto mais acelerado for o crescimento dos investimentos, mais rápido será o incremento da capacidade produtiva. Por essa razão, é indispensável investir somas cada vez maiores (tanto em termos relativos como absolutos) em cada período consecutivo, para que se mantenha o equilíbrio. Contudo, segundo Keynes, em qualquer economia capitalista madura, há um limite de oportunidade para os investimentos lucrativos. Em razão disso, à medida que avança o processo de crescimento econômico, agrava-se a dificuldade de encontrar canais suficientes para dar vazão aos investimentos de capital.

Quando se esgotam as oportunidades de investimento, os investimentos caem abaixo da poupança, e os gastos totais em bens e serviços caem abaixo do valor do conjunto de bens e serviços produzidos. As empresas não conseguem vender tudo o que produzem. Crescem os estoques de bens encalhados. Cada empresa enxerga apenas o seu problema, e como produz mais do que pode vender, no período subsequente, ela reduz a produção. Acontece que o problema é extensivo a toda a economia. Como a maior parte das empresas toma a mesma decisão, no período subsequente, ocorre uma violenta retração da produção, com aumento do número de desempregados e declínio da renda. Em conseqüência do declínio da renda, os gastos em bens e serviços serão ainda menores. Os empresários descobrem que, mesmo a níveis inferiores de produção, não conseguem vender o que produzem. Novamente restringem a produção, e o círculo vicioso se reproduz.

Esse círculo vicioso é o oposto do que ocorre em épocas de expansão econômica, nas quais se observa o círculo virtuoso da economia.

Nas circunstâncias do círculo vicioso, as empresas encontram pouco ou nenhum incentivo para expandir seus bens de capital (pois, já estão fun-

cionando com capacidade ociosa). Os investimentos sofrem, portanto, uma redução drástica. Cai verticalmente todo tipo de despesas. Declinando a renda, a poupança declina mais que proporcionalmente. Esse processo repete-se até que os sucessivos declínios da renda reduzem a poupança a um ponto em que ela não exceda o nível dos investimentos depauperados.

5.4. O papel do governo

Nos aspectos essenciais, a análise de Keynes não difere radicalmente das análises de Marx e Hobson. Os três consideravam como a causa fundamental de uma depressão econômica a inabilidade dos capitalistas para encontrar suficientes oportunidades de investimento, tornando-se, portanto, impossível contrabalançar os níveis crescentes de poupança gerados pelo crescimento econômico.

A contribuição particular de Keynes foi demonstrar que a relação poupança/renda reconduzia à situação de estabilidade econômica caracterizada por níveis aviltados de renda e índices elevados de desemprego.

Marx afirmou que o mal era inerente ao capitalismo e incurável. Hobson pensava o contrário. A solução que propôs foi a adoção de medidas destinadas a suprimir as distorções na distribuição de renda e, conseqüentemente, reduzir a poupança.

A solução proposta por Keynes para o problema foi mais realista. Quando a poupança excedesse os investimentos, o governo deveria entrar em cena, recolhendo o excesso de poupança mediante empréstimos e investindo o dinheiro em projetos de utilidade social. A escolha deveria recair sobre os projetos que não ampliassem a capacidade produtiva da economia e, ao mesmo tempo, não reduzissem as oportunidades de investimento para o futuro. As despesas governamentais injetariam maiores recursos no fluxo de gastos e criariam condições para o estabelecimento do pleno emprego, sem alterar o estoque de capital. Dessa forma, ao contrário dos investimentos de capital, as despesas governamentais não se tornariam mais difíceis de ser atingidas com pleno emprego no período subsequente.

A esse respeito, Keynes (1983, p.97) escreveu:

O Antigo Egito tinha a dupla vantagem, que, sem dúvida, explica a sua fabulosa riqueza de possuir duas espécies de atividades: a construção de pirâmides e a extração de metais preciosos, cujos frutos, pelo fato de não servirem às necessidades do homem pelo seu consumo, não se aviltavam por serem abundantes. A Idade Média edificou catedrais e entou cânticos. Duas pirâmides, duas missas de réquiem valem duas vezes mais que uma - o que, porém, não é verdade tratando-se de duas estradas de ferro que ligam Londres a York.

Hunt e Sherman (1982, p. 170-171) retomam a análise questionando:

Que tipo de despesas deveria o governo realizar? Keynes, pessoalmente, inclinava-se para os investimentos de utilidade pública, tais como a construção de escolas, hospitais, parques e outras obras do gênero. Admitia, no entanto, que essas despesas beneficiavam muito mais os setores de média e baixa renda do que os setores de alta renda. Como o poder estava nas mãos dos ricos, eles provavelmente insistiriam em políticas que não redundassem na redistribuição da renda em favor dos setores menos aquinhoados da população. Ele percebeu que, do ponto de vista político, talvez fosse necessário canalizar essas despesas para os cofres das grandes corporações, ainda que isso trouxesse poucos benefícios diretos para a sociedade.

Keynes (1983, p. 96), escreveu:

Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do *laissez-faire*, a tarefa de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessões sobre o terreno onde estão enterradas as notas), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são. Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou

algo semelhante; mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.

5.5. Repercussão

Ainda de acordo com Hunt e Sherman (1982, p. 171):

A Grande Depressão prolongou-se por toda a década de 1930, até a eclosão da II Guerra Mundial. De 1936 (ano da publicação de *A teoria geral* de Keynes) até 1940, os economistas travaram discussões acaloradas sobre os méritos de suas teorias e de suas proposições práticas. Às vésperas da guerra, quando os vários governos começaram a intensificar a produção de armamentos, o desemprego cedeu rapidamente. Durante a guerra, sob o estímulo de enormes despesas governamentais, produziu-se uma inversão da situação na maioria das economias capitalistas: a crise do desemprego cedeu lugar à escassez de mão de obra.

As forças armadas norte-americanas mobilizaram 14 milhões de pessoas, que precisavam ser armadas, aquarteladas e alimentadas. Entre 1939 e 1944, a produção das fábricas, minas e indústrias de construção duplicou: a produtividade cresceu 50%. A economia norte-americana produziu 296.000 aviões, 5.400 navios cargueiros, 6.500 vasos de guerra, 64.500 barcas de desembarque, 86.000 tanques e 2.500.000 caminhões.

O problema mais grave para a economia norte-americana durante a guerra foi a escassez de trabalho, em contraste com a taxa de desemprego de 19%, que subsistiu até 1939.

5.6. Conclusão

A teoria geral de Keynes, em síntese, baseia-se na negação da Lei dos Mercados de J. B. Say. O Estado surge como uma espécie de poder moderador da atividade econômica. Os ciclos econômicos que tinham uma importância muito grande na economia de mercado diminuem sua influência, graças, justamente, à ação do Estado. O volume de emprego depende da magnitude da renda nacional

e ela é dividida em consumo e poupança. A poupança, por sua vez, quando estimulada, tornar-se-á investimento.

O sucesso das políticas econômicas de inspiração keynesiana permitiu o aparecimento da expressão grande consenso keynesiano, cujos pilares principais, favoráveis todos eles à intervenção governamental, foram assim descritos por Eduardo Giannetti (1991, p. 1):

Defesa da economia mista, com forte participação de empresas estatais na oferta de bens e serviços e a crescente regulamentação das atividades do setor privado por meio da intervenção governamental nos diversos mercados particulares da economia; montagem e ampliação do Estado do Bem-Estar (*Welfare State*), garantindo transferências de renda extramercado para grupos específicos da sociedade (idosos, inválidos, crianças, pobres, desempregados etc.) e buscando promover alguma espécie de justiça distributiva; política macroeconômica ativa de manipulação da demanda agregada, inspirada na teoria keynesiana e voltada, acima de tudo, para a manutenção do pleno emprego no curto prazo, mesmo que ao custo de alguma inflação.

Schumpeter alertou, tempos depois, que a teoria keynesiana não era tão geral quanto se pensava. O que Keynes considerava geral não passava de um momento especial atravessado então pelos países desenvolvidos. À medida que os anos foram se passando, o instrumental keynesiano permaneceu válido como elemento de análise, porém, com deficiências de aplicação, sobretudo quando aplicado em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Uma das razões do desencantamento com as políticas keynesianas foi o elevado custo de manutenção do Estado do Bem-Estar, o que obrigou o governo de diversos países a elevar a níveis estratosféricos as respectivas cargas tributárias. E não se pode esquecer, também, o tamanho e os excessos cometidos por governos que, sob o pretexto de agir em busca dos interesses maiores do Estado, acabaram praticando uma série enorme de desmandos, misturando completamente os interesses de Estado com os interesses do governo (qualquer semelhança com a realidade brasileira atual não é mera coincidência).

CAPÍTULO V

Pensamento econômico contemporâneo

1. Schumpeter, o empreendedorismo e a destruição criativa

Pode-se amar o socialismo e acreditar ardentemente em sua superioridade econômica, cultural e ética, e, não obstante, também acreditar que a sociedade capitalista não abriga qualquer tendência à autodestruição. Na verdade, há socialistas que acreditam que a ordem capitalista está juntando forças e se entrincheirando cada vez mais, à medida que o tempo passa, de modo que é quimérico esperar por seu colapso.

Joseph Schumpeter¹

Joseph Alois Schumpeter nasceu em Triesch, na Moravia, província austríaca hoje pertencente à República Tcheca, em 8 de fevereiro de 1883. Filho único do fabricante de tecidos Alois Schumpeter e de Johana, filha do médico Julius Grüner. Em 1932, fixou-se nos Estados Unidos, sendo professor da Universidade de Harvard durante a maior parte do tempo. Por essa razão, residiu em Massachusetts, mas adquiriu também uma casa de campo em Taconic, Connecticut, onde veio a falecer, durante o sono, em 8 de janeiro de 1950.

1.1. Passagens de sua vida

Tendo nascido numa das regiões mais afetadas pelo conturbado período que compreendeu duas grandes guerras e a maior depressão já vivida pelo capitalismo, Schumpeter, como não poderia deixar de ser, teve sua vida fortemente

¹ SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*, 1984, p. 88.

influenciada pelas circunstâncias do período. Schumpeter perdeu o pai com apenas quatro anos. Sua mãe, então, casou-se novamente com o tenente-coronel do Exército Austro-Húngaro, Sigismundo von Keller, indo a família morar em Viena, onde Schumpeter concluiu, com distinção, o curso secundário. Ingressou, em seguida, na Faculdade de Direito, na qual se graduou em 1906. Segundo explica Rubens Vaz da Costa, na Introdução do volume dedicado a Schumpeter, na coleção *Os Economistas* (1982, p. VII-VIII):

Nessa época, as universidades imperiais incluíam no estudo de Direito cursos e exames complementares de Economia e Ciência Política. Aluno aplicado, Schumpeter dedicou-se ao estudo da ciência econômica, sem, entretanto, descuidar-se do Direito.

Depois de formado, Schumpeter teve uma vida bastante agitada. Inicialmente, viajou para a Inglaterra, levando uma vida social bastante intensa no circuito Londres/Cambridge/Oxford. Em 1907, casou-se com a filha de um alto dignitário da Igreja Anglicana, Gladys Ricarde Seaves, 12 anos mais velha que ele. Pouco depois do casamento, o casal partiu para o Cairo, onde Schumpeter advogou perante o Tribunal Misto internacional do Egito. Paralelamente, ele atuou como conselheiro de finanças de uma princesa egípcia. Motivos de saúde, porém, obrigaram o casal a retornar a Viena em 1909, ano em que Schumpeter vai iniciar sua carreira acadêmica, ao ser nomeado professor de Economia na Universidade de Czernowitz. Lá, segundo Rubens Vaz da Costa (1982, p. VIII):

Schumpeter passou dois anos bastante felizes. É verdade que considerava seus colegas extremamente provincianos e incultos, embora os julgasse capazes em seus respectivos campos de atividade. Foi em Czernowitz, aliás, que teve início sua fama de *enfant terrible*. Schumpeter costumava assistir às reuniões da Congregação Universitária com botas de montaria, suscitando comentários desfavoráveis. Mas para jantar a sós com sua esposa vestia-se a rigor.

Em 1911, Schumpeter foi convidado a lecionar na Universidade de Graz, na qual foi nomeado professor de Economia por decreto imperial, graças à influência de Böhm-Bawerk. A fama de *enfant terrible* e a inveja dos colegas mais antigos (Schumpeter era o catedrático mais jovem da Universidade) fizeram com que ele

não tivesse vida fácil, o que o obrigou a frequentes viagens a Viena.

Na condição de professor visitante, passou o ano letivo de 1913/14 em Nova York, na Universidade de Columbia, onde foi distinguido com um grau honorífico. Retornou a Viena pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial, enquanto sua mulher voltava para a Inglaterra, lá permanecendo durante todo o período da guerra. Em 1920, o casal decidiu divorciar-se.

Schumpeter, por sua vez, abandonou a Universidade de Graz em 1918, apesar de pertencer ao quadro da Congregação até 1921.

Disposto a dedicar-se aos negócios e à política, Schumpeter passou os anos seguintes afastado das atividades acadêmicas. Nesse período, foi ministro da Fazenda do primeiro governo republicano da Áustria, exercendo o cargo por apenas dez meses. Logo em seguida, ocupou a presidência do Biedermann Bank, tradicional instituição financeira privada de pequeno porte em Viena. O banco foi à falência pouco tempo depois (em 1924), em face das difíceis condições econômicas da época e da desonestidade de alguns de seus diretores. Schumpeter pagou um preço muito alto por essa experiência: não apenas perdeu sua fortuna pessoal, como ficou totalmente endividado, uma vez que não quis aproveitar a Lei da Falência, preferindo pagar com seus bens pessoais a totalidade dos credores do banco.

Após essa desastrosa aventura empresarial, Schumpeter resolveu retornar à vida acadêmica, substituindo o economista liberal Heinrich Dietzel, na Universidade de Bonn. Antes, porém, de partir para Bonn, casou-se com Annie Reisinger, uma jovem de 21 anos, filha do porteiro do edifício onde morava sua mãe. Annie faleceu de parto um ano depois, o que deixou Schumpeter abalado para o resto de sua vida. Poucos meses depois, sua mãe morreu aos 75 anos.

Schumpeter não permaneceu por muito tempo em Bonn. Lecionou como visitante na Universidade de Harvard em 1927 e 1928, e uma vez mais em 1930. Em 1932, decidido a fixar residência nos Estados Unidos, deixou definitivamente a Universidade de Bonn para estabelecer-se em Cambridge (Massachusetts), iniciando sua prolongada carreira na Universidade de Harvard, na fase mais produtiva de sua vida. Embora tenha visitado algumas vezes a Europa, Schumpeter nunca mais voltou à Alemanha ou à Áustria.

Antes de partir para um apanhado de seu pensamento e sua obra, gostaria de concluir as pinceladas sobre a vida de Schumpeter reproduzindo alguns trechos da descrição dele feita por outro famoso economista que chegou a Harvard quase ao mesmo tempo que ele. Num de seus livros menos badalados - *Uma vida em nossos tempos* - John Kenneth Galbraith (1986, p. 52) refere-se a Schumpeter da seguinte forma:

Quase que simultaneamente à minha chegada a Harvard, Joseph A. Schumpeter fixou residência na Universidade. Havia muita gente que o considerava - e com razão - o mais importante dos economistas de sua época. Então, aos cinquenta anos de idade, era como se já tivesse vivido várias vidas. Como ministro das Finanças da Áustria, tinha acompanhado de perto a grande inflação do pós-guerra e o conseqüente colapso do país. Tinha sido sócio de um desastroso empreendimento comercial, sócio de um escritório de advogados no Cairo e professor altamente considerado e popular em Bonn, Alemanha. Seus fracassos políticos e comerciais fizeram com que sentisse profundo desprezo pelas questões práticas e considerasse intelectualmente sem base os economistas que deviam prestar assessoria sobre esse tipo de questões.

Sobre os hábitos pessoais de Schumpeter, relata Galbraith (1986, p. 52-53): Joseph Alois Schumpeter era um homem ligeiramente amorenado, de porte ereto e um pouco mais baixo do que a média. Tinha um rosto alegre e expressivo, além de inabalável inclinação para bate-papos e companhia. Cambridge não tinha o estilo de Viena, mas estava decidido a procurar compensações da melhor maneira possível. Todas as tardes, reunia uma corte em um barzinho situado em frente à Widener Library, na Massachusetts Avenue; geralmente apresentava-se às turmas como um homem de conhecimento sofisticado e interesses mundanos, e também de ambições frustradas. Quando jovem, segundo ele mesmo dizia, tinha pretensões de ser o mais sábio, o maior amante e o melhor general de sua geração, mas, infelizmente, as circunstâncias na Áustria do pós-guerra negaram-lhe a possibilidade de uma carreira militar. Um cavalheiro, ele certa vez declarou a seus alunos já formados e que não tinham condições financeiras (ainda

me lembro muito bem da cifra) - não poderia viver com menos de 50 mil dólares por ano. Essa quantia, considerando-se os impostos e os preços, equivaleria em 1981 a aproximadamente 300 mil dólares. Entre ser correto e ser notável, Schumpeter nunca hesitou.

Em 1937, Schumpeter casou-se novamente, desta vez com Elizabeth Boody, descrita por Rubens Vaz da Costa como “descendente de uma família da Nova Inglaterra e economista de méritos próprios, sua companheira inseparável até o final de sua vida” (SCHUMPETER, 1982, p. IX).

Schumpeter foi um dos fundadores da Econometric Society, cuja presidência exerceu de 1937 a 1941. Em 1948, foi eleito presidente da American Economic Association e pouco antes de sua morte foi elevado à categoria de primeiro presidente da recém-criada International Economic Association.

1.2. Seu pensamento e sua obra

Embora seja apontado como um dos maiores economistas do século XX, não é fácil enquadrar Schumpeter numa determinada escola de pensamento econômico. Tanto isso é verdade que diversos manuais de História do Pensamento Econômico fazem menção a uma Escola Schumpeteriana, colocando-o, portanto, no exclusivo patamar dos criadores de uma corrente ou doutrina de pensamento econômico.

De suas diversas contribuições, uma das que merecem destaque para todos aqueles que se propõem a examinar a evolução das ideias econômicas diz respeito ao fato de ter sido um dos precursores da teoria do desenvolvimento capitalista, oferecendo importante contribuição à economia contemporânea, particularmente no estudo dos ciclos econômicos. A esse respeito, assim se manifesta Paulo Sandroni, no *Dicionário de economia do século XXI* (2005, p. 758):

Schumpeter admitia a existência de ciclos longos (de vários decênios), médios (de dez anos) e curtos (de quarenta meses), atribuindo diferentes causas a cada período. As depressões econômicas resultariam da superposição desses três tipos de ciclo num ponto baixo, como ocorreu na Gran-

de Depressão de 1929-1933. O estímulo para o início de um novo ciclo econômico viria principalmente das inovações tecnológicas introduzidas por empresários empreendedores.

Sem dúvida, aí reside um aspecto essencial da teoria desenvolvida por Schumpeter. Ainda de acordo com Paulo Sandroni (2005, p. 758):

Para ele, sem empresários audaciosos e suas propostas de inovação tecnológica, a economia manter-se-ia numa posição de equilíbrio estático, num “círculo econômico fechado” de bens, nulos o crescimento real e a taxa de investimento.

Alguns dos mais conhecidos autores de livros texto de História do Pensamento Econômico (HPE), entre os quais Paul Hugon e Cláudio Napoleoni, já estabeleceram ligações entre os conceitos schumpeterianos de “circuito fechado” e “evolução”, e os conceitos de “reprodução simples” e “reprodução ampliada” desenvolvidos por Marx.

Eclético e dotado de enorme capacidade de trabalho, Schumpeter foi autor de uma obra que impressiona não só pela originalidade, mas também pelo elevado número de livros e artigos. Desse conjunto, vale destacar: *Teoria do desenvolvimento econômico* (1912); *Ciclos econômicos* (1939); *Capitalismo, socialismo e democracia* (1942); *História da análise econômica* (obra inacabada quando de sua morte e publicada postumamente em 1954).

1.3. Principais legados

Não é fácil eleger os legados mais relevantes de um autor que se caracterizou pela coragem e pela originalidade. Coragem de fugir aos padrões dominantes e de se posicionar de forma clara, ainda que isso pudesse desagradar colegas e políticos influentes.

Schumpeter foi um dos poucos economistas que, na época, chamaram a atenção para o fato de que *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*, publicada por Keynes em 1936, estava sendo supervalorizada pela maior parte dos economistas. Afirmava que *A teoria geral* não era tão geral quanto se supunha, mas sim uma teoria adequada a determinados países que estivessem atravessando

um tipo de conjuntura particular - marcada pela recessão. Suas palavras, a esse respeito, foram as seguintes: "O keynesianismo prático é uma planta nova que não pode ser transplantada para o solo estrangeiro, pois nele morreria e se tornaria venenosa antes de morrer".

A maior parte dos críticos e dos economistas não lhe deu ouvidos na época. O tempo, no entanto, mostrou que ele estava coberto de razão, já que a adoção de políticas econômicas de inspiração keynesiana, por parte de países não desenvolvidos e mesmo em países desenvolvidos fora de épocas de recessão, revelou resultados inexpressivos, quando não retumbantes fracassos.

Mas não seria justo de minha parte fazer referência aos principais legados de Schumpeter por uma crítica feita por ele a outro grande economista e não às suas próprias e originais contribuições. Por esse motivo, gostaria de realçar duas de suas contribuições como principais legados. A primeira delas é a ênfase por ele atribuída ao empreendedor e, em especial, às inovações tecnológicas.

Por se tratar de uma abordagem de extraordinária relevância, cabe reproduzir o trecho em que Schumpeter (1982, p. 48) enfatiza a importância da mudança e da inovação para o processo de desenvolvimento.

Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as "novas combinações" podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. Por motivo de conveniência de exposição, quando falamos em novas combinações de meios produtivos, só estaremos nos referindo doravante ao último caso. O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações.

Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1. Introdução de um novo bem - ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem fa-

miliarizados - ou de uma nova qualidade de um bem. 2. Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que, de modo algum, precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3. Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não. 4. Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5. Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

Antes de passar ao outro grande legado, vale dizer que, ao enfatizar a importância do empreendedor e das inovações tecnológicas, Schumpeter sempre destacou, como fatores inerentes a esses dois aspectos, o crédito e a intuição dos empreendedores.

Sobre o primeiro, ele afirma (1982, p. 74) que "o desenvolvimento, em princípio, é impossível sem crédito"; sobre o segundo, também ressaltado por Rubens Vaz da Costa (p. XII):

... na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação.

O outro grande legado que eu gostaria de realçar diz respeito à noção de destruição criativa, que é, de certa forma, um complemento da ênfase atribuída por Schumpeter ao empreendedor. O professor de empreendedorismo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Robert K. Menezes (2003, p. 1-2), descreve a destruição criativa na atividade empresarial da seguinte forma:

As tecnologias realmente destroem, ao mesmo tempo em que criam. Cada nova tecnologia destrói, ou pelo menos diminui, o valor de velhas técnicas e posições mercadológicas. O novo produto ocupa o espaço do velho produto e novas estruturas de produção destroem antigas estruturas. O progresso é consequência deste processo destruidor e criativo.

O processo de destruição criativa promove as empresas inovadoras, que respondem às novas solicitações do mercado, e fecha as empresas sem agilidade para acompanhar as mudanças. Ao mesmo tempo, orienta os agentes econômicos para as novas tecnologias e novas preferências dos clientes. Elimina postos de trabalho ao mesmo tempo em que cria novas oportunidades de trabalho e possibilita a criação de novos negócios. Para Schumpeter o desenvolvimento econômico está fundamentado em três fatores principais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Este empresário inovador, mencionado por Schumpeter, é capaz de empreender um novo negócio, mesmo sem ser dono do capital.

No livro *Capitalismo, socialismo e democracia*, publicado em 1942, e que, para McCraw (2012, p. 372), “contém uma das mais perspicazes análises do capitalismo jamais escritas”, Schumpeter (1984, p. 112) refere-se à destruição criativa como um atributo da própria evolução do capitalismo, fato enfatizado há muito tempo por Karl Marx².

O capitalismo, então, é pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar, estacionário. E tal caráter evolutivo do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. Tampouco se deve esse caráter evolutivo a um aumento quase automático da população e do capital ou aos caprichos dos sistemas monetários, para os quais são verdadeiras exatamente as mesmas

² Karl Marx e muitos de seus seguidores referem-se ao fenômeno da destruição criativa como obsolescência planejada. Uma excelente abordagem a respeito pode ser vista em MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e estado capitalista* (1989).

coisas. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria.

Para exemplificar o funcionamento da destruição criativa, Schumpeter (1984, p. 112-113) utiliza diversos exemplos, que vale a pena reproduzir:

A cesta de consumo do trabalhador de 1760 a 1940 não cresceu apenas por linhas imutáveis, mas sofreu um processo de mudança qualitativa. Similarmente, a história do aparelho produtivo de uma fazenda típica, do início da racionalização da rotação de lavouras, da lavradura e da engorda até a coisa mecanizada dos dias de hoje – em que se usam elevadores e estradas de ferro –, é uma história de revoluções. O mesmo ocorre com a história do aparelho produtivo na indústria do ferro e do aço, do forno de carvão ao nosso atual tipo de forno, ou com a história do aparelho de produção de energia, da roda d’água à moderna hidrelétrica, ou com a história do transporte, da carroça ao avião. A abertura de novos mercados – estrangeiros ou domésticos – e o desenvolvimento organizacional, da oficina artesanal aos conglomerados como a U. S. Steel, ilustram o mesmo processo de mutação industrial – se me permitem o uso do termo biológico – que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo e é aí que têm de viver todas as empresas capitalistas.

1.4. Pinceladas finais

Na opinião de Galbraith (1986, p. 53):

nenhum economista do século XX sistematizou com tanta eficiência o processo do capitalismo. Os outros conservadores da época, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek – da mesma forma que os economistas da Escola de Chicago de hoje em dia – defendiam o sistema assimilando-o à crença neoclássica competitiva. Não existiam grandes empresas, nem grandes

sindicatos e o governo onipotente não precisaria, nem deveria existir. Essa posição de defesa tem a falha de pressupor que os líderes da grande empresa, a mais característica estrutura do capitalismo moderno, são incompatíveis com a teoria pela qual eles são defendidos. Convocado por uma Comissão Legislativa, o diretor da Exxon precisará confessar que exerce sobre os preços, consumidores, fornecedores e sobre o governo um poder que está totalmente em discordância com a visão da sociedade econômica proposta pelos profetas de cuja defesa ele depende. Com Schumpeter não havia esse tipo de problema; ele aceitava o capitalismo como é, e transformou-o em uma força para o progresso e para a mudança. Mesmo o monopólio podia ser tolerado, pois permitia a seus detentores as recompensas da inovação por eles trazida, quando não o permitisse o modelo competitivo.

Em que pese a incrível atualidade de suas ideias, Schumpeter está longe de se constituir numa unanimidade como um dos grandes nomes da história do pensamento econômico. Uma das explicações para isso pode ser por ele ter sofrido influência de economistas tão diferentes como Böhm-Bawerk, Marx, Pareto e Léon Walras. Foi influenciado por este último, segundo Rubens Vaz da Costa (1982, p. XI), que Schumpeter “adquiriu o interesse pela formulação matemática e econométrica das questões econômicas, além de optar pela concepção de modelos econômicos para explicar a realidade e para compreender o processo de desenvolvimento capitalista”.

Outra possível explicação pode estar no fato de ele ter previsto a superação do capitalismo pelo socialismo – mesmo sem ser dele simpatizante – numa época em que começava a ganhar força a disputa entre os dois sistemas econômicos que polarizaram as atenções durante boa parte do século XX e que, na fase de maior tensão, recebeu o nome de Guerra Fria.

Com sua habitual ironia, Galbraith (1986, p. 53) não deixou de se referir a esse aspecto.

Schumpeter nunca se transformou numa figura cultuada no âmbito do conservadorismo norte-americano, como é o caso de Hayek, von Mises e outros expoentes da inconsequência tradicional. Em parte, deve-se ao

fato de faltar-lhe solenidade e de ele gostar de chocar seus próprios defensores. Louvava Marx como gênio, profeta e “homem de grande cultura”. Referindo-se ao futuro, indagava: “Poderá o capitalismo sobreviver?”. E ele mesmo respondia: “Não, não creio que possa sobreviver”. Os homens de posses e de alta posição social não se reuniram em torno de amigos desse tipo. É melhor dispor de alguém que sistematize com ênfase e com pesar o que já foi dito anteriormente.

Encerro chamando a atenção para o fato de que se Schumpeter acertou ao alertar para os limites da teoria keynesiana, errou profundamente ao prever que o capitalismo não sobreviveria, sendo suplantado pelo socialismo. Como bem observou Rubens Vaz da Costa (1982, p. XV) “em nossa ciência [econômica], nem mesmo as inteligências mais privilegiadas conseguem produzir boas profecias”.

2. Hayek e a Escola Austríaca

Substituir decisões individuais por decisões coletivas, como é o objetivo de todas as doutrinas coletivistas e socialistas, significaria necessariamente uma redução enorme de informações, ideias e oportunidades que poderiam ser usadas mais eficientemente em nossos esforços para melhorar a vida da população mundial.

F. A. Hayek³

Friedrich August von Hayek nasceu em Viena, em 8 de maio de 1899. Pertence à quarta geração de economistas da Escola Austríaca, porém, ao receber o Prêmio Nobel de Economia em 1974, foi responsável por dar a ela um destaque que talvez jamais tenha sido alcançado pelas gerações precedentes. Faleceu em Freiburg, Alemanha, no dia 23 de março de 1992.

³ In PRUNES, Cândido Mendes (org.). *Hayek no Brasil*, 2006, p. 95.

2.1. Considerações preliminares

A Escola Austríaca, cujo universo da teoria econômica foi sintetizada na frase “a economia é ação humana ao longo do tempo, nos mercados, sob condições de incerteza genuína” (IORIO, 2011, p. 61), surgiu com a chamada Revolução Marginalista ocorrida entre 1871 e 1874, com a publicação de obras de três diferentes autores que desenvolviam suas pesquisas e seus trabalhos em diferentes países, sem que cada um tivesse conhecimento do trabalho dos outros. Juntamente com William Stanley Jevons, na Inglaterra, e Léon Walras, na Suíça, Carl Menger, na Áustria, reafirma os princípios básicos do liberalismo econômico, com uma importante novidade: a ênfase na utilidade para a determinação do valor das mercadorias, o que acentuava seu caráter subjetivo, em contraposição ao caráter objetivo da visão tradicional, segundo a qual o valor é determinado pela quantidade (tempo) de trabalho necessário à produção de cada mercadoria.

Vale destacar, desde logo, que, ao contrário das correntes de Cambridge (ou inglesa) e de Lausanne (ou suíça), que enveredaram para a economia matemática, fazendo amplo uso de métodos quantitativos na análise econômica, a Escola Austríaca optou por uma abordagem mais filosófica, procurando colocar ênfase nos fundamentos ou nas razões que estão por trás das decisões dos agentes econômicos.

Em *Ação, tempo e conhecimento*, Ubiratan Iorio (2011, p. 19) refere-se a esse aspecto da seguinte forma:

Como não é possível quantificar todo o nosso conhecimento, a Escola Austríaca não analisa os mercados como estados de equilíbrio, mas como processos de descoberta e articulação de conhecimentos que, normalmente, na economia do mundo real, permanecem calados, silenciosos, escondidos, espalhados e desarticulados, à espera da inteligência humana subjetiva exatamente para despertá-los, exibi-los, organizá-los e articulá-los.

Fica, portanto, evidenciado um antagonismo intransponível entre as duas tradições do pensamento econômico: enquanto a tradição socialista faz uso de uma metodologia que sobrepõe o coletivo (as classes sociais) ao indivíduo, considerando em suas análises basicamente as relações de classes (dominante

versus dominada), a tradição liberal faz uso de uma metodologia eminentemente individualista, considerando, como foco central de suas análises, as tomadas de decisão de cada agente econômico, seja um indivíduo (pessoa física), seja uma empresa (pessoa jurídica).

Cada uma dessas correntes surgidas com a revolução marginalista teve continuidade, posteriormente, com sucessivas gerações. A de Cambridge, com Alfred Marshall, principal expoente da chamada síntese neoclássica (registre-se aqui uma controvérsia nos manuais de História do Pensamento Econômico: enquanto para alguns autores a Escola Marginalista se confunde com a Escola Neoclássica, para outros, elas devem ser entendidas como duas Escolas distintas), e Cecil Pigou; e a de Lausanne, com Vilfredo Pareto. A Escola Austríaca, por sua vez, teve como destaques da segunda geração Friedrich von Wieser e Eugen von Böhm-Bawerk; da terceira, Hans Mayer, Leo Illy e Ludwig von Mises; da quarta, juntamente com Hayek, Fritz Machlup, Oskar Morgenstein e Paul N. Rosenstein-Rodin; e da quinta, que se estende aos dias de hoje, Walter Block, Richard M. Ebeling, Gerald O’Driscoll, Mario J. Rizzo, Israel Kirzner e Ludwig Lachmann, além de Murray Rothbard, que se tornou o maior expoente do libertarianismo, uma visão ultraliberal da economia que só teve (alguma) repercussão nos Estados Unidos.

2.2. Hayek, o liberalismo e a criação da Mont Pelerin Society

Nascido em Viena, Hayek migrou para a Inglaterra, onde passou os anos mais produtivos de sua vida, em especial como professor da London School of Economics. Não se pense, porém, que foi uma vida fácil. Muito pelo contrário. Mantendo-se fiel aos princípios do liberalismo numa época que os intervencionismos, como o keynesianismo, e os totalitarismos de todos os matizes ganhavam destaque - nazismo, fascismo, socialismo -, Hayek foi considerado ultrapassado quando publicou, em 1944, o livro *O caminho da servidão*, em que alertava para a ameaça que todas essas formas de intervencionismo representavam à liberdade individual.

Três anos depois, em 1947, Hayek tomou a iniciativa de reunir os mais importantes representantes do pensamento liberal - entre os quais Milton Friedman,

Maurice Allais, Frank Knight, Karl Popper, Henry Hazlitt, George Stigler, Lionel Robbins, Ludwig von Mises e tantos outros - para um encontro em que seriam discutidas as condições e as perspectivas do mundo a partir da retomada da paz, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Teve início, assim, a Mont Pelerin Society, que existe até os dias de hoje, servindo de estímulo a centros de pesquisa (*think tanks*) em todo o mundo - como o Instituto Liberal e o Instituto Mises, no Brasil, o Institute of Economic Affairs, na Inglaterra, a Heritage Foundation e a Atlas Foundation, nos Estados Unidos - e que reúne, a cada dois anos, os mais expressivos representantes do liberalismo, com o mesmo objetivo de discutir alternativas para os grandes problemas contemporâneos. Sem sede fixa, a Mont Pelerin Society (cujo nome deriva do local, na Suíça, onde o encontro se realizou) conta ou contou com membros de diversos continentes e de diversas correntes do pensamento liberal, num processo de constante renovação, entre os quais diversos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, tais como James Buchanan, Gary Becker e Ronald Coase.

Hayek, aliás, foi um dos principais inspiradores desses três eminentes economistas, que têm, em comum, o fato de terem privilegiado em sua abordagem teórica uma relação estreita entre economia, direito, filosofia, moral e política.

2.3. Relação entre economia, direito, filosofia, moral e política

Diversos autores destacam esse aspecto da contribuição de Hayek para o desenvolvimento da teoria econômica, entre os quais Eamonn Butler, José Manuel Moreira (em Portugal), além de Og Leme, Ubiratan Iorio, Fabio Barbieri e Ricardo Feijó (no Brasil). Sem desmerecer o trabalho de qualquer um deles, reproduzo a seguir um trecho do argentino Juan Carlos Cachanosky (1995, p. 51), por considerá-lo de grande clareza para o entendimento deste aspecto:

Alguns filósofos distinguem entre dois tipos de ordens: (i) ordens criadas e (ii) ordens espontâneas. Esta é uma distinção muito velha que vem da Antiga Grécia, mas que Hayek recuperou e desenvolveu ampla e detalhadamente. Uma ordem criada é a que foi desenhada pelos homens, por exemplo, um edifício, um avião, um relógio, um computador etc. Por haverem sido desenhados por homens, podem ser conhecidos até os mínimos detalhes.

Os homens podem saber como funciona e para que serve cada uma de suas partes, podem modificá-los e melhorá-los. Pode-se dizer que os homens têm um domínio total sobre o funcionamento deste tipo de ordens.

Em troca, as ordens espontâneas não são produto da mente humana. São ordens cujo funcionamento a mente trata de descobrir através de métodos científicos. As leis da física, os sistemas planetários, não são ordens desenhadas pelos homens; pelo contrário, os homens tratam de descobrir quais são os princípios que governam estas ordens. É o estudo científico que permite ir explicando por que ocorrem as coisas e como funcionam estas ordens. Por exemplo, os homens podem criar as condições para que cresça uma árvore, mas não podem construir uma árvore tal como constroem um relógio ou um computador.

Feita essa distinção, Hayek afirma que, antes de se discutir sobre a superioridade de qualquer sistema econômico, há que se verificar a visão de mundo existente por trás de cada um deles, o que envolve não apenas questões filosóficas, mas também morais.

Essa preocupação, diga-se de passagem, aparece explicitamente em *O caminho da servidão* (HAYEK, 1977, p. 198), publicado em 1944:

A liberdade de dispor nossa conduta numa esfera em que as circunstâncias materiais nos obrigam a escolher, e a responsabilidade pela organização da nossa existência de acordo com a nossa consciência, é a única atmosfera em que se desenvolve o senso moral e em que os valores morais são cotidianamente recriados no livre-arbítrio do indivíduo. A responsabilidade, não perante um superior mas perante a sua própria consciência, a compreensão de um dever não imposto pela compulsão, a necessidade de resolver qual das coisas a que damos valor deve ser sacrificada a outras e de arrostar as consequências da nossa decisão - eis aí a própria essência de toda moral que mereça tal nome.

Considerando, pois, os dois tipos de ordem supramencionados, Hayek mostra que o sistema capitalista, que tem origem no liberalismo individualista, que se consagrou no século XVIII, não foi construído pelo homem. Ao contrário, foi resultante de um processo natural de aperfeiçoamento com base nos sinais emitidos

pela interação de milhões de pessoas nas transações efetuadas no mercado. Nesse sentido, há uma clara correlação entre ordem espontânea e capitalismo. Já os sistemas econômicos que defendem a intervenção estatal para sua construção ou aperfeiçoamento - quer a intervenção plena (sistema socialista), quer a intervenção parcial (sistema intervencionista, segundo Cachanosky, ou sistema misto, para diversos outros autores) - supõem que os homens podem ordenar eficazmente a alocação dos fatores de produção, corrigindo, dessa forma, o que eles chamam de falhas de mercado. Assim sendo, constata-se claramente uma correlação entre ordem criada e esses sistemas econômicos.

2.4. Outras contribuições de Hayek

Evidentemente, num único capítulo, é impossível chamar a atenção para todas as contribuições importantes de Hayek. Para tanto, é indispensável a leitura de seus livros mais importantes, em especial de quatro deles: *O caminho da servidão*; *Os fundamentos da liberdade*; *Law, legislation and liberty* e *Arrogância fatal*. Será, então, possível observar a razão pela qual, para Hayek (1983, v. 1, p. 197), há um estreito relacionamento entre lei, liberdade e direito de propriedade: “Law, liberty, and property are an inseparable trinity”⁴.

Com a leitura desses livros, ficarão claras também algumas das mais relevantes e oportunas contribuições de Hayek, entre as quais:

1. A concepção de mercado como um processo de permanente descoberta e aprendizado, que amortece as incertezas (já que nenhum agente tem conhecimento pleno de todas as variáveis envolvidas nas transações econômicas) e tende sistematicamente a coordenar os planos formulados pelos agentes econômicos. Como bem observa o professor Ubiratan Iorio (2011, p. 76): “como as diversas circunstâncias que cercam a ação humana estão ininterruptamente sofrendo mutações, segue-se que o estado de coordenação plena jamais é alcançado, embora os mercados tendam para ele”.

⁴ “A lei, a liberdade e a propriedade constituem uma trindade inseparável.” (Tradução do autor)

2. O alerta contra o uso inadequado e oportunista de determinadas palavras, sobretudo do adjetivo social, diante de expressões que, a seu juízo, não podem ser entendidas fora do contexto, tais como justiça, democracia, direito, política etc. Para Hayek, não faz nenhum sentido pensar em justiça ou democracia a não ser sob perspectiva social, como observa, uma vez mais, o professor Ubiratan Iorio (1997, p. 177):

Hayek, em seu derradeiro livro, em um capítulo a que deu o sugestivo título de *Our Poisoned Language* (A Nossa Linguagem Envenenada), com o objetivo de mostrar o quanto o adjetivo “social” tem de poder mágico, deu-se ao trabalho de enumerar 167 substantivos que costumam ser utilizados com essa mitológica palavra. Para certificarmos de que não houve qualquer exagero de sua parte, basta tomarmos algumas poucas palavras, por exemplo, “preocupação”, “consciência”, “política”, “justiça” e “reforma” e verificarmos o quanto elas ganham em apelo ao lhe acrescentarmos o charmoso objetivo... Da mesma forma, há as expressões “socialdemocracia” e “liberalismo social” que, na melhor das hipóteses, não passam de pleonasmos, uma vez que, simplesmente, não existem nem uma “democracia não social” nem um “liberalismo não social”. A democracia e, principalmente, o liberalismo dispensam adjetivos. São o que são e ponto final. Mesmo porque a verdadeira caridade requer ação e não mero discurso.

2.5. Pinceladas finais

Espero ter conseguido mostrar, neste capítulo, a notável contribuição de um dos maiores nomes de toda a história do pensamento econômico, embora não tenha o merecido reconhecimento, a exemplo do que ocorre com a Escola Austríaca, que continua sendo considerada, na maioria das vezes, apenas como uma ramificação menor das Escolas Marginalista e/ou Neoclássica. Tal aspecto, aliás, não escapou ao professor José Manuel Moreira (1994, p. 117):

De que forma tudo isto afetará a vitalidade de uma escola que continua em processo de aprendizagem e descoberta, é algo que não sabemos.

Sabemos, isso sim, que tudo isto é sinal de vida de uma tradição do pensamento econômico que, de forma vigorosa, continua aberta à fertilidade do desconhecido e do imprevisível: a um processo onde cada um de nós aprende novas coisas e alcança novas ideias e projetos. Uma tradição que soube transformar a epistemologia (que trata do crescimento do conhecimento) num dos mais promissores ramos da economia. Uma tradição que, ao insistir no caráter espontâneo (descentralizado) da evolução (e cooperação) das instituições humanas, por oposição aos sistemas artificiais (deliberadamente organizados e impostos, isto é, réplicas dos planos de ditadores benevolentes), cedo se deu conta de que o conhecimento não está na origem da amorosa Diversidade da Criação, mas é também a principal (e nem por isso menos desperdiçada) fonte da desejada Riqueza das Nações.

O relato que se segue, feito por Eduardo Giannetti (1995, p. 128), evidencia não apenas o espírito arguto de Hayek, mas também o caráter pendular da história econômica e da história do pensamento econômico.

Hayek desafiou a ortodoxia keynesiana e pagou um alto preço por isso. Tornou-se uma figura isolada e esdrúxula no panorama intelectual, mas ainda viveu o bastante para assistir à virada da maré. De fato, como ele observou com elegância e fina ironia em entrevista a uma revista francesa: “Quando eu era jovem, o liberalismo era velho; agora que sou velho, é o liberalismo que voltou a ser jovem”. Sua experiência ilustra com perfeição a máxima do poeta inglês William Blake, segundo a qual “se o tolo persistisse na sua tolice, ele se tornaria sábio”. Poucos tolos, na história das ideias, perseveraram o suficiente para atingir a sabedoria.

Para concluir, uma confissão de Roberto Campos a Delfim Netto na Câmara dos Deputados, quando os dois eram deputados federais: “Delfim, eu me arrependo demais. Eu só devia ter estudado Hayek. O resto foi bobagem” (LOZARDO, 2018, p. 283).

3. Lionel Robbins e a metodologia da economia⁵

A importância da Ciência Econômica está no fato de que quando nós nos deparamos com uma escolha entre fins, ela nos permite escolher com plena consciência das consequências daquilo que estamos escolhendo.

Lionel Robbins⁶

Lionel Charles Robbins nasceu em Middlesex, em 22 de novembro de 1898. Em 1923, concluiu o curso de Economia na London School of Economics (LSE) e iniciou sua carreira acadêmica como professor. Tornou-se tutor no New College, em Oxford. Posteriormente, lecionou em sua escola de origem a LSE, lá permanecendo por muitos anos. Mesmo sendo reconhecido por suas contribuições à política econômica, no campo da economia aplicada, Robbins consagrou-se como um dos grandes teóricos da ciência econômica. Faleceu em Londres, em 15 de maio de 1984.

3.1. Lionel Robbins: um economista e um século

O pensamento econômico de Lionel Charles Robbins representa um marco no estudo da metodologia da ciência econômica a partir da publicação, nos anos 1930, do seu conhecido ensaio sobre a natureza da ciência econômica, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. A definição de economia proposta nesta obra, mesmo decorridas tantas décadas desde a sua formulação, continua presente em diversos manuais de Introdução à Economia.

⁵ Este capítulo contou com a colaboração do prof. José Maria Rodríguez Ramos, doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor de História do Pensamento Econômico na Faculdade de Economia da FAAP e de Economia Política Internacional na ESPM.

⁶ ROBBINS, Lionel. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica*, 2012, p. 146.

3.2. Vida

Filho de Rowland Richard Robbins, agricultor que chegou a ser presidente da União Nacional dos Fazendeiros ingleses, Lionel Charles Robbins nasceu na granja de seu pai. Na opinião do filho, o pai foi um homem de fortes ideais, em estilo vitoriano, firme nos princípios, temperado e compassivo na conduta diária. A mãe, Rose Marion, conservava a sensibilidade e hábitos familiares dos ascendentes franceses, que tinham abandonado Paris por ocasião da revolução de 1830.

O início da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, mudou o rumo da vida familiar e de estudante de Lionel Robbins. Por desejo do pai, no verão de 1915, matriculou-se na faculdade de artes do University College, em Londres, onde começou seus estudos. A guerra, entretanto, requeria um número crescente de jovens soldados e Robbins apresentou-se como voluntário.

Alistado como cadete na Artilharia Real após o Natal de 1915, encerrava a sua primeira experiência como estudante universitário. No *front* de combate francês, foi ferido no braço esquerdo e - mesmo desejando continuar combatendo - foi removido e transferido para Londres.

O período posterior ao fim da guerra foi classificado pelo jovem Robbins como de "objetivos confusos". Filiou-se inicialmente ao Grêmio Socialista, em 1919, porém, em pouco tempo, ficou desiludido com o ideário socialista. Concluiu que a liberdade pessoal e a eficiência econômica tinham menores oportunidades de prevalecer em um regime coletivista, de propriedade centralizada, do que no sistema de mercado, sob a bandeira da propriedade privada.

Um encontro inesperado com o pai, em um restaurante, mudou novamente a direção da sua vida. Comentou com o pai que estava procurando emprego para reunir o dinheiro necessário para pagar a matrícula na London School of Economics (LSE). O pai, animado com os bons propósitos do filho, propôs-lhe que aceitasse um cheque no valor dos três anos de curso universitário. Aceita a quantia, no dia seguinte, matriculou-se na LSE. Essa instituição estaria ligada a Robbins até o fim da sua vida.

Na LSE cursou economia e lá lecionou durante 50 anos. Também coordenou um seminário de que participaram diversos professores ilustres, procedentes de

diversos países durante os anos 1930. A vida de Robbins e da LSE se entrelaçaram e misturaram até 1974, época em que deixou a presidência da Congregação da escola. A Biblioteca Central tem seu nome na fachada.

Em 1923, concluiu o curso e iniciou sua carreira acadêmica como professor. Tornou-se tutor no New College, em Oxford. Enquanto desempenhava suas funções nessa instituição, ofereceram-lhe uma vaga para lecionar na sua escola de origem, a LSE, como Professor Senior. Aceitou de bom grado e lá permaneceu como professor até 1961. Era o mais jovem professor titular de Economia do país.

No início de sua atividade acadêmica, a leitura dos economistas austríacos representou um papel importante na sua formação intelectual. Incentivado pelo estudo da obra de Mises, aprofundou-se na tese de que a eficiência econômica e a liberdade são mais facilmente preservadas pelo mercado, por meio da iniciativa privada, do que pelo regime centralizado da propriedade dos meios de produção.

O conjunto dessas influências agiu no sentido de configurar seu pensamento. Apesar de sua resistência em adotar rótulos, ele próprio define-se como "*economic liberal*": liberal em termos econômicos, secundando a tradição liberal britânica, de Hume a Adam Smith, e não na acepção política do termo.

Em 1929, a figura mais destacada da LSE foi Friedrich Hayek. Foi Robbins quem promoveu a introdução do pensamento austríaco. A ele se deve também a vinda de Popper à LSE. Robbins compartilhou com Hayek o ideal de uma sociedade livre, principalmente face aos perigos que o mundo ocidental atravessava nos anos 1930.

Um ano após a sua indicação como professor na LSE, recebeu um convite de John Maynard Keynes - na época já muito conhecido - da parte do primeiro ministro, para participar de um comitê do Economic Advisory Council. O comitê foi encarregado de elaborar um relatório sobre as causas da depressão econômica mundial e apontar soluções econômicas para a crise.

Além de Keynes e Robbins, também participaram do comitê, Henderson, Pigou e Stamp. A discordância de Robbins quanto ao esboço do relatório preparado por Keynes deu origem a uma divisão interna, que terminou com a auto exclusão de Robbins na reunião final do comitê. As matérias que provocaram o desacordo foram a conveniência ou não de aumentar o gasto público em face da

depressão econômica e a política de liberdade para importar. Robbins discordava da política de gastos públicos e defendia o livre comércio. Muitos anos mais tarde, reavaliando as opiniões que defendia naquela época, comentou estar enganado com relação à política de gastos públicos, porém manteve seu ponto de vista quanto à liberdade de importar.

As sequelas das diferenças intelectuais com Keynes não foram muito longe. Semanas depois participaram juntos de diversos comitês executivos em Cambridge. Keynes, apesar de discordar de Robbins, sempre manifestou grande apreço pela coerência intelectual do seu colega de comitê. Em nota de rodapé de *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1985, p. 26), escreve: “o prof. Robbins distingue-se por ser quase o único que continua a defender uma linha consistente de pensamento; as suas recomendações práticas pertencem ao mesmo sistema da sua teoria”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Robbins foi diretor da Seção Econômica do Gabinete de Guerra. A nova ocupação profissional a serviço do interesse público foi profundamente estimulante para ele. Ofereceu-lhe ainda a oportunidade de colaborar com Keynes nas negociações do acordo anglo-americano assinado em 1945. No fim da guerra, participou das conferências de Bretton Woods, que abriram o caminho para a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com o fim do conflito bélico na Europa, inicia-se para Robbins uma nova fase acadêmica. Entre 1946 e 1961, Robbins contribuiu para o despertar do interesse acadêmico pelos economistas clássicos ingleses.

Em 1958, foi surpreendido pela proposta do então primeiro ministro Harold Macmillan. O premiê recomendou o professor da London School of Economics para receber um título de nobreza. Robbins teve assim oportunidade de participar nos debates públicos do Parlamento. Em 1959, passou a integrar a Casa dos Lordes, com o título Barão Robbins de Clare Market.

Uma das mais gratificantes experiências de sua vida pública foi a participação no “Comitê de Educação Superior”, conhecido como Robbins Committee, de 1961 a 1964. Durante esse período, dirigiu os estudos encomendados pelo primeiro ministro para avaliar e sugerir políticas destinadas a aperfeiçoar o sistema de educação superior vigente. O trabalho culminou com a publicação do *Robbins Report on Higher Education*, em outubro de 1963.

Nos últimos anos de vida, além de participar de debates na Câmara Alta, continuou a lecionar na LSE. Exerceu também o cargo de Diretor da Congregação (Court of Governors), entre 1968 e 1974.

Ao sofrer uma queda em 1982, ficou em um estado de semi-inconsciência. Dois anos mais tarde, como consequência de uma nova queda, veio a falecer, em 15 de maio de 1984. O testemunho de todos aqueles que o conheceram pessoalmente é unânime em manifestar a grandeza e nobreza de sua personalidade.

3.3. Obra

Ao longo da sua vida, Robbins publicou 18 livros e dezenas de artigos científicos. Embora tenham por objeto muitos temas, concentram-se nas seguintes áreas: Metodologia da Ciência Econômica; Economia Política; História do Pensamento Econômico e Economia Internacional.

As primeiras publicações correspondem ao período que vai de sua formatura, em 1923, até o início da Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, eminentemente acadêmica, além de artigos e resenhas de livros, destacam-se cinco principais obras. As duas primeiras tornaram-se mais conhecidas: *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (Essay, 1932) e *The Great Depression* (1934). O primeiro livro sintetiza o pensamento do autor sobre a economia à luz de suas experiências como professor.

As outras três obras de maior peso escritas nesse período são: *Economic Planning and International Order* (1937), um ensaio de economia política. *The Economic Basis of Class Conflict* (1939), compendiando uma série de estudos sobre a organização social e, por último, *The Economic Causes of War*, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

O período que vai de 1946 a 1971, data em que escreve a autobiografia, concentra a maior parte de sua produção intelectual. À experiência de professor universitário alia-se, nessa nova fase, o contato direto com a profissão de economista adquirida durante a guerra.

O interesse de Robbins nesse período direciona-se para o estudo da história do pensamento econômico, da economia política e da política econômica.

A passagem da paz para a guerra e dela para uma nova paz, obrigou Robbins a refletir sobre o funcionamento do sistema econômico nessas circunstâncias excepcionais. Finda a guerra, sistematizou o seu pensamento em três conferências publicadas em 1947 que receberam o título *The Economic Problem in Peace and War*. O autor considera o livro uma declaração pessoal de princípios básicos de teoria da política econômica.

Uma de suas obras que lhe proporcionaram maior notoriedade, junto com o *Essay*, tem o título *The Theory of Economic Policy in English Classical Political Economy* (1952). Esse novo livro desmitifica diversos lugares comuns sobre o pensamento dos economistas clássicos ingleses com relação ao sistema de liberdade econômica e ao papel do Estado na economia. Os clássicos – Smith, Hume, Ricardo, J. S. Mill – não defenderam um corpo homogêneo de doutrinas econômicas, entretanto partilhavam dois princípios econômicos básicos: a defesa da propriedade privada e da livre iniciativa.

A principal inspiração intelectual de Robbins na maturidade deriva dos economistas clássicos ingleses. Com eles exprime a sua confiança na propriedade privada e no mercado como meio de promover o desenvolvimento econômico, por meio dos benefícios advindos da livre iniciativa. A sua obra desmitifica a ideia, amplamente divulgada nos meios intelectuais, de que os clássicos ingleses defendiam a não intervenção do Estado nos assuntos econômicos. O Estado, salienta Robbins, apoiando-se neles, desempenha um papel fundamental para garantir o cumprimento da lei. Uma sociedade sem lei degenera em pura anarquia. O Estado também desempenha um importante papel na criação e manutenção de trabalhos e instituições necessários ao bem público.

O liberalismo econômico apoia-se na defesa da liberdade pessoal do indivíduo. A ordem mais conveniente na esfera econômica deve ser aquela que permita maior liberdade na escolha do consumo e da produção de bens. O liberalismo está a serviço dos objetivos ou valores finais da sociedade. Cabe então indagar: Quais são esses valores últimos? Robbins não responde a essa questão. Entretanto recomenda que os economistas políticos ampliem suas pesquisas para tratar dessa esfera.

Um ano depois da publicação desta obra, no início dos anos 1950, teve oportunidade de refletir sobre novos temas econômicos. A convite do Instituto

Brasileiro de Economia, Robbins esteve no Rio de Janeiro para pronunciar seis conferências sobre economia internacional, em julho e agosto de 1953. As conferências foram publicadas na *Revista Brasileira de Economia*, em 1954, e, após serem editadas, foram transformadas no livro *The Economist in the Twentieth Century*, título da primeira apresentação.

Por ocasião da sua participação no Comitê de Educação Superior, nos anos 1960, publicou *The University in the Modern World*, em 1966. Tendo como plateia a Assembleia de Reitores de universidades europeias, Robbins sublinhou a necessidade de oferecer uma formação ampla e profunda, que evitasse a especialização prematura, de modo a não limitar a missão da universidade à instrução especializada, mas abrisse perspectivas mais amplas aos alunos.

Em 1966 Robbins foi convidado para pronunciar um conjunto de conferências no All Souls College. O tema era o desenvolvimento econômico. A compilação dos pronunciamentos foi publicada em forma de livro, com o título *The Theory of Economic Development in the History of Economic Thought*.

Alguns anos mais tarde, em 1971, veio à luz sua *Autobiografia*. Em estilo simples e direto, ao mesmo tempo que culto e preciso, descortina seus pensamentos com o desejo de que a experiência que acumulou ao longo dos anos possa ser útil a outros. Não se atribui “descobertas impressionantes”, porém considera-se um espectador privilegiado do acontecer histórico do século XX, um século marcado por profundas transformações históricas. A publicação da coleção dos discursos proferidos no Parlamento entre 1965 e 1977 teve como título *Against Inflation*.

Em 1980, Robbins torna a enfrentar a questão da educação superior. O ideal universitário e a formação que a Universidade deve proporcionar são o foco do seu novo livro, *Higher Education Revisited*. Nele, insiste mais uma vez na necessidade de proporcionar uma educação voltada não somente para a extensão, mas também para a profundidade do conhecimento.

3.4. Ideias

Uma das principais contribuições de Robbins para a ciência econômica, no início dos anos 1930, foi a definição de ciência econômica. As principais teses

metodológicas que conduzem a essa definição estão no *Essay*, obra que teve duas versões, em 1932 e 1935. As mudanças introduzidas na segunda edição procuraram responder às críticas a que foi submetida a primeira edição. Essas críticas têm a sua origem no positivismo que impregnava os ambientes acadêmicos nos anos 1930.

A economia, segundo Robbins, é a ciência que estuda o comportamento como um relacionamento entre fins dados e meios escassos, que tem usos alternativos, ou mais resumidamente, o estudo do comportamento humano condicionado pela escassez.

As proposições mais fundamentais da análise econômica derivam da teoria do valor, cujo princípio básico consiste em que cada indivíduo atribui um peso diferente a diferentes necessidades e estabelece uma certa ordem entre elas. Essa hipótese é um fato elementar da experiência.

Como harmonizar o método científico com os valores subjetivos do indivíduo? O *Essay* não oferece uma resposta satisfatória para essa questão. O autor apenas acentua que, para a economia, assim como para as demais ciências sociais, a questão relevante não é se os juízos de valor estão corretos, mas se eles são feitos e se são necessários para a explicação causal. A resposta de Robbins é afirmativa.

O *Essay* discute também o caráter científico da economia. Para Robbins, a economia é ciência, porque satisfaz os requisitos exigidos pelas generalizações científicas: as suas proposições estão relacionadas com a realidade e partilham do método científico, isto é, são deduções de hipóteses simples que refletem fatos da experiência real. A experiência utilizada pode ser tanto interna (introspecção) como externa.

Mesmo sem se ocupar diretamente da indução e da dedução na ciência, Robbins admite a necessidade de que o método científico em economia utilize tanto uma quanto outra. Outro aspecto importante do *Essay* consiste na distinção entre as ciências naturais e a economia. As primeiras formulam leis permanentes, ao passo que a economia tem de lidar com o mutável comportamento humano.

Após a publicação do livro, somente alguns artigos de Robbins tratam da metodologia da economia. Em 1981, com o olhar voltado para o passado, ele mani-

festou que seu pensamento tinha mudado pouco em relação àquele que expôs nos anos 1930, embora, sob o influxo de opiniões amplamente generalizadas no meio acadêmico, viesse a aderir ao falsificacionismo no campo da economia positiva, não com relação ao que denominou economia política.

Para encontrar o fio condutor do universo econômico do autor, torna-se particularmente interessante relacionar a obra de Robbins com duas correntes de pensamento: a Escola Austríaca e a tradição dos economistas clássicos ingleses. Em termos metodológicos, as teses austríacas e a de Philip Wicksteed estão na base da estrutura conceitual desenvolvida por Robbins: a economia é uma ciência de meios, não de fins; a economia estuda um aspecto do comportamento humano.

Tal como Mises, Robbins considera que os fins da economia são dados, não sendo competência do economista o seu questionamento. O comportamento humano, em segundo lugar, é intencional: manifesta desejos, aspirações e propósitos intraduzíveis em leis necessárias ou em constantes de conduta. A pessoa humana é um ser inteligente que aprende com a experiência e tem gostos que mudam com o passar do tempo. Esses fatores não obedecem a um padrão suscetível de uma análise exclusivamente racional por parte do economista. Por último, um dos mais importantes pilares austríacos é a teoria subjetiva do valor.

No período que se segue à Segunda Guerra, inicia-se um distanciamento progressivo do pensamento austríaco e uma maior proximidade e afinidade com os economistas clássicos ingleses.

Os princípios que permanecem mais firmemente assentados em Robbins, a partir de 1945, são precisamente aqueles em que os austríacos coincidem com os clássicos ingleses: a defesa da propriedade privada, da livre iniciativa e do mercado regido pelo sistema de preços.

Apesar de Robbins não atribuir a ele mesmo as descobertas inovadoras ou um sistema próprio, seus escritos sobre metodologia foram e ainda são importantes para a ciência econômica. Enunciam três questões fundamentais para o debate metodológico: a economia como ciência social, os limites da economia, e o contato entre a economia e a realidade.

O caráter social da economia é o ponto de partida para uma ciência a serviço

da pessoa humana. A questão dos limites mostra que, embora o fator econômico seja fundamental na análise social, nem todos os problemas sociais são exclusivamente econômicos.

O relacionamento entre economia e realidade envolve duas etapas complementares e interdependentes. Para a formulação de teorias é necessário, em primeiro lugar, estabelecer hipóteses de trabalho dos fenômenos a serem estudados. Essas hipóteses devem ancorar-se no mundo real. Arquitetada a teoria, importa, em segundo lugar, verificar se as previsões ou conclusões correspondem, de fato, à realidade econômica observada. O mundo real desempenha, portanto, uma dupla função insubstituível.

As teorias econômicas, de acordo com Robbins, são deduções de fatos elementares da experiência. Essas deduções são o resultado de um processo elaborado de inferências e de reflexão. Somente uma teoria pode oferecer uma solução para um problema, e unicamente estudos com base na realidade são capazes de conduzir a uma teoria, uma vez que ajudam a testar sua aplicabilidade e sugerem hipóteses para sua elaboração.

Um conselho final de Robbins para os economistas do século XX, por ocasião do 53º aniversário da London School of Economics, pode ser útil também para os economistas do século XXI:

Se estamos para lançar luzes sobre os grandes problemas do nosso tempo, se, mais ainda, de tempos em tempos - tal como os filósofos contemporâneos a Platão - devemos participar do serviço público, devemos estar preparados para ir além do nosso objeto. Devemos estar preparados para estudar não somente princípios econômicos e economia aplicada; devemos estar preparados para estudar muitas outras disciplinas. Devemos estudar filosofia política. Devemos estudar administração pública. Devemos estudar direito. Devemos estudar história. Na ausência de regras de ação, aumenta nossa percepção de caminhos possíveis. Devemos estudar também as obras mestras da literatura universal, essa herança sem preço em que as melhores aspirações da humanidade receberam expressão imperecível.

4. Raúl Prebisch e a contribuição da Cepal

É necessário definir com precisão o objetivo que se persegue através da industrialização. Quando ela é considerada como o meio para atingir um ideal de autossuficiência, no qual as considerações econômicas passam para segundo plano, qualquer indústria que substitua as importações torna-se admissível. Se o objetivo, no entanto, é aumentar aquilo que com acerto se denominou de bem-estar mensurável das massas, é preciso ter em mente os limites além dos quais uma industrialização maior poderia significar uma queda de produtividade.

Raúl Prebisch⁷

Raúl Prebisch nasceu em Tucumán, República Argentina, em 17 de abril de 1901. Em 1923, graduou-se em Economia pela Universidade de Buenos Aires, dedicando-se a partir de então ao ensino e à pesquisa, mas desenvolvendo, paralelamente, uma série de outras funções. Faleceu aos 85 anos, em 18 de abril de 1986, em sua residência, na localidade de El Maqui, no Chile.

4.1. Uma vida bastante produtiva

Poucas pessoas exerceram uma influência tão forte sobre determinada região quanto aquela protagonizada pelo economista argentino Raúl Prebisch no continente latino-americano.

Acumulando durante muitos anos a atividade acadêmica com outras atividades profissionais, Prebisch, foi conquistando respeito e galgando posições nas duas facetas de sua carreira. Na atividade acadêmica, iniciou no ensino e na

⁷ PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. Escrito em 1949, como introdução ao *Estudio económico de la América Latina*, 1948. In BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, 2000, p. 78.

pesquisa assim que se formou em 1923, ocupando a cátedra de Economia Política na Universidad Nacional de Buenos Aires até 1948. Nas outras funções, foi subdiretor do Departamento de Estatísticas da Argentina (1925-1927), diretor de investigações econômicas do Banco de la Nación Argentina (1927-1930), subsecretário da Fazenda e Agricultura (1930-1932) e conselheiro dos ministros da Fazenda e Agricultura (1933-1935). Foi um dos fundadores e primeiro diretor geral do Banco Central de la República Argentina, onde permaneceu de 1935 a 1943.

Depois de passar alguns anos dedicando-se exclusivamente à pesquisa e à atividade universitária (1943-1948), Prebisch teve uma rápida passagem pelo Banco Central do México antes de ingressar como secretário na Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal), da qual foi designado secretário executivo em 1950, cargo que ocupou até 1963.

Em realidade, Raúl Prebisch, com o prestígio de que já desfrutava na época, foi um dos responsáveis pela própria criação da Cepal por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), com o argumento de que era necessário criar um organismo capaz de interpretar a realidade latino-americana com as próprias peculiaridades, já que até então as análises e propostas para a região não diferiam daquelas adotadas na Europa e nos Estados Unidos, cujo padrão de desenvolvimento era, evidentemente, bastante distinto.

Em maio de 1962, Prebisch foi designado diretor geral do Instituto Latino-americano de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social (ILPES), estabelecido em Santiago sob a égide da Cepal, com assistência financeira do Fundo Especial das Nações Unidas e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 1963, Prebisch renunciou ao cargo de secretário executivo da Cepal para assumir a Secretaria Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), por designação do então secretário geral da ONU, U. Thant, designação confirmada por unanimidade pela Assembleia Geral, em 10 de fevereiro de 1965.

Em 1973, Prebisch foi designado assessor especial do secretário geral da ONU e subsecretário geral das Nações Unidas para assuntos econômicos e sociais e, um ano depois, assumiu a responsabilidade das operações de emergência da ONU a favor dos países em desenvolvimento mais gravemente afetados pela crise econômica.

4.2. Elevada resistência

Quem vê, hoje em dia, o vasto material produzido pela Cepal e o enorme volume de referências feitas a seus trabalhos, pode ficar com a falsa impressão de que a instituição já nasceu forte e prestigiada.

Ledo engano.

A Cepal teve de enfrentar, de início, um elevado grau de resistência, típica de uma instituição que ousa questionar as ideias dominantes, sendo, por isso mesmo, considerada herética por algum tempo.

Celso Furtado refere-se a esse aspecto da seguinte forma, no livro *O capitalismo global* (1999, p. 12-13):

Dentro ou fora das instituições universitárias, o trabalho de vanguarda sempre enfrentou resistências. Quando a Cepal surgiu, foi algo tão inusitado que a reação foi de perplexidade. A verdade é que também nas agências das Nações Unidas praticavam-se várias formas de censura. Certos temas eram proibidos veladamente. Desqualificava-se um trabalho com a alegação de que era matéria "ideológica". Mas criou-se um clima nessa instituição singular, graças à liderança do economista argentino Raúl Prebisch, que tornou possível a emergência de uma visão nova da realidade latino-americana e, de maneira exemplar, da brasileira. Foi quando ficou claro que nosso país, que tanto atraso havia acumulado, possuía um caminho de acesso à modernidade, que era o da industrialização. Dentre os países da América Latina, o Brasil era o que apresentava melhores condições para industrializar-se, e, talvez por isso, fosse o que mais se ressentisse de não ter buscado esse caminho mediante uma política explícita. Mas quando, no segundo governo Vargas, fez-se essa opção, o processo se intensificou e logo ganhou complexidade, assumindo posição de vanguarda no quadro latino-americano.

Um fato, porém, tornou-se logo evidente: a criação da Cepal e a influência que ela exerceu num curto espaço de tempo nos países latino-americanos significaram, ao mesmo tempo, o aparecimento de algo novo e um estímulo muito grande ao debate e à discussão de ideias, agitando o ambiente até então restrito às posições extremadas do conservadorismo, à direita, e ao marxismo, à esquerda.

Também para esse aspecto, Celso Furtado (1999, p. 18-19), chama a atenção:

Quando li o primeiro trabalho preparado por Prebisch - que passou a ser referido como o *Manifesto* - pensei comigo: “temos agora a alavanca de que estávamos precisando para demover as grandes resistências que enfrentamos no Brasil”. Pus-me imediatamente em ação traduzindo para o português o texto, que foi publicado no Brasil antes de circular como documento oficial das Nações Unidas. Mais ainda: consegui inserir o trabalho na prestigiosa *Revista Brasileira de Economia*, *chasse gardée* do professor Gudin. A reação não se fez esperar. A Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, onde pontificavam os mestres do liberalismo tupiniquim sob a direção do prof. Gudin, convidou uma série de sumidades do pensamento econômico conservador mundial para virem ao Brasil restaurar a “boa doutrina”. E assim tivemos a oportunidade de conhecer Lionel Robbins, Samuel Viner e muitos outros astros. Tratava-se de limpar o ambiente intelectual dos miasmas cepalinos. Esse esforço serviu para chamar a atenção para o assunto. Se o conservadorismo estava se defendendo com tanto empenho, é porque havia ideias novas na praça. As novas ideias eram simples, intuitivas: o grande atraso que acumuláramos podia ser corrigido se adotássemos uma política voluntarista de industrialização. Isso requeria reciclagem da classe dirigente. Até hoje não se esclareceu como se deu essa mutação no Brasil, mas é fora de dúvida que tiveram importância a prolongada Depressão dos anos 1930 e os transtornos trazidos ao comércio internacional pela Guerra Mundial.

A seriedade da instituição, que se deve em grande parte à qualidade de seus quadros de pesquisadores e de funcionários, fez com que essa resistência inicial fosse se amainando, até desaparecer quase por completo, sendo substituída por um sentimento de respeito e admiração, pelo menos para uma parcela considerável de estudiosos e analistas.

Para isso, foi necessário um contínuo processo de reciclagem e atualização, de tal forma que uma análise histórica da Cepal, mesmo superficial, deve considerar pelo menos algumas fases claramente distintas, como se verá logo adiante, no tópico 4.4.

4.3. Saldo altamente positivo

Da Secretaria Executiva da Cepal e, posteriormente, como secretário geral da Unctad, Prebisch promoveu uma série de ideias que influenciaram no pensamento e na ação da América Latina e dos países do Terceiro Mundo, no que se refere a suas estratégias e políticas de desenvolvimento econômico e social. Entre as diversas conquistas, cabe destacar o fato de ter chamado a atenção da comunidade internacional a favor de uma mudança significativa de atitudes quanto às relações dos países desenvolvidos com as nações em desenvolvimento, assim como as modificações substanciais nos esquemas tradicionais da divisão internacional do trabalho. Essas ideias-força exerceram influência sobre os movimentos de integração regional e promoveram o surgimento de instituições formais, tais como o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Da Unctad, Prebisch impulsionou um processo de negociações entre os países ricos e pobres, além de ter estimulado a evolução de novos enfoques da diplomacia multilateral para o desenvolvimento.

Diante do exposto, parece não restar qualquer dúvida sobre a influência de Prebisch, principalmente no período em que esteve à frente da Cepal. De acordo com Leopoldo Solís (1989, p. 22-23):

Es difícil imaginar que, sin la dirección de Prebisch, la comisión hubiese tenido el impacto que efectivamente tuvo. Su tesis sobre el deterioro de los términos de intercambio abrió una inmensa veta para los investigadores económicos de todas las ideologías. Prebisch fue, además, un pensador original: cinco años antes de que Arthur Lewis publicara su famoso artículo sobre *Desarrollo económico con oferta ilimitada de mano de obra*, él había adelantado una idea similar en *El desarrollo económico de América Latina* (1949).⁸

⁸ É difícil imaginar que, sem a direção de Prebisch, a comissão tivesse o impacto que efetivamente teve. Sua tese sobre a deterioração dos termos de intercâmbio (ou de troca) abriu uma imensa brecha para os investigadores econômicos de todas as ideologias. Prebisch foi, ademais, um pensador original: cinco anos antes que Arthur Lewis publicasse seu famoso artigo *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra*, ele havia adiantado uma ideia similar em *El desarrollo económico de América Latina* (1949). (Tradução do autor)

Sua contribuição, no entanto, vai muito além. Prossegue Solís, em seu ensaio *Raúl Prebisch em Cepal: Años de Esfuerzo Intelectual Creativo* (1989, p. 23):

Prebisch fue el inspirador originario de muchas de las tesis que posteriormente serían consideradas típicamente cepalinas. Fue, además, el maestro de varias generaciones de economistas que prosiguieron su tarea y que crearon toda una escuela de economía latinoamericana. Fue más que un economista brillante, un visionario intelectual en el más amplio sentido de la expresión.⁹

Como bem observou Nelson Rodrigues, “toda unanimidade é burra”. Isso se aplica também a Raúl Prebisch, uma vez que nem todos consideram a validade de suas proposições uma unanimidade absoluta.

Ouso dividir aqueles que têm uma visão crítica sobre a contribuição de Raúl Prebisch em dois grupos. O primeiro, mais reduzido, que se opõe integralmente às suas ideias, considerando negativa, por princípio, qualquer proposta favorável a uma intervenção mais ativa do Estado na economia. São os liberais de corte mais radical. O outro, que reconhece a validade de suas ideias, mas que aponta erros na transposição da teoria para a ação, identificando uma série de desvios na execução das políticas econômicas inspiradas nas ideias de Prebisch - e da própria Cepal. Entre estes últimos, a crítica predominante diz respeito ao elevado grau e à duração prolongada da proteção concedida às empresas locais, responsáveis, segundo eles, pela perda de competitividade de importantes setores de suas economias.

Leopoldo Solís (1989, p. 23) não deixa de se referir a esses aspectos críticos à contribuição de Prebisch:

Paradójicamente, no obstante [ser un economista brillante, un visionario intelectual en el más amplio sentido de la expresión], la gravitación de su figura tuvo importantes impactos desfavorables sobre la evolución de nuestras economías y sobre el pensamiento económico de respetados

⁹ Prebisch foi o inspirador original de muitas das teses que posteriormente seriam consideradas tipicamente cepalinas. Foi, além disso, o maestro de várias gerações de economistas que prosseguiram sua tarefa e que criaram toda uma escola de economia latino-americana. Foi mais que um economista brilhante, um visionário intelectual no mais amplo sentido da expressão. (Tradução do autor)

centros académicos de América Latina. Prebisch insistió, en sus escritos, en la incapacidad de la teoría neoclásica para entender el mundo económico en desarrollo. Esta desconfianza influyó decisivamente sobre muchos jóvenes economistas de la periferia... que, a diferencia de Prebisch, dejaron de preocuparse de lo que estaba ocurriendo en los círculos académicos del centro. Este descuido tuvo repercusiones importantes.¹⁰

O fato de muitos economistas latino-americanos terem adotado uma posição visceralmente contrária ao crescimento voltado para fora e de não terem compreendido os perigos do protecionismo se deveu, em grande parte, à atitude desdenhosa de Prebisch para com a teoria neoclássica. Advertência nesse sentido foi feita por June Flanders, em dois textos publicados em 1964, um pela *Economic Development and Cultural Change*, e outro pelo *The Economic Journal*.

Leopoldo Solís (1989, p. 24), a esse respeito, conclui da seguinte forma:

A un cuarto de siglo de distancia, los pronósticos pesimistas de June Flanders respecto de las perspectivas de la sustitución de importaciones se han cumplido. Hoy resulta evidente que las naciones que decidieron adoptar patrones de crecimiento económico orientados hacia afuera han registrado tasas de crecimiento más elevadas y han enfrentado más exitosamente los shocks externos que los países que decidieron crecer hacia adentro.¹¹

Conclusão nesse mesmo sentido é assumida pelo prof. Eduardo Giannetti, num texto elaborado em 1991 para um seminário promovido pelo Grupo das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCEs).

Em contraste com o que ocorria nas décadas de [19]50 e [19]60, o consenso que se verifica atualmente entre os teóricos do desenvolvimento

¹⁰ Paradoxalmente, não obstante [ser un economista brillante, un visionario intelectual no mais amplo sentido da expressão], a gravitação de sua figura teve importantes impactos desfavoráveis sobre a evolução de nossas economias e sobre o pensamento econômico de respeitadas centros académicos da América Latina. Prebisch insistiu, em seus escritos, na incapacidade da teoria neoclássica para entender o mundo econômico em desenvolvimento. Essa desconfiança influiu decisivamente sobre muitos jovens economistas da periferia... que, diferentemente de Prebisch, deixaram de preocupar-se com o que estava ocorrendo nos círculos académicos do centro. Este descuido teve repercussões importantes. (Tradução do autor)

¹¹ Passado um quarto de século [o texto é de 1989], os prognósticos pessimistas de June Flanders a respeito das perspectivas da substituição de importações se cumpriram. Parece evidente, nos dias de hoje, que as nações que decidiram adotar padrões de crescimento econômico orientados para fora registraram taxas de crescimento mais elevadas e enfrentaram de forma mais exitosa os choques externos que os países que decidiram crescer para dentro. (Tradução do autor)

é que o modelo de promoção das exportações, adotado pelos chamados “Tigres Asiáticos”, como a Coreia do Sul e Taiwan, é vastamente mais eficiente e promissor do ponto de vista do crescimento do que o modelo de substituição de importações perseguido por países como o Brasil e a Índia. Enquanto a industrialização via substituição de importações remou CONTRA o mercado, criando verdadeiras “plantas de estufa”, que sobrevivem em relação simbiótica e parasitária com o Estado, a estratégia de promoção das exportações trabalhou A FAVOR do mercado, permitindo a inovação tecnológica e a obtenção de ganhos de produtividade associados à divisão do trabalho e especialização (GIANNETTI, 1991, p. 5-6).

4.4. Histórico da Cepal: evolução contínua

A Cepal notabilizou-se basicamente por três grandes ideias: (i) a divisão do mundo em centro e periferia; (ii) a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio; (iii) a defesa da industrialização pela via da substituição das importações.

A primeira das grandes ideias propõe que os países desenvolvidos, que, com a divisão internacional do trabalho, se especializaram na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital, deveriam ser chamados de centrais; já os países não desenvolvidos - subdesenvolvidos e em desenvolvimento -, que se especializaram na produção de produtos primários, em especial alimentos e matérias-primas, deveriam ser chamados de periféricos,

A segunda grande ideia, que complementa a primeira, afirma que, como os preços dos produtos industrializados (produzidos pelos países centrais) e os preços dos produtos primários (produzidos pelos países periféricos) evoluíram de forma assimétrica, os países periféricos foram obrigados a produzir (e exportar) quantidades cada vez maiores de bens primários para continuar a importar o mesmo volume de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Tal situação, estendendo-se no tempo por longos períodos, resulta num processo de transferência de renda e de riqueza dos países periféricos para os países centrais. Esse mecanismo tornou-se conhecido como “deterioração dos termos de intercâmbio” ou “deterioração das relações de trocas”.

A terceira grande ideia, que, por sua vez, é consequência das duas primeiras, propõe que os países periféricos adotem um processo de industrialização com base num programa de substituição das importações, ou seja, produzir gradativamente, por meio de indústrias locais, os bens de consumo duráveis e os bens de capital que até então costumavam importar dos países centrais.

Raúl Prebisch, num texto de 1949, reproduzido no primeiro volume do livro *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, focaliza bem esse conjunto de ideias:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente.

Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais.

Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial (PREBISCH, 1949, apud BILSCHOWSKY (org.), v. I. 2000, p. 71).

Esse processo de industrialização seria comandado pelo Estado e, no Brasil, teve as seguintes características, segundo descrição do prof. Giannetti (1991, p. 4):

As políticas implementadas na época centraram-se na atração de capital externo de risco e na proteção de mercado para as indústrias estabelecidas no território nacional, montando-se a partir daí a estrutura fortemente protecionista que, com modificações mais ou menos profundas, perdura até hoje [1991]. A intervenção estatal, via proteção e crédito interno, promoveu grandes transferências de renda extramercado para os setores industriais que se desejava estimular. Os recursos para os programas vieram basicamente da “poupança forçada”, gerada pela expansão monetária e pela inflação não antecipada, com pouca participação de fontes externas.

A Cepal, porém, não ficou parada no tempo. Seguiu, com seu corpo permanente de pesquisadores, tanto na sede em Santiago do Chile, como nos diversos escritórios regionais, acompanhando o desenvolvimento da América Latina, não deixando jamais de levar em consideração as particularidades de cada país, seja da parte continental, seja do Caribe.

Com base nesse contínuo trabalho de investigação e pesquisa, a Cepal tem produzido relatórios e livros que se constituem, sem qualquer sombra de dúvida, em algumas das mais brilhantes referências para quem quiser conhecer a evolução econômica, política e social da região sob sua responsabilidade. Exemplo disso é excelente trabalho organizado por Ricardo Bielschowsky, em dois volumes, intitulado *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. A resenha inicial, do próprio Bielschowsky, afirma ser possível identificar cinco fases na obra da instituição. De acordo com ele (2000, v. I, p. 18):

As fases tiveram duração de aproximadamente um decênio, cada [...], acompanhando de perto a evolução histórica da região latino-americana.

As cinco fases são:

- a) Origens e anos 1950: industrialização;
- b) anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;
- c) anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;
- d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”;
- e) anos 1990: transformação produtiva com equidade.

4.5. O final

Mesmo tendo levado uma vida de trabalho intenso, combinando atividades acadêmicas com outras atividades profissionais, primeiro na Argentina e depois em outros países, além das incontáveis viagens para participar de eventos em todo o mundo, Prebisch revelou sempre grande paixão pelos prazeres da vida.

Por essa razão, encerro o capítulo a ele dedicado reproduzindo o último parágrafo da monumental biografia *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*.

Em 6 de abril de 1986, Prebisch deixou Buenos Aires para uma conferência em Ottawa, organizada por David Pollock. Os alunos ouviram seu ataque ao capitalismo imitativo, ficaram maravilhados com o tempo que lhes dedicou e se espantou com seu consumo incomum de vinho tinto no almoço e no jantar. Ele então partiu para a Conferência da Cepal na Cidade do México, onde fez um discurso animado. Mas pegou um resfriado na friagem de abril em Ottawa e no México. Voltou para El Maqui em 17 de abril, um domingo, parecendo cansado. Foi para a Cepal no dia seguinte dirigindo sua Mercedes branca para trabalhar o dia inteiro na revista, voltando para jantar às 17h30 e passear com Adelita pelo jardim, apreciando um aperitivo - uísque para Raúl, xerez para Adelita -, enquanto o Sol se punha por trás das montanhas. Recolheu-se cedo para ler o novo romance de Isabel Allende, *A casa dos espíritos*, uma saga familiar multigeracional de grandes crimes e generosidade, amor pela terra, fortunas feitas e perdidas, onde os que mais se esforçavam eram os primeiros a serem traídos o retrato de uma América Latina de poder e vitalidade, de beleza e perdão. Desligando a luz, Raúl olhou para Adelita e disse: “Que grande livro!” E sorriu, dirigindo-se para o descanso eterno às 2h15 da manhã (DOSMAN, 2011, p. 569).

5. O questionamento de Georgescu-Roegen¹²

A mecânica clássica é mecanicista porque não consegue dar conta nem da existência de mudanças qualitativas perenes na Natureza nem aceitar a existência de um fato independente. A Mecânica admite apenas locomoção, e esta é simultaneamente reversível e isenta de qualidade. Este mesmo pano de fundo foi instituído na Economia Moderna pelos seus fundadores, como no testemunho de Jevons e Walras, cuja maior aspiração era criar uma Ciência Econômica segundo o exato padrão da Mecânica.

Nicholas Georgescu-Roegen¹³

Nicholas Georgescu-Roegen nasceu em Constança, Romênia, em 4 de fevereiro de 1906. Matemático e estatístico, argumentou que a escassez econômica tem fundamento na física e foi um dos primeiros economistas a adotar a premissa de que todos os recursos naturais são irreversivelmente degradados quando colocados em uso na atividade econômica. Radicado nos Estados Unidos, faleceu em Nashville, no Tennessee, em 30 de outubro de 1994, aos 88 anos.

5.1. Georgescu-Roegen: um conservador conservacionista

Poucos economistas do século passado tiveram a legitimidade ortodoxa de Georgescu. Matemático consagrado, estatístico emérito, trouxe contribuições notáveis em várias áreas da economia neoclássica, da Teoria do Consumidor, da

¹² Este capítulo contou com a colaboração de Luis Paulo Rosenberg, PhD em Economia, foi professor da FGV, UnB e ITA. Visiting Professor na Vanderbilt University. Como ex-aluno e assistente de Georgescu-Roegen, julguei ser a pessoa perfeita para escrever este capítulo.

¹³ Extraído da introdução de *The Entropy Law and the Economic Process*. Tradução de Luis Paulo Rosenberg.

Firma até o Equilíbrio Geral. Era um intelectual tipicamente europeu, com sólida formação humanística, profundo conhecimento filosófico e que se movimentava confortavelmente na Química e na Física. Um baluarte do *mainstream*, que teve uma epifania e se deu conta do muito de errado que nossa profissão vinha praticando e partiu para uma jornada grandiosa, alertando e propondo rotas alternativas de pensamento, que acabaram colocando-o entre os mais legítimos propulsores da defesa dos recursos naturais.

Ter tido o privilégio de estudar com Georgescu foi uma experiência intelectual inesquecível. Esse romeno rabugento, anticomunista enraivecido e crítico impiedoso de seus alunos, mantinha-nos embevecidos não só com sua mente analítica sem fricção, mas, principalmente, com uma didática que tornava trivial os mais complexos pensamentos. Apenas dois alunos, nas décadas em que lecionou na Vanderbilt University, tiveram a resiliência emocional para aguentá-lo como orientador de tese (um deles, o professor Ibrahim Eris, a quem agradeço por críticas a este capítulo).

Fui seu aluno e depois seu professor-assistente, no começo dos anos 1970, logo após a publicação de seu livro sobre a segunda lei da entropia, que chamaremos de *Entropy* neste capítulo (GEORGESCU-ROEGEN, 1971). Além de conduzir um curso magistral de Estatística na pós-graduação (infelizmente, jamais transformado em livro), ele aceitava um grupo muito reduzido de alunos para participar de um seminário sobre sua obra. Durante dois semestres, passei cerca de 15 horas semanais lendo, debatendo e sendo arguido sobre o tema; poucas vezes recebi um volume tão rico de informações e de instrumental analítico.

O que vou tentar, nestas poucas páginas, é despertar no leitor a motivação para se enfrontar nos ensinamentos do Mestre. Prefiro sacrificar o rigor formal por uma linguagem mais coloquial. Usando uma imagem dele, me comportarei “como um guia do Louvre, conduzindo um grupo a observar apenas o acervo mais significativo, em um *tour* de apenas uma hora”.

Georgescu carregava uma grande mágoa: sentia-se injustiçado por não ter recebido um Nobel. Sabia que, com sutileza analítica, tinha derivado a Teoria do Consumidor sem depender da função de utilidade, antes do que Samuelson e sua Teoria da Preferência Revelada. O próprio Samuelson reconhecia em Georgescu a

sofisticação intelectual de um pensador completo. Para ele, Georgescu era o economista dos economistas. A amargura que Georgescu carregava só foi ser mitigada pelo sucesso de seu *Entropy*, na última fase da vida. Ironia do destino fazê-lo guru dos bichos-grilos ambientalistas, depois de ele ter-se alinhado doutrinariamente sempre com a elite, meritocrático exacerbado, refratário a causas sociais.

A primeira obra notável de Georgescu é sua coletânea *Analytical* (GEORGESCU-ROEGEN, 1965), textos densos e cristalinos ao mesmo tempo. Nela, são cobertos tópicos como os fundamentos da Economia Agrícola, a essência da Matriz de Insumo Produto de Leontief e a contraprova do profetizado colapso do capitalismo. Uma mente mobilizada para qualquer desses temas terá horas de devaneio lendo a obra, conduzido pelo rigor analítico do Autor.

Do ponto de vista estritamente teórico, suas incursões nos modelos dinâmicos lineares, na função de produção e critérios de otimalidade do equilíbrio geral, são capítulos que demandam robustez matemática do leitor. Destaque para a matéria sobre a Teoria do Consumidor, certamente o ponto alto, sob o prisma de preciosidade analítica.

Mas, até aí, o deslumbramento com a leitura é calcado na reverência perante uma mente analítica perfeita. É o prazer que decorre de se estar exposto à utilização monumental do que a fronteira do conhecimento econômico tem a oferecer, quanto a instrumentos, raciocínios lógicos e aparelhamento pedagógico. Um exercício em virtuosismo intelectual sem falhas, produto da mente do cientista dos cientistas.

O Georgescu dos capítulos do *Analytical* é um ponto fulgurante na curva do conhecimento econômico. Dos mais brilhantes, sem dúvida, mas um ponto na curva. O que vai imortalizá-lo é sua visão revolucionária do que constitui o processo econômico: a aceleração da transformação de energia utilizável em energia gasta, dispersa, para gerar o desfrute da vida.

É importante enfatizar que os fundamentos sobre os quais o novo enfoque econômico de Georgescu será erigido estão lançados no primeiro terço do *Analytical*. Por exemplo, a crítica de que a veneração pela Mecânica tirou a Economia do seu rumo correto: colocar a Termodinâmica como balizadora da sua evolução.

Logo no começo do *Analytical*, Georgescu rememora a Primeira Lei da Termodinâmica, a popularizada “no mundo, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Um bálsamo, quando entendida superficialmente, quase uma garantia de que a humanidade vive em um autêntico útero, protegida contra vazamentos, blindada contra destruições perversas, simplesmente convivendo com mudanças. Pano de fundo perfeito para um mundo mecânico, iconizado pelo pêndulo: fenômenos vão e voltam, repetem-se, até se perpetuam, o que era voltará a ser, ou será para ser outra vez, intacto, integro, preservado.

A Primeira Lei é a madrinha da Mecânica regendo a Economia. Veja o caso dos deslocamentos da oferta e da procura, por efeitos de crescimento de renda ou frustração de safras. No primeiro caso, a curva de demanda salta para a direita e produz um novo equilíbrio, com maiores preço e quantidade, dependendo das elasticidades. No caso da frustração de safra, a de oferta pula para a esquerda, restringindo quantidade e elevando o preço de equilíbrio. Estática-comparativa e equações dinâmicas são incorporadas ao conhecimento econômico, sem abalo da fé na concepção mecânica.

Mas no mesmo fôlego com que recorda a Primeira Lei, Georgescu nos expõe à Segunda Lei da Termodinâmica: movemo-nos inexorável e inapelavelmente para a maximização da entropia do Universo. Entenda “entropia” como um índice de energia já utilizada, em contraponto à energia livre, capaz de ser mobilizada para gerar movimento ou calor. O que a Segunda Lei nos assegura é que existe um movimento direcional de transformação de energia “nova” em “usada”, independentemente de ficarmos chateados com ela, impossível de ser evitada. Note a gravidade desta postulação: o romeno taciturno está chamando nossa atenção para uma realidade profundamente desconfortável: o mundo está a cada dia ficando pior, mais pobre de recursos naturais, mais abundante em resíduos desgastados e não há força ou saber humano capaz de impedir essa decadência. E o dramático é saber que a entropia continuaria avançando, mesmo que o mundo todo fosse habitado por bichos-grilos, ecologistas fanáticos que zelassem pelo meio ambiente religiosamente, submetessem o processo produtivo aos mais rígidos padrões preservacionistas, lançassem anátema contra o consumo conspícuo e só se utilizassem das próprias pernas como meio de transporte.

Repare no petardo dessa lei sobre o enfoque mecanicista da Economia. Nossos tratamentos microeconômicos perdem aderência à prioridade máxima de bem alocar recursos, apesar da elegância da teoria do consumidor, da plasticidade da função de produção e da compreensão dos mercados perfeitos, imperfeitos, das teorias dos jogos, dos cartéis ou do monopólio. O Universo vendo suas riquezas se exaurindo, antes mesmo que o *homo economicus* intervenha, e nós nos espojando em modelos mecânicos? Quando nada, deveríamos ser taxados de alienados, lidando com modelos de uma sofisticação matemática invejável, alheios ao maior desafio enfrentado pela Economia: a despeito de quaisquer avanços tecnológicos, a escassez de recursos é crescente, estúpido!

Quando um barbudinho de universidade de segunda linha afirma que *deficit* da Previdência (cuja própria existência ele rejeita) é irrelevante para a política econômica, uma gargalhada complacente é o máximo de que se necessita para seguir modelando. Porém, quando André Lara Resende nos conclama a avaliar se faz sentido o lema tupiniquim de que “canja de galinha ou juro alto não faz mal a ninguém”, a missão de digeri-lo fica bem mais complicada. E o leitor já reparou como é geralmente um baluarte do modelo velho que aponta as virtudes do novo? É exatamente o que se passou com Georgescu e a Segunda Lei, ao ele apontar, há quase 70 anos, que o rigor neoclássico trazia as respostas corretas às perguntas erradas.

O dedicado estudante de Microeconomia, que se deu ao agradável trabalho de ler os *Principles*, (publicados por Marshall, originalmente, em 1890), há de se lembrar de uma situação semelhante. Quase ao descer as cortinas da sua monumental obra, em que as funções de comportamento levam e trazem equilíbrios como se no vácuo operassem, Marshall recorda o conceito de histereses: fenômeno que faz com que o efeito de uma ação sobre um corpo permaneça irreversível, a despeito de ter sido posteriormente eliminada. Vale-se do exemplo de uma barra de ferro que, uma vez imantada, jamais deixará de sê-lo. Quase uma nota de rodapé sincera, a abalar todo o castelo mecânico que construiu nas 800 páginas anteriores: a curva de demanda de um indivíduo por um fim de semana no Rio permanecerá a mesma, depois de ele ser vítima de um arrastão? No *Analytical*, Georgescu faz também um ato de contrição, na passagem da Mecânica para a Termodinâmica,

cujo traço dominante é a Mudança em vez da Reversão. Ele propõe que se mude o foco das propriedades da Matéria, atemporal, por meio da introdução da dimensão Tempo. Não há mais o ir e vir gratuito da Mecânica: depois do momento na linha do tempo em que ocorre a Mudança, a volta pode ser inacessível. Georgescu sai da Física para a Economia e recorre a histereses para o caso de inovações tecnológicas, como que a antecipar o I-Phone, cuja descoberta alterou a produção e o comportamento do consumidor da comunicação móvel para sempre.

Recordemos também o Mestre Camões, outro exemplo de profeta que faz a crítica contra a própria Missão a que se propôs. O leitor dos *Lusíadas* terá se embevecido com a riqueza de linguagem e paixão com que seu autor louva as conquistas do povo português, nos dez cantos inesquecíveis, pico da nossa literatura. Pois a horas tantas, na estrofe 94 do Canto IV, no bojo da descrição que Vasco da Gama faz ao mouro no poder das conquistas gloriosas dos portugueses, ele relata o episódio da partida de sua esquadra, da praia do Restelo, em Belém, quando um velho alquebrado roga imprecações dirigidas aos heróis embarcando, criticando a sanha conquistadora do seu povo e a vaidade mesquinha embutida na sede de vitórias:

Deixas criar às portas o inimigo,
 Por ires buscar outro de tão longe,
 Por quem se despovoe o Reino antigo,
 Se enfraqueça e se vá deitando a longe?
 Buscas o incerto e incógnito perigo
 Por que a fama te exalte e te lisonge,
 Chamando-te senhor, com larga cópia,
 Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia?

O fato é que a elegância do material clássico, matematicamente esbelto, apresentado no *Analytical*, ofuscou a dramaticidade do que Georgescu apresentava nos capítulos iniciais do livro. Exposta de forma discreta, solene, imparcial, a sugestão de que a Economia estava focando no acessório e não no principal pouco repercutiu na comunidade, como o Mestre desejava. Cinco anos após, ele volta com o míssil *Entropy*. Sem perda do rigor analítico, o livro assume um tom mais incisivo, mais pedagógico. O recado agora é quase explícito, algo como: *colegas*,

mesmo que tratássemos a Mãe Natureza com o respeito e carinho desenvolvido por gerações de indígenas, a Segunda Lei sozinha estar-se-ia encarregando de acabar com o Mundo, enquanto habitat para seres vivos. Se é verdade que a lei é inexorável, também é fato que, com tecnologia, regulamentação e consciência ambiental poderemos retardar o processo de conversão de energia livre, produtiva, em energia gasta, morta. Vamos, pois, afastarmo-nos um pouco do preciosismo aplicado em sofisticados modelos matemáticos, de relevância duvidosa, e focarmos na missão de prorrogar a experiência humana na Terra.

A dedução de que estamos em marcha batida para o colapso ecológico é uma obra de arte, cujos principais passos vamos percorrer, na certeza de que o leitor irá ao *Entropy* para desfrutar da clareza e do rigor expositivo.

Tudo começa com o conceito de função de produção, o catálogo de combinações eficientes de fatores para gerar níveis de produção. Sua expressão tradicional

$$Y = f(x, y, z, w, t)$$

onde y é produto e os demais símbolos, insumos, máquinas, galpões, tecnologia, tempo, uma feijoada de conceitos imiscíveis.

Sua crítica inicial é quanto à não diferenciação, entre os fatores, dos fluxos e dos fundos: areia é um fluxo de matéria-prima entrando no processo produtivo; a caldeira é um estoque (um fundo), que permanece no processo, transformando os insumos. Georgescu dispara então contra a atemporalidade da função de produção tradicional. Ele lembra que sem a dimensão tempo, não há como lidar com produção. Mas não o tempo como mais um insumo, em pé de igualdade com o aço e o óleo lubrificante, e sim na forma nobre de senhor de todos os fenômenos. Então, para cada fator, seja fluxo ou fundo, há uma função ligada ao tempo, indicando como cada um colabora na geração do produto. Ou seja, não há uma função de produção e sim uma funcional de produção, que congrega as funções de utilização de cada fator, definidas no tempo para estabelecer as formas eficazes de se gerar produto. Se vários desses processos produtivos puderem ser acionados em paralelo, otimizando a utilização contínua dos fundos, como o estoque de máquinas ou o de mão de obra, teremos então uma operação eficiente. Porém, enquanto a concepção clássica de produção atemporal com fatores divisíveis permite que a eficiência seja possível para qualquer nível de produto, na funcio-

nal de Georgescu, com dimensão tempo e tratamento diferenciado entre fluxos e fundos, otimalidade exige plena utilização dos estoques, que dependem da existência de níveis de demanda suficientes para absorver o fluxo otimizado de produção. Foi então para o ralo a elegante separação das Teorias do Consumidor e da Firma, já que a otimização do caminho de expansão perde a independência em relação ao fluxo de demanda. E Georgescu vai às origens da nossa Ciência, ao lembrar que o objetivo primário da atividade econômica é a autopreservação da espécie humana, o que exige a satisfação das necessidades básicas. Entretanto, o conforto fabuloso e o luxo extravagante alcançados fazem-nos esquecer que somente as necessidades puramente biológicas são indispensáveis à sobrevivência. E conclui, ironicamente: “algo que o pobre não tem tido motivo para esquecer”.

A ligação entre a funcional de produção e a destruição desenfreada de recursos produtivos fica penalizada pela Segunda Lei: toda a atividade econômica alimenta-se de baixa entropia, recursos livres, prontos para serem utilizados. E é indispensável flagrar a diferença entre o carvão e a terra, enquanto riqueza econômica. O carvão é energia livre, apto a fazer parte da geração de produto, enquanto se transforma em energia gasta, cinzas, aumentando a entropia do Universo. Já a terra tem seu valor econômico encorpado por funcionar como rede de absorção da única forma de energia livre, inesgotável no horizonte relevante: a solar. Carvão e terra são escassos, por isso têm preço. Mas a terra, além de não poder ser produzida, vale pela capacidade de perpetuar o fluxo de energia livre disponível. E aos que pensam burlar a Segunda Lei, por meio da transformação de florestas em carvão, de forma a manter sempre disponível o estoque desse produto, a triste constatação de fracasso: ao produzir o carvão vegetal, o balanço entrópico é tal que se gastou mais energia livre para obtê-lo do que a energia contida na produção gerada.

Portanto, as duas fontes primárias de baixa entropia - mineração e agropecuária - são radicalmente diferentes. Os insumos minerais podem ser extraídos na velocidade desejada pelo homem, bastando ampliar as horas trabalhadas ou o número de minas. Mas exaurem-se, e tão mais rapidamente quanto maiores forem nossos desejos de consumo. Já a produção agropecuária tem seu ritmo ditado pela relação entre o sol e o produto almejado, com alguns ganhos de pro-

atividade que se possa criar. Mas, se a integridade do solo for respeitada, sua capacidade de transformar a baixa entropia advinda do sol em insumos também de baixa entropia é ilimitada, pelo menos enquanto brilhar o Astro Rei.

Mas acreditar que o solo pode ser mantido intacto na sua capacidade de gerar energia livre contradiz a Segunda Lei. Portanto, refletir seriamente sobre o ex-crível papel que o Homem vem desempenhando de acelerar a entropia do Universo pelo seu consumerismo desbragado e pela sua sanha destruidora do meio ambiente é a tarefa mais importante que o analista do processo econômico tem a indicar à sociedade. Mitigar a geração de lixo - a energia usada que o processo entrópico engendra - é mais sábio do que recuperar rios e aterros sanitários, visto que a correção de erros consome energia produtiva e aumenta a entropia. Há mais de 50 anos, Georgescu já prescrevia o direcionamento da tecnologia para ampliar o uso de baterias solares, realmente a única forma de energia "gratuita" de que dispomos.

Quis Georgescu que a última parte do seu *Entropy* se debruçasse sobre a natureza e limites das Ciências Econômicas. Matemático consagrado, sua crítica ganha um peso extraordinário por separar claramente o joio do trigo na questão do foco crescente que temos colocado na sofisticação matemática dos nossos modelos. De início, ele reconhece que a abstração em Economia é uma virtude, não um estigma. De fato, dada a complexidade da realidade com que lidamos, a abstração serve como escada para entendimentos mais elevados, estratégia, aliás, usual em qualquer ciência. Mas torpedeia o que considera o dogmatismo na Economia: a visão de que nosso papel é o de montar um quebra-cabeça, cujas peças são todas conhecidas. E traz de volta seu apelo para que estejamos sempre focados em Mudanças, ao afirmar:

"Por que uma Ciência interessada em meios, fins e distribuição na economia, deveria recusar-se dogmaticamente a estudar também o processo pelo qual novos meios, fins e relações econômicas são criados?"

Desviamos o foco de entender o processo econômico quando desenvolvemos todas as implicações da teoria econômica a partir de dois postulados simples: consumidores procuram sempre obter a maior satisfação possível do desfrute de bens e serviços e empresários maximizam lucros. Esse belo edifício analítico

que erigimos é o que brandimos como prova de que temos uma ciência dedutiva. Universal, então, na sua validade, independente do aparato institucional em que se assenta. Tal pretensão é tão inócua, lembra Georgescu, que Quesnay criou sua economia com base na realidade francesa do século XVIII, Keynes, na ruptura provocada pela crise de 1929 e, contemporaneamente, vários economistas desafiados pelo subdesenvolvimento em seus países. Segundo Georgescu, é exatamente a diferenciação institucional que funciona como fagulha aticadora da curiosidade intelectual dos economistas, que alarga os limites do conhecimento econômico e que nos impede de reivindicar para a Economia o apodo de ciência teórica. Georgescu traz a crítica de Poincaré aplicada à Biologia como pertinente em relação aos puristas da Economia: como poderia um naturalista que tivesse estudado apenas a composição química do elefante saber algo sobre o comportamento daquele animal?

Georgescu apressa-se em estilhaçar o engodo dos que pregam que o uso da Matemática em Economia é contraproducente. Pelo contrário, ele enfatiza que é insubstituível o papel dos modelos matemáticos no entender e ensinar relações. Eles facilitam a lógica da mesma forma que um computador facilita a solução de problemas. Mas, enquanto nas Ciências Naturais e Exatas a Matemática é a última palavra, nas Sociais o mesmo não deve valer. E usa a diferença entre um manual de instrução (*blueprint*) e um esboço da realidade (símile). Enquanto o manual permite a um tapado em eletrônica montar seu próprio rádio, um modelo econômico construído sobre um certo desafio, pode no máximo oferecer ajuda a um economista treinado que venha estudando o tema há anos. Um modelo com funções analíticas, mas variáveis de impossível mensuração levam ao erro de aplicar funções analíticas a variáveis, cuja mensuração não é cardinal. E o tempo tem levado a modelos cada vez mais questionáveis: "quanto mais complicado o modelo, quanto maior o número de variáveis envolvidas, mais longe ele fica do nosso controle mental, que, em Ciências Sociais, é o único controle possível".

Há um toque de arte, lembra Georgescu, na prática do economista, que modelo matemático algum é capaz de preencher. O maior bem que modelos matemáticos podem propiciar não é provar uma lei econômica e sim flagrar erros que a mobilização exclusivamente da ferramenta do raciocínio lógico pode engendrar.

Daí vem a frustração do jovem economista, quando descobre que não há manuais para ele aplicar no exercício da profissão, a lhe exigir muita reflexão, humildade e dedicação, além de uma pitada de dom, como requerida de um virtuoso do violino.

Em paralelo, Georgescu revela-se cético em relação à existência de um equilíbrio geral walrasiano. Não apenas pela óbvia limitação de se identificar as funções de produção e de preferências dos indivíduos, mas também pelas histereses: ao escolher, o indivíduo muda suas preferências e o que lhe parecia desejável pode tornar-se indiferente. Ou pior, a inveja ou a solidariedade podem interligar as preferências de forma a tornar frustrante a busca do equilíbrio geral. Outra vez, a crítica terminal: o economista não se deve ater a descrever processos, congelá-los em modelos matemáticos e jurar sobre eles. Melhor é entender tal tarefa como o passo inicial e então construir sua tese após debruçar-se exaustivamente sobre como os processos descritos mudam, focando na evolução, nas mudanças provocadas. Nosso é o mundo da evolução, para o Bem ou para o Mal, mas dentro de uma dinâmica entrópica, em que a inexorável destruição de fatores produtivos deva servir nem para imitarmos os avestruzes com suas cabeças enterradas no solo e os rabos expostos no ar, como sugerem modelos neoclássicos, nem em profetas do Apocalipse, culpando o capitalismo selvagem pela destruição do nosso espaço vital. Melhor passemos a demonstrar à sociedade e à sociedade que somente a criatividade tecnológica voltada à minimização de desperdícios e o respeito religioso pela Natureza garantirão uma permanência mais longa da Humanidade sobre a Terra.

6. Milton Friedman e a Escola de Chicago

Fundamentalmente, só há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central, utilizando a coerção - a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos, a técnica do mercado.

Milton Friedman¹⁴

Milton Friedman nasceu no bairro do Brooklin, em Nova York, em 31 de julho de 1912, sendo originário de uma família muito pobre, cujos pais emigraram da Rússia. Defensor dos princípios do liberalismo, permaneceu na Universidade de Chicago de 1946 a 1977, sendo seu professor de 1948 a 1977. A partir de 1977, desenvolveu seu trabalho na Hoover Institution. Foi agraciado com o Prêmio Nobel em 1976, por suas realizações nos campos de análise de consumo, história e teoria monetária e por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. Faleceu, aos 94 anos, em 16 de novembro de 2006.

6.1. Considerações iniciais

Poucos economistas foram tão combatidos nas últimas décadas quanto Milton Friedman. Sua intransigente defesa da economia de mercado e do monetarismo em plena vigência do chamado grande consenso keynesiano fez com que fosse visto por muita gente como um economista ultrapassado, incapaz de perceber que o mundo do seu tempo não era o mesmo do final do século XVIII e início do século XIX, no qual Adam Smith defendera com grande vigor a teoria do livre mercado. Friedrich Hayek, idealizador da Mont Pelerin Society (entidade

¹⁴ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*, 1984, p. 21).

criada em 1947 que congrega, até hoje, liberais de todos os matizes), foi talvez o único outro economista dessa época capaz de se contrapor, sempre em tom alto e forte, aos pilares básicos do consenso keynesiano, assim sintetizados, como já mencionado, por Eduardo Giannetti (1991, p. 1):

1. Defesa da economia mista, com forte participação de empresas estatais na oferta de bens e serviços e a crescente regulamentação das atividades do setor privado por meio da intervenção governamental nos diversos mercados particulares da economia; 2. Montagem e ampliação do Estado do Bem-Estar (Welfare State), garantindo transferências de renda extra-mercado para grupos específicos da sociedade (idosos, inválidos, crianças, pobres, desempregados etc.) e buscando promover alguma espécie de justiça distributiva; 3. Política macroeconômica ativa de manipulação da demanda agregada, inspirada na teoria keynesiana e voltada, acima de tudo, para a manutenção do pleno emprego no curto prazo, mesmo que ao custo de alguma inflação.

O Prêmio Nobel recebido em 1976 e o refortalecimento das ideias e políticas econômicas de cunho liberal, a partir da década de 1980, contribuíram para que o nome de Milton Friedman retornasse às discussões da teoria econômica, ainda que muitos ainda o façam cercados de grandes ressalvas.

6.2. Um autêntico liberal

É conveniente, inicialmente, definir bem o significado da palavra liberal quando adotada para definir as posições de Milton Friedman. Isso porque os termos liberal e liberalismo passaram a ser utilizados com diferentes significados ultimamente, muitos dos quais distorcidos, intencionalmente ou não.

Uma das distorções a meu ver mais descabidas refere-se à adoção do prefixo neo nesses dois termos. A justificativa dos que assim procedem é de que é necessário separar os defensores da economia de mercado e da livre iniciativa dos séculos XX e XXI daqueles que defenderam tais princípios nos séculos XVIII ou XIX. Eu, particularmente, oponho-me vigorosamente a isso, como deixei claro em texto publicado pelo Instituto Liberal de São Pau-

lo (1997) e pela *Revista de Economia & Relações Internacionais*, editada pela Faculdade de Economia da FAAP (2004).

Outro problema concernente ao termo liberal refere-se ao fato de que, nos Estados Unidos, ele assumiu um sentido diferente do originalmente adotado na Inglaterra, como bem observou Sergio Werlang, num livro que contém um belo trabalho de pesquisa sobre as origens do liberalismo, intitulado *A descoberta da liberdade*. Nele, Werlang assim se refere a essa questão (2004, p. 18):

A discussão sobre o liberalismo em nosso país tem sido de cunho essencialmente ideológico, mas nem sempre lógico. Antes de mais nada, um esclarecimento faz-se necessário acerca do significado dessa palavra. Em fins da década de 1980, a esquerda brasileira rebatizou o liberalismo de neoliberalismo. A primeira vez que esse termo aparece em uma obra de algum impacto internacional é no estudo que foi publicado em inglês, em 1991, e traduzido para o português logo a seguir, do brasileiro José Guilherme Merquior (1941-1991), *O liberalismo antigo e moderno*. Merquior usa essa denominação para indicar o ressurgimento do liberalismo clássico em meados do século passado. A razão básica para a criação do termo neoliberal, que, como foi dito, tem suas origens no pensamento da esquerda brasileira, provavelmente reside no fato de haver uma grande confusão na língua inglesa no que se refere à palavra "liberal". Para um inglês, tal conceito mantém seu significado clássico, que é o que se entende aqui também por liberal ou neoliberal: o indivíduo que tem como base de suas crenças a propriedade privada e a economia de mercado, sempre que possível, sendo o tamanho do estado apenas o suficiente para garantir a existência de mercados organizados e a convivência pacífica dos cidadãos. Já nos Estados Unidos a palavra liberal acabou mudando de significado. Para os norte-americanos, "liberal" é exatamente o oposto: o cidadão de esquerda que acredita que uma intervenção estatal forte é necessária para o bem-estar dos indivíduos. Note-se: estado forte para os padrões norte-americanos, o que quer dizer que nem se discute o direito dos proprietários de defenderem suas terras de invasões. É interessante

observar que, nos Estados Unidos, o conceito clássico de liberal corresponde a “libertário”. Desse ponto em diante, utiliza-se liberal com o sentido inglês, como sinônimo de neoliberal.

Por se tratar de assunto bastante controverso, e com o qual o próprio Friedman se preocupava bastante, creio que é válido reproduzir um trecho relativamente extenso a respeito do mesmo, extraído da Introdução de uma de suas obras mais importantes, *Capitalismo e liberdade*:

É extremamente conveniente dispor de uma legenda para os pontos de vista econômicos e políticos elaborados neste livro. O nome correto e próprio é liberalismo. Infelizmente, “como um supremo, embora involuntário, cumprimento, os inimigos do sistema privado acharam conveniente apropriar-se de tal termo” [como bem observou Joseph A. Schumpeter]. Assim sendo, liberalismo tem, nos Estados Unidos, um significado muito diferente do que tinha no século XIX, ou tem atualmente na maior parte do continente europeu.

Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como o objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o *laissez-faire* internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente. No terreno político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos.

A partir do fim do século XIX e, especialmente, depois de 1930, nos Estados Unidos, o termo liberalismo passou a ser associado a pontos de vista bem diferentes, especialmente em termos de política econômica. Passou, assim, a ser associado à predisposição em contar, principalmente, com o Estado - em vez de com providências privadas voluntárias - para alcançar objetivos considerados desejáveis. As palavras-chave eram agora bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. O liberal do século XIX considerava a

extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX acabou por favorecer a sobrevivência de políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico. No momento exato em que faz recuar o relógio para o mercantilismo do século XVII, acusa os verdadeiros liberais de serem reacionários.

A mudança do significado do termo liberalismo é ainda mais notável em assuntos econômicos do que em políticos. O liberal do século XX, da mesma forma que o do século XIX, é partidário das instituições parlamentares, do governo representativo, dos direitos civis, e assim por diante. Entretanto, mesmo no terreno político, há uma diferença notável. Zeloso da liberdade e, por isso mesmo, temeroso do poder centralizado, quer em mãos do governo ou privadas, o liberal do século XIX era favorável à descentralização política. Comprometido com a ação e confiando na beneficência do poder enquanto estiver nas mãos de um governo ostensivamente controlado pelo eleitorado, o liberal do século XX é favorável a governos centralizados. Ele decidirá qualquer questão a respeito de onde deverá residir o poder - a favor do Estado em lugar da cidade, do Governo Federal em lugar do Estadual e de uma organização mundial em lugar de um governo nacional.

Devido à corrupção do termo liberalismo, os pontos de vista que eram por ele representados anteriormente são agora considerados frequentemente conservadorismo. Mas não se trata aqui de uma alternativa satisfatória. O liberal do século XIX era um radical - no sentido etimológico de ir até às raízes das questões, e no sentido político de ser favorável a alterações profundas nas instituições sociais. Assim, pois, deve ser o seu herdeiro moderno. Não desejamos conservar a intervenção do Estado, que interferiu tanto em nossa liberdade, embora desejemos, é claro, conservar a que a tenha promovido. Além disso, na prática, o termo conservadorismo acabou por designar um número tão grande de pontos de vista - e pontos

de vista tão incompatíveis um com o outro - que, muito provavelmente, acabaremos por assistir ao nascimento de designação do tipo liberal-conservadorismo e aristocrático-conservadorismo.

Devido em parte à minha relutância em ceder o termo aos proponentes de medidas que destruiriam a liberdade e, em parte, porque não fui capaz de encontrar uma alternativa melhor, tentarei solucionar essas dificuldades usando o termo liberalismo em seu sentido original - como o de doutrinas que dizem respeito ao homem livre (FRIEDMAN, 1984, p. 14-15).

Miguel Colasuonno, na apresentação do autor e de sua obra para a coleção *Os Economistas* (1984, p. XIV), retoma essa preocupação de Friedman quanto ao significado de termo liberal, observada ao longo de toda a sua trajetória intelectual. A esse respeito, afirma:

As suas mais recentes posições reafirmam a confiança em que somente o sistema de mercado pode proporcionar os melhores resultados, e que esta filosofia econômica está firmemente baseada numa perspectiva de longo prazo. Considera básicos os conceitos de capitalismo e liberdade, binômio que oferece a oportunidade para a prosperidade material da humanidade e que propicia condições para o florescimento e desenvolvimento da criatividade.

Colasuonno também chamou a atenção para outro aspecto da corrupção dos termos liberal e liberalismo quando confrontados com suas concepções originais. Tal corrupção diz respeito à adoção de expressões compostas criadas com o objetivo de identificar uma organização ideal da sociedade que fosse uma combinação da eficiência produtiva do capitalismo com a igualdade sonhada do socialismo, uma expressão híbrida, como socialdemocracia, liberalismo social ou economia social de mercado. Percebendo nessa tendência uma tática oportunista, destaca Colasuonno (1984, p. XV-XVI):

Em algumas economias capitalistas, tem-se observado, cada vez mais, uma tendência ao chamado "socialismo democrático", em que o Estado passa a intervir no sistema de mercado para expandir o bem-estar social. Os principais defensores desse sistema consideram utópica a teoria proposta por Adam Smith, segundo a qual "a mão invisível" ajustará, no longo

prazo, as diferenças acumuladas no curto prazo. O mercado livre pressupõe distorções, e o monopólio é uma delas. Além disso, alegam, tanto no plano nacional como internacional, que os desequilíbrios existentes em termos de desenvolvimento econômico e social são bem acentuados, e a experiência tem demonstrado que, a não ser com a ocorrência de fatos extraordinários, as desigualdades têm-se agravado.

Friedman, evidentemente, se opunha a tudo isso, mantendo-se, de acordo com Colasuonno, rigorosamente na defesa da concepção original da expressão liberal (1984, p. XVI):

As respostas de Friedman a essas colocações praticamente completam o seu pensamento, ou seja, em extensão aos conceitos de liberdade e capitalismo, restringe o Estado a objetivos limitados e ao exercício de seu papel tradicional. Para Friedman, o Governo é essencial, mas com a função de determinar as regras do jogo e constituir-se no árbitro para interpretar e fazer vigorar as regras estabelecidas: proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados, promover mercados competitivos etc.

6.3. Uma voz discordante

Publicada em 1936, com o mundo vivendo ainda as agruras da Grande Depressão, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de John M. Keynes, logo se transformou na obra mais respeitada entre os economistas, reverenciada como a nova - e adequada - forma de explicar a realidade econômica em curso. As ideias de Keynes tornaram-se predominantes no mundo acadêmico, e, no mundo real, proliferaram, entre os países desenvolvidos, políticas econômicas de inspiração keynesiana.

Alguns poucos economistas de destaque da época, entre os quais, Joseph A. Schumpeter, ousaram chamar a atenção para o fato de que a *Teoria geral* não era tão geral quanto se supunha, mas sim uma política adequada para um momento específico vivido por determinadas economias - economias desenvolvidas passando por um momento de acentuada recessão.

Além de Schumpeter, Hayek e Friedman se notabilizaram pela manutenção da defesa das ideias liberais, sem se impressionar com o sucesso - para eles temporário - das teses intervencionistas de Keynes.

Friedman desafiou todas as teorias dominantes a respeito das causas da Grande Depressão, afirmando que foi o excesso e não a falta de intervenção governamental a responsável pela maior crise até então vivida pelo sistema capitalista.

A Grande Depressão nos Estados Unidos, longe de ser um sinal da instabilidade inerente do sistema de empresa privada, constitui testemunho de quanto mal pode ser feito por erros de um pequeno grupo de homens - quando dispõem de poderes vastos sobre o sistema monetário de um país (FRIEDMAN, 1984, p. 53).

Em sua crítica generalizada ao intervencionismo governamental, a representada pelo Federal Reserve System (que, no caso dos Estados Unidos corresponde ao Banco Central) foi seu alvo principal:

É possível que esses erros [cometidos pelo Federal Reserve System no período da Grande Depressão] possam ser desculpados na base do conhecimento disponível naquela ocasião - embora eu ache que não. Mas, este não é realmente o ponto. Qualquer sistema que dê tanto poder a um grupo de homens cujos erros - compreensíveis ou não - podem ter efeitos tão severos e amplos é um mau sistema. É um mau sistema para os que acreditam na liberdade justamente porque dá a poucos homens um poder tão grande sem que seja exercido nenhum controle efetivo pelo corpo político - este é o argumento chave político contra um banco central "independente". Mas é um mau sistema, mesmo para os que põem a segurança acima da liberdade. Erros, compreensíveis ou não, não podem ser evitados em sistemas que dispersam a responsabilidade, mas dão poderes amplos a um pequeno grupo de homens e, portanto, tornam ações políticas importantes altamente dependentes de acidentes de personalidade. É este o argumento chave técnico contra a existência de um banco central "independente". Parafraseando Clemenceau, dinheiro é coisa importante demais pra ser deixado aos bancos centrais (FRIEDMAN, 1984, p. 53-54).

O nome de Milton Friedman está fortemente vinculado ao da Universidade de Chicago, instituição em que cursou o mestrado em Economia, concluído em 1933, e à qual retornou em 1946 para lá permanecer por longo tempo. Além da forte influência inicial recebida de Frank Knight, vale destacar a convivência com destacados expoentes do pensamento liberal, tais como George Stigler e Gary Becker, ambos também agraciados com o Prêmio Nobel de Economia. Graças à presença marcante de Friedman nos debates econômicos, sempre defendendo os princípios do liberalismo clássico e as teses monetaristas, surgiu a expressão Escola de Chicago, umbilicalmente ligada a essas ideias.

Ardoroso defensor do equilíbrio monetário e fiscal, Friedman foi o mais contundente opositor das políticas econômicas de inspiração keynesiana que davam grande ênfase à política fiscal, como pode se ver pelo trecho que se segue:

Antes de abandonar o assunto da política fiscal, gostaria de discutir o ponto de vista, hoje em dia tão difundido, de que um aumento nas despesas governamentais está necessariamente relacionado com a expansão, e uma diminuição com a retração. Essa opinião, que está no cerne da crença de que a política fiscal pode servir como um balanceiro, já foi adotada como correta por quase todos os homens de negócios, por economistas e também pelos leigos. Entretanto não pode ser considerada verdadeira em termos de considerações lógicas tão-somente, não foi ainda documentada por evidência, e é de fato inconsistente com a evidência empírica relevante que conheço.

Essa crença tem origem numa análise cruamente keynesiana [...] e é extremamente sedutora. Sua sedução, porém, é espúria e tem origem no fato de se negligenciarem outros efeitos relevantes da mudança em questão. Quando tais fatos são tomados em consideração, o resultado final é muito mais dúbio; poderá representar nenhuma alteração na renda como tal, quando então as despesas privadas apresentarão redução de 100 dólares, correspondente ao aumento de 100 dólares nas despesas do governo - até o total especificado. E mesmo que a renda aumente, os preços poderão aumentar também, de modo que a renda real aumentará menos, ou não aumentará de todo (FRIEDMAN, 1984, p. 78-79).

Se a ferrenha defesa dos princípios liberais fez com que Friedman (assim como Hayek) amargasse certo ostracismo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o refortalecimento das políticas de cunho liberal diante do esgotamento das políticas de inspiração keynesiana a partir das experiências de Reagan e Thatcher nos anos 1980, devolveu-lhe grande parte do prestígio, tanto no meio acadêmico, como no mundo real. O trecho a seguir, extraído do livro *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*, é bastante significativo, uma vez que seus organizadores (e autores do trecho em destaque) são admiradores confessos das ideias de Keynes e de seus seguidores mais próximos, e não adeptos do liberalismo conservador praticado por Friedman e todos aqueles que creem na economia de mercado, na livre iniciativa e no genuíno sistema de preços:

Os keynesianos da síntese neoclássica sugeriam que a política fiscal (isto é, uma política de geração de gastos e *deficits* públicos), basicamente, seria capaz de resolver ou atenuar o problema do desemprego. Na visão desta corrente keynesiana, a política monetária teria potência reduzida para reaquecer a economia em momentos de recessão, uma vez que os gastos privados não seriam suficientemente estimulados por reduções de juros. Milton Friedman foi o grande crítico deste arcabouço teórico e da adoção de políticas econômicas ativas. Friedman contra-atacou afirmando que a moeda importa e que a política de gastos públicos é inócua porque tão-somente substitui gastos privados potenciais por gastos governamentais efetivos. Grosso modo, este é o centro da polêmica entre fiscalistas, os velhos-keynesianos, e a corrente liderada por Friedman, os monetaristas. A década de 1960 foi testemunha do auge e declínio do velho-keynesianismo. A visão keynesiana foi então considerada a economia oficial ensinada nas principais universidades norte-americanas, enquanto o núcleo da equipe econômica dos governos Kennedy-Johnson era composto exclusivamente por economistas fiscalistas. O keynesianismo vivia sua fase de glória no período conhecido como “ciclo de ouro” do capitalismo, em que crises e depressões pareciam superadas como resultado do êxito de políticas de sustentação da demanda agregada. De fato, esses foram al-

guns dos traços mais marcantes da vitória da economia keynesiana àquela época. No debate teórico, entretanto, a elegância e a relativa consistência interna dos argumentos monetaristas já corroíam os fundamentos fiscalistas. Na arena política, a aceleração da inflação ao final da década de 1960, bem como a redução drástica do ritmo de crescimento da economia norte-americana no início dos anos 1970, forneceram ao monetarismo a munição necessária para afirmar que a bonança dos anos de administração keynesiana havia sido passageira e agora tinha-se um preço alto a ser pago, qual seja, a estagflação (LIMA; SICSÚ; DE PAULA, 1999, p. 19).

6.4. Duas obras de grande destaque

Friedman tem uma extensa contribuição bibliográfica, que inclui livros e *papers* traduzidos para diversos idiomas. Por ser excelente comunicador, teve dois de seus livros transformados em séries de televisão, que tiveram considerável repercussão, chamadas *Liberdade para escolher* e *A tirania do status quo*.

Duas obras, no entanto, se destacam nessa extensa produção intelectual: *Capitalismo e liberdade* e *A monetary history of the United States 1867-1960*, escrita em conjunto com Anna Schwartz.

A primeira, escrita em 1962, constitui-se numa espécie de livro síntese do pensamento de Friedman, como observa Miguel Colasuonno. Nessa obra, que alcançou grande repercussão, Friedman não se limitou aos estreitos limites da teoria econômica entendida em sua concepção mais pura. Utilizando um linguajar bastante acessível, Friedman aborda questões que vão além dos textos tradicionais de teoria econômica, estabelecendo correlação entre liberdade econômica e liberdade política, como se vê no trecho que se segue:

Pelo fato de vivermos em uma sociedade em grande parte livre, temos a tendência de esquecer como é limitado o período de tempo e a parte do globo em que tenha existido algo parecido com liberdade política: o estado típico da humanidade é a tirania, a servidão e a miséria. O século XIX e o início do século XX no mundo ocidental aparecem como exceções notáveis da linha geral de desenvolvimento histórico. A liberdade política

nesse caso sempre acompanhou o mercado livre e o desenvolvimento de instituições capitalistas. O mesmo aconteceu com a liberdade política na idade de ouro da Grécia e nos primeiros tempos da era romana (FRIEDMAN, 1984, p. 19).

Além da relação entre liberdade econômica e liberdade política, Friedman também incursionou por temas como educação, medidas para o bem-estar social e combate à pobreza. A educação, aliás, foi um tema com que sempre se preocupou e para o qual apontou soluções bastante originais. A falência do ensino público americano (que conjuga péssima qualidade e altos custos) levou-o a propor um esquema relativamente simples, porém de enorme repercussão social: literalmente tirar o Estado da educação. O dinheiro que hoje é mal gasto nos estabelecimentos públicos de ensino deveria ser convertido em *vouchers* ou cupons para cada aluno, de tal forma que, com esses recursos, seria possível pagar a mensalidade de uma escola privada. Caberia aos pais a escolha do melhor colégio para os filhos. A competição que naturalmente se estabeleceria entre as escolas garantiria uma melhoria constante do ensino. Os pais também passariam a interferir mais no processo educacional, exigindo melhores cursos e qualificação dos professores, pois poderiam facilmente mudar os filhos de colégio caso não se sentissem satisfeitos com o ensino fornecido por determinada escola.

Já a segunda obra, *A monetary history of the United States 1867-1960*, escrita em 1963 em colaboração com Anna Schwartz, é considerada uma referência e propiciou as bases para a formação de sua teoria monetarista. De acordo com Daniel R. Fusfeld (2001, p. 271):

Boa parte do livro dedicava-se a defender que as políticas monetárias do *Federal Reserve System*, a princípio, ajudaram a causar a Grande Depressão dos anos 1930 e, depois que ela veio à tona, tornaram-na muito pior. A implicação era evidente: estabilize o sistema monetário e obtenha estabilidade econômica.

No final dos anos 1990. Milton Friedman publicou um extenso relato autobiográfico, juntamente com sua esposa Rose, sob o título *Two lucky people (Duas pessoas de sorte*, ainda sem tradução para o português).

6.5. Reflexões sobre o Nobel e sobre a profissão de economista

Num trecho de seu discurso por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Economia, Friedman fez alusão a uma expressão atribuída a ele e frequentemente reproduzida em textos e artigos econômicos: “Não há almoço grátis”.

Encantado como estou com o prêmio, devo confessar que as últimas oito semanas (isso foi em dezembro de 1976) me deixaram com a impressão de que não somente não há almoço grátis como também não há prêmio grátis. É um tributo à reputação mundial dos prêmios Nobel que um anúncio de um prêmio converta seu recebedor num especialista instantâneo em tudo e acione hordas de sôfregos jornalistas e fotógrafos de jornais e estações de TV do mundo inteiro. A mim mesmo foi pedida minha opinião sobre tudo, desde uma cura para o resfriado comum até o valor de mercado de uma carta assinada por John F. Kennedy. Desnecessário dizer que a atenção é agradável, mas também corruptora. De algum modo, necessitamos seriamente de um antídoto tanto para a inflada atenção dispensada a um laureado Nobel em áreas fora de sua competência quanto para o inflado ego que cada um de nós está com muito perigo de adquirir. Meu próprio campo sugere um antídoto óbvio: a competição através do estabelecimento de muitos mais destes prêmios. Mas um produto que foi tão bem-sucedido não é de deslocamento fácil. Em consequência, suspeito que nossos inflados egos estejam seguros por um longo período ainda (Friedman apud BREIT, W; SPENCER, R. W., 1988, p. 81).

Encerro o capítulo com duas reflexões de Milton Friedman. A primeira a respeito dos economistas:

O público tem a impressão de que os economistas nunca concordam. Tem a impressão de que, se três economistas estão numa sala, têm, pelo menos, quatro opiniões. Isto é falso. Se as questões científicas são separadas das questões sobre políticas e sobre valores, há amplo acordo entre os economistas, quaisquer que sejam suas opiniões políticas. Muitas e muitas vezes, tenho estado num grupo que inclui tanto economistas quanto praticantes de outras disciplinas. Comece uma discussão a respeito de

qualquer coisa, nuns dez minutos vemos todos os economistas no mesmo lado contra todo o resto – sejam os economistas da esquerda, da direita ou do centro (Friedman apud BREIT, W; SPENCER, R. W., 1988, p. 93).

A segunda, sobre sua própria vida como economista:

Minha vida como economista tem sido fonte de muito prazer e satisfação. É uma disciplina fascinante. O que a torna mais fascinante é que seus princípios fundamentais são tão simples que podem ser escritos numa só página, que qualquer pessoa pode entendê-los e, no entanto, apenas algumas os entendem (Friedman apud BREIT, W; SPENCER, R. W., 1988, p. 93).

7. A fina ironia de John Kenneth Galbraith

Especificamente, o planejamento industrial exige que os preços estejam sob controle. A tecnologia moderna reduz a segurança do mercado e aumenta o comprometimento de tempo e capital que se exigem na produção. Por essa razão, não se podem deixar os preços aos caprichos do mercado não dirigido.

John Kenneth Galbraith¹⁵

John Kenneth Galbraith nasceu no condado de Elgin, em Ontário, Canadá, no dia 15 de outubro de 1908. Naturalizado norte-americano, viveu a maior parte de sua vida em Cambridge, Massachusetts, na área residencial da Universidade de Harvard, da qual foi professor emérito. Faleceu em 29 de abril de 2006, aos 97 anos.

7.1. Fluência, ironia e bons relacionamentos

Poucos economistas tiveram uma influência tão forte sobre o meu interesse pela economia quanto John Kenneth Galbraith. Seguramente porque ele tem uma

¹⁵ GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*, 1982, p. 145.

qualidade muito rara entre os economistas: a de escrever de forma clara e com estilo agradável, o que torna prazerosa a leitura de seus diversos livros e artigos.

Esse aspecto não escapou ao prof. Gesner de Oliveira que, tendo a incumbência de fazer a apresentação de Galbraith (1982, p. VIII) para a coleção *Os Economistas*, iniciou da seguinte forma:

Para vender um livro de Economia é preciso, muitas vezes, saber “dourar a pílula”. Uma capa atraente, sumários que prometam a síntese mais bem feita das grandes questões econômicas etc. Mas é provável que o leitor não especializado se sinta frustrado logo nas primeiras páginas de seu novo produto. Sob títulos pomposos de “Teoria da Produção”, e de “Teoria do Capital”, “Teoria do Lucro” etc. não é raro surgirem textos áridos e abstratos que se remetam apenas remotamente à discussão econômica cotidiana. Já alguns guias de leitura mais acessíveis são privados do aval de qualidade e rigor científico da Academia.

A obra de John Kenneth Galbraith constitui uma notória exceção. Os redutos acadêmicos mais vetustos tiveram que incluir seu nome, e seus livros dispensam qualquer esforço adicional de marketing por parte dos editores. Segundo Galbraith, “há poucas ideias úteis em Economia, se é que há, que não se podem exprimir em linguagem clara”. Trata-se de um exagero. Não são muitos os que conseguem dar conta de objetos tão complexos quanto as modernas economias industriais de maneira acessível.

Apesar de seu extraordinário êxito em termos editoriais – Galbraith é um dos economistas mais lidos de todos os tempos, e seu livro *A era da incerteza* foi transformado pela BBC numa série em vídeo, que foi transmitida em dezenas de países –, seu enquadramento entre os maiores economistas contemporâneos está longe de se constituir numa unanimidade, tanto é que ele jamais foi agraciado com o prestigiado Prêmio Nobel de Economia, tema de interessante artigo de David Warsh no livro *Economic principals: masters and mavericks of modern economics*¹⁶.

¹⁶ Why Galbraith won't receive the Nobel Prize. Em WARSH, David. *Economic principals: masters and mavericks of modern economics*, 1993, p. 123-126.

Entre os motivos que podem explicar esse “esquecimento”, eu me arrisco a destacar dois. O primeiro, mencionado por muitos analistas, é decorrente da falta de contribuições originais de Galbraith para a evolução da teoria econômica. De acordo com essa linha de argumentação, ele é muito mais um divulgador de ideias do que um proponente de alguma ideia que tenha se constituído num ramo de pesquisa de contribuição significativa para a economia. Além disso, Galbraith ousou escrever sobre temas muito variados, como se pode verificar na extensa lista de livros de sua autoria indicados a seguir, não tendo tempo, por isso, para um trabalho mais sistemático e profundo sobre um mesmo tema. De certa forma, esse mesmo tipo de crítica foi feito a Stuart Mill, cuja importância para a evolução da teoria econômica também é questionada por alguns analistas (poucos, felizmente!). Procurei pôr em xeque este motivo mais adiante, neste capítulo.

O segundo, jamais admitido, é consequência da combinação de dois fatores: 1. a forma crítica com que ele se refere à chamada sabedoria convencional; 2. o estilo irônico e “politicamente incorreto” com que ele muitas vezes trata a economia e os próprios economistas, aspectos que também serão retomados mais à frente.

Examinando um pouco a trajetória pessoal de Galbraith, cabe destacar desde logo que ele teve papel importante tanto na esfera real como na esfera acadêmica, não sendo, portanto, merecedor do incômodo rótulo de “economista desocupado”, utilizado por alguns ministros menos polidos e desgostosos por críticas que lhes são dirigidas. Tendo se especializado inicialmente em economia agrícola, foi diretor do Gabinete de Administração de Preços, em Washington, numa de suas primeiras funções exercidas em diferentes gestões do Partido Democrata. Nessa área, ligada à economia agrícola, foi também consultor da Federação dos Agricultores dos Estados Unidos. No final da Segunda Guerra, Galbraith coordenou um amplo estudo governamental sobre as economias alemã e japonesa. Apesar de ter colaborado, como já assinalado, com diversas gestões do Partido Democrata, foi ao presidente John Kennedy - a quem conheceu em Harvard - que ele prestou colaboração mais efetiva, tendo exercido forte influência na formulação de seu programa de governo, além de ter sido embaixador dos Estados Unidos na Índia.

Essa destacada trajetória pessoal permitiu-lhe não apenas participar de grandes acontecimentos, mas também travar relações de conhecimento pessoal com alguns dos mais notáveis personagens da história do século XX, tais como os economistas John Maynard Keynes, Joseph A. Schumpeter, Paul M. Sweezy, Paul Baran, Wassily Leontief, W. W. Rostow e Theodore W. Schultz, o primeiro ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, Henry Luce, um dos maiores nomes do mundo dos meios de comunicação, além de vários presidentes dos Estados Unidos. Memoráveis relatos desses acontecimentos e dessas e outras pessoas ilustres com quem ele travou relações podem ser vistos em três de seus livros: *Uma vida em nossos tempos*, *Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes*, e *Contando vantagem*.

Na esfera acadêmica, Galbraith lecionou inicialmente na Universidade de Toronto. Depois de se radicalizar nos Estados Unidos, esteve em Berkeley, posteriormente em Princeton, para, finalmente, se fixar em Harvard, onde se tornou catedrático e professor emérito. Além das atividades já mencionadas nas esferas real e acadêmica, Galbraith também se dedicou ao jornalismo, escrevendo para a revista *Fortune* nos anos de 1943 e 1944. Foi ainda presidente da American Economic Association.

Embora não seja fácil enquadrá-lo numa única escola na história do pensamento econômico, arrisco-me a fazer algumas considerações a esse respeito. Tendo rompido precocemente com a corrente teórica dominante da Escola Neoclássica, fundamentada nas ideias de William Stanley Jevons, Léon Walras e, principalmente, Alfred Marshall, Galbraith teve duas influências marcantes em sua produção teórica: a primeira delas foi da chamada Escola Institucionalista, cujo maior expoente foi Thorstein Veblen, autor de *A teoria da classe ociosa*; a segunda foi da Escola Keynesiana, uma vez que, além de se declarar (em *A era da incerteza*) seguidor das ideias de Keynes, manteve vínculo com dois dos mais importantes de seus discípulos, Joan Robinson e Lorde Kohn. O prof. Gesner de Oliveira refere-se também ao contato com o polonês Michal Kalecki, “cujos trabalhos sobre a determinação dos níveis de renda e emprego são bastante convergentes com as proposições keynesianas” (GALBRAITH, 1982, p. IX).

Como legado dessas duas escolas, Galbraith herdou forte interesse pelo papel preponderante - positivo e negativo - das elites, evidente em *A sociedade afluyente*, e pela influência relevante das instituições sobre o desempenho da economia, aspecto primordial daquela que é por ele mesmo considerada a sua obra mais importante, *O novo estado industrial*, em que chama a atenção para algo essencial à compreensão da economia moderna, o poder da tecnoestrutura, consequência da dissociação entre a propriedade do capital e a gestão efetiva nas grandes corporações empresariais contemporâneas. Por trás de todas as suas análises, a clara recusa à aceitação das eternas ideias-força do liberalismo: a crença no *laissez-faire* e na eficiência da economia de mercado. Galbraith ficou fortemente influenciado pela Grande Depressão, que teve início com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e que provocou uma queda de um terço na produção norte-americana, além de ter determinado o desemprego de um quarto da força de trabalho dos Estados Unidos. Ao abordar o assunto em vários de seus livros, Galbraith questiona a hipótese predominante de que o *crack* da Bolsa foi consequência de uma crise geral de superprodução e chama a atenção para o que ele nomeia de choque de especulação, também responsável, noutras épocas, por agudas recessões econômicas.

7.2. Extensa produção editorial

Como já mencionado, Galbraith é um dos economistas mais lidos de todos os tempos. Sua extraordinária produção editorial (quase toda já traduzida) inclui:

American Capitalism: the Concept of Countervailing Power (1952); *A economia e a arte da controvérsia* (1955); *1929, o colapso da Bolsa* (1955); *A sociedade afluyente* (1958); *Desenvolvimento econômico em perspectiva* (1962); *O novo estado industrial* (1967); *A economia e o interesse público* (1973); *Moeda, de onde veio, para onde foi* (1975); *A era da incerteza* (1977); *A economia ao alcance de quase todos* (com Nicole Salinger, 1978); *Uma vida em nossos tempos* (1981); *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica* (1987); *Capitalismo, comunismo & coexistência* (com, Stanislav Menshikov, 1988); *Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes*

(1989); *O professor* (1990); *A cultura do contentamento* (1992); *Uma breve história da euforia financeira* (1994); *Uma viagem pelo tempo econômico* (1994); *A economia das fraudes inocentes. Verdades para o nosso tempo* (2004).

7.3. Pinceladas finais

Prometi, linhas atrás, contestar a crítica de que Galbraith não teve nenhuma contribuição relevante para a evolução da teoria econômica. A análise que ele faz do poder, não só econômico, mas também político, das grandes corporações e da tecnoestrutura responsável por sua gestão é, por si só, fundamental para a compreensão da economia contemporânea, fator, aliás, que se torna cada vez mais relevante nestes tempos de economia globalizada.

Prometi, também, voltar ao segundo motivo capaz de explicar por que Galbraith não foi agraciado com o Prêmio Nobel. A meu juízo, devem-se à sua ironia e "impertinência". Vou me valer de dois exemplos para ilustrar esse ponto. O primeiro pode ser encontrado no livro *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*, em que Galbraith (1989, p. 4) se refere às previsões cada vez mais frequentes de alguns economistas:

Todos haverão de concordar que a economia, da maneira como é praticada, preocupa-se obsessivamente com o futuro. A cada mês, nos Estados Unidos, homens e mulheres reputadamente cultos e inteligentes espalham-se pela nação para apresentarem suas opiniões sobre as perspectivas econômicas, e também sobre o panorama político e social. Milhares lhes darão ouvidos. Os administradores e suas empresas pagarão caro pelo privilégio de conhecerem estas visões e, se forem sábios, tratarão os conhecimentos assim adquiridos com inteligente descrença. A qualificação mais comum dos prognosticadores econômicos não é o saber, mas sim o não saberem que nada sabem. Seu maior trunfo é que todas as previsões, certas ou erradas, são logo esquecidas. Há por demais delas e, se o lapso de tempo for suficiente, não só a memória do que foi dito terá desaparecido, como também um número apreciável daqueles que fizeram ou ouviram tais prognósticos. Como observou Keynes, "A longo prazo estaremos todos mortos".

Obviamente, os responsáveis pela concessão do Nobel, que muitas vezes justificaram suas indicações nos últimos anos pelas contribuições de economistas que fazem amplo uso da econometria e de métodos quantitativos para estimativas econômicas, não devem ter se sentido nem um pouco à vontade com a ironia contida nesse comentário.

O segundo exemplo pode ser visto em diversas palestras ou entrevistas, nas quais Galbraith afirma, de forma arrebatadora, que o fato de os economistas raramente chegarem a um consenso pode ser algo positivo, pois é provável que num eventual consenso estivessem todos errados.

É por essas e outras que considero a leitura dos textos de Galbraith uma das mais deliciosas experiências da minha carreira como economista. E, por que não, da minha admiração pela economia, ciência lúgubre, mas, acima de tudo, apaixonante e repleta de desafios.

8. James Buchanan e as escolhas públicas

A incerteza que é necessária para que os indivíduos sejam guiados pelos seus interesses, a fim de apoiar as medidas constitucionais que, em geral, são vantajosas para todos os indivíduos e para todos os grupos, parece estar presente em qualquer fase constitucional de discussão.

James Buchanan e Gordon Tullock¹⁷

James McGill Buchanan Jr. nasceu em Murfreesboro, Tennessee, em 3 de outubro de 1919. Esteve vinculado durante a maior parte de sua vida acadêmica à George Mason University, no estado de Virginia, onde foi diretor do Center for the Study of Public Choice. Foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1986. Faleceu aos 93 anos, em 9 de janeiro de 2013.

¹⁷ BUCHANAN; TULLOCK. *The calculus of consent*, p. 78.

8.1. O contexto social à época da emergência das ideias de Buchanan e Tullock

Para compreender o contexto em que emergem as ideias de Buchanan e de Gordon Tullock, coautor de *The calculus of consent* (1962) e criador, juntamente com Buchanan, do Center for Study of Public Choice, na George Mason University, é necessário considerar as condições prevaletentes durante as décadas de 1950 e, principalmente, 1960 e 1970.

Três fatores precisam ser levados em conta quando se analisa o contexto histórico desse período. Eles tiveram um significado muito expressivo, visto que contribuíram para que muitas ideias, teorias e políticas econômicas, até então de fronteira, entrassem em rápida obsolescência.

O primeiro diz respeito ao excepcional desenvolvimento dos meios de comunicação e da informática, que, em conjunto, tornaram as informações de uma forma geral - e as econômicas em particular - mais acessíveis ao público. Em decorrência dessa popularização da informação, um número muito maior de pessoas passou a entender melhor os acontecimentos e reagir com mais rapidez às variações dos indicadores econômicos. Além disso, os computadores tornaram possível a elaboração de modelos de análise mais e mais complexos, o que explica, em parte, a proliferação dos modelos econômicos fundamentados em métodos cada vez mais sofisticados de análise quantitativa.

O segundo fator refere-se à crescente interferência governamental nas decisões econômicas, fazendo do Estado, muitas vezes, um dos mais destacados agentes econômicos, mesmo nas economias não socialistas. Em larga medida, tal fenômeno deriva da aplicação generalizada de políticas econômicas inspiradas nas ideias de Keynes. O uso dessas políticas foi tão amplo no Ocidente desenvolvido, que se tornou comum o uso da expressão "consenso keynesiano".

O terceiro fator é de caráter ideológico. O mundo vivia sob o clima de permanente tensão provocado pela guerra fria, decorrente da acirrada disputa pela hegemonia por parte dos dois grandes blocos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, liderado pela União Soviética. Esse clima fazia com que a ideologia se constituísse, frequentemente, num fator de influência muito forte a atuar tanto sobre os teóricos da Economia, como sobre os responsáveis pela formulação das políticas econômicas.

James Buchanan percebeu claramente a força desse contexto, o que fica claro nas duas grandes preocupações identificadas por trás da elaboração da Teoria da Escolha Pública. A primeira dizia respeito à excessiva matematização, que, cada vez mais, assumia papel central na formulação teórica da época, e da qual a Teoria das Expectativas Racionais é um ótimo exemplo. Para Buchanan, ao se preocuparem em elaborar modelos de análise com enorme sofisticação matemática, os economistas estavam se esquecendo daquilo que, para ele, deveria se constituir no essencial da análise teórica: compreender as motivações que explicam as decisões dos agentes econômicos. Com evidente ironia, Buchanan referia-se aos economistas matemáticos como “eunucos ideológicos”.

A segunda preocupação dizia respeito à acentuada politização das decisões econômicas, que era decorrência direta da enorme influência das políticas econômicas de inspiração keynesiana, como já mencionado anteriormente. A transferência para o âmbito da política muitas vezes fazia com que a racionalidade econômica fosse suplantada pelos interesses dos políticos envolvidos na tomada de decisões. Como bem observou Buchanan, o economista e o político trabalham com vetores distintos. Enquanto o economista tem por parâmetro fundamental, na tomada de decisão, a eficiência, procurando sempre a alocação ótima dos recursos escassos, o político tem por parâmetro a conquista e a manutenção do poder, o que só pode ser alcançado, no regime democrático, por meio do voto. Por esse motivo, o político, principalmente em períodos eleitorais, tem o costume de prometer mundos e fundos para conquistar os votos dos eleitores, desconsiderando, muitas vezes, os limites impostos pela escassez dos recursos produtivos.

Sendo assim, e considerando acertadamente que o político é, antes de tudo um ser humano comum e, como tal, movido à busca de seus interesses pessoais, Buchanan recomenda o estabelecimento de limites à interferência dos políticos nas decisões econômicas. Esses limites devem ser votados pelos representantes democraticamente eleitos e ser inseridos na constituição do país, razão pela qual a Teoria da Escolha Pública é também chamada de Teoria Constitucionalista.

Como se vê, James Buchanan desenvolveu uma teoria que propõe uma estreita aproximação entre direito, política e economia. Preocupado com os abusos e com a irresponsabilidade de gestores de política econômica que exageravam na

fixação das taxas de juros e no endividamento excessivo, tanto interno como externo, sugeriu um comportamento mais austero das autoridades, sobretudo na observância do equilíbrio fiscal.

8.2. A complexa relação da economia com a política

Ao afirmar que “o político é aquele indivíduo que pede dinheiro aos ricos e votos aos pobres, prometendo, se eleito, defender uns dos outros” e que “os políticos eleitos procurarão qualquer desculpa para criar *deficits* orçamentários” (Apud, BRUE, 2005, p. 411), James Buchanan repisa numa questão que tem, há muito tempo, preocupado os economistas, qual seja: a relação entre economia e política.

Não pretendendo me estender muito nessa questão, vale a pena recorrer pelo menos a dois exemplos significativos para ilustrar essa complexa relação.

O primeiro, mencionado por Eduardo Giannetti, em *Vícios privados, benefícios públicos?*, foi Adam Smith, que jamais se propôs a ser o profeta de uma nova era ou de converter os políticos com suas ideias. Em *A riqueza das nações*, Smith chega a descrever o político profissional como “aquele animal insidioso e traiçoeiro [...] cujas recomendações flutuam ao sabor dos acontecimentos” (GIANNETTI, 1993, p. 107).

O segundo, mencionado por André Azevedo Alves e José Manuel Moreira, em *O que É a Escolha Pública?*, foi Joseph Schumpeter, ao afirmar que “o político em democracia está tão preocupado em não cair da montada do poder que não tem tempo para saber para onde corre o cavalo” (ALVES; MOREIRA, 2004, p. 25).

A Teoria da Escolha Pública, portanto, não deve ser entendida como um conjunto fechado de instrumentos de análise aplicado a um contexto limitado e bem definido de circunstâncias, mas sim como “um programa de pesquisa com foco em uma *perspectiva econômica* sobre a política e a tomada coletiva de decisões através de processos não sujeitos diretamente à dinâmica do mercado” (ALVES; MOREIRA, 2004, p. 27).

De forma mais objetiva, Gordon Tullock define a Teoria da Escolha Pública como “a análise científica do comportamento do governo e, em particular, do comportamento dos indivíduos com relação ao governo (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005, p. 15).

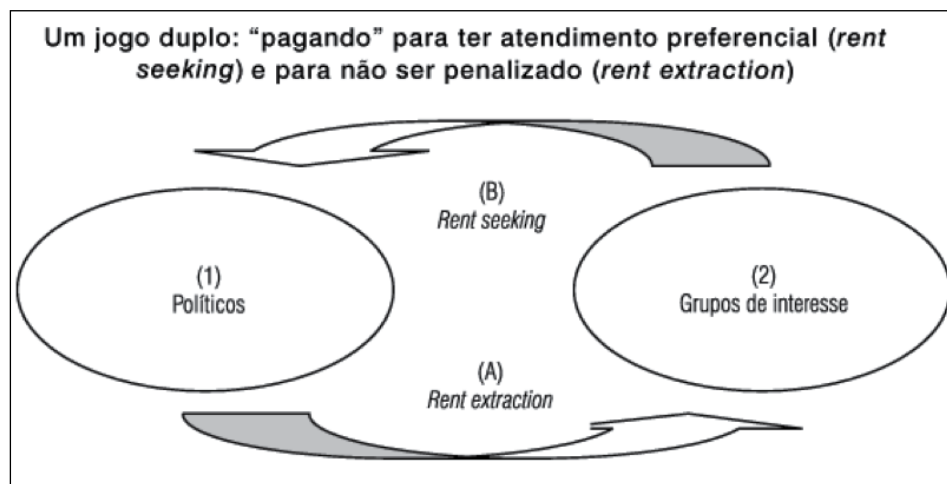
8.3. A análise da economia brasileira à luz da escolha pública

O prof. Jorge Vianna Monteiro, que esteve vinculado por muitos anos à Fundação Getulio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, desenvolve um importantíssimo trabalho de análise da economia brasileira à luz da Teoria da Escolha Pública e, complementarmente, da Nova Teoria Institucional.

O referido trabalho teve início com a publicação, no início da década de 1990, da *Estratégia macroeconômica*, uma carta de conjuntura quinzenal repleta de referências teóricas e ilustrações esclarecedoras como a da Figura 5.1., distribuída pelo correio a economistas, lideranças políticas e outros formadores de opinião.

Figura 5.1.

Gráficos como este eram frequentes na carta quinzenal



Fonte: MONTEIRO, 2007, p. 147.

Com o passar do tempo, a editora da FGV-RJ passou a publicar livros que, de certa forma, reuniam o material elaborado regularmente pelo prof. Jorge Vianna Monteiro nas cartas quinzenais *Estratégia Macroeconômica*.

O primeiro deles, *Economia & Política: instituições de estabilização econômica no Brasil*, teve sua primeira edição em 1997. Prefaciado por Antônio Delfim Netto, o livro contém um mapeamento da trajetória da economia brasileira no período de 1993 a 1996.

Monteiro (1997, p. 12) explica, na *Apresentação*, a evolução de seu trabalho até a edição do livro:

O projeto de modelagem econométrica dava-me a sensação crescente de que governo e política econômica acabavam não sendo mais do que ocorrências de significado meramente quantitativo. Ou, dito de outro modo, eram séries históricas, nem mais, nem menos.

Crescia, assim, no meu desconforto em lidar com fenômenos tão complexos, de um modo ao mesmo tempo tão requintado em procedimentos formais, em estatística e simulação, mas igualmente tão vazio em termos de especificação e entendimento de seus processos e regimes de formação. Optei, então, por seguir um caminho diverso. Desenfanzaria a construção econométrica *per se* e trataria de melhor especificar o comportamento da economia pública.

Por essa época, descobri alguns textos de teoria econômica com títulos que me pareceram, na ocasião, muito estranhos: *O cálculo do consenso: fundamentos lógicos da democracia constitucional* (J. Buchanan e G. Tullock), *A lógica da ação coletiva* (M. Olson) e *Burocracia e governo representativo* (W. Niskanen). Logo em seguida, começava um longo mergulho no programa de pesquisas da *public choice*.

Dessa reorientação intelectual resultariam *Fundamentos da política pública* (1982), *Economia do setor público* (1987), *Macroeconomia do crescimento de governo* (1990) e *Estratégia macroeconômica* (1994). E, igualmente, a partir de março de 1993, a carta de conjuntura, *Estratégia Macroeconômica*.

A carta de conjuntura é um desafio intelectual com que me confronto a cada quinzena, a olhar sistematicamente a realidade econômica brasileira. Os capítulos 2 a 5 deste livro reproduzem a quase centena de números editados entre março de 1993 e dezembro de 1996.

O segundo foi *As regras do jogo - O Plano Real: 1997-2000*, publicado em 2000. Em certa medida, o livro dá prosseguimento às análises apresentadas em *Economia & Política*, cobrindo a trajetória da economia brasileira de 1997 ao primeiro semestre de 2000. Como ressalta Monteiro (2000, p. 10):

Os anos de 1997 e 1998 foram amplamente dominados pela prorrogação do mando na condução do governo e, em seguida, com o desenrolar da campanha de 1998, já sob novo regime eleitoral. Mil novecentos e noventa e nove foi não só o primeiro ano da efetiva prorrogação do mando, mas também o de uma crise cambial sem precedentes na história recente do país. Já 2000 tem sido um ano de reformulação da estratégia macroeconômica, com o governo optando, enfim, por utilizar o espaço criado pela consolidação dos ganhos anti-inflacionários para fomentar o crescimento econômico.

Por certo, todos esses acontecimentos configuram uma nova e peculiar ordem constitucional, em cujo centro está a expansão do poder do governo federal. A dissipação do sistema de separação de poderes, a hegemonia da coalizão PSDB-PFL-PMDB e a fraca participação do cidadão no processo político criam capacidades decisórias e incentivos que tornam os burocratas participantes muito poderosos na determinação das escolhas públicas.

Diferentemente dos dois livros anteriores, o terceiro livro, *Lições de economia constitucional brasileira*, publicado em 2004, não adota uma ordem cronológica para introduzir a extraordinária trajetória institucional da economia brasileira, dando preferência à abordagem acadêmica, com profusão de referências bibliográficas e notas de rodapé, que servem para sugerir ramificações da argumentação econômica. Nesse livro, Monteiro (2004, p. 12) chama a atenção para o seguinte aspecto:

Relativamente ao caso brasileiro, as políticas públicas nos últimos anos são inseparáveis de uma profunda inovação institucional que, eventualmente, se traduz no extenso e variado uso do poder presidencial de legislar por medidas provisórias e, quase sempre, apresenta-se envolta em inacreditáveis estratégias que talvez fiquem mais bem descritas como “gatos” constitucionais. Inacreditáveis, igualmente, porque a sociedade nem sequer percebe que é por meio desses recursos que suas liberdades

econômicas vão sendo dissipadas, enquanto a alta gerência pública tem expandido o seu poder discricionário.

O quarto e último livro é *Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa*, que foi escrito substancialmente entre abril e novembro de 2006 e publicado em 2007. Embora, segundo o autor, o livro não tenha sido escrito com o propósito de explicar a realidade brasileira, tem a pretensão de estar contribuindo para que o debate econômico nacional se torne mais bem fundamentado na racionalidade dos diferentes agentes de decisão que intervêm na formação das escolhas públicas.

A esse respeito, vale reproduzir um fato ilustrativo desse livro:

Um exemplo desse ponto de vista é a persistência da visão de tesouraria que domina, há longo tempo, o debate sobre o desequilíbrio das contas públicas. Tem sido fácil montar complexas análises que se afunilam para, ao fim e ao cabo, receitar vigorosos cortes nos gastos públicos, ignorando por completo a racionalidade de quem tomará tal decisão, de que segmento privado se estarão suprimindo benefícios de políticas públicas e, correspondentemente, a reação que possa empreender no processo político. Por igual. A condenação da elevada carga tributária é, muitas vezes, apresentada justo por segmentos da atividade produtiva que deixam de lado o fato de que, ao longo do tempo, eles próprios têm sido beneficiários de toda sorte de proteções ante a incidência de impostos; a mobilização de grupos de interesses preferenciais é o mecanismo que trivialmente é acionado na habilitação desses ganhos junto ao processo político (MONTEIRO, 2007, p. 16).

Em comum, os quatro livros apresentam elementos da abordagem da escolha pública (*public choice*) nem sempre presentes nas análises de outras correntes de pensamento econômico, entre elas: externalidades, custos de transação e *rent seeking*. Além disso, Monteiro (1998, p. 23) considera, para efeito de argumentação no jogo da política econômica no governo representativo, seis classes de participantes na escolha pública:

1. Os políticos, em sua atuação nas escolhas majoritárias da legislatura e, muito especialmente, por sua atribuição de decidir quanto à mudança nas regras constitucionais;

2. Os burocratas, numa relação de monopólio bilateral com a legislatura patrocinadora;
3. O presidente da República, sob cuja autoridade opera a burocracia governamental;
4. Os juízes, que fazem a revisão das decisões da legislatura e da burocracia;
5. Os grupos de interesses especiais, como identificados nas ações dos cidadãos no processo político, exclusive o uso do voto;
6. Os cidadãos, como eleitores da representação legislativa e do presidente da República.

9. Douglass North e o neoinstitucionalismo

As instituições são formadas para reduzir incertezas por meio da estruturação das interações humanas, o que não significa implicitamente que os resultados serão eficientes, no sentido dado a esse termo pelos economistas. A questão é tanto o significado da racionalidade como as características das transações, que impedem que os atores atinjam, em conjunto, o resultado ideal de um modelo de custo de transação zero.

Douglass North¹⁸

Douglass Cecil North nasceu em Cambridge, Massachusetts, no dia 5 de novembro de 1920. Ocupou por muitos anos, como professor titular, a cátedra Henry R. Luce of Law and Liberty, na Washington University, em Saint Louis. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1993, juntamente com Robert Fogel. Faleceu em Bezonía, Michigan, em 23 de novembro de 2015.

¹⁸ NORTH, Douglass C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*, 1994, p. 17.

Douglass North é o maior expoente de uma das correntes do pensamento econômico liberal contemporâneo, que, a exemplo da Teoria da Escolha Pública, faz uma abordagem que supõe estreito relacionamento entre economia, direito e política.

O capítulo será dividido em três partes: na primeira, mostro a origem da visão institucionalista e a diferença entre as Escolas Institucionalista e Neoinstitucionalista; na segunda, serão apresentadas as principais bases teóricas do pensamento econômico neoinstitucionalista; na terceira, será estabelecida uma relação entre o neoinstitucionalismo e o Brasil.

9.1. Diferença entre institucionalismo e neoinstitucionalismo

O pensamento econômico institucionalista surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, tendo em Thorstein Veblen seu nome de maior destaque. No *Dicionário de economia do século XXI*, o prof. Paulo Sandroni refere-se a essa escola de pensamento econômico da seguinte forma (2005, p. 431):

Desenvolve uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamentos de instituições - como empresas, sindicatos, o Estado e seus organismos. Ressaltando o papel da estrutura e da organização política e social na determinação dos acontecimentos econômicos, os institucionalistas entraram em aberta polêmica com os economistas ortodoxos, criticando-os por distorcerem a realidade pelo uso de modelos puramente teóricos e matemáticos, não levando em conta o ambiente institucional que envolve a economia. Para os institucionalistas, não é a racionalidade, mas os instintos e costumes que movem o comportamento econômico; não é a competição pelo mercado, mas a competição por riqueza e poder. Desse modo, defendem a importância de outras disciplinas sociais, como a sociologia, a política e a antropologia no estudo e na solução dos problemas econômicos.

Observa-se, portanto, um posicionamento claramente favorável a uma ativa intervenção do governo na economia, tanto é que em vários manuais de história do pensamento econômico os economistas institucionalistas das gerações pos-

teriores são enquadrados na escola keynesiana, cuja influência foi tão acentuada, do final da Segunda Guerra até a década de 1970, que se tornou comum o uso da expressão grande consenso keynesiano. Com o crescente desgaste do keynesianismo, tornado mais claro a partir das experiências de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, ocorreu um refortalecimento das correntes de pensamento econômico de inspiração liberal. O neoinstitucionalismo faz parte das diversas correntes de pensamento econômico liberal, sintetizadas no Quadro 1.1., localizado no tópico 5.4. do capítulo I.

A maneira como se posiciona em relação à intervenção governamental na economia é, portanto, o principal fator de distinção entre a visão institucionalista e a neoinstitucionalista. Enquanto a primeira tem uma visão favorável, a segunda tem uma visão, por princípio, contrária à intervenção governamental.

9.2. Principais bases teóricas do neoinstitucionalismo

Douglass North, maior expoente da visão neoinstitucionalista, expõe a relevância das instituições para o desenvolvimento da seguinte forma:

O desempenho econômico é função das instituições e de sua evolução. Juntamente com a tecnologia empregada, elas determinam os custos de transação e produção. As instituições constituem as regras do jogo numa sociedade; mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas. Consequentemente, e em compensação, estruturam incentivos de natureza política, social e econômica. Como a teoria econômica ocidental neoclássica não leva na devida conta as instituições, de pouco servirá para analisar as fontes subjacentes do desempenho econômico. Não seria exagero dizer que, embora a teoria neoclássica se concentre na operação de mercados eficientes, poucos economistas ocidentais compreendem as exigências institucionais para a criação de tais mercados, eles simplesmente aceitam as instituições como um dado do problema (NORTH, 1994, p. 9).

Do que já foi dito, é possível depreender que, para a Escola Neoinstitucionalista (também conhecida como Nova Teoria Institucional), dois aspectos devem ser

levados em consideração ao se analisar o desempenho econômico de uma nação: as regras do jogo e a qualidade dos jogadores.

As regras do jogo correspondem às instituições, descritas por João Mellão Neto (2006, p. A 2) como:

... todos os valores, convicções, crenças e regras de conduta aceitos consensualmente por uma sociedade. Elas podem ter poder formal - caso dos códigos e leis aplicados pelo Judiciário - ou apenas força moral - caso em que os transgressores são punidos pela censura e pelo repúdio da própria comunidade.

Já a qualidade dos jogadores corresponde à capacidade do desempenho dos agentes econômicos na competição do mercado. Essa capacidade, no entanto, só poderá ser medida de maneira efetiva se cada agente, nas suas interações, tiver a convicção de que todos os outros agentes, que com ele interagem, estarão submetidos às mesmas condições. Sendo assim, essas condições devem privilegiar a competência e não os privilégios, e isso exige regras claras, transparentes, de conhecimento prévio e generalizado, e, dentro do possível, estáveis.

Portanto, sob a ótica neoinstitucionalista, ao se analisar o desempenho de uma economia, é preciso levar em conta as regras do jogo e a qualidade dos jogadores, considerando sempre que a segunda é condicionada pelas primeiras.

A outra base teórica de grande importância da Nova Teoria Institucional diz respeito aos custos de transação, conceito consagrado por Ronald Coase (Prêmio Nobel de Economia em 1991), que o considerou como um quarto fator de produção, além dos três clássicos considerados pelos economistas: terra, capital e trabalho. Coase "assinalou que só se obtêm os resultados neoclássicos de mercados eficientes quando não há custos de transação" (Apud NORTH, 1994, p. 9).

João Mellão Neto (2006, p. A 2) define custos de transação como:

... todos os dispêndios - de dinheiro, de tempo, de trabalho e de risco - em que uma empresa ou um indivíduo incorrem ao se relacionarem com o mercado. Um industrial, por exemplo, para produzir necessita amearhar capital, matérias-primas, mão de obra, máquinas e equipamentos, e assim por diante. Cada um desses componentes, além de seu preço, embute também o seu "custo de transação", que são os riscos, tributos e despesas indiretas inerentes à operação de compra e venda.

Incorporando à sua análise essa contribuição de Ronald Coase, os neoinstitucionalistas observam que, quanto mais baixos relativamente aos demais forem os custos de transação, mais uma empresa – ou uma nação – crescerá.

Por fim, cabe destacar a importância atribuída por Douglass North e pelos neoinstitucionalistas a aspectos considerados essenciais para a obtenção de altos níveis de produtividade, pré-requisito básico de sobrevivência e diferenciação num mundo marcado pela acirrada competitividade. Tal importância fica nítida no trecho que se segue:

Um mercado eficiente é consequência de instituições que, em determinado momento, oferecem avaliação e execução contratuais de baixo custo, mas o meu tema aqui se refere aos mercados que mantêm essas características em bases permanentes. Para que a eficiência seja duradoura, é essencial haver instituições econômica e politicamente flexíveis, que se adaptem às novas oportunidades. Tais instituições eficientes e adaptáveis têm que oferecer incentivos para a aquisição de conhecimentos e instrução, promover inovações e estimular a disposição de correr riscos e a criatividade. Em um mundo de incertezas, ninguém sabe a solução correta para os problemas que enfrentamos, como afirmou acertadamente Hayek. Portanto, as instituições devem estimular os ensaios e eliminar os erros. Um corolário lógico disso é a descentralização das decisões, permitindo à sociedade explorar diversas formas alternativas de resolução de problemas. É igualmente importante aprender com os fracassos e tentar evitá-los. As instituições, portanto, devem não só promover a avaliação dos direitos de propriedade a baixos custos e a legislação sobre concordatas, como também oferecer incentivos que estimulem decisões descentralizadas e mercados efetivamente competitivos (NORTH, 1994, p. 12-13).

9.3. A visão da corrente neoinstitucionalista e o Brasil

Lamentavelmente, no Brasil, os custos de transação ainda se apresentam muito elevados, comprometendo a competitividade tanto de nossas empresas, como, por extensão, da nossa economia. Entre outras, as razões que contri-

buem para isso são as constantes mudanças nas regras do jogo, o frequente desrespeito aos direitos de propriedade, a falta de igualdade absoluta de todos perante a lei, a lentidão na tramitação dos processos legais, o sistema tributário caótico e as deficiências na infraestrutura, que oneram a produção e o comércio de nossos bens e serviços.

O prejuízo decorrente do descaso com as questões institucionais, no entanto, não é um fenômeno recente. Ao contrário, está presente em boa parte de nossa história econômica, sendo um dos componentes do que alguns analistas e historiadores denominam de visão patrimonialista, segundo a qual os políticos e ocupantes dos cargos públicos exercem suas atividades confundindo o patrimônio público com o patrimônio particular e colocando os interesses pessoais ou dos grupos que lhes dão sustentação acima dos interesses da coletividade como um todo.

Entre os diversos autores que se valem da abordagem neoinstitucionalista para examinar a história econômica do Brasil e o impacto negativo do descaso com as instituições está José Júlio Senna. No livro *Os parceiros do rei* ele realça exatamente esse aspecto como uma das principais razões pelas quais Brasil e Estados Unidos, cujas trajetórias de desenvolvimento andaram mais ou menos juntas, a partir de um determinado momento seguem caminhos e ritmos completamente diferentes. Enquanto nos Estados Unidos prevaleceu uma política descentralizada e assentada em bases institucionais cada vez mais sólidas, no Brasil, o que predominou foi um Estado centralizador, que procurou sempre adaptar as instituições aos interesses dos governantes e de seus grupos de sustentação.

Os trechos que se seguem, extraídos do livro *Os parceiros do rei*, de José Júlio Senna, intercalados com alguns comentários pessoais, são emblemáticos para ilustrar o contraste entre as trajetórias históricas do Brasil e dos Estados Unidos.

O ponto importante a destacar é que, desde a primeira hora, os americanos estiveram praticamente imunes à ação de um governo central, pois, durante cerca de um século, os ingleses não revelaram muito interesse por suas colônias. Além disso, o tipo de governo que os americanos realmente conheciam era de âmbito local. As assembleias legislativas (com algumas exceções), onde se faziam representar, cuidavam da tributação e do processo de alocação dos recursos públicos. Quando se sentiram espo-

liados pela Coroa inglesa, rebelaram-se. Consideraram um ato de tirania a primeira manifestação concreta de um poder superior. Era natural, assim, que encarassem com reserva a proposta de instituição de um governo nacional (SENNA, 1995, p. 83).

Constata-se, portanto, numa comparação com o centralismo, que caracterizou o patrimonialismo da história política do Brasil, uma profunda diferença com a formação política dos Estados Unidos, fato este também enfatizado por Senna (1995, p. 83-84):

No fundo, foram os princípios de autogoverno, cedo implantados, que levaram os antifederalistas a não aceitar, de imediato, a sugestão de seus opositores. Em termos mais específicos, havia a preocupação de que o governo central se tornasse excessivamente poderoso, ferindo a liberdade dos próprios indivíduos. E foi esse o fator que acabou levando os Estados Unidos a terem um sistema bem mais balanceado, comparativamente ao Brasil, por exemplo, no tocante à distribuição de atribuições entre as diversas esferas de governo - local, estadual e federal. De fato, como resultado de todo esse processo, os estados americanos possuem, ainda hoje, um grau de independência não encontrável em outras federações, ou em países que se intitulam repúblicas federativas, inclusive o poder de legislar em matéria de direito substantivo.

Essa diferença verificada na trajetória política do Brasil e dos Estados Unidos está na raiz do baixo prestígio dos políticos e dos partidos políticos no Brasil, em especial no que se refere ao distanciamento entre representantes e representados. A esse respeito, vale destacar o comentário de Senna (1995, p. 84):

O contraste com a experiência brasileira é flagrante. Colonizados por Portugal, país este que já nasceu fortemente centralizado, desde cedo nos acostumamos aos caprichos de um poder distante e insensível às reais necessidades da população, em geral, e das comunidades, em particular. Pior do que isso, crescemos acreditando no Estado, como entidade geradora de riquezas, capaz de trazer o progresso econômico e a justiça social. Ao mesmo tempo, cuidamos muito pouco dos mecanismos de representação política da população, junto aos centros decisórios. Em função disso, deixamos de

desenvolver nossa capacidade de reagir à ação - frequentemente arbitrária - dos governantes. E quando falamos governantes, referimo-nos sobretudo à esfera federal, onde se concentra o poder. Essas características acabam moldando o padrão de desenvolvimento econômico e social de nosso país. Em função dos vícios de nossa formação, causa estranheza a muitos brasileiros qualquer questionamento sobre a concentração de poderes nas mãos do governo central. Em geral, os que revelam esse tipo de apreensão são justamente os que ainda acreditam na capacidade do Estado de gerar riquezas. Deste, eles esperam tudo, esperam a salvação.

Eduardo Giannetti é outro que, em diversos de seus livros e artigos, tem dado grande ênfase à importância da estabilidade das regras do jogo. Na época da inflação crônica e elevada, que em alguns momentos beirou à hiperinflação, a constante mudança nas regras do jogo provocava um ambiente de instabilidade institucional que afetava negativamente todos os agentes econômicos, em especial os investidores - nacionais ou estrangeiros. Poucos meses depois da entrada em vigor do Plano Real, Giannetti escreveu num artigo para a *Folha de S.Paulo* (18/9/94), reproduzido depois em *As partes & o todo*:

Para viabilizar novos investimentos, o mais importante é a conquista de uma constituição econômica - um arcabouço estável de regras - que reduza a incerteza e coíba o ativismo macroeconômico do governo. O grau de imprevisibilidade da nossa economia é letal para as decisões estratégicas e a retomada do crescimento (GIANNETTI, 1995, p. 65).

O grande problema é que mais de duas décadas depois da estabilidade monetária obtida graças ao Plano Real a mudança das regras do jogo continua elevada, comparativamente a outros países, prejudicando a nossa economia e afugentando investimentos estrangeiros diretos.

Em *A era do economista*, Daniel R. Fusfeld (2001, p. 311), refere-se a um aspecto importante, contrastando as visões neoinstitucionalista e cepalina:

A abordagem novo-institucionalista sugere, em contraste com a abordagem cepalina de distinção entre centro e periferia, que tanto as causas do desempenho econômico insatisfatório dos países da América Latina quanto as medidas que podem levar essas nações a superar o hiato que as

separa das nações desenvolvidas devem ser procuradas, exclusivamente, nas características internas dessas economias.

Manoel Marcondes Machado Neto, professor da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro, e Lusía Angelete Ferreira, instrutora no Conselho Regional de Contabilidade (RJ) e autora do livro *SIMPLES e outros benefícios legais para pequenas empresas*, mencionaram Douglass North e a importância das instituições num artigo sobre Economia Criativa¹⁹.

No referido artigo, intitulado *Antes da Economia Criativa vem a Economia da Cultura: a arte, brasileira, de colocar o carro à frente dos bois*, apresentam como epígrafe duas citações, uma de Celso Furtado, outra de Douglass North.

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência, estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. A mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e por isso é a chave para a compreensão da mudança histórica (NORTH, 2018, p. 13).

Analisando os avanços e retrocessos da Economia Criativa no Brasil, Machado Neto e Ferreira (2014, p. 178) apontam a instabilidade institucional como seu principal fator.

As instituições vigentes ao longo do tempo explicam o atual desempenho das organizações culturais. Nos segmentos analisados, a censura política e o controle estatal fragilizaram as organizações ao invés de incentivá-las. As drásticas mudanças das instituições formais verificadas ao longo do tempo aumentaram as incertezas dos investimentos. Na matriz atual, a prioridade é pela manutenção da dependência das organizações aos insuficientes subsídios estatais ou aos patrocínios seletivos, sem exigências de legitimação e com exclusão da maioria dos produtores culturais. A deficiência das políticas públicas contribui para a perpetuação da dependência dessas organizações pelos recursos alheios.

¹⁹ A Economia Criativa será tratada no último capítulo deste livro..

Os mesmos autores (2014, p. 178) afirmam, em seguida, com propriedade, que essa dependência tem uma consequência preocupante:

As matrizes institucionais brasileiras ainda não foram capazes de desenvolver organizações privadas autossuficientes, administrativa, financeira ou economicamente, em todos os segmentos culturais analisados. Ao longo do tempo, essas organizações oscilaram entre a estagnação, o engajamento político e a produção pontual. Esse cenário mudou pouco porque a atual política pública, baseada quase que exclusivamente nas leis de incentivos fiscais, não é suficiente para criar um ambiente institucional favorável aos segmentos.

Quem acompanhou a atribulada trajetória da Economia Criativa, verificada até o momento, caracterizada por elevado grau de descontinuidade, não pode deixar de dar razão a Machado Neto e Ferreira.

Concluindo o capítulo, gostaria de destacar um autor que, além dos já mencionados Mellão, Senna, Giannetti, Machado Neto e Ferreira, tem se utilizado da abordagem neoinstitucionalista em suas análises da conjuntura brasileira.

Trata-se do ex-ministro Máílson da Nóbrega que publicou, em 2005, o livro *O futuro chegou*, resultado de mais de 20 anos de estudos e pesquisas iniciados no final de 1984, quando ocupava o cargo de secretário-geral do Ministério da Fazenda. Na ocasião, liderou “os estudos que promoveram ampla radiografia do atraso institucional dos regimes fiscal e monetário e apresentaram sugestões de medidas para lidar com os problemas detectados” (2005, p. 23). Seu interesse pelo tema cresceu em 2001, quando leu um artigo na revista *The Economist* sobre o papel das instituições no desenvolvimento. Aumentou ainda mais quando, por indicação de seu colega na Tendências Consultoria Integrada, prof. José Márcio Camargo, leu *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*, de Douglass North.

Posteriormente, Máílson passou a explorar o tema nos artigos dominicais em *O Estado de S. Paulo* e no período em que foi pesquisador visitante no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Finalmente, no final de junho de 2005, ausentou-se da Tendências e da FEA por sete semanas para dedicar-se à redação do livro.

Publicado no auge dos escândalos que, em meados de 2005, se abateram sobre o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula, conhecidos pelo nome de

mensalão, *O futuro chegou* conta “a história da luta pela modernização institucional das finanças públicas, realçando o persistente atraso institucional das áreas fiscal e monetária” (NÓBREGA, 2005, p. 22).

10. Gary Becker e as diferentes aplicações de métodos econômicos

É definitivamente possível fazer a transição de uma sociedade rural para uma sociedade industrial, e desta para uma sociedade de serviços na velocidade que o mundo de hoje exige. O desafio para isso está em criar o ambiente econômico adequado e propiciar o florescimento de outras instituições que promovam o crescimento econômico.

Gary Becker²⁰

Gary Stanley Becker nasceu em Pottsville, na Pensilvânia, em 1930. É considerado um dos economistas mais criativos de todo o mundo, aplicando os métodos da economia na análise dos mais diferentes fenômenos sociais. Foi premiado com o Nobel de Economia em 1992 por ter ampliado o domínio da análise microeconômica para uma ampla gama de comportamentos e interações humanas, incluindo comportamento não mercantil. Faleceu em 3 de maio de 2014 em Chicago, Illinois.

10.1. Aspectos biográficos e bibliográficos

Nascido em Pottsville, uma pequena cidade mineira no leste da Pensilvânia, Gary Becker era filho de um pequeno negociante. Aos 4 ou 5 anos, mudou-se

²⁰ Em entrevista para a revista *Think Tank*, 1999, p. 14.

para o Brooklin, Nova York, com os pais, suas duas irmãs Wendy e Natalie e seu irmão Marvin. Foi lá no Brooklyn, onde seu pai tornou-se sócio de um pequeno negócio, que Becker frequentou a escola elementar e o colegial (atual ensino médio), sendo sempre um bom aluno, embora reconheça que até os 16 anos estivesse mais interessado nos esportes do que nas atividades intelectuais.

Gary Becker graduou-se pela Universidade de Princeton e, logo em seguida, deu início a um prolongado relacionamento com a Universidade de Chicago, em que obteve seu mestrado, em 1953, e seu doutorado, em 1955. Nesse meio tempo, começou lá mesmo a lecionar, em 1954. Entre os anos de 1957 e 1969, Becker foi professor da Universidade de Columbia, retornando em 1970 à Universidade de Chicago, onde permaneceu por muitos anos como professor de economia e sociologia.

A par da atividade docente, Becker escreveu regularmente, desde meados da década de 1980, colunas para a *Business Week*, o que lhe proporcionou maior visibilidade perante o grande público.

Além disso, Becker teve presença destacada em algumas das mais prestigiosas instituições econômicas: foi presidente da American Economic Association (1987); esteve associado ao Hoover Institution, em Stanford, ao National Bureau of Economic Research e à Mont Pelerin Society, o influente *think tank* criado por Friedrich Hayek em 1947, da qual foi nomeado vice-presidente em 1989.

Das honrarias e prêmios com que foi contemplado, merecem destaque: a John Bates Clark Medal (1967), concedida a cada dois anos pela American Economic Association a economistas com idade inferior a 40 anos, por terem feito uma contribuição significativa ao pensamento e ao conhecimento econômicos; a National Medal of Science (2000); e o Prêmio Nobel de Economia (1992), por haver estendido os domínios da análise microeconômica ao vasto campo do comportamento humano e das suas interações, incluindo o comportamento não mercadológico.

Entre suas principais publicações, destacam-se: *The economics of discrimination*. Chicago: University of Chicago Press, 1957; *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. New York: Columbia University Press, 1964; *Crime and punishment: an economic approach*. *Journal of Political Economy*, v. 76, p. 196-217; *Economic theory*. New York: Alfred A.

Knopf, 1971; *The economic approach to human behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1976; *A treatise on the family*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981; A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence. *Quarterly Journal of Economics*, v. 98, p. 371-400, 1983; A theory of rational addiction (com Kevin M. Murphy). *Journal of Political Economy*, v. 96, p. 675-700, 1988; Fertility choice in a model of economic growth (com R. J. Barro). *Econometrica*, v. 57, p. 481-501, 1989; *The economics of life: from baseball to affirmative action to immigration* (com Guity N. Becker). Chicago: McGraw-Hill Trade, 1998.

10.2. Um economista fora dos padrões

Embora seja enquadrado naquilo que se convencionou chamar genericamente de Escola de Chicago, árdua defensora dos princípios liberais, Becker engajou-se, de 1964 a 1967, numa linha de pesquisa liderada por Jacob Mincer e Theodore Schultz voltada à teoria do capital humano. Como observam Beaud e Dostaler, essa teoria consiste em aplicar ao investimento em capital humano as mesmas regras de análise que são aplicadas ao investimento tradicional.

L'individu qui effectue des dépenses pour améliorer son éducation ou sa santé, ou un autre élément de sa situation, le fait dans la perspective d'obtenir un gain futur plus considérable. On peut donc dire qu'il investit en lui-même. L'individu rationnel prendra ses décisions en comparant le flux de gains futurs au coût de l'investissement (BEAUD; DOSTALER, 1993, p. 239).²¹

A preocupação com o capital humano foi sempre uma característica da escola neoclássica e exemplo representativo disso é Alfred Marshall, o maior expoente dessa escola, que demonstrou grande preocupação com esse fator. Para Marshall (1982, v. II, p. 190), "o mais valioso de todos os capitais é o que se investe em seres humanos".

²¹ O indivíduo que realiza despesas em educação, saúde ou outro elemento qualquer de sua situação pessoal o faz na perspectiva de obter ganhos consideráveis. É o mesmo que dizer que ele investiu em si mesmo. O indivíduo racional toma suas decisões comparando o fluxo de ganhos futuros ao custo do investimento. (Tradução do autor)

Becker, no entanto, ampliou consideravelmente a problemática neoclássica, que é a base da teoria do capital humano ao estender para diversos outros fenômenos da vida social o mesmo argumento utilizado na análise do investimento em capital humano, fundamentada na racionalidade dos indivíduos. Nas mais diferentes situações, para se casar, para se dedicar ao crime, para consumir drogas, para ter filhos, para comprar um eletrodoméstico ou para se divorciar, o indivíduo toma sua decisão comparando racionalmente custos e benefícios, tendo em mente a maximização de sua satisfação.

Vejamos o caso do crime. O indivíduo racional compara os ganhos que pode obter com essa atividade aos custos, considerando as possibilidades de ser capturado e a extensão da pena. Pode parecer simples, mas há uma série de variáveis envolvidas nessa análise. Pelo lado dos benefícios, o indivíduo compara o que será possível ganhar e em quanto tempo de "trabalho". Leva em conta, alternativamente, quanto ganharia no exercício de uma atividade profissional regular, na qual provavelmente teria de trabalhar em tempo integral. Pelo lado dos custos, ele considera as chances de ser flagrado, condenado e efetivamente ter de cumprir a pena. Se, por exemplo, for um indivíduo de baixa qualificação, sem nenhuma oportunidade de obter um emprego com remuneração elevada, a perspectiva de correr risco na atividade criminosa torna-se atraente. Se ele considerar que a chance de ser flagrado e condenado é remota em razão do número reduzido de policiais, do despreparo deles ou dos equipamentos limitados de que dispõem, a perspectiva torna-se mais atraente ainda. Se, ainda por cima, ele constatar que a legislação oferece uma série de atenuantes e que, por falta de presídios, a tendência dos juízes é aplicar penas suaves, sendo, portanto, muito remota a hipótese de ter de passar um período muito longo de tempo atrás das grades, a chance de optar pelo crime é muito grande. Afinal, com essas variáveis todas, a conclusão a que o indivíduo chega é a de que "o crime compensa".

Evidentemente, se as variáveis fossem outras, como, por exemplo: de um lado, o indivíduo possui bom nível de qualificação, a atividade econômica está em fase de expansão, estão surgindo boas oportunidades de emprego e a chance de obter salários elevados é alta; e, de outro, o sistema de segurança é eficiente, recebe polpidos investimentos públicos, resultando num efetivo policial

bem preparado e equipado, capaz de exercer com competência o combate ao crime, agindo tanto na prevenção como na repressão, o sistema judicial é ágil, permitindo a tramitação rápida dos processos e as penas são duras, tendo que ser cumpridas à risca, a possibilidade de se sair bem na atividade criminosa se reduz acentuadamente, e o indivíduo irá pensar muito mais antes de se dedicar a ela, já que, na sua percepção, “o crime não compensa”.

O mesmo tipo de raciocínio pode ser aplicado a bens não comercializáveis, em que o fator preponderante deixa de ser o ganho monetário e passa a ser a obtenção de benefícios afetivos, emocionais ou espirituais.

Gary Becker tornou-se pioneiro na elaboração de modelos de análise que confrontam vantagens (benefícios) e desvantagens (custos) para a tomada de decisão em situações com as quais os economistas jamais haviam se preocupado, o que abriu oportunidades de aplicação de métodos econômicos em muitas áreas e permitiu grande aproximação da economia com a sociologia e o direito.

10.3. Influências de Gary Becker

Não é exagero afirmar que Gary Becker foi um dos mais influentes economistas contemporâneos. Primeiro, por ter dado continuidade à tradição neoclássica da teoria do capital humano, uma problemática que não perde a atualidade e que tem revelado importantes economistas no Brasil e no exterior, tais como José Pastore, Eduardo Giannetti, Marcelo Côrtes Neri, James Heckman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2000, e tantos outros.

Segundo, porque ao abrir o leque de aplicações da análise econômica para diversos campos da vida social, Becker tem inspirado jovens economistas bastante criativos, dos quais o que mais se destacou, por enquanto, foi provavelmente Steven Levitt, autor do livro *Freakonomics*, que se transformou num *best seller* em vários países, motivando até o lançamento de uma espécie de continuação com o título de *Superfreakonomics*. Da mesma forma que Becker, Levitt também recebeu a Medalha John Bates Clark, concedida a economistas com menos de 40 anos que tenham dado alguma importante contribuição ao pensamento econômico. Nessa mesma linha editorial, recomendo os livros *O economista clandestino*, de Tim

Harford, *O naturalista da economia*, de Robert Frank, *Descubra o seu economista interior*, de Tyler Cowen, *Previsivelmente irracional*, *Positivamente irracional* e *A mais pura verdade sobre a desonestidade*, de Dan Ariely, leituras capazes de agradar tanto a economistas como a não economistas. Esse estilo de livro não passou despercebido no Brasil, estimulando economistas a explorar o mesmo nicho, caso de Carlos Eduardo S. Gonçalves, autor de *Economia sem truques*, em parceria com Bernardo Guimarães, e de *Sob a lupa do economista*, com Mauro Rodrigues.

11. Robert Lucas e as expectativas racionais

***Poucos economistas terão a honra de serem identificados como criadores de uma “escola”
Esse é o destino de Lucas: ser definitivamente associado à criação da nova economia clássica.***

Antonio Delfim Netto²²

Robert Lucas Jr. nasceu em Yakima, Washington, em 1937. Graduou-se em História em 1959 na Universidade de Chicago, obtendo seu PhD em Economia pela mesma universidade. Foi professor na Universidade Carnegie-Mellon de 1963 a 1974; desde então leciona na Universidade de Chicago. Foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1995, por ter desenvolvido e aplicado a hipótese das expectativas racionais, transformando a análise macroeconômica e aprofundando nossa compreensão da política econômica

²² DELFIM NETTO, Antonio. Lucas, o Nobel. *Ideias Liberais*, ano III, n. 38, 1995, p. 3.

11.1. Rápidas pinceladas sobre sua vida

Robert Lucas Jr. é o filho mais velho de Robert Emerson Lucas e Jane Templeton Lucas. Seus pais mudaram-se de Yakima para Seattle para abrir um pequeno restaurante. Foi no sistema público local, mais precisamente na Roosevelt High School, que Lucas concluiu o colegial.

Como era bom em matemática e ciências, Lucas poderia estudar engenharia na Universidade de Washington, em Seattle, o que seria a sequência natural, ou sair de casa e tentar voos maiores, para o que tinha o apoio dos pais, desde que recebesse uma bolsa de estudos. O Massachusetts Institute of Technology (MIT) não lhe concedeu a bolsa pretendida, mas a Universidade de Chicago, sim. Diante dessa oportunidade, ele não hesitou em fazer uma viagem de trem de 44 horas de duração para Chicago, onde, anos mais tarde, escreveria seu nome no panteão dos maiores economistas de todos os tempos.

Depois de concluir sua graduação em História na Universidade de Chicago, Lucas obteve outra bolsa de estudos, a Woodrow Wilson Doctoral Fellowship, com a qual iniciou o programa de pós-graduação em História na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Durante sua estada em Berkeley, Lucas assistiu algumas aulas de História Econômica, encantando-se pelo assunto e se interessando em obter a transferência para o curso de Economia. Como, porém, não havia esperança de conseguir suporte financeiro para fazer o curso no Departamento de Economia de Berkeley, Lucas decidiu voltar para Chicago, onde aproveitou o restante do semestre letivo para assistir algumas aulas do curso de graduação como preparação para o verdadeiro início no semestre seguinte.

Foi então que recebeu duas fortes influências, como ele mesmo reconhece: de Milton Friedman, que foi seu professor de microeconomia (teoria dos preços), e de Paul Samuelson, por meio do famoso livro *Foundations of economic analysis*, como ele mesmo relata no site do Prêmio Nobel:

It was lucky for me that one of my undergraduate texts referred to Paul Samuelson's *Foundations of Economic Analysis* as "the most important book in economics since the war." Both the mathematics and the economics in *Foundations* were way over my head, but I was too ambitious to

spend my summer on the second most important book in economics, and Samuelson's confident and engaging style kept me going. All my spare time that summer went in to working through the first four chapters, line by line, going back to my calculus books when I needed to. By the beginning of fall quarter I was as good an economic technician as anyone on the Chicago faculty. Even more important, I had internalized Samuelson's standards for when an economic question had been properly posed and when it had been answered, and was in a position to take charge of my own economic education.²³

Um comentário interessante a respeito da trajetória intelectual de Robert Lucas foi feito pelo prof. Antonio Delfim Netto, logo após a notícia de que ele havia sido contemplado com o Prêmio Nobel. Em artigo originalmente publicado na *Folha de S.Paulo* (1995, p. 3), afirmou:

O que há de interessante em Lucas é que se graduou em história (1959) em Chicago e deslocou-se para Berkeley para doutorar-se. Descobriu no caminho que "as forças econômicas são as forças centrais da história" e decidiu conhecer um pouco de economia. Em lugar de perder-se como mais um historiador marxista ou institucionalista, como seria de esperar, transformou-se num autodidata em matemática, explorou a econometria do mercado de trabalho e produziu modelos de grande complexidade e extrema beleza, mas que sugeriam estranhas conclusões. Levou às últimas consequências, com lucidez e perseverança, uma certa "racionalidade".

Em 1963, Richard Cyert, então o novo diretor da Escola de Pós-Graduação em Administração de Empresas do Carnegie Institute of Technology (atual Carnegie-Mellon University), ofereceu a Lucas um cargo na instituição. Lá ele permane-

²³ "Tive muita sorte que um dos meus textos da graduação se referisse aos *Fundamentos de análise econômica*, de Paul Samuelson, como sendo um dos "mais importantes livros de economia desde a guerra". Tanto a matemática quanto a economia contidas nos *Fundamentos* estavam muito acima da minha capacidade, mas eu era ambicioso e precisava aproveitar a chance de passar meu verão com o segundo livro mais importante em economia, e o estilo confiante e envolvente de Samuelson me conquistaram. Todo o meu tempo livre naquele verão foi dedicado a trabalhar nos primeiros quatro capítulos, linha por linha, voltando aos meus livros de cálculo quando eu precisava. No começo do outono, eu era tecnicamente tão bom em economia quanto qualquer um na faculdade de Chicago. Mais importante ainda, havia internalizado os padrões de Samuelson a respeito de quando uma questão econômica era adequadamente formulada e respondida. E estava em posição de assumir a responsabilidade pela minha própria educação econômica." (Tradução do autor)

ceu por onze anos, fazendo parte de um memorável grupo de economistas (entre os quais John Muth) interessados na dinâmica e na formação das expectativas.

Depois de 11 anos na Carnegie-Mellon, Lucas retornou, em 1974, à Universidade de Chicago, como professor titular do Departamento de Economia. Em 1980 assumiu a condição de John Dewey Distinguished Service Professor at Chicago, que mantém até os dias de hoje. Em Chicago, Lucas se beneficia do extraordinário clima intelectual da instituição que tem o maior número de laureados com o Nobel de Economia, entre os quais Gary Becker, Merton Miller e James Heckman. Como bem observa José Alexandre Scheinkman, o brasileiro que ocupou a chefia do Departamento de Economia da Universidade, “o almoço em Chicago é uma coisa muito importante porque conversamos muito sobre nosso trabalho com os colegas”.

Em 1995, Lucas recebeu o Prêmio Nobel de Economia, segundo Carl-Olof Jacobsson, secretário-geral da Real Academia de Ciências da Suécia, porque “seu trabalho sobre as expectativas racionais revolucionou as análises macroeconômicas e influenciou governos de todo o mundo”.

“Por ironia do destino”, como salienta Stanley Brue (2005, p. 494), “sua ex-esposa recebeu metade de seu prêmio de aproximadamente US\$ 1 milhão, porque sete anos antes ele havia inserido uma cláusula no contrato de divórcio que previa tal possibilidade. A cláusula deveria expirar em 1996”.

11.2. As expectativas racionais revolucionando a macroeconomia

O primeiro artigo relevante sobre as expectativas racionais foi publicado em 1961, por John Muth. Porém, o mesmo não despertou muito interesse, permanecendo esquecido por quase 10 anos. O reconhecimento da importância do assunto veio com o *paper* de Robert Lucas e Leonard Rapping, intitulado *Salário real, emprego e inflação*, publicado em 1969 no *Journal of Political Economy* (JPE), uma das mais renomadas revistas de economia de todo o mundo. Esse trabalho, como salienta Ricardo Feijó (2001, p. 462), “projetou o nome de Lucas por ter proposto um modelo de mercado de trabalho que seria mais tarde a base dos modelos da nova escola conhecida como novo-clássica”, cujas conclusões apoiam

a tese de Friedman sobre a existência de uma taxa natural de desemprego.

A consolidação da Teoria das Expectativas Racionais veio com a publicação de uma série de artigos publicados pelas mais renomadas revistas especializadas, não apenas de Lucas, mas também de Thomas Sargent, Neil Wallace, Robert Barro, Edward Prescott, Bennett McCallum e R. Townsend.

A ideia básica da Teoria (ou Hipótese) das Expectativas Racionais é bastante atrativa: os participantes do mercado não ignoram nem desprezam a informação e as previsões sobre o curso futuro da economia e sobre a atividade econômica. Eles antecipam racionalmente os efeitos das políticas governamentais e reagem no presente de acordo com as expectativas que se formaram. Os adeptos dessa teoria creem que os consumidores de bens, serviços e instrumentos financeiros, bem como os produtores desses itens reagirão frente às políticas fiscais, monetárias e demais medidas do governo por meio da aprendizagem dos efeitos dessas políticas e medidas. A reação dos consumidores e produtores, baseada nas expectativas racionais dos efeitos dessas políticas neutralizará, total ou parcialmente, os efeitos desejados das políticas discricionárias, fiscais e monetárias do governo.

Seus adeptos afirmam, portanto, que o governo tem pouco poder sobre os mercados. Todd Buchholz (2000, p. 319) afirma que “os teóricos das Expectativas Racionais, incluindo Robert Lucas e Thomas Sargent, começam com o mercado de ações e então fazem analogia com mercados mais amplos da economia”.

Robert Ekelund e Robert Hebert (1996) ilustram de forma clara a ideia central da hipótese das expectativas racionais:

Os participantes do mercado aprenderão através da experiência que os aumentos da taxa de expansão monetária ocorridos em função da atuação do Banco Central serão seguidos geralmente por uma taxa de inflação mais alta, a que se seguem taxas de juros nominais mais altas. As ações empreendidas no presente, de acordo com esta informação, no todo ou em parte, frustrarão os objetivos políticos desejados pelo Banco Central. Se o BC aumenta a oferta monetária a fim de aumentar o emprego (prescrição keynesiana para atenuar a recessão), porém os trabalhadores e as empresas antecipam perfeitamente os aumentos de preços resultantes,

então os trabalhadores demandarão aumentos dos salários nominais. (É necessário que diminuam os salários reais para se obter um aumento do emprego). As empresas que antecipem o aumento de preços e o aumento de vendas estarão dispostas a conceder aos trabalhadores o aumento dos salários nominais. Nesta conjuntura, sem dúvida, os salários reais se mantêm iguais e a política desejada pelo Banco Central é imediatamente neutralizada. Os responsáveis pela política discricionária se opõem aos participantes do mercado. Em última instância - depois que a aprendizagem esteja assimilada e as expectativas se ajustem convenientemente -, os responsáveis da política influem pouco ou nada na economia. Podem tentar surpreender os participantes do mercado, porém não podem fazê-lo sempre. Para produzir algum efeito na economia, a política teria que se conduzir de uma forma aleatória.

Ricardo Feijó (2001, p. 462) também enfatiza a neutralização das políticas governamentais ao afirmar que “os artigos de Lucas chegam a resultados clássicos tais como neutralidade da moeda e a ineficácia da política econômica do Governo; deriva daí a origem do nome “novos clássicos”.

A incorporação das expectativas na análise teórica não é propriamente uma novidade, já que diversos economistas anteriores a Robert Lucas já as haviam levado em consideração. A novidade reside no tipo de expectativa considerado por Lucas e pelos outros seguidores da chamada Escola Novo-Clássica.

Artigo publicado por *The Economist* em 2007 (e reproduzido no Brasil pela *Gazeta Mercantil*) foi extremamente didático para descrever a diferença no uso das expectativas pelos economistas do passado em comparação com o uso que dela faz Robert Lucas.

John Maynard Keynes reconhecia a importância das expectativas, principalmente no mercado de trabalho. O mesmo ocorria com muitos outros economistas antes dele. Mas a economia não dispunha de uma teoria plausível a respeito de como as expectativas se formam. Keynes colocou o problema de lado, considerando-o como sendo uma premissa e ponto. Ele tratava as expectativas como algo “exógeno” - ou seja, algo determinado fora do sistema econômico que estava tentando explicar.

Quando os seguidores de Keynes passaram a incluir o futuro nos seus modelos econômicos, viram-se obrigados a dizer um pouco mais sobre o assunto. Argumentaram que as pessoas fazem previsões a respeito do futuro examinando exclusivamente as coisas do passado.

O principal enfoque era o das expectativas adaptativas. Segundo essa visão, os agentes econômicos imaginam qual será a inflação do próximo ano implicitamente dando pesos aos índices de inflação dos anos anteriores. O índice do último ano receberia um peso maior e, dos anos anteriores, pesos cada vez menores. Não era mera coincidência que, com a finalidade de construir modelos, essa ideia pudesse ser expressa matematicamente de uma forma conveniente.

Um caso especial de expectativa adaptativa seria uma regra que dissesse que a inflação no próximo ano será idêntica à registrada neste ano. (Tal regra daria à inflação deste ano um peso igual a um, e às inflações de todos os anos anteriores um peso igual a zero). Aplicando-se esta regra a uma economia com inflação acelerada, o resultado seria que a inflação esperada fica abaixo da inflação real. Os erros de previsão seguem um padrão muito claro: são persistentemente negativos e aumentam cada vez mais. Qualquer maneira de formar expectativas pela retrovisão implica que as pessoas farão erros não aleatórios na previsão do futuro. Por exemplo, vamos supor que o preço do petróleo aumente repentinamente. Na medida em que os custos mais elevados forem repassados, outros preços deverão aumentar também. E assim uma alta repentina no preço do petróleo geralmente leva a uma inflação maior. O mesmo vale também para um grande aumento nos salários ou para um avanço no crescimento monetário. O enfoque das expectativas adaptativas ignora tais eventos; e quando a inflação posteriormente aumenta, as pessoas ficam surpresas.

Já no caso das expectativas racionais, tal fenômeno não ocorre - pelo menos da mesma forma. Continuando:

A constatação de importância crucial da literatura a respeito das *expectativas racionais* (ER) é a seguinte: as pessoas aprendem com os erros cometidos. Se os erros seguem um determinado padrão, contêm informa-

ções que podem ser utilizadas para se fazer uma previsão mais exata. As pessoas racionais irão obter e usar essas informações - o que explica a denominação de expectativas "racionais". As previsões resultantes, é claro, continuam podendo estar erradas. O que importa é que os erros serão aleatórios, ou seja, não conterão nenhum tipo de informação extraível. A ideia das expectativas racionais frequentemente é parodiada com a afirmação de que as pessoas podem fazer previsões exatas. Não é bem assim. As pessoas com expectativas racionais continuam cometendo erros, mas não os mesmos todas as vezes.

Nós, brasileiros, tivemos excelente oportunidade de constatar a validade da hipótese das expectativas racionais no que tange à ineficácia das políticas governamentais com a sucessão de planos heterodoxos de combate à inflação na segunda metade da década de 1980. O Plano Cruzado, o primeiro desse tipo a ser lançado, em fevereiro de 1986, ainda conseguiu, com o tabelamento de preços e o congelamento de salários, manter baixo, artificialmente, o nível da inflação. Bastou liberar os preços e a inflação disparou, uma vez que suas causas verdadeiras não foram eliminadas. Os planos seguintes, no entanto, nem isso conseguiram, já que a trégua dada pela inflação era cada vez mais curta e, quando ela voltava, fazia-o com vigor redobrado. O efeito cada vez menor desses planos deveu-se, em grande parte, ao comportamento dos agentes econômicos: tendo aprendido com a experiência do Plano Cruzado, passaram a se antecipar à possível repetição das práticas do tabelamento e do congelamento, de tal forma que, quando planos com esses componentes eram adotados, já chegavam completamente neutralizados pela ação racional de produtores, comerciantes, donas de casa, trabalhadores e demais atores do "teatro da economia".

A Teoria das Expectativas Racionais é, claramente, uma ampliação da hipótese monetarista, o que se explica pela forte influência exercida sobre Lucas por Milton Friedman e a Escola de Chicago. Como bem observa o prof. Delfim Netto (1995, p. 3):

Na verdade, a nova economia é a volta à concepção de que a economia é um conjunto de atores que perseguem, consistentemente, a maximização de alguns objetivos bem definidos. Os indivíduos e as empresas formulam

suas ações de maximização ou minimização intertemporal com base no melhor conjunto de informações disponíveis. Esse é o fundamento microeconômico da macroeconomia. O permanente equilíbrio dos mercados mais a expectativa racional na macroeconomia constituem a essência da nova economia clássica.

Além de superar um problema da velha visão clássica, que era a suposição de que a racionalidade dos agentes econômicos decorria do fato de disporem de informação perfeita, Lucas demoliu, na criação de sua macroeconomia com expectativas racionais, a esperança de construção de modelos econométricos para formular políticas econômicas, quando mostrou que os parâmetros de tais modelos dependiam, justamente, das expectativas sobre as próprias políticas econômicas.

11.3. Breve comparação

Depois de amplo domínio das ideias keynesianas na formulação das políticas econômicas dos países ocidentais implementadas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a ponto de justificar a disseminação do uso da expressão "consenso keynesiano", os anos 1960 assistem, de acordo com Lima, Sicsú e de Paula (1999), ao acirramento do debate entre os keynesianos e os monetaristas, liderados por Milton Friedman, e que acabaram prevalecendo a partir da década seguinte, favorecidos pela aceleração da inflação no final da década de 1960 e à drástica redução do ritmo de crescimento das economias desenvolvidas no início da década de 1970.

Considerando, portanto, as duas correntes dominantes que disputavam a hegemonia no debate econômico da época e confrontando-as com a Teoria das Expectativas Racionais, é possível selecionar algumas constatações interessantes. Se, como já mencionado, a Teoria das Expectativas Racionais corresponde à ampliação da hipótese monetarista, com relação à economia keynesiana, a diferença é radical. A esse respeito, o prof. Delfim Netto (1995, p. 4) destaca:

Os keynesianos têm dúvidas sobre as virtudes do mercado, enquanto a nova economia clássica crê que ele é feito de agentes racionais. Os keynesianos pensam que a oferta só é importante no longo prazo, en-

quanto a economia novo-clássica (como também é chamada) destaca o seu papel no curto prazo. Os keynesianos têm fé na ação das políticas monetária e fiscal para controlar a demanda, enquanto a economia novo-clássica tenta mostrar a sua irrelevância. Os keynesianos falam das “falhas” do mercado, enquanto os adeptos da economia novo-clássica falam das “falhas” do governo.

Sendo extremamente dinâmica a evolução do pensamento econômico, a ofensiva da economia novo-clássica, personificada na Teoria das Expectativas Racionais, não ficou sem resposta por parte dos admiradores do velho Keynes, como mostram, Lima, Sicsú e de Paula (1999, p. 23):

A partir de meados da década de 1980, autores como Joseph Stiglitz, Gregory Mankiw e David Romer, principalmente, retomaram o debate com os novos-clássicos e elaboraram modelos tecnicamente refinados para mostrar que a mão invisível existe e é ineficiente. Fundaram então a vertente batizada de novo-keynesiana, surgindo então com força uma corrente de pensamento cujo patronato seria novamente atribuído a Keynes. Apesar de adotarem a hipótese de expectativas racionais, originalmente desenvolvida pelos novos-clássicos, os novos-keynesianos reintroduzem imperfeições de mercado, novamente sob a forma de rigidez de salários e preços, para explicar a ocorrência de equilíbrios com desemprego.

Com relação à visão monetarista, como já mencionado, a Teoria das Expectativas Racionais representa a ampliação da hipótese básica favorável a uma política monetária passiva, por acreditar que a parte real da economia é essencialmente estável.

Para Aloísio Araújo, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPE-FGV), do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e ex-professor da Universidade de Chicago, o trabalho de Robert E. Lucas combinou de forma exitosa o esforço intelectual abstrato e altamente matemático com aplicações práticas contundentes e veio para resolver um paradoxo da macroeconomia:

A macroeconomia no pós-guerra dividia-se entre os monetaristas, cuja análise estava apoiada na oferta e demanda por moeda, característica da

teoria quantitativa, e os keynesianos, para os quais predominavam os modelos agregativos, sintetizados nas curvas IS-LM. Os monetaristas sempre favoreceram uma política monetária passiva, uma vez que acreditavam ser a parte real da economia essencialmente estável. Os keynesianos, por sua vez, favoreciam uma política monetária mais ativa, com o objetivo de reduzir o desemprego. A revolução das expectativas racionais serviu para resolver esse paradoxo (ARAÚJO, 1995, p. 5-6).

11.4. Um Prêmio Nobel com enorme repercussão

Para encerrar este capítulo, reproduzo algumas manifestações que se seguiram à notícia da concessão do Prêmio Nobel a Robert Lucas, por acreditar que elas constituem a clara evidência do extraordinário impacto que a hipótese das expectativas racionais representou para a evolução do pensamento econômico.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, professor da FGV-SP, deu o seguinte depoimento:

A concessão do Nobel de Economia a Robert Lucas é merecida. O professor de Chicago transmitiu duas mensagens fundamentais. A primeira é a falência do keynesianismo. Nos anos 1960 e 1970, os governos eram hiperativos no uso de políticas monetária e fiscal. Logo surgiu a crise geral de estagflação, perversa mistura de inflação com recessão e desemprego. Lucas mostrou, com sua Teoria das Expectativas Racionais, que os agentes econômicos não se enganam com a política econômica conjuntural e que apenas alterações estruturais são capazes de gerar crescimento econômico e estabilidade permanentes. A segunda mensagem é que o desenvolvimento econômico não surge do voluntarismo dos burocratas ou dos formuladores de política econômica, mas de elementos que dão sustentação à moderna produção capitalista, notadamente o conhecimento humano.

“Lucas já poderia ter ganhado o Nobel há dez anos”, disse José Alexandre Scheinkman (na época, chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chicago).

“Ele enterrou John Keynes”, falou taxativamente Paulo Guedes (professor e diretor do IBMEC).

“Ele só não ganhou o Prêmio antes porque era muito jovem”, disse Mario Henrique Simonsen (FGV-RJ).

“A teoria de Lucas está na fronteira entre o behaviorismo (estudo do comportamento humano) e a economia, porque lida com as expectativas racionais que as pessoas desenvolvem a partir das informações”, afirmou Carl-Olof Jacobsson (Real Academia de Ciências da Suécia).

“A concessão do Prêmio Nobel deste ano fez justiça a um dos maiores economistas do pós-guerra”, expôs Aloísio P. Araújo (professor da Escola de Pós-Graduação da FGV-RJ).

12. Joseph Stiglitz e a visão novo-keynesiana²⁴

*El método de objetivos de inflación se basa en tres hipótesis discutibles. La primera es que la inflación es el mal supremo; la segunda es que mantener una inflación baja era condición necesaria, y casi suficiente, para mantener una tasa de crecimiento real alta y estable; la tercera es que todo el mundo se beneficiaría de una baja inflación.*²⁵

J. E. Stiglitz²⁶

²⁴ Este capítulo teve a colaboração do prof. Fernando de Aquino, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Economia pelo Pimes/UFPE e doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Integrou o quadro de economistas da UFPE (1989-1990), de auditores do TCE/PE (1991-1993) e de professores da União Educacional de Brasília (Uneb, 2000-2006), da Faculdade Boa Viagem (FBV, 2007-2008) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap, 2011-2012). Analista do Banco Central do Brasil desde 1993, há 24 anos no Departamento Econômico (Depec), e membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon, 2018-2020).

²⁵ “O regime de metas de inflação se baseia em três hipóteses discutíveis. A primeira é que a inflação é o mal supremo; a segunda é que manter uma inflação baixa e estável era condição necessária, e quase suficiente, para manter uma taxa de crescimento real alta e estável; a terceira é que todo o mundo se beneficiaria de uma baixa inflação.” (Tradução do autor)

²⁶ STIGLITZ, Joseph E. *El precio de la desigualdad*, 2012, p. 324-325.

Joseph Eugene Stiglitz nasceu em Gary, Indiana, em 9 de fevereiro de 1943. Graduado pelo Amherst College e doutor pelo MIT, lecionou em renomadas universidades, entre elas Yale, Harvard e Stanford. Atualmente, é professor de economia, administração de empresas e negócios internacionais na Universidade de Columbia, em Nova York. Foi presidente do Conselho de Assessores Econômicos no governo do presidente Bill Clinton de 1995 a 1997. Foi também vice-presidente sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial, do qual se tornou economista-chefe. Com seu trabalho, ajudou a explicar contextos em que os mercados não funcionam e como a intervenção seletiva do governo pode ajudar a aprimorar suas performances. Crítico severo e contundente dos “fundamentalistas de livre mercado”, questiona o que chama de “bases ideológicas” que regem a maior parte das decisões econômicas mundiais. Foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 2001, juntamente com A. Michael Spence e George A. Akerlof, por criar os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétrica.

12.1. Keynes, origens e dissidências na macroeconomia

Ao contrário do que muitos têm afirmado, não foi Keynes quem “inventou” a intervenção do Estado na economia. Ela vem de muito antes, com diversos propósitos. Ele também postulou essas intervenções, para ajustar problemas de curto prazo no sistema econômico, em particular o desemprego involuntário. A sua principal obra, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, publicada em 1936, foi extremamente inovadora, em abordagem, linguagem, conceitos. John Hicks, em seu artigo *Mr. Keynes and the Classics*, de 1937, apresentou o que considerou as principais ideias daquele economista, em formato compatível com o *mainstream* vigente na teoria econômica. Outros, como Paul Samuelson, vieram a sistematizar mais essa incorporação, no que ficou conhecido como a “síntese neoclássica”, termo criado na terceira

edição do seu livro *Economics*, de 1955, consolidando a disciplina Macroeconomia, que se tornou integrante do *mainstream*.

A formatação de Hicks, assim como a posterior síntese neoclássica, não agradou a muitos economistas, que viram nelas uma “desidratação” das ideias de Keynes, as quais teriam um potencial muito maior de serem utilizadas e desenvolvidas, com ganhos de qualidade e utilidade à teoria econômica. Para esses economistas, que passaram a ser conhecidos como pós-keynesianos, ele propõe mudanças na teoria econômica que iriam muito além do incorporado pela síntese neoclássica.

Para os pós-keynesianos macroeconomistas, aqueles interessados no curto prazo, as mudanças mais importantes seriam de natureza metodológica, como a importância da incerteza e sua imprevisibilidade, dada a impossibilidade de representá-la por distribuições de probabilidade identificáveis, e a chamada não ergodicidade dos sistemas econômicos, ou seja, sua estrutura se deformaria a cada choque mais significativo, fazendo com que a elaboração de modelos seja pouco relevante para previsões e testes de relações teóricas ou empíricas. Os pós-keynesianos interessados no longo prazo, por sua vez, têm elaborado teorias de crescimento econômico oriundas e compatíveis com as ideias de Keynes.

12.2. Keynesianos e dissidentes no *mainstream* da Macroeconomia

Entretanto, no *mainstream*, a síntese neoclássica permaneceu hegemônica entre 1940 e 1970, período que ficou conhecido como a Era de Ouro da Macroeconomia. A partir da década de 1970, a chamada crítica das expectativas racionais, pelos que viriam a ser conhecidos como novos-clássicos, trouxe implicações que minaram aquela hegemonia. Com a “Crítica de Lucas” (1976), modelos macroeconômicos, baseados na teoria vigente, não teriam muita utilidade, porque os agentes econômicos reagiriam às alterações futuras na política econômica, alterando as relações empíricas obtidas com dados históricos agregados.

A relação inversa entre inflação e desemprego, expressa pela chamada Curva de Phillips, não se sustentaria por muito tempo devido aos agentes com expectativas racionais anteciparem as pressões de preço que decorreriam de uma política monetária expansionista, elevando seus preços logo e anulando a redução

do desemprego pretendida com a política. Também uma política fiscal expansionista não reduziria o desemprego, com os agentes tendo expectativas racionais, em função da equivalência ricardiana, nas condições propostas por Barro (1974), de que todo o aumento de gastos do governo recebido pelos agentes seria poupado para pagar o aumento de impostos que esses gastos provocariam no futuro. Enfim, a introdução de expectativas racionais na teoria econômica desencorajou o ativismo da política macroeconômica em busca de reduções no desemprego.

De modo geral, a teoria econômica da síntese neoclássica assumia que os agentes não formavam expectativas em relação ao que o governo e os demais agentes fariam e às consequências dessas ações. Mesmo assim, seus modelos, como o IS-LM, até hoje são usados, quando se pretende uma abordagem mais simplificada em função de poder representar, num sentido correto, relações macroeconômicas, e por sua operacionalidade. Contudo, a crítica das expectativas racionais trouxe para o centro das preocupações da teoria econômica, de modo permanente, a identificação dos microfundamentos, que são as hipóteses de comportamento dos agentes. Não obstante, o que prevaleceu entre o proposto pelos novos-clássicos foi uma excessiva simplificação – agentes representativos, com as mesmas preferências, informações perfeitas e racionalidade ilimitada, sempre empregando expectativas racionais para otimizar individualmente suas escolhas.

12.3. A Teoria Novo-Keynesiana dos Ciclos de Stiglitz

A reação a tal simplificação, que ficou conhecida como abordagem novo-keynesiana, trouxe aprimoramentos, com as chamadas falhas do mercado, que explicariam as flutuações no produto e a persistência de desemprego involuntário, e alterações que tornaram mais realistas os modelos macroeconômicos. Dentre eles, destaca-se o de Joseph Stiglitz, economista americano nascido em 1943, um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 2001 e atualmente professor da Columbia University, em New York. Entre as diversas contribuições relevantes de Stiglitz à teoria econômica, a sua Teoria dos Ciclos (1981) seria a mais ligada à Macroeconomia Novo-Keynesiana. Stiglitz parte da hipótese de que informações assimétricas nos mercados de capitais dificultam o financiamento dos investimentos.

Assimetrias de informação ocorrem quando uma parte possui mais informações úteis em uma transação do que a outra, ou prévias, em relação ao que está sendo transacionado, ou posteriores, em relação ao comportamento das partes após o contrato. A assimetria de informações prévia pode levar à seleção adversa, por exemplo, no financiamento de projetos em que se pratique uma taxa de juros necessária para o *market clearing* - igualar quantidade ofertada à quantidade demandada, levar ao afastamento dos de melhor qualidade e menor risco. A assimetria posterior pode levar a problemas de risco moral (*moral hazard*), por incentivar os tomadores a adotar condutas de risco excessivo para obter retorno superior à taxa de juros do financiamento.

Tanto a seleção adversa quanto o risco moral aumentam a probabilidade de falência dos tomadores de financiamento. Assim, aumentos nas taxas de juros praticadas nem sempre elevam os retornos esperados pelos bancos. Também pioram, para as empresas, as condições para a captação direta, com ações e com títulos, e impedem o desenvolvimento de mercados de capitais e de seguros perfeitos, e mercados futuros completos. Por tais falhas de mercado, os riscos dos agentes não podem ser integralmente transferidos a custos plausíveis. Em particular, seguros para riscos de associados a decisões de produzir e investir, como os que garantissem um lucro mínimo, não têm precificações que viabilizem a sua contratação, devido ao alto risco moral.

Assim, de acordo com a teoria dos ciclos de Stiglitz, a propagação de alterações na percepção de riscos decorrentes de choques, monetários, reais ou de expectativas, mesmo pequenos, podem gerar significativas flutuações econômicas, em função de revisões de programas de produção e de investimentos das empresas e de racionamento de crédito dos bancos.

12.4. A rigidez nominal novo-keynesiana

Outra falha do mercado incluída pelos novos-keynesianos na teoria macroeconômica foi a rigidez nominal (MANKIWI; ROMER, 1991), que pode ser classificada em rigidez de preços e salários. Como a Macroeconomia, por definição, trata do curto prazo, essa rigidez significa que nesse horizonte temporal os preços e salá-

rios praticados em muitos mercados não promoverão o *market clearing*, gerando excessos de demanda ou, mais frequentemente, de oferta de bens e/ou mão de obra. O microfundamento para a rigidez de preços é conhecido como custo de menu, mas não se restringe ao custo de se alterar tabelas de preços, mas todos os custos para essa alteração, tais como os para informar os consumidores, os de levantamento e processamento das informações necessárias para a alteração e, principalmente, o custo contingente de perder mercado para os concorrentes. Em geral, a empresa não assumirá esses custos numa periodicidade tão pequena que não sejam compensados pelo decorrente aumento no fluxo de lucros.

O custo contingente seria o decorrente de falhas de coordenação - se o preço que igualará quantidade ofertada à quantidade demandada for maior que o vigente e as empresas não souberem se as outras elevarão, todas tenderão a não fazer a alteração, para não perderem mercado, desde que não estejam operando com prejuízo. No caso do preço de *market clearing* ser menor que o vigente, por reduzir margens, essa alteração tende a ser postergada, enquanto as demais empresas segurarem os seus preços.

O microfundamento para a rigidez de salários é o salário de eficiência, superior ao que igualaria a quantidade de mão de obra demandada com a ofertada. Entre os motivos para a prática do salário de eficiência, Mankiw (1990) destacou três: (i) trabalhadores com salários mais baixos tendem a ser menos dedicados; (ii) salários mais baixos podem causar "seleção adversa", absorvendo-se os piores e expulsando-se os melhores trabalhadores; (iii) como os chefes não conhecem completamente as potencialidades dos seus subordinados, estes podem não se interessar em manter alto desempenho, quando podem conseguir salário similar facilmente em outras empresas, situação já descrita como "risco moral". Além desses riscos de perda de qualidade e produtividade, custos de demissão dos trabalhadores com salários maiores mais os custos de treinamento dos admitidos com salários menores seriam um desincentivo para ajustar os salários praticados na empresa para os níveis de *market clearing*. Enfim, como os salários são parte dos custos de produção, sua rigidez reforçará a rigidez dos preços.

Para os novos-keynesianos, mesmo que, no longo prazo, os salários e os preços venham a ajustar taxas de desemprego superiores à "natural", não valeria a

pena esperar, inclusive porque, nesse caminho, outros choques adversos poderão ocorrer, prolongando ainda mais esse dramático custo da não intervenção. Nesse sentido, o ativismo da política macroeconômica volta a ser legitimado.

12.5. Realismo e abrangência dos modelos macroeconômicos novo-keynesianos

As contribuições dos novos-keynesianos à teoria macroeconômica vêm sendo incorporadas aos chamados modelos DGSE (Dynamic Stochastic General Equilibrium). Trata-se de versões do modelo de equilíbrio geral de Walras, com avanços em termos de formalização matemática e técnicas de estimação. Modelos de equilíbrio geral têm sido alvos de várias críticas, mas a forma que os novos-keynesianos têm adotado é procurar resolver os problemas apontados aprimorando os próprios modelos. Nesse sentido, propõem alterações como substituição de mercados em concorrência perfeita pelos em concorrência monopolística, restrições *ad hoc* e que venham a contemplar restrições informacionais, rigidez nominal e outras especificações que aumentem o realismo e abrangência dos modelos.

Uma herança do modelo de Walras foi a moeda entrando na economia de modo exógeno, como uma métrica para todos os preços, podendo até ser considerada como se tivesse sido jogada por helicópteros (FRIEDMAN, 1969). Os preços seriam proporcionais a esse estoque de moedas em circulação, de modo que, para controlar a inflação seria necessário e suficiente controlar adequadamente as emissões de moeda. O apelo intuitivo dessa “hipótese quantitativista” (baseada na teoria quantitativa da moeda) é muito forte, remontando, pelo menos, os debates sobre questões monetárias na Inglaterra do século XVIII, em grande medida respaldados no processo inflacionário ocorrido na Europa enquanto ocorreram vultosas entradas de ouro proveniente das Américas. Os que contestam aquela hipótese atribuem a pressão sobre os preços ao aumento de riqueza, representada pelo estoque de ouro, em uma economia estagnada, antes que pelo aumento do estoque de moeda que representou.

Essa hipótese, de que a inflação é determinada por emissões monetárias excessivas transbordou as pesquisas e debates no meio acadêmico de economia, ganhando domínio público, com uma inércia que persiste até hoje. Contudo, há

muito que os Bancos Centrais conduzem a política monetária controlando a taxa de juros, o que não chega a desconstruir, completamente, a hipótese quantitativista, quando seus defensores afirmam que a taxa de juros funcionaria como uma escolha prática, para determinar o comportamento do estoque de moeda. A contribuição novo-keynesiana para superá-la completamente, no *mainstream* da teoria macroeconômica, veio com o livro de Woodford de 2003, ao postular o controle da taxa de juros, para a condução da política monetária, sem atribuir nenhuma importância ao comportamento da oferta ou demanda por moeda. A proposta de Woodford, incluída no DSGE Novo-Keynesiano, coloca a taxa de juros como variável exógena, que, em conjunto com as expectativas e o hiato do produto, determinará as variações ou manutenção da taxa de inflação.

A mais recente contribuição da abordagem novo-keynesiana ao *mainstream* da Macroeconomia é a inclusão, nos modelos DSGE, da política macroprudencial - regras para controlar os riscos causados pela alavancagem das instituições financeiras - como uma das políticas macroeconômicas (BLANCHARD; DELL'ARICCIA; MAURO, 2013). A crise financeira de 2008 reforçou enormemente o papel dessa política, para minimizar os riscos, tanto de insolvência de instituições e sistemas financeiros quanto de crises no setor real, com falências, desemprego involuntário e desvalorização de ativos. Por certo, como no caso da maior adequação da taxa de juros para a condução da política monetária, os Bancos Centrais tinham consciência das interações entre ela e as demais políticas macroeconômicas antes mesmo de serem incluídas no *mainstream*, em que pese a irrupção daquela aguda crise financeira. Entretanto, a política macroprudencial figurar nos modelos macroeconômicos gerais é uma contribuição de grande relevância, por possibilitar melhores análises conjuntas dos efeitos das diversas combinações possíveis com as políticas monetária, fiscal e cambial.

12.6. Perspectivas da Macroeconomia Novo-Keynesiana

Os modelos macroeconômicos com fundamentos microeconômicos já são ensinados nos programas de pós-graduação ortodoxos e utilizados em artigos científicos há mais de 25 anos, mas mantendo uma simplificação que compro-

mete o potencial dos modelos, sem esforços para incorporar avanços de áreas como psicologia comportamental ou *marketing*. Uma razão para essa inércia seria metodológica. As dificuldades em representar e resolver matematicamente, assim como de testar empiricamente com métodos estatísticos reconhecidos, microfundamentos mais realistas. Tais critérios são muito importantes para que as teorias sejam apresentadas de forma objetiva e precisa e testadas com o devido rigor. Adicionalmente, para legitimar essa simplificação, potencialmente distorcida, continua, com grande e conveniente prestígio, o princípio metodológico defendido por Milton Friedman (1953), segundo o qual não importa o realismo dos pressupostos, mas sim a capacidade preditiva da teoria.

Vale questionar, ainda, em que medida o setor financeiro, principal financiador privado das pesquisas na área de economia, por se beneficiar de mercados desregulamentados, evitaria incentivar inovações que pudessem levar a contestações dessas desregulamentações. Não obstante, algo que tem ajudado a superar esse dilema entre as limitações matemáticas e estatísticas e o aprimoramento dos fundamentos microeconômicos é o desenvolvimento da Tecnologia da Informação (TI). A expansão da capacidade de carregar e processar informações tem trazido ganhos à ciência e à tecnologia em geral e, na economia, tem dispensado os desenvolvimentos e soluções matemáticas analíticas para mimetizar as mais diversas condições e microfundamentos.

As evidências indicam ocorrência de progresso na teoria econômica. O questionamento de muitos pode decorrer do fato de esses avanços serem muito mais cumulativos, no sentido de que não substituem definitivamente desenvolvimentos anteriores, como foi o caso do revigoramento das políticas de sustentação da demanda pela crise financeira de 2008. No caso da Macroeconomia, tivemos, como progressos, a introdução do princípio da demanda efetiva, pelos keynesianos, a necessidade de se basear em microfundamentos, pelos novos clássicos, a importância de se considerar falhas do mercado, taxa de juros como instrumento de política monetária e política macroprudencial como uma das políticas macroeconômicas, pelos novos-keynesianos. Uma próxima fronteira da Macroeconomia seria o aprimoramento dos microfundamentos comportamentais, o que certamente será viabilizado pelos avanços da Economia Comportamental e da Tecnologia da Informação.

13. John Nash e a Teoria dos Jogos²⁷

Eu sempre acreditei em números, nas equações e em lógicas que levam à razão. Mas depois de uma vida inteira a persegui-los, pergunto: O que é verdadeiramente lógico? Quem decide o que é racional?

John Nash²⁸

John Forbes Nash nasceu em Bluefield, Virginia, em 13 de junho de 1928. Desde criança, mostrou aptidão para ciências, realizando experiências em sua casa. Começou a vida acadêmica na Carnegie Mellon University, estudando engenharia química, mudando depois para o curso de matemática. Fez mestrado posteriormente na mesma instituição. Conquistou o PhD em matemática na Princeton University, em 1950, com uma tese que tinha elementos que mais tarde seriam chamados de Equilíbrio de Nash. Depois de Princeton, foi dar aulas no Massachusetts Institute of Technology (MIT), permanecendo por lá de 1951 a 1959. Em 1958, Nash começou a sofrer de esquizofrenia. Com a melhora da doença, tornou-se professor em Princeton. Nash trabalhou com teoria dos jogos, geometria diferencial e equações diferenciais parciais. Em 1994 dividiu o Prêmio Nobel de Economia com Reinhard Selten e John Harsanyi. Foi laureado também com os Prêmios Teoria John von Neumann e Leroy P. Steele. Inspirado em sua vida, o filme *Uma mente brilhante*, lançado em 2011, ganhou quatro Oscars, incluindo o de melhor filme. Ele e a esposa Alicia Nash faleceram num acidente de carro, em Monroe Township, Nova Jersey, em 23 de maio de 2015.

²⁷ Este capítulo teve a colaboração de Samy Dana, economista, professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, comentarista da Rádio Globo, da Globo News e da TV Globo. É também colunista do Portal G1, do jornal O GLOBO e do jornal Valor Econômico.

²⁸ Com essas palavras, John Nash iniciou seu discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel de Economia em 1994. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7jbxypIIAHU>>.

13.1. Considerações preliminares sobre a evolução da Teoria dos Jogos

O interesse por jogos é algo natural, sendo despertado e até estimulado por nossos pais logo nos primeiros anos de nossas vidas. Como observa Fiani (2006, p. 1):

Todos nós, em algum momento da nossa infância, tivemos contato com algum jogo: um jogo de salão, mais modernamente os jogos eletrônicos ou uma disputa esportiva. Fosse uma brincadeira de criança ou algo mais elaborado, como um campeonato de xadrez, todos nós já participamos de alguma espécie de jogo. Mesmo depois de adultos, alguns jogos, como o futebol, continuam despertando paixões. De certa forma, principalmente como recreação, jogos são algo tão presente no nosso dia a dia que os encaramos como algo natural. A maioria das pessoas, provavelmente, não considera os jogos algo a ser estudado seriamente.

Mas por que razão estudar Teoria dos Jogos?

Ainda de acordo com Fiani (2006, p. 1-2):

Refletindo um pouco, veremos que, em nossa linguagem corrente, com frequência tratamos como se fossem “jogos” atividades bem mais sérias do que aquelas que praticamos nos momentos de lazer. Isso fica evidente quando empregamos expressões do tipo “o jogo da política internacional”, “o jogo da livre concorrência” etc., o que parece sugerir que há algo em comum entre negociações internacionais, decisões estratégicas de executivos de empresas competidoras e uma partida de xadrez.

De fato, isso realmente ocorre - existe uma característica importante presente ao mesmo tempo em uma partida de xadrez, em um encontro internacional de líderes para discutir medidas de não proliferação nuclear e nas decisões de empresários quanto ao lançamento de um novo produto para competir com produtos semelhantes: o fato de os indivíduos e as organizações tomarem suas decisões em uma situação de interação estratégica, aquela em que os participantes, sejam indivíduos ou organizações, reconhecem a interdependência mútua de suas decisões.

Outros autores observam que situações de interação estratégica estão presentes em passatempos amplamente disseminados como *Banco Imobiliário* e

War, bem como em jogos como *Par ou Ímpar*, *Pôquer*, *Truco* ou *Dama*. Quem já se envolveu com qualquer desses jogos sabe que, em todos eles, as regras dão ensejo ao surgimento de “ações e conseqüências que fazem parte de uma moldura destinada a criar um ambiente de interação estratégica entre duas ou mais pessoas [...] sendo que algumas ações adotadas nas infundáveis partidas com infundáveis possibilidades de desfechos poderiam mimetizar outras ações estratégicas” (BÊRNI; FERNANDEZ, 2014, p. 2).

A Teoria dos Jogos, que engloba esses passatempos e jogos, além de outras situações mais complexas, constitui-se, portanto, num exemplo concreto da possibilidade de estreito relacionamento da matemática com a economia, ganhando crescente notoriedade ao longo do século XX.

Suponha um jogo em que você faz cálculos estratégicos quando imagina como outra pessoa reagirá ao que você faz. Realizar com sucesso as interações socioeconômicas é, de certa forma, o que acontece num jogo de xadrez, em que os jogadores devem escolher um movimento de acordo com o possível movimento do outro jogador.

Embora, em 1928, o matemático norte-americano John von Neumann tenha formulado a “regra minimax”, que diz que a melhor estratégia é minimizar a perda máxima em qualquer situação, o fato é que até os anos 1940 a economia evitava questões dessa natureza, uma vez que os economistas presumiam que todo comprador e vendedor fossem pequenos demais comparados com o tamanho total do mercado, de modo que ninguém podia determinar o preço que pagava por um produto ou o salário pelo qual vendia seu trabalho.

Em 1938, o economista francês Antoine Augustin Cournot, estudando os efeitos da concorrência limitada, avaliou quanto duas empresas produziriam baseadas no que uma achava que a outra faria, mas esse foi um caso isolado de análise de interações estratégicas.

Posteriormente, em 1944, von Neumann e Oskar Morgenstern publicaram a inovadora obra *Theory of games and economic behavior*, afirmando:

Muitas partes do sistema econômico eram dominadas por um número pequeno de participantes, como empresas grandes, sindicatos ou o governo. Em tal situação, o comportamento econômico precisava ser explicado em

relação às interações estratégicas. Ao analisar jogos simples com duas pessoas que são de “soma zero” (um vence e outro perde), eles pretendiam criar regras gerais sobre o comportamento estratégico das pessoas em qualquer ocasião, o que passou a se chamar teoria dos jogos (*O livro da economia*, 2013, p. 237).

Von Neumann e Morgenstern consideraram basicamente jogos cooperativos, nos quais são oferecidas aos jogadores algumas ações possíveis, cada qual com um resultado particular ou recompensa (*payoff*).

No início dos anos 1950, o matemático norte-americano John Nash ampliou o trabalho de von Neumann e Morgenstern para ver o que acontecia quando os jogadores tomam decisões independentes em situações não cooperativas - em que não há oportunidade de comunicação ou colaboração. Em 1960, o economista norte-americano Thomas Schelling publicou *The strategy of conflict*, desenvolvendo estratégias no contexto da Guerra Fria. Em 1965, o economista alemão Reinhard Selten deu um passo adiante, passando a considerar jogos com muitas rodadas. Em 1967, o economista norte-americano John Harsanyi mostrou a existência da possibilidade de jogos mesmo que haja incerteza sobre o tipo de adversário.

Na sequência, este capítulo apresenta diferentes exemplos de aplicação da Teoria dos Jogos.

13.2. Como dividir uma pizza - Quatro ideias sobre a Teoria dos Jogos

Imagine que duas pessoas, chamadas Bruna e Paulo, entram famintas numa pizzaria especializada em vender pizza em fatias. Os dois não se conhecem, mas apreciam com a mesma intensidade a pizza do local, que ainda por cima é muito barata, de modo que os visitantes, com a fome que estavam, pretendem comer pelo menos quatro fatias cada um. Mas, que decepção, sobraram apenas as últimas cinco fatias de uma última pizza. Foi uma noite movimentada, desculpa-se o dono da pizzaria, que propõe que os dois clientes a dividam.

Divisão aceita, a tarefa parece fácil a princípio, já que cada um receberá pelo menos duas fatias e haverá disputa apenas pela terceira. Mas não é tão simples. Bruna - determina nosso pizzaiolo - terá de escolher entre as letras A ou B e

Paulo deverá optar entre as letras C ou D. Para cada combinação de resultados, a divisão das fatias de pizza será diferente da seguinte maneira:

1. Bruna recebe 4 fatias e Paulo recebe 1 fatia com as escolhas A e C.
2. Bruna recebe 0 fatia e Paulo recebe 0 fatia com as escolhas A e D.
3. Bruna recebe 1 fatia e Paulo recebe 4 fatias com as escolhas B e C.
4. Bruna recebe 2 fatias e Paulo recebe 3 fatias com as escolhas B e D.

Na Teoria dos Jogos, um modelo matemático aborda uma situação em que duas pessoas interagem para tomar uma decisão. Um jogo basicamente consiste em certo número de jogadores, cada um com suas estratégias, que terão diferentes ganhos a partir de suas escolhas. Assim, analisados todos os ganhos - também chamados de *payoffs* -, podemos ver qual será a estratégia de cada jogador.

A aplicação se dá nos mais variados contextos, abrangendo desde a biologia, para explicar a evolução das espécies, até a aplicação de dilemas éticos ou até mesmo prevenir um conflito nuclear e salvar a humanidade, como foi o caso da Guerra Fria, na qual a Teoria dos Jogos foi usada pelo governo americano para avaliar as decisões possíveis da União Soviética. Mas se no último século esse campo do pensamento avançou tanto, muito desse avanço se deve a John Nash.

Matemático nascido em 1928, na Virginia, Estados Unidos, John Forbes Nash Jr. obteve seu doutorado pela Universidade de Princeton aos 30 anos com uma tese a respeito de jogos não cooperativos, base de três artigos importantes para o desenvolvimento do campo de estudo que publicaria mais tarde. Um ano depois, em 1959, Nash foi diagnosticado com esquizofrenia, distúrbio que o afastou do trabalho por quase duas décadas. Mesmo assim as ideias contidas em seu modelo matemático denominado “Equilíbrio de Nash” levaram-no a receber o Prêmio Nobel de Economia em 1994. A luta de John Nash contra a doença é retratada no filme vencedor do Oscar *Uma mente brilhante*, de Ron Howard.

O Equilíbrio de Nash possivelmente é o conceito mais fundamental da Teoria dos Jogos. Para entender sua importância, primeiro temos de diferenciar os jogos cooperativos e os jogos não cooperativos. Em um jogo cooperativo, os participantes terão os melhores resultados quando cooperam, por isso são incentivados a tal, realizando contratos entre si.

Já os jogos não cooperativos são essencialmente jogos competitivos. Não é

possível ou não há interesse para que os participantes cooperem. É quando entra o Equilíbrio de Nash. Cada jogador escolheu suas melhores estratégias levando em consideração as estratégias escolhidas pelos demais jogadores, todas consideradas as melhores opções.

Assim sendo, escolherão a estratégia que lhes traga maior retorno (*payoff*) em vez de pensar na estratégia que tenha maior retorno (*payoff*) para o grupo, como fariam se cooperassem. Assim, se utilizarmos o Equilíbrio de Nash, encontramos dois equilíbrios:

1. Bruna recebe 4 fatias e Paulo recebe 1 fatia com as escolhas A e C.

4. Bruna recebe 2 fatias e Paulo recebe 3 fatias com as escolhas B e D.

Nos dois casos, não há incentivos para se mudar a estratégia unilateralmente. Nem Bruna e nem Paulo trocarão de estratégia a não ser que um saiba que o outro também vai trocar. Vamos pensar em outro exemplo para o Equilíbrio de Nash.

Pense em uma pequena cidade na qual há apenas dois supermercados. Os donos não podem combinar preços, pois há uma forte fiscalização. Como cada uma decidirá seus preços? Com certeza, cada supermercado terá em mente o preço que o outro supostamente adotará, para assim escolher o melhor preço para si. Porém, o outro supermercado seguirá o mesmo processo, decidindo seu preço com base no concorrente.

Cada dono de supermercado supõe que o outro escolherá o melhor preço possível para si. E assim caímos no Equilíbrio de Nash. Entretanto, se os supermercados pudessem cooperar para encontrar um preço ideal, certamente adotariam preços diferentes do que em um cenário não cooperativo.

É um exemplo da importância da contribuição de John Nash Jr. para uma melhor compreensão das dinâmicas entre indivíduos. Seu modelo de jogos cooperativos e não cooperativos ajuda a modelar matematicamente diversas situações da realidade. Esse, afinal, é justamente um dos maiores desafios dos economistas: como modelar matematicamente a realidade.

É claro que o modelo não é perfeito, pois parte de algumas premissas, como o fato de tanto Bruna como Paulo se comportarem de maneira racional na divisão de pizzas e de todos terem o mesmo acesso a informações, com pouca (se há al-

guma) base na realidade. A vida, sabemos, é muito mais complexa, com múltiplos interesses entre as pessoas, vieses comportamentais etc. Nunca haverá uma única forma de reagir.

Mesmo assim, o Equilíbrio de Nash é uma boa abordagem, bastante usada por economistas e líderes de instituições importantes para compreender e melhorar a nossa complicada realidade.

13.3. Reinhard Selten e os jogos sequenciais

É muito comum associar a Teoria dos Jogos a John Nash. Mas ele não foi o único grande nome para o desenvolvimento da teoria. O alemão Reinhard Selten foi além dos conceitos propostos pelo matemático americano e passou a utilizar os jogos sequenciais, acrescentando uma nova visão e maior sofisticação às especulações. Como ele próprio disse em uma entrevista, a análise das jogadas mais se assemelha a um jogo de xadrez, é preciso considerar qual será a opção de seu oponente para evitar decisões ruins. Seus trabalhos resultaram em conceitos muito úteis para a análise de concentração de mercado.

Selten nasceu em 1930, na cidade de Breslávia, na atual Polônia. Impedido de estudar no período da II Guerra Mundial devido à sua descendência judaica, concluiu a escola apenas em 1951, aos 20 anos. Durante o que hoje é considerado o ensino médio, desenvolveu grande interesse pela matemática, campo de estudo pelo qual não apenas se graduou, mas também obteve mestrado e doutorado pela Universidade de Goethe, em Frankfurt. As pesquisas ao longo de décadas o levaram ao Prêmio Nobel de Economia em 1994, junto com John Nash e John Harsanyi, pelos estudos pioneiros nesse campo.

No Equilíbrio de Nash, como vimos, nenhum jogador possui incentivos para mudar sozinho a sua estratégia. No entanto, o Equilíbrio de Nash provou ser insuficiente para descrever o resultado de jogos sequenciais. Nesse caso, diversos Equilíbrios de Nash podem existir.

Reinhard Selten solucionou o problema do jogo ao introduzir o conceito de equilíbrio perfeito em subjogos. Cada subjogo é definido como uma decisão a ser tomada por um participante. O método para solucionar jogos sequenciais é supor

que só resta uma decisão a ser tomada, ou seja, é a última jogada. Analisados todos os possíveis cenários anteriores à última decisão, em cada novo cenário, será a última decisão escolhida.

É um jogo de trás para diante. Sabendo qual foi a última decisão em cada cenário, pode-se analisar qual será a melhor penúltima decisão a ser feita e assim por diante. Tal método é conhecido como indução reversa. O equilíbrio final, que é a sequência de ações que tende a ser tomada no jogo, é o equilíbrio perfeito em subjogos.

Então, de volta à pizzeria e ao enigma apresentado a nossos jogadores famintos:

1. Bruna recebe 4 fatias e Paulo recebe 1 fatia com as escolhas A e C.
2. Bruna recebe 0 fatia e Paulo recebe 0 fatia com as escolhas A e D.
3. Bruna recebe 1 fatia e Paulo recebe 4 fatias com as escolhas B e C.
4. Bruna recebe 2 fatias e Paulo recebe 3 fatias com as escolhas B e D.

O trabalho de Selten demonstra que o resultado B e D, previsto pelo Equilíbrio de Nash, não acontecerá no jogo. Bruna sabe que Paulo escolherá C caso escolha A. A opção A e D faz Paulo sair com zero, ainda que Bruna também fique sem nada. Mas como o natural é buscar algum resultado, mesmo pequeno, A e C pode ser uma divisão injusta, mas é o equilíbrio perfeito.

1. Bruna recebe 4 fatias e Paulo recebe 1 fatia com as escolhas A e C.

O trabalho do matemático é de extrema importância para entender a organização industrial moderna e a dinâmica de oligopólios. Por exemplo, em um mercado dominado por apenas uma empresa (monopolista), entender a possível entrada de uma nova empresa, que vai disputar clientes e fornecedores, requer os conhecimentos de jogos sequenciais desenvolvidos por Selten.

A nova empresa tem a opção de entrar ou não entrar no mercado e a monopolista tem a opção de combater ou não a entrante. Seria muito custoso a empresa monopolista combater a concorrente com uma guerra de preços, por exemplo. Dessa forma, a entrante sabe que, ao entrar no mercado, não será combatida. A ameaça da monopolista é vazia.

Reinhard Selten, ao contrário de Nash, não foi agraciado com uma produção de Hollywood, mas será sempre lembrado na Ciência Econômica por seu trabalho brilhante.

Vamos voltar à pizzeria. Bruna, ao escolher A, impôs a Paulo receber apenas 20% (1) das fatias enquanto ela receberá 80% (4) ou ele não receberá nada.

1. Bruna recebe 4 fatias e Paulo recebe 1 fatia com as escolhas A e C.
2. Bruna recebe 0 fatia e Paulo recebe 0 fatia com as escolhas A e D.
3. Bruna recebe 1 fatia e Paulo recebe 4 fatias com as escolhas B e C.
4. Bruna recebe 2 fatias e Paulo recebe 3 fatias com as escolhas B e D.

Quando Selten propõe que A e C são o equilíbrio perfeito, leva em conta, como Nash, que nossas decisões são tomadas apenas para obter o benefício máximo entre as escolhas disponíveis. Uma pessoa absolutamente racional espera que Paulo aceite o que foi oferecido. Já diz o ditado: é melhor um pássaro na mão do que dois voando. Ou, ainda, ficar com uma fatia de pizza é melhor do que ficar sem nenhuma. Mas a vida nem sempre funciona como os modelos de otimização. Se Paulo considerar que ficar com apenas um terço é muito pouco, pode recusar a oferta de Bruna. Nesse caso, ambos ficam com zero, mas Paulo terá punido uma oferta injusta.

2. Bruna recebe 0 fatia e Paulo recebe 0 fatia com as escolhas A e D.

13.4. O Jogo do Ultimato: em nome da vingança

Criado por três psicólogos alemães, Werner Güth, Rolf Schmittberger e Bernd Schwarze, o Jogo do Ultimato é mais uma possibilidade da Teoria dos Jogos. São dois jogadores e uma única rodada. As regras foram apresentadas no artigo *An Experimental Analysis of Ultimatum Bargaining*, publicado em 1982.

Vamos supor também, usando outro exemplo, que Bruna e Paulo receberão um valor total de R\$ 1 mil, mas Bruna deve decidir como dividirá o dinheiro com ele. Se Paulo aceitar a divisão, os dois levam o valor proposto por ela. Porém, caso Paulo não aceite, nenhum dos dois ganha nada. Como nos demais cenários, deve-se lembrar, não existe negociação, os jogadores não se conhecem e não podem se comunicar antes ou durante o jogo.

Bruna não facilita para Paulo e opta por ficar com R\$ 800, oferecendo ao outro jogador apenas R\$ 200 (20% da quantia total). A tendência nesse caso

é pela rejeição. Os pesquisadores observaram que, quando o valor oferecido ao segundo jogador era inferior a 30% do total, a oferta geralmente era rejeitada. Quando Paulo recusa a proposta de R\$ 200, é como se ele estivesse pagando esses R\$ 200 para penalizar Bruna em R\$ 800.

Confúcio, o filósofo chinês que viveu quase 2,5 mil anos atrás, costumava dizer que quem busca vingança deve cavar duas sepulturas. Isto é, a vingança não compensa, pois consome a pessoa vingativa. Porém o Jogo do Ultimato desconsidera essa máxima. O importante é aplicar a punição ao jogador que tentou obter uma vantagem desigual. É um resultado importante não só para a economia como para campos como a sociologia, pois evidencia a disposição humana a não tolerar injustiças.

Não há uma explicação universalmente aceita para agirmos assim. Uma hipótese bastante citada é de que está em campo o conceito de utilidade esperada, de que o valor que se atribui a uma quantia não necessariamente tem a ver com o valor nominal do dinheiro. Ao determinar de quanto vai abrir mão, o jogador 1 não está lidando com uma quantia, simplesmente, mas com o quanto vale uma vingança.

Mas será que diferenças culturais mudam algo? Três economistas holandeses, Hessel Oosterbeek, Randolph Sloof e Gijs van de Kuilen, revisaram os dados de 37 artigos produzidos em 25 países sobre o Jogo do Ultimato. Para facilitar o entendimento, já que muitas moedas e valores diferentes eram utilizados, o prêmio foi resumido numa atividade prosaica.

Vamos mais uma vez mudar o exemplo, não há mais dinheiro em jogo, mas uma suculenta torta de chocolate - ou de morango, se você preferir. Dois jogadores vão dividi-la. Um dado curioso é olhar como a torta é dividida de país para país. Os mais generosos foram os paraguaios, que ofereciam 51% ao segundo jogador e não tiveram nenhuma recusa. Já os mais sovinas foram os jogadores do Peru e da Espanha, com a oferta de 26%.

A média de ofertas do jogador 1 foi de 40%, já o jogador 2 rejeitou, em média, 17% das propostas. Ou seja, preferiu ficar sem nada a ver o outro ganhar acima do que consideravam justo. Assim como nos experimentos com dinheiro, as ofertas inferiores a 30%, em sua maioria, foram rejeitadas.

A aplicabilidade desse jogo pode ser pensada a respeito também de alguns exemplos da vida. Aqui no Brasil temos o exemplo da paralisação dos caminhoneiros em 2018. O acordo que encerrou a paralisação, envolvendo isenções fiscais e a queda no preço do diesel, impôs a toda população um prejuízo de R\$ 13 bilhões, assumido pelo governo. Os cortes anunciados que teriam de ser feitos para compensar esse valor atingiriam o SUS, a segurança, a educação, entre outros setores.

Além disso, alimentos e outros bens e serviços tiveram aumentos de preços em decorrência do movimento. O mais lógico nesse tipo de cenário seria que a população estivesse protestando contra o aumento de gastos e os benefícios concedidos pelos políticos. Mas 87% dos brasileiros ficaram ao lado dos 400 mil grevistas, segundo o Datafolha, aceitando pagar a conta para prejudicar o governo.

13.5. O Jogo do Ditador: o triunfo da ética

A essa altura, Bruna e Paulo certamente estão impacientes e preferiam comer logo a pizza. Alguns estudos comportamentais sugerem que pessoas famintas ficam mais irritadas, mas vamos contar com um pouco de paciência deles e seguir adiante. Estamos mais uma vez na pizzaria, mas as regras agora vão mudar um pouco.

Mais uma vez Bruna e Paulo vão dividir a pizza, mas Bruna deve decidir sozinha como será feita a divisão e Paulo não tem mais o poder de veto. No Jogo do Ditador, derivado do Jogo do Ultimato, o jogador 2 não tem escolha. Ele, coitado, simplesmente aceitará qualquer resultado. Para comer a pizza, depende exclusivamente da vontade de Bruna.

Também vamos reorganizar as opções, de modo que passam a ser da seguinte maneira:

1. Bruna recebe 4 fatias e Paulo recebe 1 fatia.
2. Bruna recebe 5 fatias e Paulo recebe 0 fatia.
3. Bruna recebe 1 fatia e Paulo recebe 4 fatias.
4. Bruna recebe 3 fatias e Paulo recebe 2 fatias.

O Jogo do Ditador foi criado por Daniel Kahneman²⁹, Richard Thaler, ambos ganhadores do Nobel de Economia, e o colega Jack Knetsch, em um artigo de 1986. Na versão inicial, existia um terceiro participante, retirado nos estudos subsequentes. Mas em todas as versões que continuam a ser produzidas, a premissa ainda é a mesma: desafiar a ideia do *homo economicus*, esse ser dos livros de economia que age apenas para maximizar os próprios ganhos.

Ao considerar todos os seres humanos absolutamente racionais e individualistas, a teoria econômica propõe que Bruna ficará com toda a pizza e deixará Paulo sem nada. Portanto, escolherá a opção 2. Mas, antes de nos solidarizarmos com o pobre Paulo, o resultado médio dos testes contraria os economistas.

Na maior parte dos estudos, Bruna, mesmo sem conhecer Paulo, exerceria seu senso de justiça e dividiria o valor o mais perto possível da metade. Testes com animais confirmam esse instinto. Em casos de injustiça, a reação imediata é o declínio à novidade e a espera pela correção.

4. Bruna recebe 3 fatias e Paulo recebe 2 fatias.

Bruna ainda sairá em vantagem. Talvez ofereça meia fatia a Paulo, que, de qualquer maneira, pelo menos ficou com 40% da pizza. Esse comportamento é notado claramente no mercado de trabalho: funcionários que exercem a mesma função na empresa desejam ser remunerados igualmente e ter reajustes salariais proporcionais. Enquanto há alguma paridade entre os salários, todos estão em harmonia. Porém, qualquer desequilíbrio, como alguém passar a ganhar bem mais do que os outros, causa infelicidade e insatisfação geral.

Por incrível que pareça, todos ganhando mal causa menos desconforto do que quando a maioria ganha pouco e apenas um é bem remunerado. Segundo pesquisas, o senso de justiça está relacionado muito mais às emoções e à cultura do que à racionalidade do indivíduo. Por isso a divisão tende a ser a mais justa possível.

E agora, com uma partilha de maneira mais igualitária, Bruna e Paulo finalmente comem a pizza em paz.

²⁹ Daniel Kahneman é considerado um dos maiores expoentes da Economia Comportamental, que será apresentada no penúltimo capítulo deste livro.

14. Amartya Sen e a nova concepção de desenvolvimento

Eu diria que a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética.

Amartya Sen³⁰

Amartya Sen nasceu em Santiniketan, Bengala Ocidental, na Índia, em 3 de novembro de 1933. Seu pai era professor de química, mas Sen preferiu economia. É considerado um dos mais influentes economistas da atualidade, sendo contemplado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998 “por suas contribuições para a economia do bem-estar, em especial nos países em desenvolvimento”. É casado com Emma Rothschild, uma das mais importantes pesquisadoras da obra de Adam Smith e responsável, de certa forma, pelo fortalecimento do vínculo das ideias de Amartya Sen com as do economista escocês.

14.1. Breves pinceladas biográficas

Oriundo de uma família hindu, Amartya Kumar Sen formou-se em Economia em 1953, pelo Presidency College de Calcutá. Prosseguiu seus estudos na Inglaterra, obtendo seu PhD pelo Trinity College, em Cambridge, em 1959. Foi professor de Economia na Jadavpur University, em Calcutá, de 1956 a 1958, e *fellow* no Trinity College, em Cambridge, de 1957 a 1963. Posteriormente, foi professor titular na Delhi School of Economics, de 1963 a 1967, na London School of Economics, de 1971 a 1977, em Oxford, de 1977 a 1988, e, finalmente, em Harvard.

Desde 1998 é Master (Reitor) do Trinity College, de Cambridge, tendo recebido nesse mesmo ano o Prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos teóricos

³⁰ SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*, 1999, p. 23.

na área social e por ter contribuído para uma nova compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social em regiões pobres, nas quais a principal atividade ainda é a agricultura.

Na vida associativa, Sen foi presidente da Econometric Society (1984), da International Economic Association (1986-988), da Indian Economic Association (1989), e da American Economic Association (1994). Desde 1988, é também vice-presidente honorário da Royal Economic Society.

Amartya Sen é um dos fundadores do WIDER, Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU).

Detentor de uma série de prêmios e condecorações, Sen é membro do conselho editorial de diversas publicações, entre as quais: *Economics and Philosophy*, *Ethics*, *Feminist Economics*, *Gender and Development*, *Indian Economic and Social History Review*, *Indian Journal of Quantitative Economics*, *Journal of Peasant Studies*, *Pakistan Development Review*, *Pakistan Journal of Applied Economics*, *Philosophy and Public Affairs*, *Social Choice and Welfare*, *Common Knowledge*, *Critique & Review*, *Theory and Decision*, *Business and the Contemporary World*.

14.2. Extensa produção bibliográfica

A extensa produção bibliográfica de Amartya Sen inclui: *Choice of techniques: an aspect of the theory of planned development*. Oxford: Basil Blackwell, 1960; *Growth economics* (org.). Harmondsworth: Penguin Books, 1960; The impossibility of a paretian liberal. *Journal of Political Economy*, v. 78, 1970, p. 152-157; *Collective choice and social welfare*. San Francisco: Holden Day, 1970; *Guidelines for project evaluation* (with P. Dasgupta and S. A. Marglin). New York: United Nations, 1972; *On economic inequality*. Oxford: Clarendon Press, 1973; *Employment, technology and development*. Oxford: Clarendon Press, 1975; *Levels of poverty*. Washington: World Bank, 1980; *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981; *Choice, welfare and measurement*. Oxford: Basil Blackwell, 1982; *Resources, values and development*. Oxford: Basil Blackwell, 1984; *Commodities and capabilities*. Amsterdam: North-Holland, 1985;

On ethics and economics. Oxford: Basil Blackwell, 1987³¹; *The standard of living*. London: Cambridge University Press, 1987; *Hunger and public action* (with Jean Drèze). Oxford: Clarendon Press, 1989; *La liberté individuelle: une responsabilité sociale*. *Esprit*, mars-avril, 1991, p. 5-25; *Development as freedom*. New York, NY: Alfred A. Knopf, 1999³²; *India: Development and Participation*, New Delhi: Oxford University Press, 2002 (with Jean Dreze); *The Argumentative Indian*, London: Penguin, 2005; *Identity and Violence*, New York: W. W. Norton & Company, 2006; *Idea of Justice*, Harvard University Press, 2009³³; *An Uncertain Glory: India and its Contradictions* (with Jean Drèze), Princeton University Press, 2013³⁴.

14.3. Principais contribuições

A exemplo do que afirmo a respeito de outros economistas, considero extremamente difícil reduzir a extraordinária contribuição de Amartya Sen a um capítulo. Por esse motivo, a seguir, faço uma síntese de três contribuições que considero mais relevantes para a evolução da teoria econômica e da história do pensamento econômico. Ao fazer tal opção, faço questão de deixar claro que não deixo de reconhecer a relevância de outras de suas contribuições, entre as quais: (i) a ênfase no uso dos métodos quantitativos na análise econômica, traduzida num rigoroso instrumental formal-matemático; (ii) a revisão crítica dos pressupostos comportamentais da teoria econômica em diversas de suas ramificações, mas, em especial, no campo da chamada economia do bem-estar.

14.4. Síntese das principais contribuições de Amartya Sen

14.4.1. Relação entre ética e economia

Apesar do pleno domínio dos métodos quantitativos, a ponto de ter chegado à presidência da Econometric Society, Amartya Sen situa-se, no cenário inter-

³¹ Já traduzido para o português: *Sobre ética e economia*.

³² Já traduzido para o português: *Desenvolvimento como liberdade*.

³³ Já traduzido para o português: *A ideia de justiça*.

³⁴ Já traduzido para o português: *Glória incerta: a Índia e suas contradições*.

nacional dos grandes economistas, entre aqueles que se notabilizaram por suas preocupações humanistas, destacando-se, nesse particular, a preocupação com a relação entre ética e economia.

Essa preocupação apresenta-se de forma mais evidente em seu primeiro livro publicado no Brasil, *Sobre ética e economia*, descrito no release da editora Companhia das Letras à época de seu lançamento, como uma síntese impressionante, estruturada pela seguinte ideia:

Se há acordo de que o valor fundamental que orienta a economia normativa e a ética - e as práticas delas derivadas - é a realização dos interesses racionais das pessoas (quer dizer, o bem humano), o mesmo não acontece a respeito de um suposto "núcleo" da "racionalidade" e do modo mais razoável de comparar tais interesses visando ordená-los segundo prioridades de realização.

Considerando os terríveis problemas que o mundo de forma geral - e o Brasil em particular - vêm enfrentando nos campos da moral e da ética, pode parecer que essa discussão seja recente. Ledo engano. Como bem observado no mesmo release:

Essas indagações guiam a teoria ética mais sistematicamente desde Aristóteles, e a econômica, nos seus fundamentos, especialmente desde Adam Smith. Mas elas se perderam na economia quando o *bem* deixou de incluir uma pluralidade de aspectos valiosos da vida humana (satisfações, direitos, liberdades, oportunidades reais etc.), e foi interpretado unicamente como bem-estar. E com a redução do *bem-estar* à medida homogênea de *utilidades*, a origem "ética" da economia desapareceu.

Aliás, John Kenneth Galbraith destacou essa estreita relação em seu livro *Pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. Nele, reproduz a seguinte citação do historiador Alexander Gray, professor de Economia Política por muitos anos na Universidade de Edimburgo:

A Economia [na Grécia antiga] não era apenas serva e criada da Ética (como talvez sempre devesse ser); ela foi esmagada e obliterada por sua irmã mais próspera e mais mimada. E os escavadores posteriores, em busca das origens da teoria econômica, só conseguem desenterrar fragmentos desconexos e relíquias disformes (GALBRAITH, 1989, p. 9-10).

Isso posto, não posso deixar de registrar minha dupla satisfação em ver um autor da relevância de Amartya Sen resgatar a visão humanista da economia e recolocar na agenda da discussão, em condição de absoluta prioridade, a relação entre ética e economia, alinhando-se a nomes importantes como E. F. Schumacher, Rubens Ricupero e Eduardo Giannetti - apenas para citar alguns -, que têm insistido em diversas oportunidades para o caráter essencial dessa relação. Giannetti, diga-se de passagem, fez menção a esse aspecto em seu comentário na "orelha" do livro *Sobre ética e economia* (1999):

As questões econômicas não são apenas questões de praticidade e eficiência, mas também de moralidade e justiça. As questões éticas não são apenas de valor e intenções generosas, mas também de lógica fria e exequibilidade. Se a economia desligada da ética é cega, a ética desligada da economia é vazia. O surpreendente não é que a teoria econômica e a reflexão ética voltem a caminhar juntas, mas que tenham permanecido divorciadas e incomunicáveis entre si por tanto tempo.

14.4.2. Nova visão de desenvolvimento

A segunda grande contribuição de Amartya Sen que gostaria de destacar diz respeito à sua abordagem dos fenômenos do desenvolvimento e do crescimento econômico, cuja diferença ele faz questão de destacar.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, "meramente útil e em proveito de alguma outra coisa". Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da

vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, p. 28-29).

Se, no que se refere especificamente à maior abrangência do fenômeno do desenvolvimento em comparação ao do crescimento econômico, Sen não chega a ser propriamente original, uma vez que diversos economistas contemporâneos, entre os quais Joseph Schumpeter, Charles Kindleberger, Maurice Biè e W. W. Rostow tiveram a mesma posição, ao enfatizar a importância da liberdade como componente fundamental do desenvolvimento, ele foi bastante original. Em boa parte do livro *Desenvolvimento como liberdade*, Sen dedica-se à explicação desse aspecto, magnificamente ilustrado na afirmação “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 33).

Logo no Prefácio, ao fazer considerações sobre, de um lado, um mundo com níveis de opulência sem precedentes e, de outro, um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias, Sen (2000, p. 10) destaca a estreita relação entre liberdade e desenvolvimento:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais é *constitutiva* do desenvolvimento. Porém, para uma compreensão mais plena da relação entre desenvolvimento e liberdade, precisamos ir além desse reconhecimento básico (ainda que crucial). A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos.

A respeito desses encadeamentos, Sen (2000, p. 10) prossegue:

Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdade são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos. Por exemplo, há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras (como às vezes se pensa). Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações. Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento.

Em sua análise dos condicionantes econômicos relacionados ao desenvolvimento e à liberdade, Sen (2000, p. 22-23) dá especial destaque ao papel dos mercados, afirmando:

A capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico e o progresso econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea sobre desenvolvimento. No entanto, seria um erro ver o mecanismo de mercado apenas como um derivativo. Como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar.

Complementando o exame da importância dos mercados, pondera Sen (2000, p. 23):

Ser *genericamente contra* os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas (ainda que certas conversas sejam claramente infames e causem problemas a terceiros - ou até mesmo aos próprios interlocutores). A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificativa defensiva com relação a seus efeitos favoráveis, mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto). A contribuição

do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca - de palavras, bens, presentes.

A influência de Amartya Sen nesse campo não se limitou ao plano teórico, uma vez que juntamente com o economista paquistanês Mahbub ul Haq, ele foi o criador, em 1989, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador que passou a ser aceito no mundo todo como a principal referência para definir o grau de desenvolvimento de um país. Tal indicador, mais amplo - e por isso mesmo - mais fiel do que os até então utilizados, considera três variáveis para efeito de cálculo: nível de renda, educação (captada pela taxa de alfabetização e pela taxa de matrícula nos três níveis de ensino), e saúde (captada pela esperança de vida).

14.4.3. Teoria da escolha social

O envolvimento de Amartya Sen com questões relacionadas à economia do bem-estar, à teoria da escolha social, à erradicação da pobreza e à sustentabilidade faz com que ele seja um dos mais requisitados economistas contemporâneos para participar de iniciativas e projetos envolvendo tais temas. Exemplo disso foi a solicitação do presidente francês Nicolas Sarkozy, em 2007, para que, juntamente com Joseph Stiglitz e Jean-Paul Fitoussi, investigasse uma medida do progresso social e econômico e como adotar medidas mais amplas de bem-estar. O relatório deles, publicado em 2009, de acordo com *O livro da economia* (2013, p. 219) diz que “é necessário mudar o foco das políticas econômicas de medidas de produção econômica (como o PIB) para medidas de bem-estar e sustentabilidade”.

Ainda de acordo com o referido relatório (op. cit., p. 219) “o hiato entre os indicadores econômicos comuns e o bem-estar divulgado parece estar aumentando”. Dessa forma, de acordo com Sen, Stiglitz e Fitoussi, “um sistema alternativo de mensuração deveria, obrigatoriamente, usar uma série diferente de indicadores, como saúde e impacto ambiental dos estilos de vida, em vez de tentar resumir tudo a um simples número”

14.5. Observação final

O renomado professor Anthony Atkinson, da London School of Economics, fez a seguinte afirmação na *The New York Review of Books*:

Amartya Sen ocupa uma posição única entre os economistas modernos. É um notável teórico da economia, uma autoridade mundial em escolha coletiva e economia do bem-estar. Figura eminente na economia do desenvolvimento, com um trabalho inovador sobre a avaliação da eficácia de investimentos em países pobres [...]. Ao mesmo tempo, tem uma visão ampla da disciplina e muito tem feito para alargar a perspectiva dos economistas. Fez importantes contribuições à filosofia moral, estando tão à vontade ao escrever para o *Journal of Philosophy* quanto para o *Economic Journal* [...]. O economista que busca conduzir a economia além de suas fronteiras convencionais pode muito bem se ver sem o apoio de seus colegas. Não é o caso de Sen, profeta que se distingue em sua própria disciplina.

Embora, evidentemente, sem a pretensão de ter o mesmo peso e a mesma influência de Atkinson, complemento sua colocação com a seguinte observação: não é qualquer economista que consegue ter a importância de suas ideias e contribuições teóricas reconhecidas ainda em vida, como comprovam os inúmeros prêmios e condecorações *post mortem* ou *in memoriam* conferidos ao longo da história. Também nesse aspecto, Amartya Sen constitui-se numa exceção, uma vez que é respeitado mundialmente. Apesar de ser oriundo de um país não desenvolvido, atingiu os mais altos cargos na carreira acadêmica, recebeu o Nobel, talvez a mais cobiçada láurea concedida a um cientista e, se não bastasse, teve uma de suas contribuições teóricas, o IDH, transformada num indicador utilizado generalizadamente, numa prova concreta da aplicabilidade de suas ideias.

15. Daniel Kahneman e a Economia Comportamental³⁵

*We can be blind to the obvious, and we are also blind to our blindness.*³⁶

Daniel Kahneman³⁷

Daniel Kahneman nasceu em Tel Aviv, Israel, em 5 de março de 1934. Formado e com especialização em psicologia, tem também conhecimento científico em matemática. Considerado um dos principais nomes da chamada Economia Comportamental, ele dividiu o Prêmio Nobel de Economia de 2002 com Vernon Smith.

15.1. Considerações introdutórias

A presença de um Psicólogo num livro sobre a história do pensamento econômico não deveria ser uma surpresa. Porém, o infeliz e histórico afastamento da Economia, da Psicologia e da Filosofia leva a que, para alguns, seja inusitada a presença de um Psicólogo num livro desta natureza. Da mesma forma, poderá ter sido surpreendente quando Daniel Kahneman recebeu o Prêmio Nobel da Economia em 2002. A pertinência de uma abordagem da psicologia social e cognitiva à compreensão do comportamento econômico, que está na gênese da criação do campo da Economia Comportamental, deveria ser relativamente óbvia. Afinal, como o economista Richard Thaler gosta de sublinhar, “toda a Economia é comportamental”. A Economia Comportamental não deve ser vista como uma disputa entre duas ciências do comportamento, mas, sim, como uma inteligente

³⁵ Este capítulo teve a colaboração de Carlos Mauro, PhD – Chief Scientific Officer da CLOO Behavioral Insights Unit, ex-professor de carreira da Católica Porto Business School em Portugal e de João Matos, MSc – Behavioral Policy Consultant da CLOO Behavioral Insights Unit, mestre em Sociologia pela Universidade do Porto.

³⁶ “Podemos ficar cegos para o óbvio, e também somos cegos para nossa própria cegueira”. (Tradução do autor)

³⁷ KAHNEMAN, *Thinking, fast and slow*, p. 24.

e produtiva colaboração entre cientistas e programas de pesquisa complementares. Ainda que continue a existir algum desconforto num conjunto cada vez mais restrito de economistas e psicólogos, a Economia Comportamental tem atraído cada vez mais profissionais de ambas as áreas, tornando essa abordagem central em alguns contextos.

O trabalho de Kahneman, majoritariamente em estreita colaboração com o seu colega Amos Tversky, colocou importante ênfase nos aspetos cognitivos que influenciam comportamentos econômicos. O seu legado ressalta a importância de considerar o agente humano real, com todas suas virtudes e defeitos, em qualquer modelo ou análise que tente descrever, prever ou explicar comportamentos, opondo-se assim a modelos baseados em agentes econômicos idealizados que, ao contrário das pessoas reais, são capazes de tomar decisões racionais, consistentes, calculadas e deliberadas, imunes a qualquer “ruído” contextual supostamente irrelevante para a tomada de decisão.

Essa ruptura no pensamento acerca dos fundamentos comportamentais tem se mostrado decisiva não só para termos uma melhor compreensão sobre o *modus operandis* dos agentes reais, como se tem revelado essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas de alteração comportamental em áreas tão complexas como, por exemplo, sustentabilidade, educação e saúde, finanças, integridade e recursos humanos.

15.2. Vida

Daniel Kahneman nasceu em Tel Aviv, em 1934, tendo passado a sua infância em Paris, para onde os seus pais tinham imigrado nos anos 1920, provenientes da Lituânia. Kahneman, seus pais e sua irmã foram perseguidos durante a ocupação nazista da França, entre 1940 e 1944. Embora tenham escapado da perseguição antisemita, o pai de Kahneman morreu em razão de diabetes mal tratada apenas seis semanas antes do Dia D, que levaria à libertação francesa. Mais tarde, Kahneman veio a compreender que sua experiência durante a ocupação nazista foi um dos motivos que o levou a ter curiosidade na área da psicologia e do comportamento humano.

Em 1948, volta com a família ao território palestino, pouco antes da criação do estado de Israel. Licenciou-se com *major* em Psicologia pela Universidade de Jerusalém, em 1954, tendo posteriormente servido no gabinete de psicologia das forças armadas israelenses. Em 1958, mudou-se para os Estados Unidos onde fez Doutorado em Psicologia na Universidade de Berkeley, na Califórnia, terminando em 1961. É novamente em Jerusalém, já como professor da Universidade, que conhece Amos Tversky, no final dos anos 1960. Kahneman e Tversky protagonizaram uma história de amizade, partilha de curiosidade científica e colaboração profunda que levou ao avanço significativo na compreensão do comportamento humano (Kanheman, 2002).

Amos Tversky viria a falecer em 1996, oito anos antes de Kahneman receber o Prêmio Nobel de Economia. Caso estivesse vivo, Tversky certamente partilharia a láurea com Kahneman, uma vez que foi premiado o trabalho que ambos realizaram em conjunto durante mais de uma década na área de julgamento e tomada de decisão (Kahneman e Tversky, 1973, 1974, 1979, 1984).

15.3. Contribuição para a Economia

O trabalho de Kahneman e Tversky focou-se na forma como as pessoas tomam decisões em contextos de incerteza, e seus resultados desafiaram repetidamente vários pressupostos da Teoria da Escolha Racional. A Teoria da Escolha Racional foi durante muito tempo considerada e aceita como sendo a “explicação” mais adequada do comportamento humano na Economia e em áreas específicas de outras ciências sociais. Essa teoria assenta no pressuposto de que a tomada de decisão do agente humano é racional, tendo capacidade aparentemente ilimitada para selecionar a melhor das opções disponíveis, de acordo com um conjunto de preferências estáveis. Kahneman e Tversky não se sentiam cómodos nessa concepção do agente humano, por isso, procuraram desvendar os fatores cognitivos que influenciam a tomada de decisão. A sua pesquisa demonstrou que, em muitos cenários, as pessoas tomavam decisões de modo automático e inconsciente, seguindo “regras” mentais. Essas regras, as chamadas heurísticas, são modos automáticos de o nosso cérebro fazer julgamentos e tomar decisões,

selecionando informação no contexto, e se constituem no mecanismo que temos para tomar a maior parte das nossas decisões no dia a dia, sempre sob constrangimento de tempo.

No seu famoso artigo de 1974 *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases*, Kahneman e Tversky apresentaram os resultados da investigação de heurísticas, dando início a essa linha de estudos.

O primeiro resultado apresentado dizia respeito à forma como as pessoas inferem a probabilidade de um objeto A pertencer a uma categoria B. A dupla de investigadores realizou várias experiências para perceber que fatores influenciavam a atribuição de probabilidades nessas situações. Numa das experiências, os participantes receberam um conjunto de descrições de personalidades de vários indivíduos, supostamente retirados de um grupo de engenheiros e advogados. Metade dos participantes foi informada de que as descrições foram retiradas de uma amostra de 70 engenheiros e 30 advogados, enquanto a outra metade recebeu informação de que a amostra teria 70 advogados e 30 engenheiros. Depois, foi perguntado aos participantes qual a probabilidade de cada descrição dizer respeito a um advogado ou a um engenheiro. A probabilidade de uma descrição pertencer a um engenheiro deveria ser superior no primeiro grupo, onde havia mais engenheiros que advogados, do que no segundo. No entanto, os participantes de ambos os grupos ignoraram a constituição da amostra e atribuíram de modo geral as mesmas probabilidades, independentemente de haver mais ou menos engenheiros na amostra.

Kahneman e Tversky concluíram que as pessoas atribuíam a probabilidade de determinada pessoa ser engenheira considerando apenas o quão parecida era a sua descrição com o estereótipo da profissão, desvalorizando por completo o número base de engenheiros, uma variável fundamental para determinar qualquer probabilidade de um objeto A pertencer a uma categoria B. A esse processo mental, automático, de atribuição de probabilidade, chamaram de *Heurística da Representatividade*.

O segundo efeito apresentado pelos investigadores referia-se à *Heurística da Disponibilidade*. Talvez mais intuitivo, esse tipo de heurística refere-se a situações em que as pessoas atribuem a probabilidade de um evento acontecer pela

facilidade com que se recordam de situações semelhantes. Embora isso possa ser efetivamente uma regra mental eficaz em várias circunstâncias, a frequência de um acontecimento não é o único fator que nos faz recordar algumas situações em detrimento de outras. Por exemplo, temos maior facilidade para recuperar uma situação que testemunhamos presencialmente, como uma casa a queimar, do que se apenas tivermos lido no jornal sobre esse mesmo acidente. Da mesma forma, a facilidade para recordar grandes acidentes de avião e a facilidade com que projetamos a existência de um problema no motor da aeronave ou a preocupação perante condições atmosféricas adversas, podem levar-nos a sobrestimar imensamente o risco de fazer uma viagem de avião.

A última heurística analisada por Kahneman e Tversky no seu artigo histórico é a chamada *Heurística da Ancoragem*. Para demonstrar esse efeito, foi realizada uma experiência utilizando uma “Roda da Sorte” numerada de 0 a 100. Cada participante rodou a roda que estava viciada para cair apenas nos números 10 e 65. Após esse resultado, foi solicitado que os participantes estimassem a percentagem de países africanos nas Nações Unidas. Ao analisar as respostas, Kahneman e Tversky constataram que a estimativa mediana dos participantes a quem tinha saído o número 10 era significativamente mais baixa que a estimativa dos participantes a quem tinha saído o número 65 (25% e 45% respetivamente). Esse resultado demonstra que valores não relevantes para a resposta serviram como ponto de referência para a estimativa subsequente.

O resultado dessa experiência é particularmente surpreendente se considerarmos que os números que ancoraram a decisão dos participantes eram claramente arbitrários e não apresentavam qualquer informação relevante para o problema em mãos. Deveriam, por isso, ser ignorados pelos participantes. Kahneman e Tversky não concordavam totalmente sobre os mecanismos cognitivos inerentes ao processo de ancoragem. Tversky propunha que esse processo era sobretudo deliberado e decorria de um ajustamento insuficiente em relação ao número de referência. Por outro lado, Kahneman acreditava que poderia haver um fator de sugestão, mais inconsciente (por exemplo, que apresentar uma idade de 144 anos como âncora pudesse induzir imagens de velhice na mente e, por

isso, provocar estimativas de idades mais altas)³⁸. Em última instância, qualquer processo de predição de uma estimativa é completado de forma deliberada. No entanto, experiências como a da roda da fortuna mostram que a mera ativação de um sistema consciente e deliberado não torna a pessoa imune ao efeito de âncoras irrelevantes, as quais são processadas automática e inconscientemente, influenciando a decisão final (Kahneman, 2011).

Investigação subsequente tem vindo a demonstrar que o efeito de ancoragem é robusto, mesmo em situações em que os participantes são especialistas no tema em questão: por exemplo, um grupo de investigadores alemães verificou experimentalmente que juizes são influenciados pelo resultado de um lançamento de dados quando lhes é solicitado, posteriormente, para indicar a pena que deveria ser aplicada num caso de roubo (ENGLISH et al., 2006; KAHNEMAN, 2011).

Cinco anos após a publicação de *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases*, Kahneman e Tversky fizeram uma nova publicação histórica, apresentando a *Teoria dos Prospectos*, a qual descreve o modo como as pessoas escolhem entre duas alternativas probabilísticas envolvendo risco. Os estudos que levaram à constituição da Teoria dos Prospectos demonstraram claros desvios em relação aos resultados esperados à luz da Teoria da Escolha Racional.

Para exemplificar essa abordagem, consideremos os seguintes problemas:

Problema 1: Que opção escolheria?

- a. Ganhar 900€ garantidamente OU
- b. Ter uma chance de 90% de ganhar 1,000€

Problema 2: Que opção escolheria?

- a. Perder 900€ garantidamente OU
- b. Ter uma chance de 90% de perder 1,000€

Apesar da simetria dos problemas, é evidente para a maior parte das pessoas que eles ativam reações psicológicas diferentes. Em ambos os casos, o resultado médio esperado é semelhante (ganhos e perdas esperadas de 900€ em cada problema, respectivamente). No primeiro caso, as pessoas tendem a demonstrar aversão ao risco, preferindo um ganho certo, o que poderia ser explicado pelo

³⁸ Algumas investigações subsequentes parecem validar essa possibilidade, como Strack e Mussweiler (1997).

fato de as pessoas preferirem uma opção certa a uma opção de risco. No entanto, no segundo problema, a maior parte das pessoas passa a optar por arriscar para evitar a perda certa. Kahneman e Tversky explicaram essa assimetria pela diferença psicológica entre ganhos e perdas, concluindo que o sentimento negativo experienciado com uma perda é superior ao sentimento positivo experienciado com um ganho do mesmo valor. Kahneman e Tversky denominaram esse princípio como *Aversão à Perda*.

No conjunto de suas experiências, verificaram que a aversão à perda se verifica mesmo em situações em que o ponto de referência não era o nível de riqueza atual do participante. Por exemplo, num cenário em que os participantes eram informados de que receberiam 1,000\$ e poderiam optar entre ganhar mais 500\$ garantidamente ou ter uma chance de 50% de ganhar 1,000\$, a maior parte optava pelo ganho certo. No entanto, quando os participantes eram informados de que receberiam 2,000\$ e poderiam optar por perder 500\$ garantidamente ou por ter uma chance de 50% de perder 1,000\$, os participantes demonstraram aversão à perda e optaram tendencialmente pela opção de risco. Note-se que os problemas são idênticos, já que em ambos os participantes têm a opção de ficar mais rico com 1,500\$ garantidamente ou aceitar um risco de 50% entre ficar mais rico por 1,000\$ ou 2,000\$. Ao longo dos experimentos, Kahneman e Tversky verificaram que, para a maior parte das pessoas, o medo de perder 100\$ é maior que a esperança de ganhar 150\$ e que, por isso, temos uma tendência maior de evitar perdas do que para perseguir oportunidades de ganhos superiores (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; KAHNEMAN, 2011).

Para além de demonstrarem esse princípio, Kahneman e Tversky postularam que a sensibilidade do decisor perante a oscilação do valor esperado diminui à medida que ele se afasta do ponto de referência. Assim, a percepção de um ganho de 100\$ é maior se se tratar de um ganho de 100\$ para 200\$ do que se fosse um ganho de 900\$ para 1,000\$. Embora um princípio aparentemente intuitivo, em ambas as situações a utilidade esperada objetiva é a mesma, e “racionalmente” seria de esperar que fosse valorizada em igual medida.

A linha de investigação de Kahneman e Tversky preocupou-se, essencialmente, em compreender a forma e os motivos que levam as pessoas a tomar deci-

sões que se afastam do comportamento racional expectável à luz da Teoria da Escolha Racional. Os resultados reforçaram a *Teoria dos Dois Sistemas* (Evans, 2008; Stanovich; West, 2000), que postula a existência de um primeiro sistema cognitivo, que funciona de modo rápido, automático e inconsciente (sistema 1), e de um segundo sistema deliberativo, lento, que opera de modo consciente e que corresponde à ideia mais comum da racionalidade humana (sistema 2). Embora o sistema 2 seja aquele que mais intuitivamente associamos às decisões humanas, a compreensão do modo como tomamos decisões heurísticamente (usando o sistema 1) e do quão predominante esses julgamentos e comportamentos são, coloca totalmente em causa a concepção das pessoas como agentes racionais e maximizadores.

Uma perspectiva diferente da abordagem de Kahneman e Tversky é proposta por Gerd Gigerenzer, psicólogo alemão e diretor emérito do Centro de Comportamento Adaptativo e Cognição no Max Plank Institute. A posição de Gigerenzer diferencia-se da investigação apresentada neste capítulo ao focar-se não na forma como os comportamentos das pessoas se distanciam das tomadas de decisão racionalmente esperadas, mas, antes, em perceber como as heurísticas, “rápidas e frugais” como lhe chama, permitem aos seres humanos, no seu contexto de racionalidade limitada, tomar essencialmente boas decisões. A investigação de Gigerenzer mostra que a tomada de decisões heurística é muitas vezes superior à tomada de decisões deliberada e racional. Do seu ponto de vista, as heurísticas são rápidas e frugais por permitirem tomar decisões em pouco tempo e com base em pouca informação. São regras que adquirimos de modo evolutivo e que garantem a nossa sobrevivência como espécie, e por isso não faz tanto sentido discutir se as heurísticas são uma forma de racionalidade ou irracionalidade, mas antes se se adaptam a um determinado contexto ou não (GIGERENZER, G.; TODD, P., 1999).

Mais do que discutir o caráter racional ou irracional do comportamento humano, a investigação intensiva, iniciada nos anos 1970, permite-nos hoje ter um olhar mais humano sobre nosso comportamento. Essa visão serviu de base para uma nova corrente de políticas públicas e privadas, que pretende alterar positivamente o comportamento das pessoas usando esse conhecimento, adaptando os contextos de tomada de decisão às nossas heurísticas.

15.4. Conclusão: contribuição para as políticas públicas e privadas

O lançamento do *best-seller Nudge: Como Melhorar Decisões sobre Saúde, Dinheiro e Felicidade*, em 2008, por Richard Thaler e Cass Sunstein, foi um marco na literatura de políticas públicas e privadas. Os autores apresentam o conceito de *nudging*, identificando-o como alternativa ou complemento às formas convencionais de políticas de alteração comportamental: educação, punição e incentivo. O *nudging* manifesta-se como uma estratégia de alteração contextual nos momentos de decisão para ajudar as pessoas a tomar melhores decisões para os outros e para si mesmas. Os autores apresentam, entre outros, exemplos de como criar boas opções *by default* pode ajudar as pessoas a poupar mais para aposentadoria (THALER; BERNATZI, 2004) e, também, aumentar drasticamente o número de doadores de órgãos num país (JOHNSON; GOLDSTEIN, 2004). Por outro lado, mostram como uma política de saúde bem-intencionada, possibilitando às pessoas escolher dentro de dezenas de possibilidades nos seguros e planos de saúde aquela que mais se adequava às suas necessidades, acabou por falhar por não considerar as limitações de processamento da informação das pessoas (THALER; SUNSTEIN, 2008).

A abordagem proposta por Thaler e Sunstein é clara e assumidamente baseada na concepção de agente humano originado pela investigação de Kahneman e Tversky. Essa abordagem rapidamente deu origem à criação de organizações especializadas no desenvolvimento desse tipo de intervenções, conhecidas por *nudges*. No Reino Unido, Richard Thaler esteve envolvido na fundação do Behavioral Insights Team (BIT), em 2010, que nasceu como parte do governo britânico na gestão de David Cameron. Similarmente, nos Estados Unidos, a Ideas 42 tem realizado projetos de intervenção comportamental desde 2008, e Cass Sunstein fez parte da equipe executiva de Barack Obama entre 2009 e 2013, altura em que os Estados Unidos começaram a aplicar o *nudging* em suas políticas públicas.

Hoje, a importância de uma abordagem que tenha em conta a forma como as pessoas efetivamente pensam, julgam e tomam decisões é reconhecida por cada vez mais governos, empresas e instituições multilaterais como, entre outras, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômi-

co (OCDE), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Organizações e empresas especializadas no desenvolvimento de políticas comportamentais nascem um pouco por todo o mundo e, embora podendo assumir abordagens diferentes, praticamente todas assentam no legado de conhecimento iniciado por Daniel Kahneman e Amos Tversky.

O professor Daniel Kahneman contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da Economia Comportamental, com base numa concepção científica e realista do agente econômico e de seu comportamento. Seu trabalho foi central no desenvolvimento das chamadas *behavioral policies*, que ganharam grande impulso com o livro *Nudge*, de Thaler e Sunstein (2008).

16. Howkins, Florida e a Economia Criativa

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade.

Celso Furtado³⁹

A Economia Criativa emerge como um campo de pesquisa multidisciplinar, envolvendo, principalmente, as áreas de conhecimento da economia, da criatividade e do urbanismo. Tendo como maiores expoentes o britânico John Howkins e o canadense Richard Florida, a Economia Criativa desponta como uma das mais efetivas respostas à crise econômico-financeira que abalou as estruturas da economia mundial a partir de 2007/2008, quer no que se refere a aspectos relacionados à produção, quer quanto à geração de renda e emprego.

³⁹ FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial* (2008), apud *Plano da Secretaria da Economia Criativa*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011, p. 2.

16.1. Um mundo em convulsão em busca de saída(s)

Publicado em 2010 por um dos maiores expoentes da Economia Criativa, o urbanista Richard Florida, o livro *O grande recomeço* focaliza um tema que ocupava, então, espaço considerável na mídia: a crise econômica internacional. Mesmo tendo se passado alguns anos, diversos países encontram-se, ainda hoje, às voltas com a necessidade de superar determinados problemas que tiveram origem ou foram agravados na referida crise.

Ou seria mais correto utilizar a expressão no plural: crises econômicas internacionais?

Afinal, podem ser encontrados artigos e análises sobre a fragilidade da economia europeia, sobre a longa recuperação da economia norte-americana, sobre a estagnação da economia japonesa e, mais recentemente, até sobre a desaceleração da economia chinesa.

Trata-se de crises isoladas ou fazem parte de uma mesma crise, com acentuado grau de inter-relação e interdependência?

Embora não haja consenso a esse respeito, há considerável número de analistas que acredita tratar-se de uma crise só, com repercussões e impactos variados. Em alguns lugares, o impacto se faz sentir de forma mais acentuada, em outros menos. Da mesma forma, o momento em que esse impacto é sentido não é o mesmo nos diferentes países. Aspecto quase consensual - impossível esperar consenso em qualquer discussão envolvendo a economia - diz respeito à gravidade da crise. Nesse particular, a esmagadora maioria concorda quanto à enorme gravidade da crise, que teve origem no setor hipotecário da economia mais forte do planeta, a dos Estados Unidos, espalhando-se posteriormente para outros setores e para outras partes do mundo, graças às fortes inter-relação e interdependência que caracterizam a economia globalizada.

De dimensão parecida à crise atual, muitos analistas apontam a Grande Depressão, iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929, e que se estendeu por toda a década de 1930, praticamente emendando com a Segunda Guerra.

Alguns analistas fazem comparação também com a crise de 1870, cujos efeitos se fizeram sentir também por uma década ou mais.

Em ambos os casos, o que se viu depois da recuperação foi algo diferente do que existia antes, confirmando, em certo aspecto, a teoria da destruição criativa de Joseph Schumpeter.

É exatamente sobre isso que reflete Richard Florida em *O grande recomeço*, que tem o ilustrativo subtítulo *As mudanças no estilo de vida e de trabalho que podem levar à prosperidade pós-crise*.

O trecho a seguir, que respalda meu supramencionado ponto de vista, constituiu-se numa boa síntese das ideias de Richard Florida (2010, p. 4).

Os altos e baixos econômicos pelos quais passaram meus pais fazem parte do ciclo de vida de qualquer sociedade. Podem ser difíceis, às vezes terrivelmente dolorosos, mas, assim como as árvores deixam cair folhas no outono, para que se abra espaço para o novo crescimento da primavera, as economias dão um *reset*, zeram tudo e recomeçam. Os tempos de crise revelam o que está e o que não está funcionando. São esses os tempos em que práticas e sistemas obsoletos e disfuncionais colapsam ou vão sendo deixados para trás. São tempos em que as sementes da inovação e da invenção, da criatividade e do empreendedorismo se abrem e irrompem como flores, permitindo a recuperação à medida que a economia e a sociedade são reconstruídas. Os grandes períodos de transformação econômica, como a Grande Depressão, ou, antes dela, a Longa Depressão da década de 1870, desenrolaram-se lenta e longamente, mais parecidos com um filme do que com uma fotografia. Da mesma forma, o caminho da recuperação pode ser longo e tortuoso - e levam quase três décadas no caso de cada uma daquelas duas crises [1870 e 1930]. Vistas no contexto maior da história, as crises econômicas inevitavelmente dão origem a períodos críticos em que uma economia é refeita para que possa recuperar-se e recomeçar a crescer. Esses são os períodos que chamo de "Grandes Recomeços".

Muito se tem debatido, nos últimos anos, sobre a desindustrialização que estaria ocorrendo no Brasil, fenômeno associado a outro identificado como reprimarização da economia.

De acordo com os defensores dessa tese, a própria política econômica praticada por longo período, caracterizada pelo binômio juros altos e câmbio sobre-

valorizado, contribuiu para isso, comprometendo a competitividade da indústria nacional e favorecendo a importação de insumos, produtos de consumo e bens de capital de diversos países, em especial da China. Em consequência dessa redução relativa da participação da indústria (setor secundário) no Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil estaria voltando ao passado e dependendo cada vez mais da produção e exportação de alimentos e matérias-primas, ou seja, do setor primário.

Como, em diversos momentos, a evolução dos preços dos produtos primários não acompanhou a dos produtos industrializados e a dos bens de capital, essa reprimarização torna o Brasil vulnerável às flutuações do comércio internacional, numa reedição da situação que prevaleceu por período considerável do século XX.

Não raras vezes, simpatizantes desse ponto de vista, quer do meio empresarial, quer do meio acadêmico, vieram a público manifestando sua indignação com a inação do governo que, a seu juízo, estava de mãos atadas em razão dos interesses dominantes do capital financeiro e do modelo hegemônico neoliberal.

De tanto ouvir a mesma história, muita gente pegou carona nessa tese, sem se preocupar em fazer uma análise mais aprofundada do que estava ocorrendo.

Nos últimos tempos, porém, tem crescido o número de analistas - de diversas áreas e tendências - que têm apresentado uma interpretação distinta do fenômeno em curso.

Muitos desses analistas partem de uma visão da história que considera normal o fortalecimento do setor de serviços da economia a partir de determinado estágio do processo de desenvolvimento de cada país.

Entre outros autores, enquadram-se nesse grupo nomes como W. W. Rostow e Alvin Toffler. O primeiro é autor de *Etapas do crescimento econômico* (1974), que tem o sugestivo subtítulo *Um manifesto não comunista*. Sua teoria - na esteira das teorias baseadas na visão linear do processo de desenvolvimento - afirmava originalmente que as nações passariam por quatro estágios até atingirem o último deles, o quinto, que é a sociedade de consumo de massa, o mais elevado possível na escala. Para chegar ao quinto estágio, seria necessário passar pelo terceiro, chamado por ele de decolagem (*take off*) e pelo quarto, intitulado marcha para a maturidade. Nesses três estágios (terceiro, quarto e quinto), o papel do setor secundário era preponderante. Posteriormente, Rostow acrescentou um

sexto estágio, a que chamou de sociedade de serviços, caracterizado exatamente pelo aumento da participação relativa do setor terciário na economia da nação.

O segundo a se referir a esse fenômeno com outra denominação é Alvin Toffler, em *A terceira onda* (2007). Segundo Toffler, a primeira onda corresponde à revolução agrícola, simbolizada pela passagem do nomadismo para a sociedade agrícola e pastoril. A segunda corresponde à revolução industrial, simbolizada pela energia a vapor e pela mecanização da produção. Toffler não considera a mudança da matriz energética do carvão vegetal para a eletricidade e o petróleo uma nova onda, mas sim a extensão da segunda. A terceira onda, que está em curso, é marcada pela transição da economia industrial para a economia de serviços.

Outro autor que tem uma abordagem diferenciada e muito interessante é Richard Florida, um dos gurus da Economia Criativa. Em *O grande recomeço* (2010), ele afirma que a crise econômico-financeira, que teve início em 2007, no sistema hipotecário norte-americano, é extremamente grave. Florida afirma que essa crise só encontra paralelo nas crises de 1870 e de 1930. A crise de 1870, cujos efeitos se fizeram sentir por quase três décadas, marcou a consolidação da primeira revolução tecnológica. A de 1930, iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929, estende-se por toda a década seguinte, emendando-se com a Segunda Grande Guerra, e permitiu a consolidação da segunda revolução industrial ou tecnológica.

Em ambos os casos, o que se viu depois da recuperação foi algo diferente do que existia antes, confirmando, em certo aspecto, a teoria da destruição criativa de Joseph Schumpeter.

Para Florida, a crise que estamos vivendo agora, cujos efeitos podem se estender por mais de uma década, é a crise que marca o fim do domínio da economia da segunda revolução industrial e a passagem para uma nova realidade, que tem na Economia Criativa um de seus elementos mais relevantes.

Se aqueles que identificam no que estamos vivendo como desindustrialização estiverem corretos, o processo será passageiro e a recuperação permitirá o ressurgimento de uma realidade semelhante ou muito parecida com aquela vigente antes do início da crise.

Por outro lado, se a visão de Richard Florida estiver correta, o que estamos vivendo é, na verdade, uma mudança de paradigma, no sentido atribuído à expressão por Thomas Khun em *A estrutura das revoluções científicas*. De acordo com Khun (1998, p. 13): “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Nesse caso, a realidade predominante ao final da crise não será a mesma de antes, e muitos dos setores importantes da produção liderada pelo setor industrial serão substituídos por novos setores de atividade, com maior participação do setor de serviços e de novos segmentos da indústria, entre os quais o da tecnologia da informação (TI), com destaque para a produção de softwares e de *games*.

16.2. O que é a Economia Criativa

Existe ainda certa controvérsia terminológica envolvendo expressões como “economia criativa”, “indústrias criativas” ou “economia da cultura”, embora haja uma tendência favorável à utilização da primeira delas, “economia criativa”, razão pela qual é a que será empregada ao longo deste capítulo.

A Economia Criativa tem sua origem na habilidade, criatividade e nos talentos individuais, que, empregados de forma estratégica, têm potencial para a criação de renda e empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual (PI).

Dois nomes se destacam mundialmente, sendo reconhecidos como grandes expoentes da Economia Criativa: Richard Florida e John Howkins.

O canadense Richard Florida é urbanista e professor de *business* e criatividade na Universidade de Toronto. É considerado um dos intelectuais de maior destaque mundial no que se refere à Economia Criativa aliada a planejamento urbano, competitividade econômica e tendências socioculturais. Sua visão da Economia Criativa tem como foco o comportamento e os hábitos dos indivíduos que atuam nos setores por ela abarcados e que se distinguem claramente dos indivíduos que atuam nos setores considerados tradicionais, como agricultura, indústria de transformação, comércio e finanças. Sendo assim, Florida (2011, p. 14) se refere à “classe criativa”, muito bem caracterizada no trecho que se segue:

Indivíduos criativos sempre vivenciaram e até cultivaram uma experiência heterogênea do tempo. Em geral, o horário de trabalho de escritores, artistas, músicos, cientistas e inventores é imprevisível e atípico; eles trabalham em casa e parecem se divertir ao fazer isso. Hoje, cada vez mais pessoas trabalham dessa forma. O modo que organizamos e empregamos o tempo está se transformando de maneiras que vão além de quando ou quanto trabalhamos. A questão central está relacionada ao emprego intenso do tempo. Nós procuramos preencher cada segundo - seja no trabalho em casa ou nos momentos de lazer - com estímulos criativos e experiências. No processo, acabamos alterando por completo nossa concepção de tempo. Antigos limites, que determinavam quando fazer isso ou aquilo, não se aplicam mais - trabalhamos nas horas de folga e nos divertimos no horário de trabalho. Isso acontece porque a criatividade não pode ser ativada e desativada quando bem queremos; sem falar que representa uma curiosa mistura entre trabalho e diversão. Escrever um livro, criar uma obra de arte ou desenvolver um novo software exige longos períodos de enorme concentração entremeados de pausas para relaxar, incubar ideias e recarregar as baterias. O mesmo vale na hora de elaborar uma nova campanha de marketing ou uma estratégia de investimento.

O britânico John Howkins é jornalista e *visiting professor* da City University de Londres, além de vice-reitor e *visiting professor* da Shanghai School of Creativity, Shanghai Theatre Academy, China. Foi executivo e consultor de grandes empresas de comunicação como Time Warner Entertainment, ABC, Andersen Consulting, BBC, Coopers & Lybrand, SkyTV, KPMG, bem como consultor dos governos da Austrália, Canadá, China, México, Marrocos, Polônia, Singapura, Reino Unido, Estados Unidos e outros 15 países, tendo atuado de maneira ampla na Europa Oriental. Sua visão de Economia Criativa é baseada na relação entre a criatividade e a economia. Howkins (2013, p. 12) afirma: “A criatividade não é algo novo, tampouco a economia, mas a novidade está na natureza e na extensão da relação entre elas e como elas se combinam para criar valor e riqueza extraordinários”.

A seguir, um trecho que aborda a visão de Howkins (2013, p. 13) de forma mais detalhada, com a definição dos dois componentes da relação supramencionada e a combinação resultante das duas.

Criatividade é a capacidade de gerar algo novo. Significa a produção por parte de uma ou mais pessoas, de ideias e invenções que são pessoais, originais e significativas. Ela é um talento, uma aptidão. Ela ocorrerá toda vez que uma pessoa disser, realizar ou fizer algo novo, seja no sentido de “algo a partir do nada” ou no sentido de dar um novo caráter a algo já existente. A criatividade ocorre independentemente de esse processo levar ou não a algum lugar; ela está presente tanto no pensamento quanto na ação. Ela está presente quando sonhamos com o paraíso, ao projetarmos nosso jardim e quando começamos a plantar. Estamos sendo criativos ao escrever algo, não importa se publicado ou não, ou quando inventamos algo, seja essa invenção usada ou não. Eu uso a palavra criador para descrever qualquer pessoa que cria ou inventa algo novo.

Ainda a respeito da criatividade, prossegue Howkins (2013, p. 13):

Todos nós somos criativos segundo nosso próprio jeito, na forma como nos vemos e nos apresentamos para o mundo. Nossos lampejos de criatividade revelam nossa personalidade. Algumas poucas pessoas vão além e fazem de suas imaginações criativas o ponto central de sua vida profissional, não apenas em termos de sua personalidade, mas também comercialmente, na forma como sobrevivem disso e auferem lucros com isso.

Passando à outra componente da relação, observa Howkins (2013, p. 13):

Economia é convencionalmente definida como um sistema para a produção, troca e consumo de bens e serviços. As ciências econômicas geralmente lidam com o problema de como os indivíduos e as sociedades satisfazem suas necessidades (que são infinitas) com os recursos (que são finitos). Trata-se, portanto, basicamente da alocação de recursos escassos. Embora use ambos os termos segundo esses sentidos, mostro que as ideias não são limitadas da mesma forma que os bens tangíveis, e a natureza de sua economia é diversa.

Por fim, fazendo a conexão entre as duas componentes, conclui Howkins (2013, p. 13):

A criatividade não é necessariamente uma atividade econômica, mas poderia se tornar caso produza uma ideia com implicações econômicas ou um produto comerciável. Essa transição de abstrato para prático, de ideia para o produto, é difícil de definir. Não existe nenhuma definição abrangente do momento dessa mudança que preveja todos os casos. As leis sobre propriedade intelectual fornecem um conjunto de critérios e o mercado, outro. Em geral, a mudança ocorre toda vez que uma ideia é identificada, denominada e tornada exequível, e pode vir, como consequência, a se ter sua propriedade e se efetuar a sua comercialização. O resultado é um produto criativo que eu defino como um bem ou serviço econômico resultante da criatividade e que tem um valor econômico.

Se, para Howkins, a Economia Criativa é a relação entre economia e criatividade, outros estudiosos como Boden (1999), Torre (1993), Sanmartin (2012), quando se referem a ela, identificam-na como a mais recente linha de pesquisa da criatividade. Embora não haja uniformidade a respeito de quantas são as gerações envolvidas nessa trajetória nem quanto à denominação de cada geração, pode-se fazer a síntese contida na Tabela 5.1.

Tabela 5.1.
Cinco gerações no estudo da Criatividade

Denominação	Ênfase	Época
1ª Geração: Pensamento criativo	Desenvolvimento de habilidades	Década de 1950
2ª Geração: Solução criativa de problemas	Produtividade e competitividade	Década de 1960
3ª Geração: O viver criativo	Autotransformação	Década de 1980
4ª Geração: Criatividade como valor social	Solução de problemas sociais, aberta à vida, à juventude, ao cotidiano	Década de 1990
5ª Geração: Economia Criativa	Geração e exploração da propriedade intelectual	Década de 2000

Fonte: Elaboração do autor.

Observando-se a trajetória, constata-se uma importante mudança: até a terceira geração, os estudos e pesquisas sobre criatividade estavam mais voltados para a dimensão individual; a quarta e a quinta gerações, por sua vez, revelam uma preocupação mais ampla, marcada pela busca de soluções para questões sociais e para a formulação de políticas públicas.

Antes de passar para as definições utilizadas por instituições relevantes que têm se dedicado à disseminação da Economia Criativa, vale a pena destacar uma comparação das contribuições de dois grandes expoentes dos estudos sobre Criatividade e Economia Criativa, respectivamente Ruth Noller e John Howkins.

Ruth Noller explicou a Criatividade como sendo função de três elementos: conhecimento, imaginação e avaliação, podendo ser visualizada por meio da fórmula

$$C = f(Co, I, A), \text{ onde:}$$

C = criatividade

f = função

Co = conhecimento

I = imaginação

A = avaliação

Já John Howkins explicou a Economia Criativa como sendo equivalente ao valor dos produtos criativos multiplicado pelo número de transações, podendo ser visualizada por meio da fórmula $EC = PC \times T$, onde:

EC = economia criativa

PC = valor dos produtos criativos

T = número de transações

Seguem-se, agora, as definições de algumas das entidades que têm se dedicado ao tema:

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) trabalha com o conceito de economia da cultura, que engloba atividades relacionadas “à criação, produção e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza e que estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São intensivos em trabalho e conhecimento e estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização”.

Para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), a Economia Criativa “é um dos setores mais dinâmicos do comércio internacional, gera crescimento, empregos, divisas, inclusão social e desenvolvimento humano. É o ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos”.

O Reino Unido trabalha com o conceito de indústrias criativas, definidas pelo seu Departamento de Cultura, Meios de Comunicação e Esportes (DCMS), em 2001, como “aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, na habilidade e nos talentos individuais e que têm o potencial para a geração de riqueza e de trabalho por intermédio da criação e da exploração da propriedade intelectual: propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, *design*, moda, filme e vídeo, softwares interativos de lazer, música, artes performáticas, publicações, software e serviços de computação, televisão e rádio. É diferente de país para país”.

No *Plano da Secretaria da Economia Criativa*, divulgado em 2012, aparece a seguinte definição: “A Economia Criativa contempla as **dinâmicas culturais, sociais e econômicas** construídas a partir do ciclo de **criação, produção, distribuição/circulação/difusão** e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um **ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica**”.

Em seu planejamento estratégico, a economia criativa brasileira tem como princípios norteadores a diversidade cultural, a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social.

Em síntese, podemos considerar a economia criativa como sendo a essência da economia do conhecimento, em que consumidores e criadores se confundem, assim como as empresas são provedoras e consumidoras de serviços e bens sofisticados. Consumidores mais sofisticados obrigam as empresas a se sofisticarem e, ao fazê-lo, as empresas geram empregos e renda que estimulam novas demandas.

Victor Mirshawka, entusiasta e pioneiro no estudo da criatividade e da economia criativa no Brasil, observa, com propriedade, que, em razão dessa mul-

tipicidade de posições, os elementos centrais constituem uma “zona comum”, que permite entender o que é a economia criativa. Essa “zona comum”, segundo Mirshawka (2016, p. 3), é constituída de três elementos:

- 1º) A economia criativa tem a criatividade, a arte e a cultura como matéria-prima.
- 2º) A economia criativa está relacionada com os direitos de propriedade intelectual, em particular com o direito do autor.
- 3º) A economia criativa é função direta de uma cadeia de valor criativa.

16.3. Caráter estratégico da Economia Criativa

A economia criativa é, segundo tendências mundiais, o grande motor do desenvolvimento no século XXI. Segundo a ONU, é um setor que já é responsável por 10% do PIB mundial.

A Unctad divulga que, entre 2000 e 2005, os produtos e serviços criativos mundiais cresceram a uma taxa média anual de 8,7%, o que significa duas vezes mais do que manufaturas e quatro vezes mais do que a indústria.

Pensando em termos de Brasil, pode-se afirmar que a economia criativa se constitui num conceito amplo o suficiente para incluir nossa diversidade, tanto de linguagem quanto de modelos de negócios, englobando uma vasta gama que vai do indivíduo que trabalha na educação complementar, por meio de música, a uma grife de roupas ou de automóveis de luxo.

Em entrevista concedida à Fundação Verde Herbert Daniel, Cláudia Leitão, que, de 2011 a 2013, comandou a Secretaria da Economia Criativa (SEC), vinculada ao Ministério da Cultura, afirmou que: “segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação dos setores criativos no PIB do Brasil atingiu, em 2010, o montante de R\$ 95,157 bilhões, ocupando cerca de 4.287.264 do total de trabalhadores do país”. A essa informação de caráter mais geral, acrescentou: “Estes dados são ampliados quando levamos em consideração que os mesmos correspondem aos resultados de uma economia formal. Um grande percentual dos empreendimentos e profissionais dos setores criativos brasileiros atua na informalidade. Porém, a equipe da Secretaria da Economia Criativa

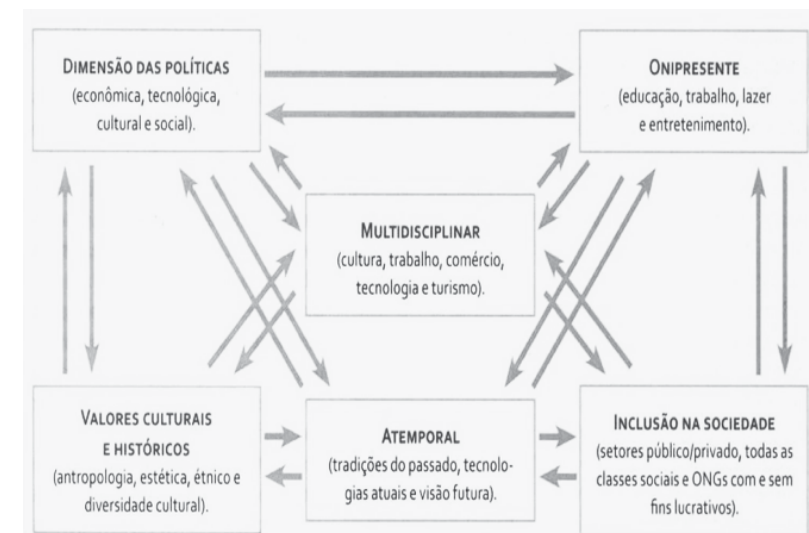
esteve reunida com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e com o IBGE para firmar parcerias e incluir em sua rotina pesquisas sistêmicas ao setor”.

Nos dois anos e meio em que esteve à frente da Secretaria da Economia Criativa, Claudia Leitão obteve notáveis avanços no enfrentamento de quatro grandes desafios: a produção e difusão de dados confiáveis sobre os setores criativos, a formação de profissionais, o fomento aos empreendimentos e, por último, a construção de marcos legais capazes de potencializar novas dinâmicas econômicas para os segmentos culturais e criativos em nosso país.

O grande diferencial da economia criativa é que ela promove desenvolvimento sustentável e humano e não mero crescimento econômico.

Quando trabalhamos com criatividade e cultura, atuamos simultaneamente em quatro dimensões: econômica (em geral, a única percebida), social, simbólica e ambiental. Portanto, uma das características mais marcantes da economia criativa reside em seu caráter multidisciplinar, como pode ser observado na Figura 5.2., adaptada do original da apresentação de Edna dos Santos-Duisenberg, chefe do Programa Economia Criativa da Unctad (2008).

Figura 5.2.
Dimensão de desenvolvimento da Economia Criativa



Fonte: Apresentação de Edna dos Santos-Duisenberg, chefe do Programa Economia Criativa da Unctad.

As características citadas permitem que, ao promover a inclusão de segmentos periféricos da população mundial, a economia criativa também forme mercados.

Afinal, não é mais possível só brigar por fatias de um mercado que englobem apenas 30 a 40% da população mundial. É preciso fazer com que os 60 a 70% restantes adquiram cidadania de fato, conquistando também seu papel como consumidor.

Uma vez que cultura, criatividade e conhecimento (matérias-primas da economia criativa) são os únicos recursos que não se esgotam, mas se renovam e multiplicam com o uso, são estratégicos para a sustentabilidade do planeta, de nossa espécie e, conseqüentemente, também das empresas.

Vale a pena observar que esse caráter de inesgotabilidade dos recursos básicos da economia criativa abre a perspectiva de um novo paradigma para a teoria econômica e para as teorias de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que, até agora, o paradigma predominante considerava limitados os recursos básicos utilizados nessas teorias: a terra (recursos naturais), o trabalho (recursos humanos) e o capital (financeiro e tecnológico).

O Brasil possui um imenso potencial, mas a falta de informação de lideranças empresariais e governamentais resulta numa triste receita da culinária nacional: fazer canja com galinha de ovos de ouro. Isso acontece a cada vez que perdemos a oportunidade de inovar, agregar valor e competitividade por meio de investimentos em produtos e processos que tenham seu diferencial na cultura.

16.4. Abrangência da Economia Criativa

Em razão das diferentes formas de definir a economia criativa, existem algumas divergências também no tocante aos setores por ela englobados.

Esporte e turismo, por exemplo, são considerados setores integrantes da economia criativa por alguns especialistas, mas não por outros. Evidentemente, a inclusão ou não desses setores tem diversas implicações, entre as quais a própria aferição da relevância da economia criativa no PIB do país.

Na edição em português do *Relatório de Economia Criativa 2010* da Unctad, que serviu de referência para uma série de informações contidas neste capítulo,

apresenta um quadro bastante abrangente com os sistemas de classificação das economias criativas derivadas de diferentes modelos (Tabela 5.2.).

Tabela 5.2.
Sistemas de classificação das economias criativas derivadas de diferentes modelos

1. Modelo do departamento de cultura, mídia e esporte do Reino Unido	2. Modelo de textos simbólicos Indústrias culturais centrais	3. Modelo dos círculos concêntricos Artes criativas centrais	4. Modelo de direitos autorais da Organização Mundial de Propriedade Intelectual Indústrias centrais de direitos autorais
Propaganda/Publicidade Arquitetura Mercado de arte e antiguidades Artesanato/Ofícios manuais Design/Desenho Moda Cinema e vídeo Música Artes cênicas Publicação/Editoração Software/Programa de computador Televisão e rádio Jogos de vídeo e computador	Propaganda/Publicidade Filme Internet Música Publicação/Editoração Televisão e rádio Jogos de vídeo e computador Indústrias culturais periféricas Artes criativas Indústrias culturais limitrofes Eletrônica de consumo Moda Software/Programa de computador Esportes	Literatura Música Artes cênicas Artes visuais Outras indústrias culturais centrais Filme Museus e bibliotecas Indústrias culturais ampliadas Serviços de herança/patrimônio/sucessão Publicação/Editoração Gravação de som Televisão e rádio Jogos de vídeo e computador Indústrias relacionadas Propaganda/Publicidade Arquitetura Design/Desenho Moda	Propaganda/Publicidade Sociedades de gestão coletiva Cinema e vídeo Música Artes cênicas Publicação/Editoração Software/Programa de computador Televisão e rádio Arte visual e gráfica Indústrias independentes de direitos autorais Material de gravação em branco Eletrônica de consumo Instrumentos musicais Papel Fotocopiadoras, equipamento fotográfico Indústrias parciais de direitos autorais Arquitetura Vestuário, calçados Design/Desenho Moda Utensílios domésticos Brinquedos

Fonte: *Relatório de Economia Criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento*, 2012, p. 7.

Em síntese, como já mencionado, pode-se considerar a economia criativa como sendo a assim como as empresas são, ao mesmo tempo, provedoras e consumidoras de serviços e bens sofisticados. Consumidores mais sofisticados obrigam as empresas a se sofisticarem e, ao fazê-lo, as empresas geram empregos e renda que estimulam novas demandas.

16.5. Principais desafios

Encerrando esta reflexão sobre Economia Criativa, vale a pena fazer um alerta para alguns desafios que precisam ser superados, a fim de que ela passe a ser mais conhecida e valorizada, condição *sine qua non* para que venha a ter, no Brasil, a mesma importância com que já é reconhecida em outros países do mundo.

1. O ponto de partida para a formulação de uma política para a Economia Criativa é o mapeamento do setor, de forma a conscientizar a sociedade de sua importância em termos econômicos.

2. Aplicar os esforços e recursos necessários para transformar o setor em uma locomotiva do desenvolvimento, deixando de considerá-lo como algo marginal, secundário do ponto de vista macroeconômico e apenas como política de inclusão social ou política cultural.

3. O desafio não é só encorajar as chamadas indústrias criativas, mas também encorajar todas as indústrias a se tornarem criativas.

4. Para tanto, é necessário gerar condições para que as pequenas e médias empresas se utilizem da capacidade criativa, o que pode ser obtido por meio da criação de um centro multidisciplinar de difusão e promoção de pesquisa, desenvolvimento e *design*, que combine estudos e trabalhos de administração, economia, arquitetura, engenharia, tecnologia e artes.

5. Identificar os setores capazes de ter maior efeito multiplicador em termos de geração de emprego e renda e criar políticas específicas de financiamento.

6. Com esse objetivo, é preciso adequar as políticas fiscais e tributárias às necessidades dos setores criativos, que geralmente são muito diferentes dos setores considerados tradicionais.

7. Seguramente haverá necessidade, para fazer a adequação sugerida no item anterior, de revisar as leis de incentivo à cultura, dando maior relevância à economia criativa, o que não acontece no arcabouço legal vigente.

8. Pensando ainda no financiamento de projetos abarcados pela Economia Criativa, principalmente de empreendedores individuais que não dispõem do patrimônio normalmente exigido pelas instituições financeiras tradicionais, vale a

pena considerar esquemas inovadores de concessão de crédito, muitos dos quais inspirados nas ideias e iniciativas de Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006.

Notas finais

No encerramento desta *Viagem pela Economia*, algumas notas finais.

A jornada, realizada com a parceria de grandes amigos em algumas etapas, foi muito prazerosa e me permitiu visitar e reler muitos textos, bem como conhecer novos livros, revistas, dicionários, artigos ou websites.

Como indicado na Introdução, o objetivo não era escrever um livro-texto de História do Pensamento Econômico, mas sim permitir ao leitor não especializado conhecer a trajetória do pensamento econômico desde os primórdios de sua teorização até os dias de hoje.

Evidentemente, essa jornada não cobriu todos os grandes pensadores e, seguramente, haverá quem questione a ausência de um Thorstein Veblen, um Piero Sraffa, uma Joan Robinson ou um capítulo específico, por exemplo, para Michal Kalecki.

É um risco que qualquer autor que se proponha a uma empreitada como esta tem de correr. Grandes manuais de História do Pensamento Econômico enfrentam esse tipo de problema. Alguns ancoram suas análises em autores; outros em escolas de pensamento econômico; outros ainda em tópicos da teoria econômica.

Um, em especial, merece citação especial. Seus autores separam os grandes economistas em revolucionários e consolidadores (SCREPANTI; ZAMAGNI, 1991). Extremamente rigorosos, apontam apenas François Quesnay, Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx, Alfred Marshall e John Maynard Keynes entre os revolucionários. Todos os outros, inclusive o grande David Ricardo, estariam entre os consolidadores.

Não tive a pretensão de fazer essa divisão, mas procurei destacar os economistas - e alguns não economistas - mais relevantes de cada época, com ênfase no pensamento contemporâneo, pouco lembrado nos manuais disponíveis no mercado.

Como a evolução do pensamento econômico não para, alguns podem criticar também a ausência, junto à Economia Comportamental e à Economia Criativa, de outras novas linhas de pesquisa surgidas recentemente, tais como a Economia So-

lidária e a Economia Compartilhada. Uma vez mais assumo a responsabilidade pela escolha e peço desculpas pelas omissões e por qualquer outro eventual equívoco.

Extremamente gratificado pelo planejamento e pela elaboração desta *Viagem pela Economia*, espero que sua leitura proporcione aos leitores a mesma alegria e divertimento que senti ao longo de sua redação.

Apêndice

Quadro - Prêmio Nobel de Economia

Ano	Ganhador(es)	Justificativa
1969	Ragnar Frisch; Jan Tinbergen	Por terem desenvolvido e aplicado modelos dinâmicos para a análise de processos econômicos
1970	Paul Samuelson	Pelo trabalho científico por meio do qual ele desenvolveu a teoria econômica estática e dinâmica e ativamente contribuiu para elevar o nível de análise na ciência econômica
1971	Simon Kuznetz	Por sua interpretação empírica do crescimento econômico, que levou a novas e aprofundadas percepções sobre a estrutura econômica e social e o processo de desenvolvimento
1972	John Hicks; Kenneth Arrow	Por suas contribuições pioneiras à teoria do equilíbrio econômico geral e à teoria do bem-estar
1973	Wassily Leontief	Pelo desenvolvimento do método de insumo-produto (input-output) ³⁹ , e por sua aplicação a importantes problemas econômicos
1974	Gunnar Myrdal; Friedrich Hayek	Pelo trabalho pioneiro na teoria do dinheiro e flutuações econômicas e pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais
1975	Leonid Kantorovich; Tjalling Koopmans	Por suas contribuições à teoria da alocação ótima de recursos
1976	Milton Friedman	Por suas conquistas nas áreas de análise de consumo, história e teoria monetária e por sua demonstração da complexidade da política de estabilização
1977	Bertil Ohlin; James Meade	Pela contribuição pioneira à teoria do comércio internacional e movimentos internacionais de capital
1978	Herbert Simon	Por sua pesquisa pioneira sobre o processo de tomada de decisão dentro de organizações econômicas
1979	Theodore Schultz; Arthur Lewis	Pela pesquisa pioneira em pesquisa de desenvolvimento econômico, com consideração especial dos problemas dos países em desenvolvimento
1980	Lawrence Klein	Pela criação de modelos econométricos e a aplicação à análise de flutuações econômicas e políticas econômicas
1981	James Tobin	Por sua análise dos mercados financeiros e suas relações com decisões de gastos, emprego, produção e preços
1982	George Stigler	Por seus estudos seminais sobre estruturas industriais, funcionamento dos mercados e causas e efeitos da regulação pública
1983	Gerard Debreu	Por ter incorporado novos métodos analíticos à teoria econômica e por sua rigorosa reformulação da teoria do equilíbrio geral
1984	Richard Stone	Por ter feito contribuições fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas de contas nacionais, aprimorando a base da análise econômica empírica
1985	Franco Modigliani	Por suas análises pioneiras de poupança e de mercados financeiros
1986	James Buchanan	Pelo desenvolvimento das bases contratuais e constitucionais da teoria da tomada de decisões econômicas e políticas
1987	Robert Solow	Por suas contribuições para a teoria do crescimento econômico
1988	Maurice Allais	Por suas contribuições pioneiras à teoria dos mercados e utilização eficiente dos recursos
1989	Trygve Haavelmo	Pela sua formulação probabilística dos fundamentos da econometria e suas análises de estruturas econômicas simultâneas
1990	Harry Markowitz; Merton Miller; William Sharpe	Respectivamente: pelo seu desenvolvimento da teoria de seleção de portfólio; por sua fundamental contribuição científica para a teoria de finanças corporativas; por suas contribuições fundamentais à teoria científica da formação dos preços em matéria financeira
1991	Ronald Coase	Por sua descoberta e esclarecimento da importância dos custos de transação e dos direitos de propriedade para a estrutura institucional e o funcionamento da economia
1992	Gary Becker	Por ter ampliado o domínio da análise microeconômica para uma ampla gama de comportamentos e interações humanas, incluindo comportamento não mercantil
1993	Douglass North; Robert Fogel	Por terem renovado a pesquisa em história econômica, aplicando teoria econômica e métodos quantitativos, a fim de explicar a mudança econômica e institucional

³⁹ O método de insumo-produto também é conhecido como "Matriz de Leontief".

1994	John Harsanyi; John Nash; Reinhard Selten	Pela análise pioneira de equilíbrio na teoria de jogos não cooperativos
1995	Robert Lucas	Por ter desenvolvido e aplicado a hipótese das expectativas racionais, transformando a análise macroeconômica e aprofundado nossa compreensão da política econômica
1996	James Mirrlees; William Vickrey	Por suas contribuições fundamentais para a teoria econômica de incentivos sob informação assimétrica
1997	Robert Merton; Myron Scholes	Pelo desenvolvimento de um novo método matemático para a determinação dos derivativos e dos valores de opção no mercado de ações
1998	Amartya Sen	Por suas contribuições para a economia do bem-estar, em especial nos países em desenvolvimento
1999	Robert Mundell	Pela análise da política monetária e fiscal sob diferentes regimes cambiais e pela análise das áreas monetárias ótimas
2000	James Heckman; Daniel McFadden	Respectivamente: pelo desenvolvimento de teorias e métodos para análise de amostras seletivas; pelo desenvolvimento de teorias e métodos para análise de escolha discreta
2001	George Akerlof; A. Michael Spence; Joseph Stiglitz	Por suas análises de mercados com informação assimétrica
2002	Daniel Kahneman; Vernon Smith	Respectivamente: por ter integrado <i>insights</i> de pesquisa psicológica em ciência econômica, especialmente sobre o julgamento humano e tomada de decisão sob incerteza; por ter estabelecido experimentos de laboratório como uma ferramenta na análise econômica empírica, especialmente no estudo de mecanismos alternativos de mercado
2003	Robert Engle; Clive Granger	Respectivamente: pelos métodos de análise de séries temporais econômicas com volatilidade variável no tempo (ARCH); pelos métodos de análise de séries temporais econômicas com tendências comuns (cointegração)
2004	Finn Kydland; Edward Prescott	Por suas contribuições à macroeconomia dinâmica: a consistência temporal da política econômica e as forças motrizes por trás dos ciclos de negócios
2005	Robert Aumann; Thomas Schelling	Pela extraordinária contribuição para melhorar nossa compreensão do conflito e cooperação por meio da análise da teoria dos jogos

2006	Edmund Phelps	Por sua análise de compensações intertemporais na política macroeconômica
2007	Leonid Hurwicz; Eric Maskin; Roger Myerson	Por terem lançado as bases da teoria do design de mecanismos
2008	Paul Krugman	Por sua análise dos padrões de comércio e localização da atividade econômica
2009	Elinor Ostrom; Oliver Williamson	Respectivamente: pela análise de governança econômica, especialmente dos bens comuns; pela análise da governança econômica, especialmente dos limites da firma
2010	Christopher Pissarides; Peter Diamond; Dale Mortensen	Pela análise de mercados com fricções de pesquisa
2011	Thomas Sargent; Christopher Sims	Por sua pesquisa empírica sobre causa e efeito na macroeconomia
2012	Alvin Roth; Lloyd Shapley	Pela teoria das alocações estáveis e pela prática do <i>design</i> de mercado
2013	Eugene Fama; Robert Shiller; Lars Peter Hansen	Pela análise empírica de preços de ativos financeiros
2014	Jean Tirole	Por sua análise do poder de mercado e regulação
2015	Angus Deaton	Por sua análise do consumo, pobreza e bem-estar
2016	Oliver Hart; Berg Holmstrom	Por suas contribuições à teoria dos contratos
2017	Richard Thaler	Por suas contribuições para a economia comportamental
2018	William Nordhaus; Paul Romer	Respectivamente: por integrar a mudança climática na análise macroeconômica de longo prazo; por integrar inovações tecnológicas em análises macroeconômicas de longo prazo

Referências

ALVES, André Alves; MOREIRA, José Manuel. *O que É a Escolha Pública?* - Para uma análise económica da política. Cascais: PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas, 2004.

_____. *The Salamanca School*. New York: Continuum, 2010.

ARAÚJO, Aloísio P. Revolução na teoria. *Gazeta Mercantil*, 11, 12 de outubro de 1995. Reproduzido em *Ideias Liberais*. São Paulo: Instituto Liberal, ano III, n. 38, 1995, p. 5-8.

ARIDA, Pérsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. In REGO, José Marcio (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 11-46.

ARIELY, Dan. *Previsivelmente irracional: as forças ocultas que formam as nossas decisões*. Tradução de Jussara Simões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. *Positivamente irracional: os benefícios inesperados de desafiar a lógica em todos os aspectos das nossas vidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. *A mais pura verdade sobre a desonestidade*. Tradução de Leonardo Abramowicz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

"AS EXPECTATIVAS e a realidade." Publicado originalmente em *The Economist*. Reproduzido pela *Gazeta Mercantil*.

AVENA, Armando. *A última tentação de Marx*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

AZPILCUETA, M. Commentary on the Resolution of Money. In: GRABILL, S. J. (ed). *Sourcebook In Late-Scholastic Monetary Theory: The Contributions of Martín de Alzpilcueta, Luis de Molina, S.J., and Juan de Mariana, S. J.* Lanham: Lexington Books, 2007.

BARRO, Robert Jr. Are government bonds net wealth? *Journal of Political Economy*, 82(6), 1974.

BEAUD, Michel; DOSTALER, Gilles. *La pensée économique depuis Keynes*. Paris: Éditions du Seuil, 1993, p. 238-240.

BECKER, Gary. Educação é o melhor investimento. Entrevista para a revista *Think Tank*, ano III, nº 9, Dezembro de 1999, p. 13-16.

BERLE, Adolf. *Se Marx voltasse*. Rio de Janeiro: Record, 1966.

BÊRNI, Duilio de Avila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. *Teoria dos jogos: crenças, desejos e escolhas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BEST, Ivan. Jean-Baptiste Say: L'entrepreneur au centre. *Challenges*, n. 67, 15 février 2007, p. 49.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal* (2 volumes). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BLANCHARD, Olivier, DELL'ARICCIA, Giovanni; MAURO, Paolo. *Rethinking Macro Policy II: Getting Granular*. IMF Staff Discussion Note 13/03. International Monetary Fund, Research Department, April, 2013.

BLAUG, Mark. *Economic theory in retrospect*. 2. ed. Londres: Heinemann, 1968.

BODEN, Margaret A. *Dimensões da criatividade*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA, Nancy Gorgulho. Desafio aos economistas contemporâneos. *O Economista*, publicação do Conselho Regional de Economista - 2ª Região - São Paulo, n. 209, Dezembro de 2006, p. 6-7.

BREIT, William; SPENCER, Roger W. (orgs.). *A vida de sete Prêmios Nobel de Economia*. Tradução de Elcio Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, 52)

BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. Tradução de Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUCHAN, James. *O autêntico Adam Smith: vida e obra*. Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

BUCHANAN, James M.; Tullock, Gordon. *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

BUCHHOLZ, Todd G. *Novas ideias de economistas mortos*. Tradução de Luiz Guilherme B. Chaves e Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CACHANOSKY, Juan Carlos. Planificação e dirigismo econômico. *Perspectiva Econômica*, v. 30, n. 90, Julho/Setembro de 1995, p. 49-69.

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*, 1571.

CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

CHAFUEN, Alejandro. *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics*. Studies in Ethics and Economics, 2003.

_____. *Raíces Cristianas de la Economía de Libre Mercado*. Santiago: Fundación para el Progreso, 2014.

COASE, R. H. The Nature of the Firm (1937). In: WILLIAMSON, Oliver E.; WINTER, Sidney G. (ed.) *The Nature of the Firm: Origins, Evolution, and Development*. New York: Oxford: Oxford University Press, 1993.

COWEN, Tyler. *Descubra o seu economista interior*. Tradução de Cássio Arantes. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CUNNINGHAM, W. The relativity of economic doctrines. In *The Economic Journal*, v. II, n. 5, 1892, p. 5-13.

DELFIN Netto, Antonio. Lucas, o Nobel. *Folha de S.Paulo*, 18 de outubro de 1995. Reproduzido em *Ideias Liberais*. São Paulo: Instituto Liberal, ano III, n. 38, p. 3-5, 1995.

DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Tradução de Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

EKELUND, Robert B.; HEBERT, Robert F. *History of economic theory and method*. 4. ed. McGraw-Hill, 1996.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Tradução de Roberto Goldkorn. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1984.

ENGLISH, B.; MUSSWEILER, T.; STRACK, F. Playing Dice with Criminal Sentences: The Influence of Irrelevant Anchors on Experts' Judicial Decision Making. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(2), 2006.

EVANS, J. St. B. T. Dual-processing accounts of reasoning, judgment and social cognition. *Annual Review of Psychology*, 59, 255-278, 2008.

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

_____. *História do pensamento econômico: de Lao tse a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas, 2001.

FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. *O grande recomeço: as mudanças no estilo de vida e de trabalho que podem levar à prosperidade pós-crise*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FORSYTHE, Robert; HOROWITZ, Joel L.; SAVIN, N.E.; SEFTON, Martin. Fairness in Simple Bargaining Experiments. *Games and Economic Behavior*, v. 6, 1994, p. 347-369.

FRANK, Robert H. *O naturalista da economia: em busca de explicação para os enigmas do dia a dia*. Tradução de Doralice Lima. Rio de Janeiro: Best Business, 2009.

FRIEDMAN, Milton. *The Methodology of Positive Economics*. In: Milton Friedman *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

_____. *The Optimum Quantity of Money and Other Essays*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1969.

FRIEDMAN, Milton (com assistência de Rose D. Friedman). *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Artenova, 1977. Reeditado com apresentação de Miguel Colasuonno. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (*Os Economistas*).

FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna J. *A monetary history of the United States, 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUSFELD, Daniel. *A era do economista*. Tradução de Fábio D. Waltenberg. São Paulo: Saraiva, 2001.

G1 ECONOMIA: "87% dos brasileiros apoiam greve dos caminhoneiros e rejeitam alta de imposto e corte de gasto, diz Datafolha". 30/5/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/87-dos-brasileiros-apoiam-greva-dos-caminhoneiros-e-rejeitam-alta-de-imposto-e-corte-de-gasto-diz-datafolha.html>> Acesso em: 2 de junho de 2019.

GALBRAITH, John K. *O novo estado industrial*. Apresentação de Gesner José Oliveira Filho; tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*).

_____. *A era da incerteza*. Tradução de F. R. Nickelsen Pellegrini. São Paulo: Pioneira, 1984.

_____. *Pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. *Uma vida em nossos tempos*. Tradução de Wamberto H. Ferreira. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. *Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes*. Selecionado e editado por Andrea D. Williams Tradução de Carlos Alberto Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____. *Contando vantagem*. Tradução de Flávia Villas-Boas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Analytical Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966.

_____. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

_____. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. Apresentação e organização de Jacques Grinevald e Ivo Reins; tradução de Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

GIANNETTI, Eduardo. *Liberalismo x Pobreza*. São Paulo: Inconfidentes, 1989.

_____. Desenvolvimento e transição econômica: a experiência brasileira. *Paper* preparado para Workshop Universitário promovido pelo Grupo das EBCes - Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro. USP, 13 de setembro de 1991, Mimeo.

_____. *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Quem tem medo do neoliberalismo? (1 & 2) *Folha de S. Paulo*, 24/7/94 e 31/7/94. Reproduzido em *Ideias Liberais*. São Paulo: Instituto Liberal. ano II, n. 13, 1994.

_____. *As partes & o todo*. São Paulo: Siciliano, 1995.

_____. *Nada é tudo: ética, economia e brasilidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIGERENZER, G; TODD, P.; ABC Research Group. *Simple heuristics that make us smart*. New York: Oxford University Press, 1999.

GOLDENSTEIN, Lídia. O desafio da economia criativa. *Digesto Econômico* LXV: 458 (maio 2010).

GONÇALVES, Carlos Eduardo S.; GUIMARÃES, Bernardo. *Economia sem truques: o mundo a partir das escolhas de cada um*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GONÇALVES, Carlos Eduardo S.; RODRIGUES, Mauro. *Sob a lupa do economista: uma análise econômica sobre bruxaria, futebol, terrorismo, bilheterias de cinema e outros temas inusitados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GRABILL, S. J. (ed.). *Sourcebook In Late-Scholastic Monetary Theory: The Contributions of Martín de Alzpicueta, Luis de Molina, S. J., and Juan de Mariana, S. J.* Lanham: Lexington Books, 2007.

GRAY, Alexander. *The Development of Economic Doctrine*. London: Longmans, Green, 1948.

GRICE-HUTCHINSON, M. *The School of Salamanca: Readings in Spanish Monetary Theory 1544-1605*. London: Oxford University Press, 1952.

GÜTH, Werner; SCHMITTBERGER, Rolf; SCHWARZE, Bernd. An Experimental Analysis of Ultimatum Bargaining. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 3, ed. 4, 1982, p. 367-388.

HAGGE, Wandyr. O califa e as estrelas: considerações sobre a ideia de progresso em teoria econômica. Em AMEDEO, Edward J. (org.). *Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

HARFORD, Tim. *O economista clandestino*. Tradução de Fernando Carneiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

_____. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília: UNB, 1983.

_____. *Law, legislation and liberty*. (3 vols.) Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

_____. *A arrogância fatal: os erros do socialismo*. Tradução de Ana Maria Capovilla e Cândido Mendes Prunes. Revisão de Ann Leen Birosel. Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais/Editora Ortiz, 1995.

_____. Democracia, higiene e ingenuidade. In: PRUNES, Cândido Mendes (org.). *Hayek no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006, p. 91-100.

HICKS J. R. "Mr. Keynes and the Classics": A Suggested Interpretation. *Econometrica*, v. 5, n. 2, p.147-159, Apr. 1937.

HOWKINS, John. *Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. Tradução de Ariovaldo Griesi. São Paulo: Makron Books, 2013.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro, 2005.

_____; SHERMAN, Howard J. *História do pensamento econômico*. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

IORIO, Ubiratan J. *Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *Ação, tempo e conhecimento*. A Escola Austríaca de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

_____. *Dos Protoaustríacos a Menger: uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia*. 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: LVM Editora, 2017.

JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*. Tradução de Cláudia Laversveiler de Morais. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

JOHNSON, E.; GOLDSTEIN, D. Defaults and Donation Decisions. *Transplantation*, v. 78, n. 12, 2004.

KAHNEMAN, D. "Autobiography". *The Nobel Prize*, 2002. Disponível em: <www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2002/kahneman/biographical>. Acesso em: 2 jul. 2019.

_____. *Thinking, Fast and Slow*. Macmillan, 2011.

_____; TVERSKY, A. On the psychology of prediction. *Psychological Review*, n. 80, p. 237-251, 1973.

_____. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, 47(2), p. 263, 1979.

_____. Choices, values and frames. *American Psychologist*, n. 39, p. 341-350, 1984.

_____; KETSCH, Jack L.; THALER, Richard H. "Fairness as a Constraint on Profit Seeking: Entitlements in the Market". *American Economic Review*, 76 (4), 1986, p. 728-741.

KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Apresentação de Jorge Miglioli; tradução de Paulo de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

KEYNES, John M. *As consequências econômicas da paz*. Prefácio de Marcelo de Paiva Abreu; tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3).

_____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

_____. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936.

KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEVITT, Steven D.; DUBNER, Stephen J. *Freakonomics: O lado oculto e inesperado de tudo o que nos afeta: as revelações de um economista original e politicamente incorreto*. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Superfreakonomics: o lado oculto do dia a dia*. Tradução de Afonso Celso de Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, Gilberto Tadeu; PAULA, Luiz Fernando de; SICSÚ, João (orgs.). *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Apresentação de Cristovam Buarque; tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

LOZARDO, Ernesto. *OK, Roberto. Você venceu! o pensamento econômico de Roberto Campos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

LUCAS, Robert. *Econometric Policy Evaluation: A Critique*. In: BRUNNER, K.; MELTZER, A. *The Phillips Curve and Labor Markets*. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy. 1. New York: American Elsevier, p. 19-46, 1976.

LUTFALLA, Michel. Prefácio da edição Calmann-Levy (1969) do *Tableau économique des Physiocrates*.

MACHADO, Luiz Alberto. Fragmentos do Pensamento Liberal Contemporâneo. São Paulo: Instituto Liberal, Série *Ideias Liberais*, ano IV, n. 79, 1997.

_____. As mil e uma culpas do neoliberalismo. *Revista de Economia & Relações Internacionais*. São Paulo: FAAP, v. 3, n. 5, julho de 2004, p. 95-110.

MACHADO NETO, Manoel Marcondes; FERREIRA, Lusía Angelete. Antes da Economia Criativa vem a Economia da Cultura: a arte, brasileira, de colocar o carro à frente dos bois. *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Ano 4, n. 6, semestral, março 2014, p. 156-183. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10379>. Acesso em: 2 jul. 2019.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política: e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população*. Apresentação de Ernane Galvêas. Traduções de Regis de Castro Abreu, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

_____. *Thomas Robert Malthus: economia*. Apresentação de Tamás Szmrecsányi; tradução de Tamás Szmrecsányi e M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Ática, 1982.

MANKIW, N. Gregory. A Quick Refresher Course in Macroeconomics. *Journal of Economic Literature*, v. 27, Dezembro, 1990.

_____. *Introdução à economia*. Tradução de Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes e Lima e Ez2 Translate. Revisão técnica de Manuel José Nunes Pinto. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

_____; ROMER, David (eds.). *New Keynesian Economics*. Cambridge (USA): MIT Press, 1991.

MARIANA, J. *A Treatise on the Alteration of Money*. In: GRABILL, S. J. (ed). *Sourcebook In Late-Scholastic Monetary Theory: The Contributions of Martín de Alzpilcueta, Luis de Molina, S. J., and Juan de Mariana, S. J.* Lanham: Lexington Books, 2007.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. Tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch; introdução de Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*).

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfeld. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*).

_____. *O capital: crítica da economia política*. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni, José Arthur Giannotti e Edgard Malagodi. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (*Os Pensadores*).

_____; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução de Maria Lucia Como. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

McCRAW, Thomas K. *O profeta da inovação*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MELLÃO NETO, João. O que realmente importa. *O Estado de S. Paulo*, 6 de janeiro de 2006, p. A 2.

MENDONÇA, Jacy de Souza. Liberalismo e Justiça Social (Parte I). São Paulo: Instituto Liberal, *Ideias Liberais*, ano III, n. 59, 1996.

MENEZES, Robert K. *Destruição criativa - a contribuição de Schumpeter para o empreendedorismo*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/258630461/MENEZES-Destruciao-Criativa-A-Contribuicao-de-Schumpeter-Para-o-Empreendedorismo>. Acesso em: 2 jul. 2019.

MENGER, Carl. *Princípios de economia política*. Introdução de F. A. Hayek; tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e estado capitalista*. Tradução de Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social* (2 volumes). Introdução de W. J. Ashley; apresentação de Raul Ekerman; tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

_____. *Sobre a liberdade*. Tradução e prefácio de Alberto da Rocha Barros; apresentação de Celso Lafer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Utilitarismo*. Tradução de Rita de Cássia Gondim Neiva. São Paulo: Editora Escala, 2007.

_____. *Autobiografia*. Introdução e tradução de Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 2006.

MIRSHAWKA, Victor. *Economia criativa: fonte de novos empregos* (2 volumes). São Paulo: DVS Editora, 2016.

MONTEIRO, Jorge Vianna. *Economia & política: instituições de estabilização econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *As regras do jogo – o Plano Real: 1997-2000*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *Lições de economia constitucional brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. Intermediação política, transparência decisória e atendimentos preferenciais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 40(4), p. 741-750, jul./ago. 2006.

MOREIRA, José Manuel. *Hayek e a história da escola austríaca da economia*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. Tradução de Aloísio Teixeira. São Paulo: Círculo do Livro (por cortesia da Editora Paz e Terra), s/d.

NASH, John F. Equilibrium Points in N-person Games. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. v. 36, 1962, p. 48-49. Disponível em: <<https://bit.ly/2HyWTuU>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

NÓBREGA, Mailson da. *O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

NORTH, Douglass C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Tradução de Elizabete Hart. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

_____. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

O LIVRO da economia: as grandes ideias de todos os tempos. Vários autores. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Globo, 2013.

OOSTERBEEK, Hessel; SLOOF, Randolph; VAN DE KUILEN, Gijs. Cultural Differences In Ultimatum Game Experiments: Evidence From A Meta-Analysis. *Experimental Economics*, v. 7, Issue 2, 2004, p. 171-188.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William C. *História do pensamento econômico*. Tradução de Terezinha Santoro dos Santos. Revisão técnica de José Paschoal Rossetti. São Paulo: Atlas, 1983.

PETITFILS, Jean-Christian. *Os socialismos utópicos*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Círculo do Livro (por cortesia da Zahar Editores), s/d.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

PLANO da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

PLANS, J. B. *La Escuela de Salamanca: y la renovación de la teología del siglo XVI*. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2000.

POMERANZ, K. *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of The Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PORTO CARREIRO, Carlos Haroldo. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro. Ed. Rio, 1975.

PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. Escrito em 1949, como introdução ao *Estudio económico de la América Latina*, 1948, e posteriormente publicado in *Boletín económico de América Latina*, v. VII, n. 1, Santiago do Chile, 1962. Reproduzido in BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. I, p. 69-136).

QUESNAY, François. *Quadro econômico dos fisiocratas*. Apresentação de Roberto Campos; tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

RAMOS, J. M. R. *Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo, EDUSP/IL, 1993.

RELATÓRIO de Economia Criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, com a introdução de Piero Sraffa. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*).

ROBBINS, L. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillan, 1932 e 1935.

_____. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica*. Tradução de Rogério Galindo; revisão técnica de Pedro Garcia Duarte. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Autobiography of an Economist*. London: Macmillan, 1971.

ROBINSON, Joan. *Filosofia econômica*. Tradução de Sérgio Tolipan. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. Tradução de Cid Silveira. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1962.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SAMUELSON, P. *Economics*. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1955.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. F. *Tratado de economia*. São Paulo: Editora Logos, 1962.

SAUERMAN, H.; SELTEN, R. *Anspruchsanpassungstheorie der Unternehmung*. *Zeitschrift für die Gesamte Staatswissenschaft*, v. 118 Texto - Samy - Teoria dos Jogos V3 Texto - Samy - Teoria dos Jogos V3, 1962, p. 577-597.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. Prefácio de Georges Tapinos; tradução de Balthazar Barbosa Filho; tradução do prefácio de Rita Valente Correia Guedes. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (*Os Economistas*).

_____. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Introdução de Tom Bottomore. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. *Historia del análisis económico I*. Traducción de Lucas Mantilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SCHWARTSMAN, Hélio. As bases psicológicas de A Riqueza das Nações. *Exame*, 28/06/2000.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *Profilo di Storia del Pensiero Economico*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1991.

SELTEN, Reinhard. Aspiration Adaptation Theory. *Journal of Mathematical Psychology*, v. 42, 1998, p. 191-214.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA, José Júlio. *Os parceiros do rei: herança cultural e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SILVA, Samuel. Repensar o desenvolvimento. São Paulo: Instituto Liberal, *Ideias Liberais*, ano IV, n. 69, 1997.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. Tradução de Lya Luft; revisão de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (2 volumes). Apresentação de Winston Fritsh; tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

SOLÍS, Leopoldo. Raúl Prebisch en CEPAL: Años de esfuerzo intelectual creativo. *Ensayos Ocasiones*, n. 10. Panamá: Centro Internacional para el Desarrollo Económico (CINDE), 1989.

SOMBART, Werner. *El Apogeo del Capitalismo* (2 volumes). México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SOTO, J. H. De Iustitia et Iure. In: GRICE-HUTCHINSON, M. *The School of Salamanca: Readings in Spanish Monetary Theory 1544-1605*. London: Oxford University Press, 1952.

SOTO, J. H. *Dinero, Crédito Bancário y Ciclos Económicos*. 4 ed. Madri: Unión Editorial, 2009.

STANOVICH, Keith E.; WEST, Richard F. Individual differences in Reasoning: Implications for the Rationality Debate. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 23, p. 645-65, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. *El precio de la desigualdad: El 1% de la población tiene lo que el 99% necesita*. Bogotá, Colombia: Distribuidora y Editora Aguilar, Altea, Taurus. Alfaguara S. A., 2012.

_____; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. *American Economic Review*, v. 71, issue 3, p. 393-410, 1981.

STRACK, F.; MUSSWEILER, T. Explaining the Enigmatic Anchoring Effect: Mechanisms of Selective Accessibility. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 73, 1997.

THALER, R.; BENARTZI, S. Save More Tomorrow™: Using Behavioral Economics to Increase Employee Saving. *Journal of Political Economy*, 112(S1), S164-S187, 2004.

_____; SUNSTEIN, C. *Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

TORRE, Saturnino de la. *Creatividad plural: sendas para indagar sus múltiples perspectivas*. Barcelona: PPU, 1993.

_____. *Dialogando com a criatividade*. Tradução de Cristina Mendes Rodríguez. São Paulo: Madras, 2005.

TREVISAN, Cláudia. *China: o renascimento do império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

TULLOCK, Gordon; SELDON, Arthur; BRADY, Gordon L. *Falhas de governo: uma introdução à teoria de escolha pública*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science*, 185(4157), p. 1124-1131, 1974.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

VELJANOVSKI, Cento. *A economia do direito e da lei: uma introdução*. Tradução de Francisco J. Beralli. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

WALRAS. Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Apresentação de Dionísio Dias Carneiro Netto; tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*).

WARSH, David. *Why Galbraith won't receive the Nobel Prize*. In: *Economic principals: masters and mavericks of modern economics*. New York, NY: The Free Press, 1992, p. 123-126.

WASLANDER, Andréa Cury. "A Riqueza das Nações" - 220 anos depois. São Paulo: Instituto Liberal, *Ideias Liberais*, ano III, n. 52, 1996.

WEBER, Max. *Conceptos sociológicos fundamentales*. Tradução de Joaquín Abellán García. Madri: Alianza Editorial, S. A., 2006.

_____. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Historia económica general*. Tradução de Manuel Sánchez Sardo. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. *Sociology of religion*. Boston, Massachusetts: Beacon Press Books, 1993.

_____. *Economía y sociedad*. Tradução de Manuel Sánchez Sarto. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

_____. *Ensaio de sociologia*. Revisão técnica da tradução de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEFFORT, Francisco C. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. *A descoberta da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WEST, E. G. *Adam Smith: el hombre y sus obras*. Traducción de Julio H. Cole. Madrid: Unión Editorial, 1989.

WHIMSTER, Sam. *Weber*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WOODFORD, M. *Interest and Prices: foundations of a theory of monetary policy*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Tradução de Eduardo Nunes Fonseca. Introdução e biografia de Assis Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.



Presidente

Guilherme Afif

Secretária

Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente

João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-65897-05-1



9 788565 897051